



MEMÓRIA, DIREITOS HUMANOS E REPARAÇÃO: POLÍTICAS DE MEMÓRIA, ARQUIVOS E MUSEUS

ORGANIZAÇÃO:



Débora Teresinha Mutter da Silva Mota e Márcio Tavares dos Santos



MEMÓRIA, DIREITOS HUMANOS E REPARAÇÃO: POLÍTICAS DE MEMÓRIA, ARQUIVOS E MUSEUS



MEMÓRIA, DIREITOS HUMANOS E REPARAÇÃO: POLÍTICAS DE MEMÓRIA, ARQUIVOS E MUSEUS

• Todos os direitos pertencentes aos autores e ao Museu de Direitos Humanos do Mercosul. Esta publicação não pode ser reproduzida, em todo ou em parte, por quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito dos autores.

© Museu de Direitos Humanos do Mercosul
© Débora Teresinha Mutter Da Silva Motta
© Márcio Tavares dos Santos

Realização



Apoio



Museu dos Direitos Humanos do Mercosul

Rua sete de setembro, 1020 - Centro Histórico
Praça da Alfândega - Porto Alegre - RS - Brasil
(51) 3224.7210 - (51) 3225. 8490

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Pública do Estado do RS, Brasil)

M533 Memória, direitos humanos e reparação: políticas da memória, arquivos e museus; conferência internacional. / organizado por Débora Teresinha Mutter da Silva Motta e Márcio Tavares dos Santos. – Porto Alegre, Museu dos Direitos Humanos do Mercosul, 2014. 200p.

ISBN 978- 85 995-9609-8

Catálogo de exposição.

1.Arte. 2. Museu : política. I. Silva, Débora Teresinha Mutter da. II. Santos, Márcio Tavares dos. III. Título

CDU: 7.036 (058)

MEMÓRIA, DIREITOS HUMANOS E REPARAÇÃO: POLÍTICAS DE MEMÓRIA, ARQUIVOS E MUSEUS

02 A 05 de abril de 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre, 2014

06	NOTA DOS ORGANIZADORES DÉBORA TERESINHA MUTTER DA SILVA MOTA MÁRCIO TAVARES DO SANTOS
08	NOTA DE LOS ORGANIZADORES DÉBORA TERESINHA MUTTER DA SILVA MOTA MÁRCIO TAVARES DO SANTOS
10	UMA PALAVRA LUIZ ANTONIO DE ASSIS BRASIL SECRETÁRIO DA CULTURA
11	UNA PALABRA LUIZ ANTONIO DE ASSIS BRASIL SECRETÁRIO DA CULTURA
13	CONFERÊNCIAS
14	UMA RELAÇÃO COMPLEXA COM O PASSADO: O TESTEMUNHO E A MEMÓRIA NA ARGENTINA
30	UNA RELACIÓN COMPLEJA CON EL PASADO EL TESTIMONIO Y LA MEMORIA EN ARGENTINA ALEJANDRA OBERTI TRADUÇÃO: CAROLINE ROOS
47	AS MULHERES, A DITADURA E A LUTA PELA LIBERDADE ARIANE LEITÃO
55	OS MARCOS INTERNACIONAIS DA REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS
66	LOS MARCOS INTERNACIONALES DE LA REPARACIÓN DE VIOLACIONES DE DERECHOS HUMANOS BALTAZAR GÁRZON TRADUÇÃO: ISABEL REGINA LIMA MENDES
77	TERRORISMO DE ESTADO FRANKLIN MARTINS
88	DEUS E SUA OBRA: PROJETOS CURATORIAIS PARA A MEMÓRIA E OS DIREITOS HUMANOS GAUDÊNCIO FIDELIS
97	RESISTÊNCIA À DITADURA COM ENFOQUE DE GÊNERO LÍCIA PERES

103	A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS DITADURAS DO CONESUL
110	LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN LAS DICTADURAS DEL CONO SUR LILIAN CELIBERTI TRADUÇÃO: JORDANA MACHADO SIMMER
118	ARTE DE MEMÓRIA PARA A CONSTRUÇÃO O FUTURO
124	ARTE Y MEMORIA PARA LA CONSTRUCCIÓN DEL FUTURO MARIA JOSÉ BUNSTER TRADUÇÃO: JUÇARA MARQUES DE OLIVEIRA
131	RECUPERAÇÃO DE LIVROS E LEITORES EM UMA EXPOSIÇÃO DO CHILE
141	RECUPERACIÓN DE LIBROS Y LECTORES EN UNA EXPOSICIÓN DE CHILE RAMÓN CASTILLO INOSTROZA TRADUÇÃO: DIEGO COELHO
154	INSTITUIÇÕES, MEMÓRIA E ACERVOS ORAIS REJANE PENA
162	GESTÃO DE ARQUIVOS E MEMÓRIA DA REPRESSÃO: A EXPERIÊNCIA DO MUSEU DA MEMÓRIA E DOS DIREITOS HUMANOS DO CHILE.
172	GESTIÓN DE ARCHIVOS Y MEMORIA DE LA REPRESIÓN: LA EXPERIENCIA DEL MUSEO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS DE CHILE RICARDO BRODSKY TRADUÇÃO: BRUNA DA COSTA
183	BIOGRAFIA DOS AUTORES
189	PROGRAMAÇÃO SEMANA DA DEMOCRÁCIA
194	FICHA TÉCNICA

NOTA DOS ORGANIZADORES

DÉBORA TERESINHA MUTTER DA SILVA MOTA
MÁRCIO TAVARES DO SANTOS

Esta publicação não estava inicialmente prevista nas atividades da Semana da Democracia, mas acabou se revelando indispensável. Sendo assim, foi preciso apresentar a proposta aos palestrantes, que ficaram livres para enviar o material, conforme suas disponibilidades.

Nem todos os palestrantes puderam enviar seus textos, motivo por que este volume reúne apenas uma amostra, embora significativa, do evento. Para tanto, fizemos também duas transcrições a partir de vídeo-registro. É o caso das falas de Baltasar Garsón e de Franklin Martins. Assim, além deles, estão mais nove palestrantes constantes do sumário, a saber: Alejandra Oberti, Ariane Leitão, Gaudêncio Fidelis, Lícia Peres, Lilian Celiberti, Maria José Bunster, Ramón Castillo Inostroza, Rejane Penna, Ricardo Brodsky. A todos agradecemos.

O estilo dos textos vai de depoimentos de experiências e testemunhos até estudos com perfil mais acadêmico, passando pelas referidas transcrições. Essa heterogeneidade formal, entretanto, dilui-se quando a perspectiva são as abordagens. Todas gravitam em torno do tema maior, que é o cerceamento dos direitos decorrente das ditaduras nos países do MERCOSUL, a nociva ressonância em nossa realidade, suas formas de representação e estratégias de preservação da memória.

Diante disso, optamos pela imparcialidade própria da ordem alfabética. Um critério desierarquizante a dizer da relevância de todos na composição do mosaico de consternação que marca nossas histórias compartilhadas.

Os artigos dos autores estrangeiros (Argentina, Chile, Espanha, Uruguai), além da forma original, foram traduzidos para o português. A tradução dos textos ocorreu em parceria com o Curso de Letras Espanhol da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. O acordo firmado com a Coordenadora do

Curso de Letras, Prof^a Adila Moura, previa o voluntariado de alunos. A coordenação da equipe e a revisão dos textos traduzidos ficaram a cargo das professoras Sílvia Matturro Foschiera e Maria Helena Albé respectivamente. A elas, bem como aos alunos Bruna da Costa Hadres, Caroline Roos, Diego Coelho de Souza, Jordana Machado Simmer e Juçara Marques de Oliveira, agradecemos sinceramente.

Já a transcrição e posterior tradução da palestra de Baltasar Garzón ficou sob a responsabilidade da Prof^a Isabel Regina Lima Mendes que, junto com a Prof^a Maria Alice da Silva Braga, fez também a revisão dos textos dos autores brasileiros. Ambas integram o Curso de Letras da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, e participaram por adesão ao projeto em colaboração voluntária. A elas, o nosso profundo agradecimento.

Após a seção Conferências – textos originais, seguidos das respectivas traduções – está a Apresentação dos Autores – sucinta biografia de cada um – e, por fim, a Programação da Semana da Democracia. Quanto às referências bibliográficas, nos textos em espanhol, foi respeitado o critério de origem; já nas traduções, adotamos a norma ABNT.

NOTA DE LOS ORGANIZADORES

DÉBORA TERESINHA MUTTER DA SILVA MOTA
MÁRCIO TAVARES DO SANTOS

La programación original de la Semana de la Democracia no tenía prevista una publicación, pero debido al nivel de las actividades acabó revelándose indispensable un registro más concreto. De ahí que presentamos la propuesta a los participantes, que quedaron libres para enviar los textos de sus ponencias de acuerdo a sus disponibilidades.

No todos pudieron enviarlos, motivo por que este libro reúne apenas una muestra, aunque significativa, de lo sucedido. En total son once los conferencistas presentes en el sumario como siguen: Alejandra Oberti, Ariane Leitão, Gaudêncio Fidelis, Lícia Peres, Lilian Celiberti, Maria José Bunster, Ramón Castillo Inostroza, Rejane Penna, Ricardo Brodsky. A todos les somos muy gratos.

El estilo y las temáticas van desde relatos de experiencias y testimonios hasta estudios de índole más académica, contando con dos transcripciones a partir de los videos-registro. Son los casos de Baltasar Garsón y de Franklin Martins.

Sin embargo, esa heterogeneidad formal se disuelve bajo la perspectiva de los abordajes. Eso porque todos gravitan en torno al tema más abarcador que es la restricción de los derechos propia de las dictaduras, vale decir, las violaciones a los derechos humanos en los países del MERCOSUR, la nociva resonancia en nuestra realidad, sus modos de representación y estrategias para preservación de la memoria.

Frente a ese abanico de acercamientos, optamos por la imparcialidad del orden alfabético, un criterio desjerarquizante de los abordajes en la composición del mosaico de consternación que marca nuestras historias compartidas.

Los textos de los autores extranjeros (Argentina, Chile, Uruguay), además de la forma original, están traducidos al por-

tugués. Las traducciones se dieron en colaboración del Curso de Letras Espanhol da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. El acuerdo firmado con la Coordinadora del Curso, Prof^a Adila Moura, contó con el voluntariado de los alumnos. La coordinación del equipo de traducción y la revisión de los textos traducidos quedó a cargo de las profesoras Silvia Matturro Foschiera y Maria Helena Albé respectivamente. A ellas y a los alumnos Bruna Costa Hadres, Caroline Roos, Diego Coelho de Souza, Jordana Machado Simmer y Juçara Marques de Oliveira, agradecemos sinceramente.

Ya la transcripción y posterior traducción de la conferencia de Baltasar Garzón quedó a cargo de la profesora Isabel Regina Lima Mendes que, junto con la profesora Maria Alice da Silva Braga hizo también la revisión de los textos de los autores brasileños. Ambas integran el Curso de Letras de la Universidad Luterana do Brasil – ULBRA y participaron por adhesión voluntaria al proyecto. A ellas nuestro profundo agradecimiento.

Posterior a la Sección intitulada Conferencias – textos originales, seguidos de las respectivas traducciones – está la Presentación de los Autores – sucinta biografía de cada uno – y, por ende, la Programación de la Semana de la Democracia. En cuanto a las referencias bibliográficas, mantuvimos el criterio de origen en los textos en español; ya en las traducciones, adoptamos la norma ABNT.

LUIZ ANTONIO DE ASSIS BRASIL

Secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul

Longo é o caminho da democracia na América do Sul e, por vezes, árduo, deixando em seu rasto um caudal de sofrimento, pavor e morte. Região do mundo em que o colonizador se ateve à cobiça mais desenfreada e solapadora dos direitos humanos, somos continente sem que a experiência do convívio coletivo acabou por gerar divisões e ódios. Como elemento complicador desse processo, nem sempre as forças armadas desempenharam seus papéis constitucionais, extravasando suas competências de âmbito estritamente militar e permitindo-se ingerências na vida política, ou melhor, anulando a política. Não raro ocorreram práticas de repressões ferozes que todos conhecemos.

Essa não é, entretanto, uma prática nova, e pior: não podemos pensar que esteja extinta. Aqui e ali surgem inquietantes e múltiplos indícios de que o pensamento da extrema-direita está vivo, o que ficou bem claro nas votações estrondosas obtidas neste ano por parlamentares que pregam a intolerância aos grupos minoritários e outros, que se distinguem por sua condição étnica.

Por todas as razões acima, este livro se justifica perante a história recente, resultado que é de uma semana de estudos sobre a memória de nossos povos; não por outro motivo foi abrigada por uma instituição museológica e arquivística, pois nesses espaços a memória não se esconde – como muitos poderiam pensar – mas, ao contrário, é ardente testemunho de eras que não podemos nem queremos olvidar.

O êxito desta rigorosa e acurada edição é evidente, e isso não é apenas o cumprimento de um dever intelectual; é demonstração do quanto nossas instituições dedicam atenção toda especial ao período mais discutível destas terras de falalatina.

Boa leitura.

LUIZ ANTONIO DE ASSIS BRASIL

Secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul

Largo es el camino de la democracia en América del Sur y, por veces, espinoso, dejando en sus huellas un sinfín de sufrimientos, terror y muerte. Región del mundo donde el colonizador se aferró a la codicia más desenfrenada y sabotadora de los derechos humanos, somos un continente donde la experiencia del convivio colectivo acabó por generar divisiones y odios. Como elemento de complicación en ese proceso, no siempre las fuerzas armadas desempeñaron sus papeles constitucionales, excediendo sus competencias de ámbito estrictamente militar y permitiéndose injerencias en la vida política o más bien, anulando la política. A menudo, cometiendo las feroces represiones que todos conocemos.

Sin embargo, esa no es una práctica nueva, y lo peor es que no podemos pensar que esté extinguida. Aquí y allá surgen inquietantes y múltiples vestigios de que el pensamiento de la extrema derecha vive, lo que quedó claro en la estruendosa votación obtenida en este año por parlamentares que pregonan la intolerancia a los grupos minoritarios y otros, que se distinguen por su condición étnica.

Por las razones supradichas, este libro se justifica ante la historia reciente, producto que es de una semana de estudios sobre la memoria de nuestros pueblos; y no por otra razón la abrigó una institución museológica y archivística, pues en esos espacio la memoria no se oculta – como muchos podrían pensar – sino, por el contrario, es candente testimonio de tiempos que no podemos ni queremos olvidar.

El éxito de esta rigurosa y precisa edición es evidente, y eso no es más que el cumplimiento de un deber intelectual; es demostración de cuanto nuestras instituciones dedican atención especial al periodo más debatido de estas tierras de habla latina.

Buena lectura.

The image features a dark gray background with several white geometric shapes. In the upper right, a large white triangle points downwards and to the left, with a smaller white triangle above its top-right corner. In the upper left, a white triangle points to the left. In the lower left, a large white triangle points downwards and to the right, with a smaller white triangle to its right. In the lower right, a white triangle points upwards and to the right. The word "CONFERÊNCIAS" is centered in the middle of the page in a white, sans-serif font.

CONFERÊNCIAS



UMA RELAÇÃO COMPLEXA COM O PASSADO:
O DEPOIMENTO E A MEMÓRIA NA ARGENTINA

**UNA RELACIÓN COMPLEJA CON EL PASADO
EL TESTIMONIO Y LA MEMORIA EN ARGENTINA**

ALEJANDRA OBERTI

Tradução: Caroline Roos

UMA RELAÇÃO COMPLEXA COM O PASSADO: O DEPOIMENTO E A MEMÓRIA NA ARGENTINA

ALEJANDRA OBERTI

Nas páginas que seguem, faço uma reflexão sobre a relação com o passado estabelecida nos depoimentos sobre a militância política argentina dos anos 1970, tendo como ponto de partida uma série de formulações de Michel Foucault, Giorgio Agamben e Paul Ricoeur. Além disso, em uma segunda parte do texto, descrevo o trabalho realizado no Archivo Oral de Memoria Abierta.¹

I – SOBRE O ESTATUTO DO DEPOIMENTO

No final da década de 1970, o historiador Jacques Leonard formulou uma série de objeções a *Vigilar y castigar*, de Michel Foucault, que lhe respondeu com um texto intitulado *El polvo y la nube* (1982).² Dessa extensa resposta, quero enfatizar uma questão que considero essencial para o estudo do passado recente, a diferença entre a análise de um problema e o estudo de um período:

Quem, de fato, quiser estudar um «período» ou ao menos uma instituição durante um período determinado, impõem-se duas regras que prevalecem sobre as demais: tratamento exaustivo de todo o material e equilibrada distribuição do exame. Quem, ao contrário, quer tratar de um «problema» surgido em um determinado momento, deve seguir outras regras: escolher o material em função dos dados do problema; concentrar a análise nos elementos suscetíveis para resolvê-lo; estabelecer as relações que permitam essa solução. E, portanto, não há obrigatoriedade em dizer tudo ou em satisfazer à banca de especialistas reunidos. [...] Só se podem denunciar as «ausências»

1.- Memoria Abierta é uma ação coordenada por organizações de direitos humanos que trabalha desde 1999 para preservar a memória das consequências do terrorismo de Estado na sociedade argentina, bem como de experiências anteriores de ativismo social e político. Desenvolve diversos programas de trabalho por meio dos quais preserva, recupera, cataloga e difunde as coleções das organizações que a compõem. O Archivo Oral produz depoimentos audiovisuais como uma forma de transmitir e legar às futuras gerações a memória do passado recente. Atualmente, o Archivo conta com quase 900 depoimentos realizados por familiares de desaparecidos durante a última ditadura (pais e mães, avós, filhos e filhas, parceiros, irmãos, irmãs e outros); sobreviventes e ex-detentos de centros de detenção clandestinos, assim como de prisões legais; militantes sociais e políticos da época; exilados; membros de organizações sociais e políticas, autoridades locais e internacionais, entre outros, que ainda que não se reconheçam como vítimas diretas da ditadura, expressam a persistência ou a percepção das marcas da repressão em suas práticas e discursos. O Archivo Oral é de acesso público, ou seja, a identidade das testemunhas é pública, as pessoas aparecem na câmera e os registros mostram seus nomes e dados verdadeiros (ainda que o acesso limitado a dados pessoais). Consulte: <http://www.memoriaabierta.org.ar/>

2.- Esse debate foi analisado e relacionado com as discussões sobre o problema do anacronismo nos estudos sobre o passado recente em um trabalho coletivo do Grupo de Estudios Feministas, formado por Paula Aguilar, Claudia Bacci, Joaquín Insausti, Laura Fernández Cordero, Florencia Gasparín, María Laura Guembe, Alejandra Oberti, Mariela Peller e Nayla Vacarezza. Essa análise foi parcialmente publicada em AGUILAR et al. (2009).

em uma análise, se entende-se o princípio das presenças nele contidas (Foucault, 1982: 5).

Para Foucault, a diferença fundamental reside na possibilidade de produzir questões concretas, isto é, na possibilidade de formular problemas e perguntas que sempre são feitas no presente e não mais na busca hermenêutica de um sentido subjacente. A pertinência do corpus selecionado e construído não se baseia na confrontação da exatidão e da inexatidão dos “fatos”, mas na apresentação da pergunta.

Por outro lado, na perspectiva de Foucault, também não seria importante a veracidade dos documentos nem a imputação de coerência entre sua “intenção” e resultados. O que importa são os efeitos de superfície, efeitos que podem fazer-se visíveis a partir da formulação do problema. A inclusão de um regulamento, um tratado, um boletim escolar, um registro como parte de uma estratégia discursiva parte sempre de uma pergunta presente e não encerra seu atravessamento e potencial funcionamento em outras múltiplas estratégias.

Como indica Miguel Morey em relação ao método foucaultiano, não se trata “de buscar a verdade do passado, mas o passado de nossas verdades” (Morey, 1986: 21). Devido aos efeitos atuais das tecnologias de poder, Foucault procede isolando os componentes da tecnologia política de hoje e identificando-os no tempo passado (Foucault, 1982: 147-148).

Esses componentes não têm, necessariamente, a mesma importância no passado, justamente porque eles foram retratados a partir de um olhar atual, imbricados em outras relações sociais, em outras situações de emergência. Nessa forma especial de anacronismo não se trata, então, de projetar sentidos atuais em direção ao passado na história, mas de renunciar ao projeto de escrever a “verdadeira” história do passado e de pensar a partir do presente. Tomando essas formulações como consideração preliminar, nas páginas que seguem, faço uma reflexão sobre a relação com o passado que se estabelece nos depoimentos sobre a militância política argentina dos anos 1970.

A PRIMEIRA PESSOA EM QUESTÃO

Como já foi dito, no corpus de produções, vozes e discursos sobre o passado recente argentino, existem muitos materiais nos quais a marca do depoimento predomina. No entanto isso não ocorre apenas nesse campo. Pelo contrário, a discussão sobre a validade dos relatos pessoais para a compreensão dos fenômenos de natureza social e histórica tem atravessado as ciências sociais e se relaciona com a discussão sobre seu próprio estatuto como “ciência”,³ mas tem aumentado, à medida que o uso de metodologias qualitativas e, entre

3.- Em seu texto clássico, *Las nuevas reglas del método sociológico* (1987), publicado originalmente em 1967, Anthony Giddens analisa as fontes teóricas e o percurso histórico do conceito de compreensão nas ciências sociais. Partindo da *Verstehen* de Dilthey e passando pela apropriação crítica de Weber, a compreensão vai-se transformando em método. Nesse sentido, um passo fundamental é dado pela reformulação que realizou Alfred Schutz, o qual, influenciado pela fenomenologia de Husserl, desenvolveu uma fundamentação filosófica para a metodolo-

elas, o uso de depoimentos se espalhou em todos os ramos das ciências sociais. À antropologia— e, em particular, à etnometodologia — que tem manifestado um interesse pioneiro pela incorporação da voz dos protagonistas como fonte de material observável, acrescentou-se-lhe uma disposição similar à da sociologia e à da história por meio da história oral. Nesse sentido, Leonor Arfuch (2002) desenvolveu o conceito de espaço biográfico, entendido como um território múltiplo, onde convergem os gêneros literários tradicionais, aqueles que marcaram o nascimento do sujeito moderno (confissões, autobiografias, memórias, diários íntimos, correspondências), e uma multiplicidade de formas narrativas relacionadas (a entrevista midiática, o talk show, o filme testemunhal, os relatos de vida das ciências sociais, a história das mulheres ou a história oral). A ideia de espaço não se refere a um sistema harmônico, estruturado em torno de uma forma “ilustre”, como a autobiografia (Lejeune; 1994),⁴ mas a uma zona híbrida em que prevalecem procedimentos narrativos que moldam o relato, dotando-o de inteligibilidade ao incorporar, de maneira explícita, a voz do outro.

O registro da palavra da testemunha implicou, de certa forma, uma pretensão de literalidade, na qual essa palavra estaria em si mesma dotada de espontaneidade suficiente para representar “o caso” e, também, para dar lugar à generalização.⁵ No entanto, sobre essa longa discussão da multiplicação desse tipo de narrativa no caso do passado recente argentino, alguns críticos têm apontado uma espécie de “excesso”, questionando sua validade. Tal é o caso da exposição que desenvolve Beatriz Sarlo em seu livro *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo* (2005). Preocupada pela direção subjetiva que detecta nas ciências sociais e, em particular, quando se refere ao passado recente argentino, Sarlo contrapõe o que chama explosão testemunhal a outras maneiras de apresentar e trabalhar com as experiências pessoais.

giaweberiana. Um ponto central da abordagem de Schutz é a pergunta sobre como se pode acessar a perspectiva do outro. A resposta tem, na realidade, duas partes. “Pode-se”, porque os sujeitos formam sua consciência não de modo individual nem isolado, masela se forma socialmente, intersubjetivamente. Em relação a “como” acessar: serão os seguidores de Schutz, os quais desenvolvem técnicas qualitativas que são as mais aptas para reconstruir efetivamente a perspectiva do outro. É central a influência de Schutz em Garfinkel e os etno metodólogos e em Peter Berger e Niklas Luhmann. Por outro lado, o compreensivismo linguístico, cuja figura mais importante é Peter Winch, e a corrente filosófica hermenêutica representada por Hans Gadamer e por Paul Ricoeur (cujos conceitos são retomados mais adiante) constituem desenvolvimentos posteriores no marco das teorias compreensivistas. Para uma análise detalhada da noção de compreensão nas ciências sociais, além do livro mencionado de Giddens, cf. Schuster (1995).

4.- A escrita autobiográfica tem uma longa tradição na cultura ocidental. Trata-se de um gênero que se conformou como tal junto ao nascimento do sujeito moderno, e que está composto por relatos de diversas índoles, tais como memórias, diários íntimos e confissões, e outras derivações. O surgimento da autobiografia como uma expressão do eu promoveu, nas origens da modernidade, um novo discurso, expressão do indivíduo que se via a si mesmo cada vez mais como o centro do mundo. A autobiografia propriamente dita, escrita (principalmente) por homens, não demorou em converter-se em uma auto biografia formal, que não é mais que um dos discursos culturais que textualizam e asseguram a pertinência patriarcal ao definir as mulheres como o “outro” dessas narrações. Philippe Lejeune observa que a biografia (e a autobiografia) constituiu-se como um sistema harmônico, estruturada em torno de uma forma ilustre. Por outro lado, ao seu redor surgiram outras formas de narrações do eu, nas quais as mulheres entraram com maior liberdade: epístolas, diários, memórias familiares.

5.- Trata-se da “ilusão biográfica”, como a denominou Bourdieu (1997), que, embora não se devesse esperar que o pesquisador a descarte, deve tornar-se explícita para evitar que a ilusão de transparência com a qual a biografia se apresenta se imponha por si própria.

Alguns textos compartilham com a literatura e as ciências sociais as precauções frente a um empirismo que tenha sido construído como problema; e desconfiam da primeira pessoa como produto direto de um relato. Recorrem a uma modalidade argumentativa, porque não acreditam que tudo o que foi vivido se faça simplesmente visível, como se pudesse fluir de uma narração que acumula detalhes de forma realista-romântica (Sarlo, 2005: 95).

Os textos referidos são *Poder y desaparición*, de Pilar Calveiro (1998), e *La bamba*, de Emilio de Ípola (2005). Ambos os autores sofreram repressão de forma direta e poderiam constituir-se em narradores em primeira pessoa das experiências vividas; no entanto optam por um modo de apresentação que ultrapassa “a narração” por meio da busca de princípios explicativos. Apelam então para a bagagem de recursos teóricos que lhes oferece a sociologia, distanciam-se dos fatos vividos, não privilegiam o relato em primeira pessoa e submetem suas experiências aos controles epistemológicos que lhes prove em as regras dos saberes disciplinares. Todas essas objeções metodológicas, insiste ainda Sarlo, “[p]resupõem leitores que buscam explicações que não estejam somente sustentadas no pedido de depoimento verdadeiro nem no impacto moral das condições que colocaram alguém na situação de ser testemunha ou vítima, nem na identificação” (Sarlo, 2005: 95). Entretanto, à descoberta do valor dos textos de Pilar Calveiro e de Emilio de Ípola e à afirmação de que o fato de ter sido protagonista direto não abrange necessariamente o direito à verdade sobre um fenômeno social, Sarlo acrescenta outros elementos. Ela diz que seu livro “reage não contra os usos legais e morais do depoimento, mas sim frente aos seus outros usos públicos.” (Sarlo, 2005: 23). Preocupa-lhe a transformação do depoimento em emblema de uma verdade, com maiúscula, e em recurso principal na hora de falar do passado; opõe-se à confiança ingênua na primeira pessoa, ao mesmo tempo que o utorga um status diferente a certos processos sociais.

[O] discurso sobre os crimes, porque denuncia o horror, tem prerrogativas justamente pelo vínculo entre o horror e a humanidade que ele comporta. Outras narrações, inclusive proferidas pelas vítimas ou seus representantes, que se inscrevem em um tempo anterior (para o caso argentino, os tardios anos sessenta e os primeiros setenta do século XX), que costumam aparecer entrelaçadas, seja porque provêm do mesmo narrador, seja porque se sucedem umas às outras, não têm as mesmas prerrogativas e, na tarefa de reconstruir a época enclausurada pelas ditaduras, podem ser submetidas à crítica (Sarlo, 2005: 63).

Por outro lado, as narrações testemunhais dos militantes políticos e dos intelectuais que atuaram nas décadas anteriores, ao contrário do que acontece com os depoimentos sobre a ditadura, não são a única fonte de conhecimento: existem muitos outros tipos de documentos que podem dar conta desses fatos. Sarlo insiste em que não há justificativa possível para não submeter essas narrações ao exame do saber histórico e às regras episte-

mológicas das ciênciassociais.⁶

No entanto a reivindicação da teoria e a interpretação que realiza Beatriz Sarlo deixam fora da questão crítica e metodológica essas outras formas de escrever sobre o passado que abarcam todas aquelas produções que respeitam o conjunto de regras relativas à investigação e circulam pelos canais institucionais definidos por esse mesmo campo e que têm, por sua vez, condições de produção e de possibilidade. Nesse sentido, é necessário notar que os discursos acadêmicos têm abordado tardiamente o passado recente, depois que outros tipos de produções - jornalísticas, artísticas e testemunhais – que, já nos primeiros anos da transição, produziram uma quantidade considerável de materiais.⁷

A partir dessa perspectiva, mesmo levando em consideração as ressalvas sobre o que é testemunhado, conforme exposto por Sarlo, pode-se notar que a multiplicação desse tipo de narrações sobre os anos 1970, em vez de impedir a compreensão do passado recente, é um elemento essencial na reconstrução crítica da experiência desse passado. As narrativas constituem o ponto de partida, pois, sempre que essas vozes se desdobram em outras que as tenham como interlocutoras, tornarão ainda mais rico todo o campo de memória sem conflito.

De qualquer forma, o fato de um tipo de relato (neste caso, o testemunhal) transformar-se em hegemônico, não depende apenas dele, mas da presença ou ausência de outros modos de aproximar-se do passado. Em primeiro lugar, porque o depoimento, como disse Roberto Pittaluga, é mais que o relato da vivência que realiza um sujeito que “foi protagonista” e que, pelo simples fato de ter “estado ali”, transmite suas lembranças íntimas e pessoais, permeadas por sua sensível percepção. Há sempre uma interpretação naquilo que se transmite ao narrar o que foi vivido, onde o passado que se relembra aparece de outras formas: aquilo que se chama transmissão da experiência e é concedida apenas para aqueles que estiveram presentes, é uma elaboração retrospectiva da própria presencialidade (Pittaluga, 2004). Em segundo lugar, e estreitamente ligado ao anterior, porque no depoimento nunca há um só sujeito (um sujeito na solidão). Narra-se para alguém, narra-se com alguém. Em outras palavras, toda narrativa, por mais pessoal que seja, tem diferentes destinos, interlocu-

6.- Entendo que a distinção que Sarlo aponta entre os relatos dos sobreviventes (quando eles se referem às experiências da repressão estatal) daquelas narrações (enunciadas em alguns casos pelos mesmos sujeitos, ainda que nem sempre) que falam sobre o período prévio (os anos 1960 e os primeiros anos da década de 1970) não é do tipo epistemológico, mas moral: “se não submetemos todas as narrações sobre os crimes das ditaduras ao escrutínio ideológico, não há nenhuma razão moral para ignorar o exame, quando se trata das narrações sobre os anos que as precederam ou sobre fatos alheios aos da repressão, que lhes foram contemporâneos” (Sarlo, 2005: 64) (o destaque me pertence). Os argumentos, para levarem conta positivamente o valor do depoimento que se desenvolve aqui, são da ordem do pensamento (do pensável) e não da moral e, em um sentido análogo, os cuidados epistemológicos devem estender-se a todos os depoimentos. A distinção entre um valor social (e de justiça) para o depoimento e um valor epistemológico como documento para as disciplinas acadêmicas deixa de lado o estatuto social do conhecimento.

7.- Roberto Pittaluga analisa o campo acadêmico de estudos sobre a militância, referindo-se fundamentalmente à produção do campo da história. Cf. Pittaluga (2007).

ções e fontes: a lembrança não é “própria”, mas construída entre muitos, como o discurso.⁸ E, por último, porque a distância temporal entre os fatos relatados e o momento no qual são relatados soma experiências e interpretações próprias de outras temporalidades.

Giorgio Agamben formula uma definição de testemunha nessa linha e que será adotada aqui. Seu material de trabalho é o depoimento que se refere ao extermínio dos campos de concentração nazistas, no entanto o tratamento do problema que realiza excede esse marco e constitui uma base para abordar diferentes tipos de relatos pessoais.

DE QUE FALA UMA TESTEMUNHA?

Giorgio Agamben diz que, em latim,⁹ existem duas palavras para dizer testemunha. Por um lado, *testis*, que significa aquele que se põe como terceiro em uma disputa; por outro, *supertes*, que se refere a quem, tendo vivido uma experiência, pode contá-la (Agamben, 2002). Mais adiante, acrescenta ainda um terceiro sentido: o depoimento é sempre um ato de auctor, que pressupõe algo que preexiste a ele e que deve ser certificado, assim a testemunha tem mais autoridade que o fato testemunhado.

Os militantes, na medida em que foram protagonistas da experiência narrada, constituem-se em testemunhas por direito próprio — atravessaram a experiência até o final e sobreviveram — ao mesmo tempo, muitas vezes, testemunham em nome daqueles que não sobreviveram — ou daqueles que não falam — e são, então, terceiros; mas, em um caso ou outro, seu depoimento é um ato de autor, ou seja, com seu relato certificam algo que lhes preexiste e cuja força deve ser confirmada.

A proposição de Agamben sustenta-se na experiência limite que é o campo de concentração e que personifica a ambição suprema do biopoder moderno: produzir no

8.- No caminho da então ascendente sociologia durkheimiana, Maurice Halbwachs cunhou a ideia de memória coletiva. No entanto não a concebeu como aquela memória que surgiria de algum tipo de entrelaçamento ou síntese das diversas memórias individuais, mas que propôs pensar o processo exatamente inverso. Para o autor de *Les cadres sociaux de la mémoire*, a lembrança sempre requer de outros, sempre é coletiva, e é a partir das lembranças coletivas, compartilhadas, que os indivíduos constroem o que acreditam serem memórias individuais. São justamente os marcos sociais os que determinam — e ao mesmo tempo possibilitam — as lembranças, e fazem isso sob a influência ou pressão social, criando inclusive a ilusão, no indivíduo, de que suas lembranças são pessoais e exclusivamente próprias. Ainda que tenha sido observado que o enfoque de Halbwachs tem o problema de desconhecer ou minimizar o indivíduo como verdadeiro sujeito da lembrança, — pois suas lembranças não seriam mais que um eco de instâncias sociais, de memórias coletivas —, apontando o caráter compartilhado dos trabalhos de memória, sua referência a um nós situa uma das dimensões mais relevantes da lembrança: sua implicatura direta na formação dos laços sociais (Halbwachs, 1994; 1997).

9.- O terceiro livro da série *Homo Sacer*, de Giorgio Agamben (2002), intitulado *Lo que queda de Auschwitz. El archivo y el testigo*, está localizado em um terreno incômodo: o do esforço, descrito como inevitável, por compreender Auschwitz. Agamben acredita que, a partir das pesquisas históricas, se sabe muito sobre as circunstâncias nas quais ocorreu Auschwitz, mas isso não significa que se possam notar plenamente suas dimensões éticas e políticas. Se há uma posição “sacralizadora” que se nega a compreender, existe outra que quer explicar tudo às pressas. Agamben recusa ambas e escolhe transitar um caminho que não é mais que “um tipo de comentário perpétuo sobre o depoimento” (Id.:10), sobre o que os sobreviventes têm dito, mas também sobre a presença sem rosto que todo depoimento necessariamente contém, uma tentativa de questionar o que não pode ser testemunhado.

corpo humano a separação absoluta do vivente e do falante, de Zoé e Bios; a reflexão ética que propõe Agamben trata, em contra partida, do valor da palavra. A necessidade de dar testemunho, encarnados relatos de muitos sobreviventes, — dos quais Primo Levi é considerado um caso paradigmático — é a que lhe permite ir para além da dimensão jurídica de categorias como responsabilidade, para situar-se naquela zona cinza onde as condições de julgamento se suspendem devido à indistinção entre o humano e o não humano:

[...] uma zona de irresponsabilidade e de ‘impotencia iudicandi’ que não está situada para além, mas a quem do bem e do mal [...] Esta infame região de irresponsabilidade é nosso primeiro círculo, do qual nenhuma confissão de responsabilidade conseguirá nos arrancar [...] O poder humano faz fronteira com o desumano [...] Daí o desconforto do sobrevivente... (Agamben, 2002: 20).

Existe, a partir das afirmações de Levi, uma testemunha integral e uma pseudo testemunha, o mulçumano¹⁰ e o sobrevivente. É assim que o testemunho se apresenta como um processo no qual participam pelo menos dois sujeitos: por um lado, aquele que sobreviveu, cujo depoimento é menos substancial; por outro, aquele que “foi profundamente atingido”, que é quem tem muito para dizer, mas não pode falar. Quem é então o que fala? Se a pseudo testemunha fala, como diz Levi, é apenas com o objetivo de emprestar sua voz àqueles que já não a têm.

Dir-se-ia, então, que, mediante um mecanismo de delegação, o que fala é o mulçumano:

[...] ou caso se prefira, que não exista um titular do depoimento, que falar, testemunhar, significa entrar em um movimento vertiginoso, no qual algo vai mal, não se subjetiva por completo e cala, e algo se subjetiva e fala sem ter — propriamente — nada o que dizer (‘conto coisas... que não experimentei em minha própria pessoa’). Um movimento, pois, no qual quem não dispõe de palavras faz o falante falar e o que fala leva em sua mesma palavra a impossibilidade de falar, de maneira que o mudo e o falante, o não homem e o homem entram, no depoimento, em uma zona de indeterminação na qual é impossível atribuir a posição de sujeito, identificar a “substância dos sonhos do eu e, com ela, à verdadeira testemunha (Agamben, 2002: 126).

Nesse ponto, a tese de Benveniste (1995) é útil. A partir da afirmação de que é na instância do discurso que o *eu* é designado como sujeito, isto é, que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua, Benveniste analisa os efeitos da subjetividade na linguagem e, seguindo os passos da presença de *si mesmo* como *eu*, ou seja, como locutor na instância do discurso, conclui que se produz no ser humano um ponto unitário de imputação das vivências e dos atos nos quais o sujeito pode referir-se inteiramente como titular. Assim, o linguista dirá que o tempo humano é gerado por meio da presença de *si*

10.- Refere-se ao nome que receberam, nos campos, aqueles prisioneiros que abandonaram toda a vontade de viver e encontram-se em uma situação limite entre o humano e o não humano. Cf. Agamben (2002).

mesmo que o ato de enunciação torna possível. E não apenas isso, a subjetividade repousa, ela também, distante dos acontecimentos que lhe deram origem, na palavra.

Como conciliar essa afirmação com aquela outra que afirma que a testemunha integral é o muçulmano, ou seja, aquele que não pode falar? Agamben recorre, nesse ponto, à diferença estabelecida pela semântica da enunciação (Benveniste, 1986) entre o sujeito empírico (verdadeiro autor, produtor do enunciado) e o sujeito da enunciação (o eu tal como aparece no enunciado através, por exemplo, da dêixis), a qual permitirá estabelecer que em todo enunciado aparecesse marcada uma *posição de sujeito*. Em outros termos, descrever uma formulação, enquanto enunciado, não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse — entre a testemunha e o seu depoimento — mas em determinar qual é a posição na qual um indivíduo é sujeito da enunciação.

Agamben chama de “o paradoxo de Levi” à tensão entre a afirmação de que o sujeito é tão-somente na medida em que está dotado de língua, com a que diz que a testemunha integral é aquela que não pode falar. Este paradoxo expressa a íntima estrutura dupla do depoimento como ato de autoria, como a diferença de uma impossibilidade e de uma possibilidade de dizer, de um servivo e de um falante.

Neste sentido, a autoridade do depoimento não consiste em garantir a verdade factual do enunciado, mas na impossibilidade de que este seja *arquivado*, em sua exterioridade com relação ao arquivo. Sua capacidade de reformulação — sua vitalidade — é o que faz do depoimento, e com ele também das testemunhas, uma fonte indispensável de relatos no processo de compreensão dos acontecimentos do passado.

O depoimento é o efetivo ter lugar em algo que pode não ter tido lugar (no sentido de que pode não ter sido), é a existência efetiva de algo que era apenas uma potência. Nesse sentido é contingente (em oposição ao necessário), uma vez que é a possibilidade que se põe à prova em um sujeito.

A atualidade do passado no presente é uma chave para pensar no terreno ético no qualquer situar-se Agamben. Assim, o depoimento fornece o gesto fundamental, porque deixa esse vestígio, essa sobrevivência na possibilidade — que é, ao mesmo tempo, a impossibilidade — de falar. Porque, de que fala a testemunha? “De algo — fato ou acontecimento, memória ou esperança, alegria ou agonia — que poderia ser registrado no *corpus* do que foi dito? Ou da enunciação, que atesta no arquivo a irredutibilidade do dizer ao jádito? Nem uma coisa, nem outra. Não “enunciável”, “inarquivável” é a língua que o autor consegue testemunhar em sua incapacidade de falar.” (Agamben, 2002: 169). Porquê? Porque somente existe história quando que há experiência, e somente existe experiência quando há depoimento; somente existe depoimento se há o sujeito da palavra, enquanto se produzem “resíduos”, no narrar (se). O depoimento é a narração temporalmente defasada daquela

vivência, isto é, inscreve-se em um regime diferente do da percepção, inscreve-se no regime da memória e no da palavra. Então, a autoridade do depoimento — como observa Giorgio Agamben — não consiste em garantir a verdade factual do enunciado, mas na impossibilidade de que este seja *arquivado*. Sua permanente possibilidade de reformulação — sua vitalidade — é o que faz do depoimento, e com ele, das testemunhas, uma fonte irrenunciável de relatos no processo de compreender os acontecimentos do passado (Agamben, 2002; Oberti e Pittaluga, 2006).

Os limites que apresentam os relatos testemunhais não estão na aparição de um eu subjetivo, de uma primeira pessoa que se colocaria nua, enquanto desliza pelos detalhes existenciais na hora de contar a história, mas na leitura (a interpretação que se faz deles, o uso do próprio relator, o que outros fazem). É um problema epistemológico e não ontológico. A tarefa fundamental consiste, portanto, na escuta.

Esse ponto foi exposto na controvérsia que foi gerada na década de 1980 em torno das figuras mediadoras das vozes dos “subalternos” bem como no debate sobre o regime de verdade ou de veros semelhança que apresenta um depoimento, que teve lugar a partir da publicação da história de vida de Rigoberta Menchú e do papel que teve Elizabeth Burgos Debray (1983) em sua realização. Uma série de perguntas animou o preliminarmente, orientaram a interpretação do relato em relação à figura da dupla autoria. A principal contribuição da entrevistadora e a influência do cenário armado para a situação de entrevista levaram alguns analistas a “suspeitar” da validade desse depoimento, que, por outro lado, foi considerado o fundador de um modo “progressista” e solidário de entender a relação entre “intelectuais comprometidos” e sujeitos sociais “marginais”. O ponto de partida da publicação desse texto é a concepção de que o sujeito informante do discurso testemunhal é uma pessoa com uma biografia original e representativa, cuja posição social é marginal e que se responsabiliza pelo sentido, o conteúdo e sua veracidade.

Em *Me llamo Rigoberta Menchú*, a jovem mulher Maya Quiché narra as dificuldades de sua aldeia. Ela assume a condição de testemunha para narrar a dor de sua comunidade em nome de uma etnia que foi privada da palavra. Entre os inúmeros debates que foram gerados em torno desse texto, está o que questiona se a narração de Rigoberta Menchú é efetivamente uma expressão de um posicionamento étnico ou de um processo de pensamento mestiço. Esse ponto, exposto por E. Burgos, é de grande importância, já que se refere a uma característica do hibridismo essencial do depoimento, que se expressaria, nesse caso, na adoção de elementos culturais de outros por parte do sujeito que enuncia e que se mostram, de maneira implícita ou explícita, em seu relato.¹¹

Esse depoimento exemplar gerou uma discussão que se estende por décadas e que

11. - Após o surgimento do depoimento de Rigoberta Menchú, publicaram-se numerosos textos que o analisam. Cf. entre outros, os publicados no número 36 da Revista de Crítica Literaria Latino americana (1992) e o de David Stoll (1999), o qual questiona a veracidade do relato de Rigoberta.

deixou perguntas-chave a serem consideradas, as quais se referem ao que é atualizado nesse tipo de narração: são conteúdos específicos?, ou é o posicionamento da testemunha enquantotal?¹²

No caso argentino, a pergunta sobre o alcance dos relatos em primeira pessoa relacionados ao nosso passado próximo tem uma conotação muito atual e muito política. De que falam esses relatos, em que termos o fazem e, sobretudo, quem se pronuncia — onde baseiam sua legitimidade — são questões que preocupam na hora de considerar os depoimentos pessoais como materiais para o trabalho de elaboração do passado, especialmente desde que os canais sociais foram habilitados para expor a crônica da militância. É verdade que o “ter estado ali” constitui um mecanismo de legitimação presente nas narrações em primeira pessoa.

A presença, a participação direta nos fatos e acontecimentos são, para o senso comum, fontes seguras de verossimilhança. Ainda que, na realidade, se pode dizer que não se trata de uma característica única dos relatos pessoais, uma vez que toda forma discursiva retém, em sua própria enunciação, modos de construir autoridade e legitimidade para aquilo que enuncia (Mozejko de COSTA, 1988).¹³

Além disso, como os acontecimentos vividos são apenas “ordenáveis” na narração, os relatos com marcas autobiográficas, enquanto construções discursivas, não implicam a presença plena do sujeito que dá origem a eles, mas, por meio de um processo de identificação, a construção de *si como outro*. Uma construção que também não se pode realizarem o auxílio de outros, tanto dos que aparecem no relato durante o processo de invocação, quanto daqueles cujas narrações se confrontam ou confirmam. Os outros que fazem parte da história de cada um de forma indissociável indicam que a biografia de uma pessoa é, de alguma forma, um processo compartilhado. Como observa Mijaíl Bajtin (1999), todo enunciado é produzido para e por outro, e, portanto, esse outro estará presente no enunciado, o qual se forma como “resposta”.¹⁴ Na produção de um relato, ocorre que o locutor, como sujeito empírico que o produz, se distancia de seu enunciado, o qual expressa, então, um sentido que vá para além da “experiência pura”. Esse *plus* de sentido é um dos elementos que permite pensar o depoimento relativo aos anos 1960 e 1970 em uma direção oposta à que aponta Beatriz Sarlo, quando insiste em que do lado da memória não se encontra discussão e confronto crítico.

Precisamente, porque ao narrar aquilo que foi vivido, no mesmo ato de fazê-lo, já há elaboração, atualização. Nada indica que os modos de escrita próprios das ciências soci-

12.- Sobre o depoimento e sua relação com a verdade, cf. também o texto clássico de Shoshana Feldman e Dori Laub (1992).

13.- Se o fato de poder fazer história é, de algum modo, fazer prevalecer uma versão dos fatos como legítima, poder fazer-se história — que é o caso do depoimento dos protagonistas — implica construir para si um mecanismo que legitime o lugar e a função, tanto atuais como futuros, do enunciatador.

14.- Cf. Bajtin (1999), especialmente o capítulo El problema de los géneros.

ais e as regras dos saberes disciplinares sejam, em si mesmos, garantia de maior criticidade, enquanto o depoimento ficaria essencialmente vinculado à repetição mecânica de um relato ingênuo, que não faz mais que acumular detalhes.

Por outro lado, um debate fundamental sobre a experiência armada dos anos 1960 e 1970 na Argentina, como o que foi gerado a partir da publicação da reportagem a Héctor Jouvé, na revista de Córdoba *La Intemperie* (2004), tem a sua gênese nas revelações desse militante. Continua com a carta, também pessoal, de Oscar del Barco e com outras, nas quais as reflexões propostas partem de vivências próprias.¹⁵

RELATO PESSOAL E IDENTIDADE

Em seu texto *La memoria, la historia, el olvido*, Paul Ricœur (2004) explicita o nó fundamental a partir do qual elaborou sua noção de memória: a relação de aporia entre presença e ausência. A memória é, para Ricœur, a presença do ausente. No entanto o “fazer memória” pode assumir duas modalidades antagônicas. Por um lado, aquela que se identifica com a repetição, a pretensão de eliminar qualquer distância entre o passado e o presente e que implica um desconhecimento justamente daquela aporia na qual é fundada a relação passado-presente imanente ao fazer memória. Por outro, a lembrança, que inclui aqueles modos de fazer memória, os quais se apoiam nas ideias de trabalho e de procura da lembrança, que, por sua vez, tem implícita a ideia de percurso.¹⁶

Nesse ponto, gostaria de destacar que, para Ricœur, tanto as situações de excesso como as de escassez de memória representam uma supressão do trabalho e da procura que caracterizam a modalidade da recordação. Se nos encontramos diante de práticas ritualizadas, tão características dos dispositivos de comemoração, comodiante de mecanismos de esquecimento, próprios da resistência de olhar para o passado, trata-se da mesma repetição

15.- O texto de O. del Barco, motivado por uma reportagem a Héctor Jouvé sobre a guerrilha do Ejército Guerrillero del Pueblo, em Salta, e o fuzilamento de dois militantes realizado por integrantes dessa organização, tem a forma de uma carta pessoal, em que não estão ausentes as marcas auto biográficas. A discussão, que se prolongou durante vários anos, deu-se entre a reflexão crítica e a justificativa contextual; no entanto o tom quase íntimo e a escrita em primeira pessoa dos primeiros textos deixaram uma marca profunda na polêmica sem remover a reflexão e a criticidade. Nesse sentido, a carta de del Barco assim como alguns dos textos que o seguiram convidam a falarem primeira pessoa e desse lugar rever os próprios atos, começando por uma interrogação radical sobre os desejos e motivações que guiaram as práticas políticas. Del Barco situa-se, precisamente, em um lugar que lhe permite tomar distância do passado e, ao mesmo tempo, assumir as responsabilidades que esse passado comporta. Para além das divagações posteriores, o debate iniciado por Oscar del Barco se aprofunda em uma indispensável discussão sobre os sentidos de militância armada de 1970 e interpela o pensamento de esquerda na questão-chave da responsabilidade e da relação entre ética e política. O texto de Oscar del Barco foi publicado na seção de Carta aos leitores do n. 17 da revista *La Intemperie* de dezembro de 2004. Várias intervenções sob o título *No matarás?* foram publicadas nos números seguintes, até o n. 23 de agosto de 2005, e, além disso, o debate estendeu-se a outras publicações político-culturais, como *Confinés*, *Conjetural*, *El interpretador*, *El ojo mocho* e ao número 6/7 de *Políticas de la memoria*. No final de 2007, uma parte dos textos do debate foi publicada em forma de livro com o título *No matar. Sobre la responsabilidad* (editado em Córdoba por *La Intemperie*, Ediciones del Cíclope e a Universidad Nacional de Córdoba), e em 2010 foi editado um segundo volume.

16.- P. Ricœur desenvolve esses conceitos de maneira complexa no decorrer de diferentes textos. A formulação que sigo aqui está fundamentada em *La historia, la memoria, el olvido* (2004).

da memória. O que essas duas situações têm em comum, para Ricoeur, é que evitam o momento da procura e do trabalho, apresentando um “déficit de crítica”. É nesse sentido que Ricoeur propõe a ideia de “memória justa”. Justa, porque guarda a necessária distância para escapar da mera repetição por meio da crítica, evitando o excesso tanto quanto a escassez; sem crítica não há distância, sem distância há repetição.¹⁷

Quando a memória atua dessa forma atinge, entre outras questões, o problema da identidade, tanto pessoal como coletiva. Ricoeur aponta que a identidade tem uma dupladimensão, *idem* e *ipse*. Enquanto a identidade *idem* refere diretamente aqueles traços que permanecem invariantes no decorrer do tempo, é estável e permite identificar um indivíduo como tal depois de um tempo, o polo do *ipse* contém aqueles aspectos do si próprio que não permanecem idênticos no tempo, mas que constituem ainda uma modalidade de “permanência” de nível diferente. Porque, para além das mudanças que o caráter ou a personalidade de um indivíduo possa sofrer, o que Ricoeur denomina identidade *ipse* constitui um polo da identidade pessoal que desafia qualquer variação em crenças e pensamentos, e assume, ainda assim, a palavra empenhada. Se for considerado ainda que a promessa geralmente dá-se frente a outros, a fidelidade da palavra dada implica necessariamente esses outros. Deste modo, a consistência do *self*, longe de estar dada pela invariância, supera o desafio da mudança. Manter-se no decorrer do tempo depende de uma complexa interação desses dois tipos de identidade (Ricoeur, 2004).

No entanto a identidade, assim como a memória, não é frágil apenas por estar submetida às transformações do tempo. Ricoeur diz que ambas necessitam de uma narração, que sempre se constitui na relação com outros. Outros, que são condição necessária para a narração (portanto para a identidade e a memória) e também uma fonte de instabilidade e mudança.

Essa presença dos outros faz com que, nos relatos pessoais, nesse caso, os depoimentos, no mesmo ato de dizer (para si mesmo, como utros e para outros) tenham também uma dimensão do fazer. Os depoimentos contêm atos de justificação, denegação, acertos de contas, perdões, condenações, traições e acusações. Mediante os relatos testemunhais, pode-se interrogar o passado e revisitá-lo de fora e ao mesmo tempo de dentro da experiência, porque aqueles que narram suas vivências daquela época são e, ao mesmo tempo, não são os mesmos.

UM ARQUIVO EXEMPLAR

O Archivo Oral de Memoria Abierta começou seu trabalho no ano de 2001, em um momento em que não havia iniciativas similares nem no país, nem na região, e havia uma

17.- Um desenvolvimento extenso dessa questão encontra-se no capítulo Ricoeur o la memoria como trabajo, de Memorias en montaje (Obert e Pittaluga, 2006).

necessidade urgente de resguardar, preservar e tornar públicos depoimentos fundamentais para conhecer o passado ditatorial. Desde a sua criação, esse projeto produziu um acervo — cuja importância tem sido reconhecida tanto na Argentina como no exterior — que consiste em depoimentos que referem, de diferentes modos, as consequências do regime repressivo implementado na Argentina pela última ditadura militar.

O regime ditatorial procurou apagar os vestígios de suas ações, mas não completamente. Ou seja, procurou apagar as evidências visíveis dos crimes, mas também mostrou, de maneira expressiva, os efeitos do terror em uma sociedade reconfigurada. Os relatos dos protagonistas foram fundamentais, desde os primeiros momentos, para denunciar, mostrar e demonstrar o que estava ocorrendo. Esses relatos também atestam que os efeitos paralisantes do terror foram compensados por práticas e discursos de distintos setores da sociedade civil — dentre os quais, as organizações de direitos humanos ocupam um lugar principal.

Os depoimentos que compõem o Archivo Oral de Memoria constituem relatos que demonstram todas estas questões: que os crimes ocorreram, quem foram as vítimas, quais eram os projetos sociais e políticos que os encorajavam, que ações se realizaram e se realizam até hoje para opor-se ao terror e a seus efeitos.

Nesta ocasião, queremos apresentar um balanço geral do trabalho que realizamos nesses 10 anos e uma reflexão teórico-metodológica sobre o estatuto de testemunho, para a compreensão de processos sociais complexos, que se apoia na experiência de trabalho diária com esses materiais.

Por intermédio de histórias pessoais, esses relatos dão conta das experiências dos sujeitos e também dos fatos mais significativos de nosso passado recente. São depoimentos de familiares de vítimas da repressão estatal, militantes, sobreviventes de centros clandestinos de detenção, presos políticos, exilados, intelectuais, artistas e profissionais e integrantes de sindicatos, de organizações políticas, sociais e religiosas. Cada depoimento refere-se à experiência pessoal relacionada com os principais processos sociais, políticos e ideológicos da segunda metade do século XX, com ênfase especial na mobilização social e política, no terrorismo de Estado e na luta pelos direitos humanos durante a ditadura e sob o posterior regime constitucional. São narrativas que vão além da mera sucessão de lembranças de fatos mais ou menos significativos, que atualizam a experiência e refletem sobre ela, abrindo espaço a novas instâncias de compreensão ética e política. Essa atualização coloca em jogo, cada vez, uma nova ordem do relato; suas nuances expressam esse reposicionamento, que é constitutivo do ato de testemunhar.

A construção do Archivo Oral abrange um conjunto de ações que são anteriores e posteriores ao registro do testemunho. Elas começam no momento em que se definem os nomes das pessoas com as quais se vai fazer contato para a entrevista e continuam com o

tratamento documental do material produzido. Por outro lado, juntamente com a produção de depoimentos, o Archivo Oral realiza muitas outras atividades: conserva e processa as entrevistas para torná-las acessíveis para consulta; publica livros e materiais educativos; edita peças audiovisuais e multimídia, que integram distintas produções de Memoria Abierta; realiza documentários e cede testemunhos para serem incorporados a diversas produções audiovisuais.

O Archivo Oral tem sido um modelo para a elaboração de outros programas na Argentina e em diferentes países. Por essa razão, respondemos a pedidos de assessoria, realizamos consultorias e oferecemos cursos a diferentes instituições e, no mesmo sentido, temos realizado um conjunto de entrevistas junto a instituições argentinas cujos objetivos são similares aos de Memoria Abierta.

O arquivo, que ocupa um lugar central na transmissão da memória e da identidade institucional da Memoria Abierta, tem conseguido espalhar amplamente as suas vozes e as suas imagens. Nossos materiais educativos e exposições multimídia, as amostras itinerantes ou os livros que temos publicado incluem seus conteúdos. Mas, além disso, fragmentos deste arquivo são parte de muitas outras iniciativas que se realizaram nesta década de trabalho e que hoje constituem ferramentas para documentar e pensar o passado recente argentino.

A tarefa com arquivos supõe um inevitável trabalho de representação. Eles fazem sentido na medida em que implicam necessariamente a presença de um outro que os consulte e que, tornando-os próprios, os fazem significativos. Para contribuir nesse processo, Memoria Abierta abre seu acervo documental para a consulta pública, promove políticas claras de acesso aos arquivos que contenham informação sobre violações aos Direitos Humanos, e produz conteúdos, a fim de aprofundar o conhecimento sobre o passado recente.

O lugar do depoimento, nesse sentido, tem sido fundamental para a denúncia e a inversão da lógica da repressão ilegal. Assim, apesar da impossibilidade de ter acesso direto à documentação sobre violações aos Direitos Humanos, os crimes perpetrados pelo Estado foram conhecidos através dos depoimentos daqueles que os sofreram.

Assim como esperamos que os arquivos que compõem *Memoria Abierta* se tornem recursos para pesquisadores e estudantes, queremos também que, a partir de sua consulta, constitua-se (em) um espaço onde a sociedade civil encontre relatos que permitam elaborar algumas respostas, por mais precárias que sejam, para as perguntas sobre “como foi possível”.

Os materiais que produzimos mantêm o mesmo espírito. Não pretendem dar respostas únicas e definitivas, mas, sim, terão alcançado seus objetivos se conseguirem provocar pergunta sem quem os consultam e se conseguirem despertar a necessidade de buscar

respostas.

No âmbito de *Memoria Abierta*, assistimos a “trabalhos de memória” — múltiplos e diversos — que nos mostraram a capacidade reparadora destas experiências. Uma entrevista, uma série de fotos recobradas, uma carta recuperada para ser lida por outros, o reconhecimento de grupo de um muro ou de alguns azulejos são atos voluntários de reparação das consequências da catástrofe e um exercício de restabelecimento dos laços sociais anteriormente quebrados, ao mesmo tempo que acreditamos que as iniciativas de *Memoria Abierta* têm contribuído para colocar esse passado em um lugar dinâmico e profundamente político que lhe corresponde no presente.

REFERÊNCIAS

- AAVV. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*. n. 36, 1992.
- AAVV. *No matar. Sobre la responsabilidad*. Córdoba: La Intemperie, del Cíclope y UNC. 2007.
- AGUILAR, Paula; BACCI, Claudia; INSAUSTI, Joaquín; CORDERO, Laura Fernández; GASPARÍN, Florencia; GUEMBE, María Laura; OBERTI, Alejandra; PELLER, Mariela; VACAREZZA, Nayla. El análisis de los discursos sociales. Más allá y más acá de la crítica a la referencialidad, 2009. Em *Revista Question* n° 22. (URL: <http://www.perio.unlp.edu.ar/question>. acesso 26 de dezembro de 2013)
- ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico. Dilemas de la subjetividad contemporánea*. Buenos Aires: FCE, 2002.
- BACCI, Claudia; OBERTI, Alejandra. El futuro de las revoluciones. Una reflexión teórica metodológica de los testimonios de militantes revolucionarios de los 60 y 70 en Argentina. Comunicação apresentada no XXXI International Congress of the Latin American Studies Association “Towards a New Social Contract”. Washington DC, 29 de maio a 1° de junho, 2013.
- BACCI, Claudia; OBERTI, Alejandra; SKURA, Susana. Testimonios en archivos: nuevas perspectivas. *História Oral*, v. 15, n. 2, p. 33-49, jul.-dez, 2012.
- BAJTIN, Mijail. *Estética de la creación verbal*. México: Siglo XXI. 1999.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística general*. Tomo II. México: Siglo XXI. 1995.
- BOURDIEU, Pierre. La ilusión biográfica. Em *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción*. Barcelona: Anagrama, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *La miseria del mundo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica., 2000.
- BURGOS, Elizabeth. *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. México: Siglo XXI, 1983.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición. Los campos de concentración en la Argentina*, Buenos Aires: Colihue, 1998.
- DE ÍPOLA, Emilio. *La bamba. Acerca del rumor carcelario*. Buenos Aires: Siglo XXI. 2005.
- DEL BARCO, Oscar. Carta. Em *La Intemperie* 17. Córdoba, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *Lo que queda de Auschwitz. El archivo y el testigo. Homo Sacer III*. Valencia:

Pre-textos.2002.

FELMAN, Soshana; LAUB, Dori.. *Testimony. Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History*. London and New York: Routledge,1992.

FOUCAULT, Michel. “El polvo y la nube”. Em AAVV. *La imposible prisión: debate con Michel Foucault*. Barcelona: Anagrama, 1982.

GIDDENS, Anthony. El estructuralismo, el postestructuralismo y la producción de la cultura. Em Giddens, A. e J. Turner (eds.). *La teoría social hoy*. Madrid: Alianza, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. París: Albin Michel, 1994.

HALBWACHS, Maurice (1997). *La mémoire collective*. París: Albin Michel, 1997.

JOUVÉ, Héctor. Entrevista. Em *La Intemperie* n° 15 e 16. Córdoba.

LEJEUNE, Philippe. *El pacto autobiográfico y otros estudios*. Málaga: Megazul Endymion, 1994.

MOREY, Miguel. *Lectura de Foucault*: Madrid: Taurus, 1986.

MOZEJKO, Danutade Costa. La posición del enunciador con respecto al enunciado en “Historia verdadera de la conquista de la Nueva España e Historia de las Indias”. Em *Estudios semiótico* n°15. Barcelona, 1998.

OBERTI, Alejandra e PITTALUGA, Roberto. *Memorias en montaje. Escrituras de la militancia y pensamientos sobre la historia*. Santa Fe: María Muratore,2012.

PITTALUGA, Roberto. Apuntes parapensar la historia del pasado reciente. Em *El Rodaballo* n° 15. Buenos Aires, 2004.

PITTALUGA, Roberto. Miradas sobre el pasado reciente argentino. Las escrituras en torno a la militancia setentista. Em Franco M. e Levin F. (comps.). *Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: FCE,2004.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

SCHUSTER, Federico. Exposición. Hermenéutica y Ciencias Sociales. Em AAVV. *El oficio del investigador*. Rosario: Homo Sapiens, 1995.

STOLL, David. *Rigoberta Menchú y la historia de todos los guatemaltecos pobres*, 1999. Disponívelem: <http://www.nodulo.org/bib/stoll/rmg.html>. Accesoem: 23 de fevereiro de 2007.

UNA RELACIÓN COMPLEJA CON EL PASADO EL TESTIMONIO Y LA MEMORIA EN ARGENTINA

ALEJANDRA OBERTI

En las páginas que siguen reflexiono acerca de la relación con el pasado que se establece en los testimonios sobre la militancia política argentina de los años setenta, tomando una serie de formulaciones de Michel Foucault, Giorgio Agamben y Paul Ricœur como punto de partida. Adicionalmente, en una segunda parte del texto, describo el trabajo realizado en el Archivo Oral de Memoria Abierta.¹

I – ACERCA DEL ESTATUTO DEL TESTIMONIO

A fines de la década de 1970, el historiador Jacques Leonard formuló una serie de objeciones a *Vigilar y castigar* de Michel Foucault, quien le contestó con un texto que lleva por título “El polvo y la nube” (1982).² De esa extensa respuesta quiero subrayar una cuestión que considero esencial para el estudio del pasado reciente, la diferencia entre el análisis de un *problema* y el estudio de un *período*:

Quien, en efecto, quiera estudiar un «período» o al menos una institución durante un período determinado, se impone dos reglas por encima de las demás: tratamiento exhaustivo de todo el material y equitativa distribución del examen. Quien al contrario, quiere tratar un «problema» surgido en un momento determinado, debe seguir otras reglas: elección del material en función de los datos del problema; focalización del análisis sobre los elementos susceptibles de resolverlo; establecimiento de las relaciones que permiten esta solución. Y, por tanto, indiferencia

1.- Memoria Abierta es una acción coordinada de organismos de derechos humanos que trabaja desde 1999 para preservar la memoria de las consecuencias del terrorismo de Estado en la sociedad argentina, así como de las experiencias precedentes de activismo social y político. Desarrolla diversos programas de trabajo a través de los cuales preserva, recupera, cataloga y difunde las colecciones de las organizaciones que la conforman. El Archivo Oral produce testimonios audiovisuales como un modo de transmitir y legar a las futuras generaciones la memoria del pasado reciente. En la actualidad el Archivo cuenta con casi 900 testimonios tomados a familiares de desaparecidos durante la última dictadura (padres y madres, abuelas, hijos e hijas, parejas, hermanos/as y otros); sobrevivientes y ex detenidos de centros clandestinos de detención así como de prisiones legales; militantes sociales y políticos de la época; exiliados; miembros de organismos sociales y políticos, funcionarios locales e internacionales, entre otros que, aunque no se reconocen como víctimas directas de la dictadura, expresan la persistencia o la percepción de las marcas de la represión en sus prácticas y discursos. El Archivo Oral es de acceso público, es decir que la identidad de los/las testificantes es pública, las personas aparecen a cámara y los registros muestran sus nombres y datos verdaderos (aunque con acceso limitado a datos sensibles). <http://www.memoriaabierta.org.ar/>

2.- Este debate ha sido analizado y puesto en relación con las discusiones acerca del problema del anacronismo en los estudios sobre el pasado reciente en un trabajo colectivo del Grupo de Estudios Feministas formado por Paula Aguilar, Claudia Bacci, Joaquín Insausti, Laura Fernández Cordero, Florencia Gasparín, María Laura Guembe, Alejandra Oberti, Mariela Peller y Nayla Vacarezza. Ese análisis ha sido publicado parcialmente en Aguilar et al (2009).

a la obligación de decirlo todo, incluso de satisfacer al jurado de especialistas congregados. [...] Sólo se pueden denunciar las «ausencias» en un análisis si se ha entendido el principio de las presencias que figuran en él (Foucault, 1982: 5).

Para Foucault la diferencia fundamental estriba en la posibilidad de producir interrogantes concretos, no ya la búsqueda hermenéutica de un sentido subyacente sino la posibilidad de formular problemas y preguntas que siempre son hechas en el presente. La pertinencia del *corpus* seleccionado y construido no se basa en la confrontación de la exactitud y la inexactitud de “los hechos” sino en la presentación de la pregunta.

Por otra parte, en la perspectiva de Foucault, tampoco sería importante la veracidad de los documentos ni la imputación de coherencia entre su “intención” y resultados. Lo que importa son los efectos de superficie, efectos que pueden hacerse visibles a partir de la formulación del problema. La inclusión de un reglamento, un tratado, un boletín escolar, un registro, como parte de una estrategia discursiva, parte siempre de una pregunta presente y no cierra su atravesamiento y potencial funcionamiento en otras múltiples estrategias. Como señala Miguel Morey a propósito del método foucaultiano, no se trata “de buscar la verdad del pasado sino el pasado de nuestras verdades” (Morey, 1986: 21). Ante los efectos actuales de las tecnologías de poder, Foucault procede aislando los componentes de la tecnología política de hoy e identificándolos hacia atrás en el tiempo (Foucault, 1982: 147-148). Estos componentes no tienen necesariamente la misma importancia en el pasado, justamente porque se han retratado desde una mirada presente, imbricados en otras relaciones sociales, en otras condiciones de emergencia. En esta especial forma de anacronismo no se trata entonces de proyectar sentidos actuales hacia atrás en la historia, sino de renunciar al proyecto de escribir la “verdadera” historia del pasado, y pensar desde el presente.

Tomando estas formulaciones como consideraciones preliminares, en las páginas que siguen reflexiono acerca de la relación con el pasado que se establece en los testimonios sobre la militancia política argentina de los años setenta.

LA PRIMERA PERSONA EN CUESTIÓN

Como ya ha sido señalado, en el *corpus* de producciones, voces y discursos sobre el pasado reciente argentino, abundan los materiales en los que predomina la marca de lo testimonial. Sin embargo, esto no ocurre solamente en este campo. Por el contrario, la discusión acerca de la validez de los relatos personales para la comprensión de los fenómenos de naturaleza social e histórica ha atravesado a las ciencias sociales, y se relaciona con la discusión acerca de su propio estatuto como “ciencia”,³ pero se ha incrementado en la medida en que el

3.- En su texto clásico, *Las nuevas reglas del método sociológico* (1987), publicado originalmente en 1967, Anthony Giddens reseña las fuentes

recurso a las metodologías cualitativas y, entre ellas, al uso del testimonio se ha extendido en todas las ramas de las ciencias sociales. A la antropología —y en particular la etnometodología— que ha manifestado un interés pionero por la incorporación de la voz de los protagonistas como fuente de material observable, se le ha sumado una disposición similar en la sociología y en la historia a través de la historia oral. En ese sentido, Leonor Arfuch (2002) desarrolló el concepto de espacio biográfico, entendido como un territorio múltiple donde confluyen los géneros literarios tradicionales, aquellos que marcaron el nacimiento del sujeto moderno (confesiones, auto/biografías, memorias, diarios íntimos, correspondencias), y una multiplicidad de formas narrativas afines (la entrevista mediática, el *talk show*, el film testimonial, los relatos de vida de las ciencias sociales, la historia de las mujeres o la historia oral). La idea de espacio no remite a un sistema armónico, estructurado en torno de una forma “ilustre” como la autobiografía (Lejeune; 1994)⁴, sino a una zona híbrida donde imperan procedimientos narrativos que configuran el relato dotándolo de inteligibilidad al incorporar de manera explícita la voz del otro.⁵

El registro de la palabra del testigo implicó de cierta manera una pretensión de literalidad en la cual esa palabra estaría en sí misma dotada de la espontaneidad suficiente como para representar “el caso” y además para dar lugar a la generalización.⁶ No obstante esta discusión extendida, ante la multiplicación de este tipo de narrativa para

teóricas y el recorrido histórico del concepto de comprensión en las ciencias sociales. Partiendo de la *Verstehen* de Dilthey y pasando por la apropiación crítica de Weber, la comprensión se va transformando en método. En este sentido, un paso fundamental está dado por la reformulación que realizó Alfred Schutz quien, influenciado por la fenomenología de Husserl, desarrolló una fundamentación filosófica para la metodología weberiana. Un punto central del planteo de Schutz es la pregunta acerca de cómo se puede acceder a la perspectiva del otro. La respuesta tiene, en realidad, dos partes. “Se puede” porque los sujetos forman su conciencia no de modo individual ni aislado, sino que ésta se forma socialmente, intersubjetivamente. En relación a “cómo” acceder: serán los seguidores de Schutz quienes desarrollen técnicas cualitativas que son las más aptas para reconstruir efectivamente la perspectiva de otro. Es central la influencia de Schutz en Garfinkel y los etnometodólogos y en Peter Berger y Niklas Luhmann. Por otro lado, el comprensivismo lingüístico cuya figura más importante es Peter Winch, y la corriente filosófica hermenéutica representada por Hans Gadamer y por Paul Ricoeur (cuyas conceptualizaciones se retoman más abajo) constituyen desarrollos posteriores en el marco de las teorías comprensivistas. Para un análisis pormenorizado de la noción de comprensión en las ciencias sociales, además del libro mencionado de Giddens, cfr. Schuster (1995).

4.- La escritura autobiográfica tiene una larga tradición en la cultura occidental. Se trata de un género que se habría conformado como tal junto con el nacimiento del sujeto moderno, y que está compuesto por relatos de diversa índole tal como memorias, diarios íntimos y confesiones, y otras derivaciones. El surgimiento de la autobiografía como una expresión del yo promovió, en los orígenes de la modernidad, un discurso novedoso, expresión del individuo que se veía a sí mismo cada vez más como el centro del mundo. La autobiografía propiamente dicha, escrita (mayoritariamente) por hombres, no demoró en convertirse en una autobiografía formal que no es más que uno de los discursos culturales que textualizan y aseguran la pertinencia patriarcal al definir a las mujeres como el “otro” de esas narraciones. Philippe Lejeune señala que la biografía (y la autobiografía) se constituyeron como sistemas armónicos, estructurados en torno a una forma ilustre. Por otro lado, en sus márgenes surgieron otras formas de narraciones del yo en las cuales las mujeres incursionaron con mayor libertad: epistolarios, diarios, memorias familiares.

5.- Esta expansión de lo testimonial alcanzó incluso a Pierre Bourdieu quien, en *La miseria del mundo* (2000), incluyó de manera completa una serie de entrevistas con las que intenta dar cuenta de las dificultades de la vida cotidiana en la Francia contemporánea.

6.- Se trata de la “ilusión biográfica”, tal como la denominó Bourdieu (1997), que si bien no debería esperarse que el investigador descarte, debe

el caso del pasado reciente argentino, algunos críticos han señalado una suerte de “exceso”, al tiempo que han cuestionado su validez. Tal es el caso del planteo que desarrolla Beatriz Sarlo en su libro *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo* (2005). Preocupada por el giro subjetivo que detecta en las ciencias sociales y en particular a la hora de referirse al pasado reciente argentino, Sarlo contrapone a lo que llama explosión testimonialista, otras maneras de presentar y trabajar sobre las experiencias personales.

Algunos textos comparten con la literatura y las ciencias sociales las precauciones frente a una empiria que no haya sido construida como problema; y desconfían de la primera persona como producto directo de un relato. Recurren a una modalidad argumentativa porque no creen del todo en que lo vivido se haga simplemente visible, como si pudiera fluir de una narración que acumula detalles en el modo realista-romántico” (Sarlo, 2005: 95).

Los textos a los que se refiere son *Poder y desaparición* de Pilar Calveiro (1998) y *La bamba* de Emilio de Ípola (2005). Ambos autores han sufrido la represión de manera directa y podrían constituirse en narradores en primera persona de las experiencias vividas; sin embargo optan por un modo de presentación que excede “la narración” a través de la búsqueda de principios explicativos. Apelan entonces al bagaje de recursos teóricos que les ofrece la sociología, se distancian de los hechos vividos, no privilegian la primera persona del relato y someten sus experiencias a los controles epistemológicos que les proveen las reglas de los saberes disciplinarios. Todos estos reparos metodológicos, insiste todavía Sarlo, “[p]resuponen lectores que buscan explicaciones que no estén sólo sostenidas en la petición de verdad del testimonio, ni en el impacto moral de las condiciones que colocaron a alguien en la situación de ser testigo o víctima, ni en la identificación” (Sarlo, 2005: 95).

Sin embargo, a la constatación del valor de los textos de Pilar Calveiro y de Emilio de Ípola y la afirmación de que el haber sido protagonista directo no funda necesariamente el derecho a la verdad sobre un fenómeno social, Sarlo suma otros elementos. Dice que su libro “reacciona no frente a los usos jurídicos y morales del testimonio, sino frente a sus otros usos públicos” (Sarlo, 2005: 23). Le preocupa la transformación del testimonio en emblema de una verdad con mayúscula y en recurso principal a la hora de hablar del pasado; se opone a la confianza ingenua en la primera persona a la vez que otorga un estatuto diferenciado a ciertos procesos sociales.

[E]l discurso sobre los crímenes, porque denuncia el horror, tiene prerrogativas precisamente por el vínculo entre horror y humanidad que comporta. Otras narraciones, incluso pronunciadas por las víctimas o sus representantes, que se inscriben en un tiempo anterior (los tardíos años sesenta y los primeros setenta del siglo XX para el caso argentino), que suelen aparecer entrelazadas, ya porque provengan del mismo narrador, ya porque se sucedan unas a otras, **no tienen las mismas prerrogativas y, en la tarea de reconstruir** la época clausurada por

sí tornarse explícita para evitar que la ilusión de transparencia con que la biografía se presenta se imponga por sí misma.

las dictaduras, pueden ser sometidas a crítica (Sarlo, 2005: 63).

Por otro lado, las narraciones testimoniales de los militantes políticos y de los intelectuales que activaron en las décadas anteriores, al contrario de lo que sucede con los testimonios acerca de la dictadura, no son la única fuente de conocimiento: hay muchos otros tipos de documentos que puedan dar cuenta de esos hechos. No hay justificación posible para no someter esas narraciones, insiste Sarlo, al examen del saber histórico y a las reglas epistemológicas de las ciencias sociales.⁷

La reivindicación de la teoría y la intelección que realiza Beatriz Sarlo deja, sin embargo, por fuera de la crítica y de la interrogación metodológica a esos otros modos de escribir sobre el pasado que abarcan a todas aquellas producciones que respetan el conjunto de reglas relativas a la investigación y circulan por los canales institucionales definidos por ese mismo campo, que tienen a su vez condiciones de producción y de posibilidad. En ese sentido, es necesario señalar que los discursos académicos han abordado tardíamente el pasado reciente, después que otros tipos de producciones, periodísticas, artísticas y testimoniales que ya en los primeros años de la transición elaboraron un volumen considerable de materiales.⁸

Desde esta perspectiva, y aun atendiendo a las reservas sobre lo testimonial que expone Sarlo, se puede señalar que la multiplicación de este tipo de narraciones sobre los años setenta, antes que obstaculizar la comprensión del pasado reciente, constituye un elemento indispensable en la reconstrucción crítica de la experiencia de ese pasado. Son un basamento desde el cual partir, en tanto esas voces, si se despliegan otras que las tengan como interlocutoras, harán más rico todo el campo de memorias en conflicto. En cualquier caso, que un tipo de relato (por caso el testimonial) se convierta en el hegemónico no depende sólo de él, sino de la presencia o ausencia de otros modos de acercarse al pasado. En primer lugar, porque el testimonio, como dice Roberto Pittaluga, es más que el relato de la vivencia que realiza un sujeto que “ha sido protagonista” y que por el simple hecho de haber “estado allí” transmite sus recuerdos íntimos y personales, adheridos a la percepción sensible. En lo que se transmite al narrar lo vivido hay siempre una interpretación, en donde el pasado que

7.- Entiendo que la distinción que plantea Sarlo entre los relatos de los sobrevivientes (cuando éstos refieren a las experiencias de la represión estatal) de aquellas narraciones (enunciadas en algunos casos por los mismos sujetos, aunque no siempre) que hablan sobre el período previo (los años sesenta y los primeros setenta) no es de tipo epistemológico sino moral: “si no sometemos todas las narraciones sobre los crímenes de las dictaduras al escrutinio ideológico, no hay razón moral para pasar por alto este examen cuando se trata de las narraciones sobre los años que las precedieron o sobre hechos ajenos a los de la represión, que les fueron contemporáneos” (Sarlo, 2005: 64) (el destacado me pertenece). Los argumentos para tomar en cuenta positivamente el valor del testimonio que se desarrollan aquí son del orden del pensamiento (de lo pensable) y no de la moral y, en un sentido análogo, los cuidados epistemológicos se deben extender a todos los testimonios. La distinción entre un valor social (y de justicia) para el testimonio y un valor epistemológico como documento para la disciplinas académicas deja de lado el estatuto social del conocimiento.

8.- Roberto Pittaluga analiza el campo académico de estudios sobre la militancia refiriéndose fundamentalmente a la producción del campo de la historia. Cfr. Pittaluga (2007).

se recuerda aparece de otros modos: lo que se llama transmisión de la experiencia y se adjudica sólo a quienes estuvieron *presentes*, es una elaboración retrospectiva de la misma presencialidad (Pittaluga, 2004). Segundo, y estrechamente vinculado con lo anterior, porque en el testimonio nunca hay un solo sujeto (un sujeto en soledad). Se narra para alguien, se narra con alguien. En otros términos, toda narración, por más personal que sea, contiene diferentes destinaciones, interlocuciones y fuentes: el recuerdo no es “propio” sino construido entre muchos, como el discurso.⁹ Y, por último, porque la distancia temporal entre los hechos relatados y el momento en el que se los relata suma experiencias e interpretaciones propias de otras temporalidades.

Giorgio Agamben formula una definición de testigo en esa línea y que será la adoptada aquí. Su material de trabajo es el testimonio referido al exterminio de los campos de concentración del nazismo, sin embargo, el tratamiento del problema que realiza excede ese marco y constituye un basamento con el cual abordar distintos tipos relatos personales.

¿DE QUÉ HABLA UN TESTIGO?

Giorgio Agamben dice que en latín¹⁰ hay dos palabras para decir testigo. Por un lado *testis*, significa aquel que se pone como tercero en una disputa; por otro, *supertes*, que refiere a quien, habiendo vivido una experiencia, puede contarla (Agamben, 2002). Más adelante, agrega todavía un tercer sentido: el testimonio es siempre un acto de *auctor*, que presupone algo que lo preexiste y que debe ser certificado, así el testigo tiene más autoridad

9.- En la senda de la por entonces ascendente sociología durkheimniana, Maurice Halbwachs acuñó la idea de memoria colectiva. Sin embargo, no la concibió como aquella memoria que surgiría de algún tipo de entrelazamiento o síntesis de las diversas memorias individuales, sino que propuso pensar el proceso exactamente a la inversa. Para el autor de *Les cadres sociaux de la mémoire*, la rememoración siempre requiere de otros, siempre es colectiva, y es a partir de los recuerdos colectivos, compartidos, que los individuos construyen lo que creen son memorias individuales. Son justamente los marcos sociales los que determinan —y a la vez posibilitan— los recuerdos, y lo hacen bajo el modo de la influencia o la presión social, creando incluso la ilusión al individuo de que sus recuerdos son personales y exclusivamente propios. Aun cuando se ha señalado que el enfoque de Halbwachs tiene el problema de desconocer o minimizar al individuo como sujeto genuino de la rememoración —pues sus recuerdos no serían más que un eco de instancias sociales, de memorias colectivas—, el señalamiento del carácter compartido de los trabajos de memoria, su referencia a un nosotros, sitúa una de las dimensiones más relevantes de la rememoración: su implicancia directa en la constitución de los lazos sociales (Halbwachs, 1994 y 1997).

10.- El tercer libro de la serie *Homo Sacer* de Giorgio Agamben (2002), titulado *Lo que queda de Auschwitz*. El archivo y el testigo se ubica en un terreno incómodo: el del esfuerzo, que califica de ineludible, por comprender Auschwitz. Agamben considera que, a partir de las investigaciones históricas, se sabe mucho acerca de las circunstancias en las que tuvo lugar Auschwitz, pero esto no implica que se puedan advertir plenamente sus dimensiones éticas y políticas. Si hay una posición “sacralizadora” que se niega a comprender, existe otra que quiere presurosamente explicar todo. Agamben rechaza ambas y elige transitar un camino que no es más que “una suerte de comentario perpetuo sobre el testimonio” (id.: 10), sobre lo que han dicho los sobrevivientes, pero además sobre la presencia sin rostro que todo testimonio contiene necesariamente, un intento de interrogar aquello que no puede ser testimoniado.

que el hecho testimoniado.

Los militantes, en la medida en han sido protagonistas de la experiencia narrada, se constituyen en testigos por derecho propio —atravesaron la experiencia hasta el final y sobrevivieron— a la vez, muchas veces, testimonian en nombre de aquellos que no han sobrevivido —o de aquellos que no hablan— y son, entonces, terceros; pero, en un caso u otro, su testimonio es un acto de autor, es decir, con su relato certifican algo que les preexiste y cuya fuerza debe ser confirmada.

El planteo de Agamben se sostiene en la experiencia límite que es el campo de concentración y que encarna la ambición suprema del biopoder moderno: producir en el cuerpo humano la separación absoluta del viviente y el hablante, de *Zoé* y *Bios*; la reflexión ética que propone Agamben habla, en contraposición, del valor de la palabra. La necesidad de dar testimonio, encarnada en los relatos de muchos sobrevivientes, —de los cuales Primo Levi es considerado un caso paradigmático— es la que le permite ir más allá de la dimensión jurídica de categorías como responsabilidad, para situarse en aquella *zona gris* donde las condiciones de juicio se suspenden debido a la indistinción entre lo humano y lo no-humano:

[...] una zona de irresponsabilidad y de '*impotentia judicandi*' que no está situada más allá, sino más acá del bien y del mal [...] Esta infame región de irresponsabilidad es nuestro primer círculo, del que ninguna confesión de responsabilidad conseguirá arrancarnos [...] El poder humano confina con lo inhumano [...] De aquí el malestar del superviviente..." (Agamben, 2002: 20)

Existe, a partir de las afirmaciones de Levi, un testigo integral y un pseudo testigo, el musulmán¹¹ y el superviviente. Es así que el testimonio se presenta como un proceso en el que participan al menos dos sujetos: por un lado aquel que ha sobrevivido, cuyo testimonio es menos sustancial; por otro, aquel que "ha tocado fondo" que es quien tiene mucho para decir, pero no puede hablar. ¿Quién es, entonces el que habla? Si el pseudo testigo habla, como dice Levi, es sólo con el objeto de prestar su voz a aquellos que ya no la tienen. Se diría, entonces, que, mediante un mecanismo de delegación, el que habla es el musulmán:

[...] o sí se prefiere, que no hay un titular del testimonio, que hablar, testimoniar, significa entrar en un movimiento vertiginoso, en el que algo se va a pique, se desubjetiva por completo y calla, y algo se subjetiva y habla sin tener —en propio— nada que decir ('cuento cosas... que no he experimentado en mi propia persona'). Un movimiento, pues, en el que quien no dispone de palabras hace hablar al hablante y el que habla

11.- Se refiere al nombre que recibieron en los campos aquellos prisioneros que abandonaron toda voluntad de vivir y se encuentran en una situación límite entre lo humano y lo no humano. Cfr. Agamben (2002).

lleva en su misma palabra la imposibilidad de hablar, de manera que el mudo y el hablante, el no hombre y el hombre entran, en el testimonio, en una zona de indeterminación en la que es imposible asignar la posición de sujeto, identificar la ‘sustancia soñada’ del yo y, con ella, al verdadero testigo.” (Agamben, 2002: 126)

En este punto son de utilidad las tesis de Benveniste (1995). A partir de la afirmación de que es en la instancia del discurso en la que *yo* se designa como sujeto, es decir, que el fundamento de la subjetividad está en el ejercicio de la lengua, Benveniste analiza los efectos de la subjetividad en el lenguaje y, siguiendo las huellas de la presencia de *sí mismo* como *yo*, es decir como locutor en la instancia del discurso, encuentra que se produce en el ser humano un punto unitario de imputación de las vivencias y los actos en el cual el sujeto puede referirse íntegramente como su titular. Es así, dirá el lingüista, que la temporalidad humana se genera por medio de la presencia de *sí mismo* que el acto de enunciación hace posible. Y no sólo. La subjetividad reposa, ella también, distante de los acontecimientos que le dieron origen, en la palabra.

¿Cómo compatibilizar esta afirmación con aquella otra que señala que el testigo integral es el musulmán, o sea aquel que no puede hablar? Agamben recurre en este punto a la diferencia establecida por la semántica de la enunciación (Benveniste, 1986), entre el sujeto empírico (autor efectivo, productor del enunciado) y el sujeto de la enunciación (el yo tal como aparece en el enunciado a través, por ejemplo, de la deixis), la que permitirá establecer que en todo enunciado aparece marcada una *posición del sujeto*. En otros términos, describir una formulación, en tanto enunciado, no consiste en analizar las relaciones entre el autor y lo que ha dicho —entre el testigo y su testimonio— sino en determinar cuál es la posición en la cual un individuo es sujeto de la enunciación.

Agamben llama “la paradoja de Levi” a la tensión entre la afirmación de que el sujeto es tal sólo en la medida en que está dotado de lengua, con la que dice que el testigo integral es aquel que no puede hablar. Esta paradoja expresa la íntima estructura dual del testimonio como acto de autor, como diferencia de una imposibilidad y una posibilidad de decir, de un viviente y de un hablante.

En este sentido, la autoridad del testimonio no consiste en que garantiza la verdad factual del enunciado, sino en la imposibilidad de que este sea *archivado*, en su exterioridad con relación al archivo. Su capacidad de reformulación —su vitalidad— es lo que hace del testimonio, y con él de los testigos, una fuente irrenunciable de relatos en el proceso de comprender los sucesos del pasado.

El testimonio es el efectivo tener lugar de algo que pudo no tener lugar (en el sentido de que pudo no haber sido), es la existencia efectiva de algo que era sólo una potencia, en ese sentido es contingente (por oposición a necesario), ya que es la posibilidad que se

pone a prueba en un sujeto.

La actualidad del pasado en el presente es una clave para pensar en el terreno ético en el cual se quiere situar Agamben. En este sentido, el testimonio le aporta el gesto fundamental porque deja ese resto, esa sobrevivencia en la posibilidad —que es la vez la imposibilidad— de hablar. Porque, ¿de qué habla el testigo? “¿De algo —hecho o acontecimiento, memoria o esperanza, júbilo o agonía— que podría ser registrado en el *corpus* de lo ya dicho? ¿O de la enunciación, que atesta en el archivo la irreductibilidad del decir a lo dicho? Ni de una cosa, ni de la otra. No enunciable, inarchivable es la lengua en que el autor consigue dar testimonio de su incapacidad de hablar” (Agamben, 2002: 169). ¿Por qué? Porque sólo hay historia en la medida que hay experiencia y sólo hay experiencia cuando hay testimonio; sólo hay testimonio si hay sujeto de la palabra, en tanto se produce “resto”, en el narrar(se).

El testimonio es la narración desfasada temporalmente de aquella vivencia, es decir, se inscribe en un régimen distinto al de la percepción, se inscribe en el régimen de la memoria, y en el de la palabra. Entonces, la autoridad del testimonio —como señala Giorgio Agamben— no consiste en que garantiza la verdad factual del enunciado, sino la imposibilidad de que éste sea *archivado*. Su permanente posibilidad de reformulación —su vitalidad— es lo que hace del testimonio, y con él de los testigos, una fuente irrenunciable de relatos en el proceso de comprender los sucesos del pasado (Agamben, 2002; Oberti y Pittaluga, 2006).

Los límites que presentan los relatos testimoniales no están en la aparición de un yo subjetivo, de una primera persona que se pondría al desnudo mientras se desliza por los detalles existenciales a la hora de contar la historia, sino en la lectura (la interpretación que se hace de ellos, el uso del propio relator, el que hacen otros). Es un problema epistemológico y no ontológico. La tarea fundamental consiste, por lo tanto, en la escucha.

Este punto ha quedado expuesto en la controversia que se generó en la década del ‘80 en torno a las figuras mediadoras de las voces de los “subalternos”, y el debate en torno al régimen de verdad o de verosimilitud que presenta un testimonio, que tuvo lugar a partir de la publicación de la historia de vida de Rigoberta Menchu y del papel que tuvo Elizabeth Burgos Debray (1983) en su hechura. Una serie de preguntas animaron el debate: ¿es posible que sus palabras fueran gravemente distorsionadas? ¿Quién es la autora? ¿Quién es testigo? ¿De qué habla ese testimonio, de lo que le sucedió a Rigoberta Menchu y a su familia o de lo que le podría suceder a cualquier integrante de esa comunidad? Estas preguntas, formuladas de manera preliminar, orientaron la interpretación del relato hacia la figura de la doble autoría. El aporte fundamental de la entrevistadora y la influencia de la escena armada para la situación de entrevista ha llevado algunos analistas a “sospechar” de la validez de ese testimonio, que, por otro lado, ha sido considerado fundante de un

modo “progresista” y solidario de entender la relación entre “intelectuales comprometidos” y sujetos sociales “marginales”. El punto de partida de la publicación de este texto es la concepción de que el sujeto informante del discurso testimonial es una persona con una biografía original y representativa, cuya posición social es marginal y que toma a su cargo la responsabilidad del sentido, del contenido y de su veracidad. En *Me llamo Rigoberta Menchú* la joven mujer maya quiché narra las penurias de su aldea. Ella asume su condición de testigo para narrar el dolor de su comunidad en nombre de una etnicidad que ha sido privada de la palabra.

Entre los numerosos debates que se generaron en torno a este texto, está el de si la narración de Rigoberta Menchú es efectivamente una expresión de un posicionamiento étnico o de un proceso de pensamiento mestizo. Este punto expuesto por E. Burgos es de gran importancia ya que se hace referencia a una característica de hibridez esencial del testimonio que se expresaría en este caso en la adopción de elementos culturales de otros, por parte del sujeto que enuncia y que se muestran de manera implícita o explícita en su relato.¹²

Este testimonio ejemplar generó una discusión que atraviesa ya décadas y ha dejado preguntas claves a ser consideradas que refieren a qué es lo que actualizan este tipo de narraciones ¿son contenidos específicos? o ¿es el posicionamiento del testigo en tanto tal?¹³

En el caso argentino, la pregunta acerca del alcance de los relatos en primera persona referidos a nuestro pasado cercano tiene una connotación muy actual y muy política. De qué hablan esos relatos, en qué términos lo hacen y, sobre todo, quiénes se pronuncian—dónde basan su legitimidad— son cuestiones que preocupan a la hora de considerar los testimonios personales como materiales para el trabajo de elaboración del pasado, especialmente desde que se habilitaron los canales sociales para exponer la crónica de la militancia.

Es cierto que el “haber estado allí” constituye un mecanismo legitimador presente en las narraciones en primera persona. La presencia, la participación directa en hechos y acontecimientos es, para el sentido común, una fuente segura de verosimilitud. Aunque, en verdad, se puede decir que no se trata de una característica que poseen únicamente los relatos personales, ya que toda forma discursiva retiene en su misma enunciación modos de

12.- Luego de la aparición del testimonio de Rigoberta Menchú se publicaron numerosos textos que lo analizan. Cfr. entre otros, los publicados en el número 36 de la Revista de Crítica Literaria Latinoamericana (1992) y el de David Stoll (1999) quien cuestiona la veracidad del relato de Rigoberta.

13.- Sobre el testimonio y su relación con la verdad, cfr. también el texto clásico de Shoshana Feldman y Dori Laub (1992).

construir autoridad y legitimidad para lo que enuncia (Mozejko de Costa, 1988).¹⁴

Pero además, como los acontecimientos vividos sólo son “ordenables” en la narración, los relatos con marcas autobiográficas en tanto construcciones discursivas, no implican la presencia plena del sujeto que les da origen sino, a través de un proceso identificatorio, la construcción de *sí como otro*. Construcción que, además, no se puede realizar sin el auxilio de otros, tanto aquellos traídos al relato en el proceso de invocación, como aquellos con los que las narraciones propias se confrontan o confirman. Los otros que forman parte de la historia de cada quien de modo indisociable, indican que la biografía de una persona es, de algún modo, un proceso compartido. Tal como plantea Mijaíl Bajtin (1999), todo enunciado es producido para y por otro, y por lo tanto ese otro estará presente en el enunciado, que se conforma como “respuesta”.¹⁵ En la producción de un relato, ocurre que el locutor, en tanto sujeto empírico que lo produce, se distancia de su enunciado, el cual expresa, entonces, un sentido que va más allá de la “pura vivencia”. Ese plus de sentido es uno de los elementos que permite pensar el testimonio relativo a los años sesenta y setenta en una dirección opuesta a la que señala Beatriz Sarlo cuando insiste en que del lado de la memoria no encuentra discusión y confrontación crítica. Precisamente, porque al narrar lo vivido, en el mismo acto de hacerlo, ya hay elaboración, actualización. Nada indica que los modos de escritura propios de las ciencias sociales y las reglas de los saberes disciplinarios sean, en sí mismos, garantía de mayor criticidad, mientras el testimonio quedaría esencialmente atado a la repetición mecánica de un relato ingenuo que no hace más que acumular detalles.

Por otro lado, un debate fundamental acerca de la experiencia armada de los años sesenta y setenta en la Argentina, como ha sido el que se generó a partir de la publicación del reportaje a Héctor Jouvé en la revista cordobesa *La intemperie* (2004), tiene su génesis en las revelaciones de este militante, continúa con la carta también personal de Oscar del Barco y con otras en las cuales las reflexiones propuestas parten de vivencias propias.¹⁶

14.- Si poder hacer historia es, de algún modo, hacer prevalecer una versión de los hechos como legítima, poder hacerse historia —que es el caso del testimonio de los protagonistas— implica construir para sí un mecanismo que legitime el lugar y la función tanto actuales como futuros, del enunciador.

15.- Cfr. Bajtin, (1999), especialmente el capítulo “El problema de los géneros”.

16.- El texto de O. del Barco, motivado por un reportaje a Héctor Jouvé a propósito de la guerrilla del Ejército Guerrillero del Pueblo en Salta y el fusilamiento de dos militantes llevado adelante por integrantes de esa organización, tiene la forma de una carta personal donde no están ausentes las marcas autobiográficas. La discusión, que se ha prolongado durante varios años, se debatió entre la reflexión crítica y la justificación contextual; sin embargo, el tono casi intimista y la escritura en primera persona de los primeros textos dejaron una huella profunda en la polémica sin quitarle reflexión y criticidad. En ese sentido, la carta de del Barco, como también algunos de los textos que le siguieron, invitan a hablar en primera persona y desde allí revisar los propios actos comenzando por una interrogación radical acerca de los deseos y motivaciones que guiaron las prácticas políticas. Del Barco se sitúa, precisamente, en un lugar que le permite tomar distancia del pasado y a la vez asumir las responsabilidades que ese pasado comporta. Más allá de las derivas posteriores, el debate iniciado por Oscar del Barco se adentra en una indispensable discusión acerca de los sentidos de militancia armada setentista e interpela al pensamiento de izquierda en la cuestión clave de la responsabilidad y de la

RELATO PERSONAL E IDENTIDAD

En su texto, *La memoria, la historia, el olvido*, Paul Ricœur (2004) explicita el nudo fundamental desde el cual elaboró su noción de memoria: la relación aporética entre presencia y ausencia. La memoria es, para Ricœur, la presencia de lo ausente. Sin embargo, el “hacer memoria” puede asumir dos modalidades antagónicas. Por un lado, aquella que se identifica con la repetición, la pretensión de eliminar cualquier distancia entre el pasado y el presente y que implica un desconocimiento justamente de aquella aporía sobre la cual se funda la relación pasado-presente inmanente al hacer memoria. Por otro, la rememoración, que incluye aquellos modos de hacer memoria que se apoyan en las ideas de trabajo y de búsqueda del recuerdo, que tienen implícitas a su vez la idea de recorrido.¹⁷

En este punto, quisiera destacar que para Ricœur tanto las situaciones de exceso como de escasez de memoria representan una elisión del trabajo y la búsqueda que caracterizan la modalidad de la rememoración. Ya sea que nos encontremos ante unas prácticas ritualizadas, tan características de los dispositivos de conmemoración, como ante mecanismos de olvido, propios de la resistencia a mirar el pasado, se trata de la misma memoria repetición. Lo que tienen en común para Ricœur estas dos situaciones es que eluden el momento de la búsqueda y del trabajo, presentando un “déficit de crítica”. Es en ese sentido que Ricœur propone la idea de “memoria justa”. Justa porque guarda la necesaria distancia para escapar a la mera repetición por medio de la crítica, eludiendo el exceso tanto como la escasez; sin crítica no hay distancia, sin distancia hay repetición.¹⁸

Que la memoria actúe de este modo tiene efecto, entre otras cuestiones, sobre el problema de la identidad, tanto personal como colectiva. Ricœur señala que la identidad tiene una doble dimensión, *idem* e *ipse*. Mientras que la identidad *idem* refiere de manera directa a aquellos rasgos capaces de permanecer invariantes a lo largo del tiempo, es estable y permite identificar a un individuo como tal transcurrido un tiempo, el polo del *ipse* contiene aquellos aspectos del sí que no permanecen idénticos en el tiempo pero que constituyen todavía una modalidad de “permanencia” de nivel diferente. Porque, más allá de

relación entre ética y política. El texto de de Oscar del Barco, se publicó en la sección del correo de lectores del nº 17 de la revista *La Intemperie* de diciembre de 2004. Varias intervenciones, bajo el título “¿No matarás?”, se publicaron en los números siguientes, hasta el nº 23 de agosto de 2005, y además el debate se extendió a otras publicaciones político-culturales, como *Confinés*, *Conjetural*, *El interpretador*, *El ojo mocho* y el número 6/7 de *Políticas de la memoria*. A fines de 2007 una parte de los textos del debate se publicaron en forma de libro con el título *No matar*. Sobre la responsabilidad (editado en Córdoba por *La Intemperie*, Ediciones del Cíclope y la Universidad Nacional de Córdoba) y en 2010 se editó un segundo volumen.

17.- P. Ricœur desarrolla estos conceptos de manera compleja a lo largo de diferentes textos. La formulación que sigo aquí está tomada fundamentalmente de *La historia, la memoria, el olvido* (2004).

18.- Un desarrollo extenso de esta cuestión se encuentra el capítulo “Ricœur o la memoria como trabajo” de *Memorias en montaje* (Oberti y Pittaluga, 2006).

los cambios que pueda sufrir el carácter o la personalidad de un individuo, lo que Ricœur denomina identidad *ipse* constituye un polo de la identidad personal que desafía cualquier variación en creencias y pensamientos, y se hace cargo, aun así, de la palabra empeñada. Si además se considera que la promesa es generalmente frente a otros, la fidelidad de la palabra dada implica necesariamente a esos otros. De este modo, la consistencia del *self*, lejos de estar dada por la invariancia, supera el desafío del cambio. El mantenimiento de sí en el tiempo depende de una compleja interrelación de estos dos tipos de identidad (Ricœur, 2004).

Pero la identidad, como la memoria, no es frágil únicamente por estar sometida a los avatares del tiempo. Ricœur insiste en que ambas necesitan de una narración que siempre se constituye en relación con otros. Otros que son condición necesaria para la narración (entonces para la identidad y la memoria) y a la vez fuente de inestabilidad y de cambio. Esa presencia de los otros, hace que en los relatos personales, para el caso los testimonios, en el mismo acto de *decir* (para sí, con otros y para otros) también tengan una dimensión del *hacer*. Los testimonios contienen actos de justificación, denegación, ajustes de cuentas, perdones, condenas, traiciones y acusaciones. A través de los relatos testimoniales se puede interrogar el pasado y revisitarlo desde *afuera y a la vez desde adentro de la experiencia*, porque quienes narran sus vivencias de aquella época son y, a la vez, no son los mismos.

II –UN ARCHIVO EJEMPLAR

El Archivo Oral de Memoria Abierta comenzó su trabajo, en el año 2001, en un momento en el cual no había iniciativas similares ni en el país, ni en la región, y había una necesidad acuciante de resguardar, preservar y hacer públicos testimonios fundamentales para conocer el pasado dictatorial. Desde su formación, este proyecto ha producido un acervo -cuya importancia ha sido reconocida tanto en la Argentina como en el exterior- y que consiste en testimonios que refieren de diferentes modos a las consecuencias del régimen represivo implementado en la Argentina por la última dictadura militar.

El régimen dictatorial buscó borrar las huellas de su accionar, pero no del todo. Es decir, buscó borrar las evidencias visibles de los crímenes, pero a la vez, mostró de manera elocuente los efectos del terror en una sociedad reconfigurada. Los relatos de los protagonistas han sido fundamentales, desde los primeros momentos, para denunciar, mostrar y demostrar lo que estaba sucediendo. Esos relatos también atestiguan que los efectos paralizantes del terror han sido contrarrestados por prácticas y discursos de distintos sectores de la sociedad civil –entre los cuales ocupan un lugar principal las organizaciones de derechos humanos.

Los testimonios que componen el Archivo Oral de Memoria constituyen relatos que demuestran todas esas cuestiones: que los crímenes sucedieron, quiénes fueron las víc-

timas, cuáles eran los proyectos sociales y políticos que los animaban, que acciones se realizaron y se realizan hasta hoy para oponerse al terror y a sus efectos.

En esta ocasión queremos presentar un balance del trabajo que realizamos en estos 10 años y una reflexión teórico metodológica acerca del estatuto de testimonio para comprensión de procesos sociales complejos que se apoya en la experiencia de trabajo cotidiano con estos materiales.

A través de historias personales, estos relatos dan cuenta de las experiencias de los sujetos y a la vez de los hechos más significativos de nuestro pasado reciente. Son testimonios de familiares de víctimas de la represión estatal, militantes, sobrevivientes de centros clandestinos de detención, presos políticos, exiliados, intelectuales, artistas y profesionales e integrantes de organizaciones políticas, gremiales, sociales y religiosas. Cada testimonio refiere a la experiencia personal puesta en relación con los principales procesos sociales, políticos e ideológicos de la segunda mitad del siglo XX, con especial énfasis en la movilización social y política, el terrorismo de Estado y la lucha por los derechos humanos durante la dictadura y bajo el régimen constitucional posterior. Son narraciones que exceden la mera sucesión de recuerdos de hechos más o menos significativos, en tanto actualizan la experiencia y reflexionan sobre ella, haciendo lugar a nuevas instancias de comprensión ética y política. Esa actualización pone en juego, cada vez, un nuevo ordenamiento del relato, sus matices expresan ese reposicionamiento, que es constitutivo del acto de testimoniar.

La construcción del Archivo Oral comprende un conjunto de acciones que son anteriores y posteriores al registro del testimonio. Éstas comienzan en el momento en que se definen los nombres de las personas con quienes se va a tomar contacto para la entrevista y continúan con el tratamiento documental del material producido.

Por otro lado, conjuntamente con la producción de testimonios, el Archivo Oral lleva adelante muchas otras actividades: conserva y procesa las entrevistas para hacerlas accesibles a la consulta; publica libros y materiales educativos; edita piezas audiovisuales y multimedia que integran distintas producciones de Memoria Abierta; realiza documentales y cede testimonios para ser incorporados a diversas producciones audiovisuales.

El Archivo Oral ha resultado un modelo para el armado de otros programas en Argentina y en otros países. Por esa razón respondimos a solicitudes de asesoramiento, realizamos consultorías y ofrecimos cursos a diferentes instituciones y en el mismo sentido, hemos realizado colecciones de entrevistas junto a instituciones argentinas cuyos objetivos son similares a los de Memoria Abierta.

El Archivo, que ocupa un lugar central en la transmisión de la memoria y en la identidad institucional de Memoria Abierta, ha logrado esparcir ampliamente sus voces y sus imágenes. Nuestros materiales educativos y exhibiciones multimedia, las muestras itinerantes o los libros que hemos publicado incluyen sus contenidos. Pero además, fragmentos

de este archivo son parte de numerosas otras iniciativas que tuvieron lugar en esta década de trabajo y que hoy constituyen herramientas para documentar y pensar el pasado reciente argentino.

La tarea con archivos supone un ineludible trabajo de representación. Éstos cobran sentido en tanto implican necesariamente la presencia de un otro que los consulte y que, haciéndolos propios, los torne significantes. Para contribuir en ese proceso, Memoria Abierta abre su acervo documental a la consulta pública, promueve políticas claras de acceso a los archivos que contengan información acerca de violaciones a los Derechos Humanos, y produce contenidos, con el fin de profundizar el conocimiento sobre el pasado reciente.

El lugar del testimonio, en este sentido, ha sido fundamental en la denuncia e inversión de la lógica de la represión ilegal. Así, pese a la imposibilidad de tener acceso directo a la documentación sobre violaciones a los Derechos Humanos; los crímenes perpetrados por el Estado han podido conocerse a través de los testimonios de quienes los sufrieron. Así como esperamos que los archivos que componen Memoria Abierta se conviertan en recursos para investigadores y estudiantes, quisiéramos también que, a partir de su consulta, se constituya (en) un espacio donde la sociedad civil encuentre relatos que permitan elaborar algunas respuestas, por precarias que éstas resulten, a las preguntas sobre “cómo fue posible”.

Los materiales que producimos guardan el mismo espíritu. No pretenden dar respuestas únicas y concluyentes, más bien, habrán alcanzado sus objetivos si consiguen provocar preguntas en quienes los consultan y si logran despertar la necesidad de buscar respuestas.

En el marco de Memoria Abierta asistimos a “trabajos de memoria” -múltiples y diversos- que nos han mostrado la capacidad reparadora de estas experiencias. Una entrevista, una serie de fotos recobradas, una carta recuperada para ser leída a otros, el reconocimiento grupal de un muro o unas baldosas, constituyen actos voluntarios de reparación de las consecuencias de la catástrofe y un ejercicio de restablecimiento de los lazos sociales anteriormente quebrantados, a la vez creemos que las iniciativas de Memoria Abierta han contribuido a colocar a ese pasado en el lugar dinámico y profundamente político que le corresponde en el presente.

BIBLIOGRAFÍA

AAVV (1992). *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana* n° 36.

AAVV (2007). *No matar. Sobre la responsabilidad*. Córdoba: La Intemperie, del Cíclope y UNC.

Aguilar, Paula, Claudia Bacci, Joaquín Insausti, Laura Fernández Cordero, Florencia Gas-

- parín, María Laura Guembe, Alejandra Oberti, Mariela Peller y Nayla Vacarezza (2009). El análisis de los discursos sociales. Más allá y más acá de la crítica a la referencialidad. En *Revista Question* n° 22. (URL: <http://www.perio.unlp.edu.ar/question>, acceso 26 de diciembre de 2013]
- Arfuch, Leonor (2002). *El espacio biográfico. Dilemas de la subjetividad contemporánea*. Buenos Aires: FCE.
- Bacci Claudia y Oberti Alejandra (2013). El futuro de las revoluciones. Una reflexión teórico metodológica de los testimonios de militantes revolucionarios de los 60 y 70 en Argentina. Ponencia presentada en el XXXI International Congress of the Latin American Studies Association “Towards a New Social Contract”. Washington DC, 29 de mayo al 1° de junio.
- Bacci, Claudia, Alejandra Oberti y Susana Skura (2012). Testimonios en archivos: nuevas perspectivas. *História Oral*, v. 15, n. 2, p. 33-49, jul.-dez.
- Bajtín, Mijail (1999). *Estética de la creación verbal*. México: Siglo XXI.
- Benveniste, Emile (1995). *Problemas de lingüística general*. Tomo II. México: Siglo XXI.
- Bourdieu, Pierre (1997). La ilusión biográfica. En *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción*. Barcelona: Anagrama.
- Bourdieu, Pierre (2000). *La miseria del mundo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Burgos, Elizabeth (1983). *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. México: Siglo XXI.
- Calveiro, Pilar (1998). *Poder y desaparición. Los campos de concentración en la Argentina*, Buenos Aires: Colihue.
- De Ípola, Emilio (2005). *La bamba. Acerca del rumor carcelario*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Del Barco Oscar (2004). Carta. En *La Intemperie* 17. Córdoba.
- Agamben, Giorgio (2002). *Lo que queda de Auschwitz. El archivo y el testigo. Homo Sacer III*. Valencia: Pre-textos.
- Felman, Soshana y Dori Laub (1992). *Testimony. Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History*. London and New York: Routledge.
- Foucault, Michel (1982). “El polvo y la nube”. En AAVV. *La imposible prisión: debate con Michel Foucault*. Barcelona: Anagrama.
- Giddens, Anthony (1990). El estructuralismo, el postestructuralismo y la producción de la cultura. En Giddens, A. y J. Turner (eds.). *La teoría social hoy*. Madrid: Alianza.
- Halbwachs, Maurice (1994). *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. París: Albin Michel
- Halbwachs, Maurice (1997). *La mémoire collective*. París: Albin Michel.
- Jouvé, Héctor (2004). Entrevista. En *La Intemperie* n° 15 y 16. Córdoba.
- Lejeune, Philippe (1994). *El pacto autobiográfico y otros estudios*. Málaga: Megazul Endymion.
- Morey, Miguel (1986). *Lectura de Foucault*. Madrid: Taurus.
- Mozejko de Costa, Danuta (1998). La posición del enunciador con respecto al enunciado en “Historia verdadera de la conquista de la Nueva España e Historia de las Indias”. En

Estudios semiótico n°15. Barcelona.

Oberti, Alejandra y Pittaluga Roberto (2012). *Memorias en montaje. Escrituras de la militancia y pensamientos sobre la historia*. Santa Fe: María Muratore.

Pittaluga Roberto (2004). Apuntes para pensar la historia del pasado reciente. En *El Rodaballo* n° 15. Buenos Aires.

Pittaluga Roberto, Miradas sobre el pasado reciente argentino. Las escrituras en torno a la militancia setentista (2007). En Franco M. y Levin F. (comps.). *Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós.

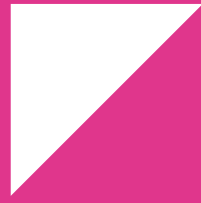
Ricoeur, Paul (2004). *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: FCE.

Sarlo, Beatriz (2005). *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Schuster, Federico (1995). Exposición. Hermenéutica y Ciencias Sociales. En AAVV. *El oficio del investigador*. Rosario: Homo Sapiens.

Stoll, David (1999). *Rigoberta Menchú y la historia de todos los guatemaltecos pobres*. En

--



AS MULHERES, A DITADURA
E A LUTA PELA LIBERDADE

ARIANE LEITÃO

AS MULHERES, A DITADURA E A LUTA PELA LIBERDADE

ARIANE LEITÃO¹

I. INTRODUÇÃO

Instaurada no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, a ditadura civil-militar é caracterizada por promover mudanças contínuas no cenário político, social, econômico e cultural do país. Mudanças essas aliadas à repressão político-social aos que se opunham ao sistema imposto. Foram 21 anos de ditadura civil-militar que, para sempre, serão lembrados na história do estado brasileiro. Na memória e no corpo de quem viveu intensamente os anos de chumbo, essas lembranças permanecem vivas, especialmente para as mulheres que assumiram o papel de agentes políticos de resistência, ao mesmo tempo em que rompiam com os padrões tradicionais impostos a elas na época.

Identificar o que era permitido, ou não, somente foi possível quando o governo brasileiro, por temer a radicalização dos movimentos de oposição, inseriu o “golpe dentro do golpe” por meio do Ato Institucional nº 5 (o AI-5 de 13 de Dezembro de 1968), dando início ao período que ficou conhecido como “os anos de chumbo” (Ventura, 1988).

Com a suspensão das garantias individuais e dos direitos políticos, a confrontação deixou de existir apenas no campo ideológico e a luta armada foi levada para as ruas e para os porões, através das torturas. Perceber a participação feminina nesse contexto pode colaborar também para a compreensão da construção social da identidade feminina, vinculada às relações de gênero com o campo político na história recente do país, quando as mulheres assumiram novos papéis, rompendo com os códigos que ditavam as normas da época.

A bandeira da luta pela libertação, empunhada pelos vários segmentos que compunham o movimento contra a ditadura, gradativamente era impossibilitada de ser explicitada, pois não estava de acordo com a ideologia da Segurança Nacional imposta. Apolítica de perseguição, legitimada por códigos, normas e leis, cada vez mais ampliava seu poder, torturando, matando, exilando e fazendo desaparecer quem se opunha ao governo (Almeida & Weis, 2002). Essas condições, aliadas à transformação de valores e novos movimentos de reconstrução sóciopolítica, contribuíram para que se encontrassem novas formas de existir para resistir (Martins Filho, 1987; Ferreira, 1996; Carmo, 2001).

¹ Bacharel em Direito pela Universidade do Vale dos Sinos, é fundadora do Comitê Carlos de Ré e atualmente é titular da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul.

II. O CENÁRIO E AS IDENTIDADES FEMININAS

Dentro desse contexto, de ressignificação das mudanças sociais promovidas pela ditadura civil-militar, um movimento de reconhecimento da participação feminina no processo de construção da democracia, que marcou a época, precisa ser intensificado. Ainda sem nenhum levantamento oficial sobre a participação das mulheres, dados da Comissão Nacional da Verdade chegaram a cogitar que 11% das pessoas que estiveram na luta contra a ditadura eram do sexo feminino. Entre 1995 e 2013, o governo federal reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de 216 pessoas e pelo desaparecimento de outras 140 durante a ditadura militar. De acordo com dados da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 23 mulheres foram mortas e 15 estão desaparecidas. Além de esta força serem nestas trágicas estatísticas, as mulheres protagonizaram ações bem mais perigosas que as dos homens durante a época do regime militar no Brasil e enfrentaram, sem medo, as torturas e injúrias recebidas por aqueles que as maltratavam.

Neste processo, as mulheres representam parte significativa da memória histórica brasileira. Lideraram organizações clandestinas e movimentos de resistência, denunciando as barbáries cometidas nos porões da ditadura brasileira, atuando também, ainda que de forma discreta, nas frentes armadas. Elas abrigavam militantes e, por vezes, cuidavam de esconderijos. Quando eram pegas, tinham pela frente não apenas a tortura, mas também as injúrias e a violência sexual por parte de seus agressores. Muitas mulheres do Rio Grande do Sul dedicaram sua juventude na luta contra o a imposição arbitrária e prepotente dos que protagonizaram o golpe militar, provando que também neste cenário o preconceito ao gênero se revela fortemente, já que a repressão por elas sofrida era mais brutalizada ainda que aquela sofrida por seus companheiros homens, também vítimas daqueles dias de opressão.

A ação das forças repressivas adquiria caráter ainda mais perverso quando se tratava da tortura feminina, com violações sexuais, mutilações, insultos e ameaças baseadas na condição gênero. Não são raros os casos de militantes que engravidaram de seus algozes e situações de torturas concomitantes de mães e filhos. Ser mulher, para o regime militar, significava, mais um elemento que acrescia aos requintes de crueldade capitaneados pelos militares, com participação ativa de civis que, além de financiar o regime e violentar essas mulheres, ainda faziam questão de assistir às terríveis sessões de tortura. As militantes mulheres sabiam dos riscos que corriam se fossem descobertas. Elas não seriam aliviadas pelo fato de serem mulheres. Em depoimentos, essas batalhadoras diziam que usavam, até mesmo, jornais velhos como absorvente.

Sob este aspecto, as consequências da ditadura militar sobre os familiares das militantes políticas podem ser compreendidas no estudo de Gianordoli-Nascimento (2006) realizado com ex-presas políticas durante o regime. Nos relatos, estão presentes as perdas e o sofrimento causado pela repressão aos membros de suas famílias. Ainda é possível perceber

que, como forma de as atingirem e fragilizarem suas resistências, familiares eram presos, perseguidos e ameaçados, produzindo culpas nessas mulheres, marcas que até os dias atuais ainda estão presentes em suas lembranças.

Os relatos presentes na obra de Gianordoli-Nascimento (2006) apontam para um momento em que as mulheres que optaram pela luta armada, independente se na frente das mobilizações ou na organização, abrindo mão da família e da dedicação intelectual, sofreram retaliações nos ambientes de trabalho e familiar, além de sofrerem violências físicas, psicológicas e morais.

Ao enfatizar a presença feminina em um momento histórico como o de enfrentamento à ditadura civil-militar contribuimos para o reconhecimento do lugar social da mulher, com mais acesso, entrada e voz em um ambiente no qual o comando da violência era perpetrado por homens para homens. Imperava a representação da mulher-mãe passiva, esperavam delas mais subserviência, ingenuidade, submissão (Gianordoli-Nascimento, I. F., Veloso, F. G. C., Silva, S. A. T. C., Cruz, J. P. D. & Oliveira, F. C., 2012)

A presença feminina ainda é identificada, dentro do quadro político da época, através do duplo papel transgressor desempenhado por elas. Sendo ao mesmo tempo agentes políticas, com atuação contra o regime, e agentes de gênero, subvertendo o padrão de comportamento que se esperava ser apresentado por elas. “Esse duplo papel pode ser considerado motivador de uma atenção especial dada pela repressão às mulheres militantes ou envolvidas com a militância, gerando, quando comparadas aos homens militantes, um maior desprezo a elas direcionado” (Gianordoli-Nascimento, I. F., Veloso, F. G. C., Silva, S. A. T. C., Cruz, J. P. D. & Oliveira, F. C., 2012).

As autoras ainda acrescentam que as mulheres que foram para as ruas, em busca de democracia contra o autoritarismo militar, “não se enquadravam na figura emblemática da mulher naquela época, submissa e recatada”. Gianordoli-Nascimento (2006) ainda vai além, ao analisar o lugar que as mulheres, enquanto mães, ocuparam na dinâmica da repressão. A autora destaca o fato de os militares se utilizarem da presença das mães para sensibilizarem as presas e os presos políticos a falarem.

Identificar o papel e a participação das mulheres durante a ditadura pode contribuir para entender a construção social da identidade feminina a partir daquele período. E, especialmente, as transformações na busca pela garantia dos direitos humanos e no processo de libertação feminina, rompendo com o estereótipo de que o papel da mulher deveria estar restrito ao espaço doméstico, atuando como mãe, esposa ou dona de casa, vivendo de forma

subjugada à supremacia cultural masculina.

O enfrentamento à ditadura sob a perspectiva feminina ainda é um aspecto pouco abordado. O comportamento “transgressor” de mulheres militantes contribuiu significativamente para mudanças dos padrões comportamentais femininos da época. O resgate sociocultural dos anos de chumbo está sendo realizado através de testemunhos de quem vivenciou a história. Na luta por justiça, as mulheres que enfrentaram esses dias de martírio contam com o trabalho da Comissão Estadual da Verdade (CEV), desde 2012, a qual busca atender e atingir dois objetivos: apurar as violações de direitos humanos ocorridas no país, no período compreendido entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, em especial, durante os governos instaurados a partir do golpe militar de 1964, e recuperar a história da brava luta das mulheres gaúchas.

A CEV, entidade congênere no âmbito da administração pública estadual, foi criada pelo governador Tarso Genro frente à importância e, sobretudo, à enorme dimensão do trabalho a ser executado pela Comissão Nacional da Verdade, e tem como objetivo reunir a documentação existente, promover audiências públicas, inquirir pessoas e coligar dados, visando reconstruir a história das violações aos direitos humanos ocorridas naquela quadra nefasta da vida nacional, no território gaúcho –, ou mesmo fora dele, mas contra pessoas aqui nascidas.

Entre os relatos de mulheres que participaram da luta contra a ditadura civil-militar, como Ignez Maria Serpa, a Martinha, e Nilce Cardoso, lideranças torturadas pelos representantes do regime, também puderam ser analisadas na primeira edição dos Diálogos Feministas, em que a Secretaria de Políticas para as Mulheres do RS, em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, proveram o painel: “Protagonismo Feminino na Luta contra a Ditadura Civil-Militar”.

A atividade, que ocorreu no Museu de Direitos Humanos do Mercosul e contou com o apoio das organizações Coletivo Feminino Plural e Comitê Carlos de Ré, teve como principal objetivo iniciar a construção do acervo da luta feminista contra a ditadura no Mercosul, apresentando as interfaces das mulheres latino americanas e o papel protagonista que tiveram para a construção da democracia em seus países. Além disto, implementar políticas públicas de memória e verdade no estado é fundamental para que toda a sociedade gaúcha conheça a verdade histórica de nosso país, passando necessariamente por um recorte de gênero. Na discussão promovida pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria Estadual da Cultura e outros órgãos ligados aos temas femininos e de direitos humanos, o tom não foi apenas de reflexão, mas de projeção. É importante dar notoriedade à participação das mulheres que foram presas, torturadas e violentadas no período, para mostrar que a presença feminina em espaços de poder, de tomadas de decisões e de enfrentamentos precisa ser ressignificada por toda a sociedade, a partir de informações concretas de que já

vem acontecendo desde outros períodos históricos e sociais.

Paralelamente às discussões sobre as identidades femininas encontradas no cenário político, essas ações possibilitam a verificação e a identificação dos locais de tortura como forma de denúncia, mas também de construção de políticas públicas. O antigo Dopinha, já identificado como local clandestino de tortura, através da articulação do movimento social, deverá se transformar em um sítio de memória, fruto da ação permanente dos movimentos de direitos humanos que cobram ações mais enérgicas dos governos para fazer com que a nossa memória não seja esquecida, ainda que ela nos remeta às prisões, torturas e mortes.

III BREVES CONSIDERAÇÕES

Em março de 2013, as memórias dessa época de martírio para as mulheres voltaram à tona durante o evento “Mulheres gaúchas na resistência à ditadura – relatos à Comissão da Verdade”. Na ocasião, foram colhidos depoimentos de três mulheres riograndenses, presas e torturadas no início da década de 1970 pelos agentes do sistema montado pelos governos ditatoriais para reprimir seus oponentes. Maria Ignez Serpa Ramminger, Nilce Azevedo Cardoso e Eliana Lorenz Chaves relataram suas experiências e lembraram o sofrimento vivenciado nos anos de chumbo. Depoimentos estarrecedores também vieram à tona com a instauração da Comissão Nacional da Verdade, instituída pela presidenta Dilma Rousseff, ela própria vítima desse período, e que tornou acessíveis uma série de papéis até então secretos. Desde maio de 2012, 19 milhões de páginas de documentos foram retirados dos arquivos e estão em análise, e cerca de 350 pessoas foram ouvidas, como as mulheres que foram vítimas de estupros, choques nos mamilos, ameaças aos filhos, abortos. Nilce Azevedo Cardoso é uma dessas vítimas que ainda luta para superar as marcas deixadas pelos socos e choques que recebeu e as horas passadas no pau de arara. Seu útero foi queimado, o esterno quebrado e a coluna precisou receber uma placa e alguns pinos para se manter no lugar. A violência e os abusos sexuais sofridos nas prisões militares e a luta que se propaga até os dias de hoje pelo fim da violência contra a mulher ainda são desafios que lutamos diariamente para conseguir.

Trazer à tona relatos de quem atuou ativamente da luta contra a ditadura no Brasil, falando sobre o que ocorreu naqueles dias de tensão, contribui para que, cada vez mais, se reconheça a importância da participação feminina no movimento. Debates e audiências, como os que vêm sendo promovidos em nível nacional e estadual, podem e devem inspirar as gerações mais jovens de brasileiras e brasileiros para que saibam que, se a luta contra a ditadura civil-militar foi vencida tendo como principal bandeira a instituição democrática de direitos, é porque muitas mulheres entregaram suas vidas em favor dessa democracia da

qual hoje também nos beneficiamos.

Nesse sentido, é necessário dar continuidade ao trabalho de promoção da notoriedade das mulheres, até hoje anônimas, mas que entregaram sua vida em nome da liberdade. Como bem faz a Secretaria de Políticas para as Mulheres do RS ao apoiar e articular iniciativas que denunciam a ditadura e os torturadores, enfrentando um legado violento deixado pelos anos do regime autoritário, lembrando da frase que diz: “Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça! Memória, verdade e justiça!”

REFERÊNCIAS

CARMO, P. S. Culturas da rebeldia: a juventude em questão. São Paulo: Editora SENAC-São Paulo, 2001.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, disponível em <http://www.cnv.gov.br/>

FERREIRA, E. F. X. Mulheres militância e memória. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. Mulheres e Militância no Espírito Santo: encontros e confrontos durante a ditadura militar. Tese de doutorado, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil, 2006

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F., Veloso, F. G. C., Silva, S. A. T. C., Cruz, J. P. D. & Oliveira, F.C., Memória histórica da ditadura militar brasileira, Psicologia e Saber Social, 2012, disponível em http://www.academia.edu/2002261/A_construcao_da_memoria_historica_da_ditadura_militar_brasileira_contribuicao_das_narrativas_de_familiares_de_presos_politicos_Theconstruction_of_historical_memory_of_ acessado em 17/05/2014

MARTINS FILHO, J. R. Movimento estudantil e Ditadura militar: 1964-1968. Campinas, SP: Papirus.

PORTALSUL 21, disponível em <http://www.sul21.com.br/jornal/>

VENTURA, Z. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988

OS MARCOS INTERNACIONAIS
DA REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES
DE DIREITOS HUMANOS

**LOS MARCOS INTERNACIONALES
DE LA REPARACIÓN DE VIOLACIONES
DE DERECHOS HUMANOS**

Baltasar Garzón

Tradução: Isabel Regina Lima Mendes



OS MARCOS INTERNACIONAIS DA REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

BALTASAR GARZÓN

Boa noite e muitíssimo obrigado a todos, por me possibilitarem estar novamente aqui no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre.

Não sei se é a quarta oportunidade em que compareço a Porto Alegre, mas são várias as visitas que já fiz a esta bela cidade.

Comemoramos os 50 anos do “Golpe Militar”, no Brasil. Perguntei hoje se foi em 31 de março ou primeiro de abril, e me responderam que os militares marcaram comodata o dia 31 de março, mas que realmente foi primeiro de abril. O que acontece é que não queriam que fosse primeiro de abril, porque é o “dia dos bobos”, o que na Espanha chamamos de “El día de los Inocentes”.

Isso me fez refletir que realmente, quando acontece uma subversão deste tipo do sistema democrático, de um sistema de liberdade para a submissão de um país a condições de exercício dos direitos limitados ou inexistentes, se estabelecem esses detalhes ou essas absurdas considerações sobre as datas. E pensava na importância que o Exército dá ao absurdo e inútil. E isso é uma constante ao longo da história. Como, por exemplo, o uso da própria para farnália militar, da própria exibição de signos.

Faz pouco tempo, também na Espanha se comemorou o aniversário de uma tentativa de Golpe de Estado que ocorreu em 23 de fevereiro de 1981. Já faz mais de vinte anos. Para essa comemoração, o filho do principal manifestante celebrou um almoço e fez na instituição militar que dirige agora, que é a Escola de Guardas Cívicas, o lugar onde se formam os guardas cívicos da democracia. Não teve outra ideia inesperada, para “celebrar o acontecimento”, que levar ao pai muitos daqueles que protagonizaram esse golpe e foram condenados.

Ou seja, acredito que temos um problema com a instituição militar porque alguns de seus membros dificilmente assumem que aquilo que fizeram não foi bom.

Também perguntava hoje se aqui a classe militar, os militares, tem consciência de que o golpe foi algo mau, algo ilegal e que a ditadura também foi. E a resposta que me deram é que não, que há uma consciência de que também não foi tanto, que os mortos não foram tantos, que os desaparecidos também não foram tantos e que houve outras ditaduras piores e que inclusive não se podia sequer chamar de ditadura.

E, é claro, isto se inclui nessa linha de releitura e de negação que faz anos se vem

manifestando não somente aqui, mas também em outros países da América Latina e também da Europa, desde a negação do Holocausto até considerar como uma anedota o ocorrido na Espanha, onde temos uma polêmica sobre: o que foi o “franquismo” na Espanha? É curioso, não, setenta e oito anos depois do começo da Guerra Civil, setenta e cinco, desde que terminou, também em um dia primeiro de abril de 1939, todavia seguem sisudos historiadores -sobretudo alguns deles- definindo o que foi o “Franquismo”?

A última definição disse que o Franquismo foi um sistema autoritário, porém não totalitário. Eu somente vivi as últimas fases, mas desde que tinha o uso da razão vi as consequências e como uniformizavam as crianças como se fôssemos uma espécie de autômatos das juventudes hitlerista sob o pretexto de que iríamos, de que iriam (porque eu na verdade não me vesti nunca, não sei porque, mas não me vesti), aos acampamentos de verão, para receber doutrinação.

Sobretudo, a mim me chamava a atenção de que nunca se falava do ocorrido. Crescemos na ignorância mais absoluta de que tinha acontecido uma Guerra Civil, que havia ocorrido o roubo de trinta mil crianças... Realmente não soubemos nada até poucos anos e a grande maioria dos cidadãos e cidadãs espanhóis somente souberam quando em 2008 foi exposto em público. Em 2008!

Entretanto, temos algum juiz do Tribunal Supremo que disse que isso é uma teoria histórica sem comprovação. Claro, quando dizem isso, saem as famílias e falam: “Eu sou um daqueles” ou “eu sou uma daquelas”. Não conhecemos qual é a resposta do juiz. Mas crescemos em uma absurda e ilimitada confusão sobre o que realmente ocorria. Eu tive a sorte de que o irmão mais velho de minha mãe foi um sobrevivente da Guerra Civil. Depois de ter sido condenado três vezes a morte, lhe substituíram a pena e conseguiu, com 96 anos, terminar seus dias no povoado de onde somos naturais.

Desde que eu era muito pequeno, o tio Gabriel me contava as coisas e me dizia de quais batalhas tinha participado, como era a vida nas trincheiras... Eu fui conhecendo a Guerra Civil espanhola por aquilo que meu tio Gabriel me contava, mas isso em quartos fechados e em voz muito baixa. Sem esquecer que às vezes minha mãe aparecia dizendo a ele: “Gabriel, não fales dessas coisas, sabes que é perigoso.”

Porque vocês devem saber que na Espanha, não sei aqui no Brasil, mas na Espanha até faz muito pouco... ainda quando se fala do Franquismo sempre há uma pessoa mais velha que se levanta e fecha as portas e janelas “porque se por acaso...”. É absurdo! É um túmulo de silêncio o que deixou a ditadura e o Franquismo. Enorme! Terrível! Agora os jornalistas me perguntavam pelas ditaduras suaves e as ditaduras fortes. E digo: a ditadura

é ditadura.

Pode haver repressores mais sanguinários ou menos sanguinários se temos que calibrar a mente dos seres humanos, mas é um sistema que impede sequer movimentar-se, opinar, e que inclusive, quando termina: perdoa!

Na Espanha, a Lei de Anistia serviu para perdoar as vítimas. Como aqui. Bem aqui também livraram a todos. Porém esta Lei não mencionou aos repressores. Era para aqueles que estavam na cadeia, os políticos, os movimentos, os que eram sindicalistas, enfim os estudantes, os trabalhadores, comuns e convencionais, para que aqueles que tinham participado da violência terrorista saíssem, mas não se fez nada a respeito dos vitimados.

Prestem atenção, temos uma Lei de Anistia na Espanha que nunca se editou para os vitimados. Superamos o superável. Quer dizer, nem sequer existe lei, nem sequer existe consciência de que houve uma ditadura. Ao contrário do que ocorre na Argentina, (e temos uma das representantes importantes das Avós da Praça de Maio aqui entre nós), isso leva, observem, que ainda nos dias de hoje um ilustre representante do Partido Popular na Espanha, o senhor Hernando, porta-voz adjunto do Partido Popular no Congresso, se permita dizer às vítimas que “bem, que as vítimas na Espanha se lembram de que são vítimas somente quando há subvenções de dinheiro”.

Parece-me bastante grave que um representante público diga isto. Pelo menos ocorreu uma ação judicial, uma acusação contra ele no Tribunal Supremo. Vamos ver se realmente se consegue que se pronuncie. O que ao longo dos últimos 40 anos de história estamos vendo no mundo é que se produziu uma reação, -progressiva, mas uma reação- diante deste tipo de situações. E sempre tem havido uma constante. E a constante tem sido a das vítimas, a dos movimentos e organizações de vítimas. Nunca há vontade, com algumas exceções que agora mencionarei, nunca há vontade por parte do Estado de solucionar as contas com o tempo e com aqueles que exerceram a repressão durante esse tempo. Sempre existiu uma oposição.

Quando na Espanha se iniciou a causa contra repressores argentinos, contra Scilingo e outros responsáveis das juntas militares, a reação do Estado argentino por meio de seu presidente foi a de, fora desqualificar a intervenção da jurisdição universal, negar todo tipo de cooperação. O mesmo ocorreu com o seguinte, com o presidente Fernando de La Rúa, que confirmou a não cooperação. E Duhalde também, creio eu, no período em que esteve.

Somente a partir de 2003, o presidente Néstor Kirchner mudou o curso da história, da resposta diante da impunidade do Estado. Portanto, temos um elemento comum, permanente, que é a ação das vítimas, das organizações de vítimas, de algumas organizações, como a “Vicaría de la Solidaridad”, por exemplo no Chile, que durante a ditadura,

durante a repressão e logo depois apertaram, lutaram, exigiram e conseguiram algumas respostas. Vemos um segundo elemento em que os Estados praticamente não fazem nada para responder.

Devo dizer também, e é justo dizer, que no caso argentino houve um primeiro ensaio em que esse impulso ocorreu, que foi o juízo nas juntas militares; depois chegou a Lei de obediência de vida e pontofinal; e começaram os anos de impunidade. Não são especialmente ágeis as instituições dos Estados para fazer frente à exigência de responsabilidades por crimes internacionais, pelos mais graves crimes cometidos contra seus próprios cidadãos.

Todavia, existe uma espécie de apropriação dos repressores, de proteção dos repressores; quando a ação judicial internacional se põe em marcha não costuma produzir-se essa colaboração. Recordo pelo contrário, uma vez falando com Néstor Kirchner que me disse: “Senhor juiz, se não somos capazes de julgá-los aqui, os coloco em um avião e mando à Espanha”. Eu lhe respondi: “Bem, não precisa tanto, faça aqui. Porque não? Faça aqui.”. E estão fazendo.

Porém a atitude é a de dizer: porque um juiz de fora tem que se meter no que é dos chilenos? Essa foi a colocação inicial no caso de Pinochet. Que faz um juiz espanhol, seja como se chame, interferindo nos assuntos internos do Chile? Como se desaparecer pessoas, torturar massivamente, executar extra judicialmente fosse um assunto interno de um Estado!

A própria natureza desse tipo de crime o transforma em crimes internacionais que afetam à comunidade internacional e que assim foram definidos pelos próprios Estados que protestam logo com respeito dessa intenção de julgamento ou perseguição.

Sim, porque não é uma criação dos juízes. Os crimes de lesa-humanidade se mencionam pela primeira vez em 1919, no Tratado de Versalhes, como consequência do final da Primeira Guerra Mundial e é quando se estabelece a necessidade de perseguir e de julgar por crimes contra a humanidade e a paz ao Káiser Guillermo II da Alemanha, que finalmente não foi julgado porque fugiu para a Holanda, a qual lhe concedeu proteção e não deu lugar à extradição. Foi com o estatuto de Núremberg, estatuto das potências vencedoras, onde se estabeleceram os sete princípios denominados de Núremberg. Curiosamente foi um tribunal militar o que possibilitou a base para todo o desenvolvimento do Direito penal e internacional.

E assim sucessivamente, ou seja, estamos falando de tratados internacionais, de convenções internacionais, portanto de acordos entre os Estados. Não foram os juízes que impulsionaram esses acordos. Não obstante, quando a Justiça (que deveria de ser quem exercera um papel de protagonista neste tipo de casos) aplica essas normativas, de momento

surge essa figura que eu dizia de ‘apropriação dos repressores’.

Recordo um fato curioso: No ano 2000 ocorreram eleições presidenciais no Chile. Concorriam Ricardo Lagos e (peladireita), Joaquín Lavín. E foram ao segundoturno e os comícios eram creio quem 14 de janeiro do ano 2000. Claro, Pinochet estava preso em Londres. O tema estava muito, muito incandescente e foi maravilhoso ouvir o candidato da direita chilena manifestando que se tinha que julgar o Pinochet. Que o levassem ao Chile. Diziam “Queremos que venha ao Chile, para que o julguemos”. Pelo primeiro vez, um candidato a presidência, representante da direita chilena pinochetista, dizia que deveriam julgar o Pinochet.

Bem, esse foi na verdade um efeito reparador e depois não consumado porque Pinochet morreu. Não chegou a receber uma sentença. Além disso, são esses paradoxos da história, que unem grandes datas com más pessoas. Não é mesmo? Porque morreu no Dia dos Direitos Humanos. No dia 10 de dezembro do ano de 2006. Parece uma contradição: eu acredito que, se existe outra vida, leva em cima dos ombros o peso dessa data permanentemente.

E logo se do outro elemento além da apropriação dos repressores que é a justificativa das ações dos mesmos. Que fizeram por altruísmo, que fizeram para salvar a Pátria das hordas marxistas, de todos aqueles que pensam de forma diferente. Seja com qualquer nome.

Na Espanha se chamaram ‘os vermelhos’, e seguem ainda se falando ‘dos vermelhos’ na Espanha. E então, nessa exaltação dos ditadores e dos repressores, diziam, e volto a referir-me ao ditador chileno, “foi um ditador bom, fez tudo pelo Chile e, além disso, não roubou um peso”. Isso se disse. Diziam também: “é diferente dos outros, estenão é como Videla e companhia, não é, não sei, como outros, como qualquer dos repressores y ditadores que existe no mundo.” Assim se dizia.

O problema foi quando encontramos vinte e setemilhões de dólares, no banco Riggs. E, ao ser preso em Londres, a primeira atitude do banco, diante da ordem de bloqueio econômico que eu emiti, foi sacar os fundos da Inglaterra, enviar aos Estados Unidos e logo repartir. Até que uma comissão do Senado dos Estados Unidos começou uma investigação em que colaboramos e se descobriu que isto era assim e mediante a ação da Justiça Internacional, neste caso por meio de meu juízo e meu tribunal, conseguimos que o banco Riggs quando viu que a situação estava ruim e que responsabilizamos o presidente e o vice-presidente, o conselheiro jurídico disse “não, o melhor é pagar”. E chegamos a um acordo para que as vítimas fossem indenizadas. Dessa forma, nove milhões de dólares foram depositados no fundo da Fundação Salvador Allende para distribuição entre as vítimas da repressão no Chile. Posso contar uma situação que eu mesmo vivi. No ano de 2006, viajei pela primeira

vez ao Chile. A verdade é que a recepção foi muito boa, mas houve alguns contra tempos também.

Como uma pessoa que no aeroporto se aproximava e insultava: “canalha!”. E o verdadeiramente desagradável foi o que aconteceu quando voltando em direção a Santiago, no avião, com um grupo de pessoas jovens conduzidos por uma moça. Eu percebia que se ouviam cochichos no avião. Nós tínhamos ido comum deputado da “Concertación de Partidos por la Democracia” e um jornalista do “La Nación”, que não era em absoluto de esquerda, digamos, masque tinha sido torturado, estava especialmente motivado e queria fazer essa reportagem; viajava também minha mulher e alguém mais. O caso é que, quando já estávamos chegando a Santiago, o jornalista me disse: “Doutor Garzón, este pessoal está fazendo confusão aí”. E eu lhe respondi “já me dei conta, mas vou ficar quieto, não vou dizer nada”. Então começaram a perguntar que fazia eu ali, e falavam frases como: “Ladrão!” “Volta para teu país!” “Assassino!”

Então esse jornalista se levantou e iniciou uma discussão, porque começou a lhes dizer, aos gritos: “Os assassinos são vocês...” E já ao final, quando saímos, eu lhes disse com relação ao ‘ladrão’: “ouçam bem, se alguém levou o dinheiro foi Pinochet, eu somente descobri que havia levado o dinheiro, e o dinheiro que ficou está no Chile”. Estas pessoas reagiam diante da impotência que se demonstrava na queda do ídolo, no fim daquela imagem do ditador bom, honesto, quenão levava nada para si, que fazia tudo a favor de seu povo.

Isso é assim porque as ditaduras são essencialmente corruptas. São na essências temas corruptos. A ditadura é um regime que ataca os cidadãos, que elimina os direitos e que ainda estabelece uma regra de impunidade generalizada. Salvo para aqueles que estão no comando, é um regime essencialmente corrupto que da lugar a todos os desmandos posteriores.

Mas, além disso, gera a impunidade que é a que justifica a ausência de ações. São situações que se manifestam muitos anos depois. Eu sou daqueles que pensam, falando de meu próprio país, que em grande medida a situação que estamos vivendo na Espanha, nos últimos anos, de uma profunda crise, não somente econômica como de valores fundamentalmente e que está provocando a regressão mais drástica em direitos dos cidadãos da democracia, tem suas raízes no fato de quenão se ajustou absolutamente nada com o regime anterior, quando terminou a ditadura e começou a democracia.

A impunidade se consumou, o silêncio, o esquecimento e o olhar para ‘a modernidade’. Não para o futuro, como nos venderam, “esse é o empurrão para o futuro”. Não! Simplesmente era mais moderno incorporar-se à Europa. Tínhamos que estar na Europa e está bem que estejamos, mas não a qualquer preço. Na Espanha foi tão forte a marca do Franquismo que somente no ano 2000, depois de 25 anos desde que terminou a ditadura,

que se pode falar das vítimas de Franco.

No ano 2000 teve lugar a primeira exumação. As vítimas, a única vez que prestaram declaração diante de um juiz sobre o que aconteceu a seus familiares e como a impunidade foi a regra, sabem quando foi? Foi no ano de 2012. E isso porque tanto minha defesa como eu as convocamos como testemunha no julgamento contra mim por haver investigado os crimes do Franquismo, não para que me defendessem, mas para que tivessem a oportunidade de, uma vez que fosse, que os juizes do Tribunal Supremo tivessem que agüentar o testemunho de oito vítima sem nome de milhares.

Cento e cinquenta mil, duzentas mil vítimas praticamente foram já catalogadas. Essa foi a única vez que a Justiça espanhola deu ouvidos a um testemunho de uma vítima do Franquismo até o dia de hoje.

América Latina, que foi exemplo e modelo de toda uma série de ditaduras e de ações repressivas, também está sendo exemplo de ações memoráveis em favor das vítimas e está fazendo melhor do que qualquer outro continente. Na Europa iniciaram alguns julgamentos deste tipo, depois dos julgamentos de Núremberg, porém após a regra da impunidade foi generalizada, até chegar aos Tribunais Penais Internacionais da ex-Iugoslavia e de Ruanda.

Completaram já vinte anos da criação dos mesmos e não existiram posteriormente iniciativas internacionais, além dos tribunais de Serra Leoa e a iniciativa em Camboja, também trinta e tantos anos depois, do 'auto-genocídio' em que perderam a vida quase dois milhões de pessoas no ano de 1975.

A América Latina como digo foi o continente que mais buscou a verdade, a memória, a justiça e a reparação. Exemplos como Chile, e em muito maior escala a Argentina, não existem.

O exemplo da Argentina, agora mesmo, como exigência da justiça, não existe no mundo. Eu gostaria muito de dizer o contrário, porém é muito difícil que se volte a reproduzir uma situação como esta, em que não somente se esteja aprofundando nos crimes de lesa-humanidade ou de genocídio, ou de tortura ou desaparecimento, como também o que entra já no que é, em âmbito civil, a repressão, não somente militar, e em âmbito econômico, que é o fundamental e aquele que sempre se esquece.

E é o que falamos das ditaduras, falamos da repressão, falamos dos crimes de lesa-humanidade como se caíssem do céu. Aí estão e ninguém enriquece, ninguém tem contas no estrangeiro, naquela época na Suíça e agora nas Ilhas Virgens, de tudo isto, nada. Quer dizer, os ditadores do mundo, todos, como dizíamos antes, saem com as mãos nos bolsos

mostrando que estão vazios. Porém agora sim estamos comprovando que isso não é assim: levam normalmente os bolsos cheios.

Sobretudo na origem da repressão sempre há um interesse econômico, sempre se atravessa à ação repressora e de eliminação sistemática dos direitos, um interesse econômico, desde o tráfico de armas até os investimentos multi milionárias ou a extração de recursos naturais.

Na região dos Grandes Lagos, no Congo, no ano de 2004 houve duas notícias importantes. Uma notícia fazia referência a como Uganda tinha eliminado sua dívida externa que se destacava como um exemplo e a outra notícia das Nações Unidas que fazia referência a como trinta e duas empresas, a maioria delas do primeiro mundo, tinham explorado recursos naturais, principalmente o mineral chamado coltan. O coltan é o mineral com que se produzem os microchips dos telefones. Observem a importância desse mineral, como mineral estratégico, e pelo que sei há somente dois lugares no mundo (Congo e Colômbia) onde ele existe. A particularidade deste caso que em princípio não tinha que representar nenhum problema era que todas essas empresas apareciam como se tivessem adquirido o coltan em Uganda, e em Uganda não existem minas de coltan. Extraíram no Congo, de uma zona de conflito, onde estava acontecendo nesse momento um genocídio. Nunca isso foi investigado. Nunca.

A Corte Penal Internacional, que avança e que é, desde meu ponto de vista, o maior avanço em termos de paz frente à barbárie, do triunfo do direito ou da força da razão sobre a razão da força, todavia não iniciou, nos dias de hoje, com profundidade a investigação das consequências e da base econômica ou o interesse econômico desse tipo de crime. Portanto, esse é um avanço que ainda está também por acontecer.

O Brasil, durante muito tempo, por muitos anos, não contou com a possibilidade de avançar neste âmbito da luta contra a impunidade. Lembro-me de que as primeiras vezes que vim ao Brasil sempre me perguntavam: e o que podemos fazer aqui no Brasil onde temos uma Lei de Anistia? Outras vezes me perguntavam: e que fará você na Espanha quando tenha que investigar o Franquismo? A história depois disso nós já conhecemos. Mas também não era previsível naquele momento, nos anos 2000, 2001, 2002, que a Corte Interamericana de Direitos Humanos ditara uma sentença como a que ditou em novembro de 2010, no caso da Guerrilha do Araguaia, na qual estabelece claramente qual deve ser a ação da justiça brasileira e quais devem ser as decisões a tomar. E essas decisões não são nem mais nem menos que o fato de que uma Lei de Anistia não pode impedir a investigação dos crimes como os que se sujeitavam, como o massacre da Guerrilha do Araguaia, que uma Lei de Anistia não pode amparar o que se catalogara como um crime de lesa-humanidade.

Por isso creio honestamente que cinquenta anos depois de um golpe militar, cin-

quenta anos depois que as ações de repressão deram lugar a fatos dessa natureza, se deve levar à consciência das instituições judiciais que nenhum país se quebra pela ação da Justiça, que nenhum país cai porque a Justiça se aplica. Isso é falso. E quanto a essa abordagem: porque, tanto tempo depois, voltar a abrir as feridas? Eu penso que as feridas não estão fechadas, se não, não estaríamos aqui. Portanto não se trata de reabrir as feridas, se trata de curá-las, se trata de limpá-las, se trata de fechá-las.

Richard Gloston, o juiz que foi o primeiro presidente da Comissão da Verdade na África do Sul disse algo que alguma vez muito de nós já pensamos: “Se não se analisa, não se julga, não se resolve os fatos que determinaram uma agressão massiva e uma violação massiva de Direitos Humanos, o povo que tenha feito está condenado a repeti-los”. E isso é assim, porque parece impossível que, por exemplo, em países como aqui agora exista esse movimento pela verdade e pela memória. Ou que, na Espanha, 78 anos depois, gente jovem, aquelas que às vezes se critica por seu suposto escasso compromisso, estejam encabeçando esse movimento. Netos, bisnetos perguntam: “Porquê, porquê?”. Porque na Porta do Sol de Madri, igualando no bom-sentido a mães e avós da Praça de Maio, quem se expressa por esta memória são objetos de insultos? Porque as vítimas que se manifestam pedindo uma plataforma contra a impunidade, pedindo justiça, pedindo verdades são insultadas?

Como muitos, os turistas sabem que a Porta do Sol é o quilômetro zero da Espanha. Tudo é muito bonito. Ali se encontram as grandes lojas de departamento como também a antiga Direção Geral de Segurança, que era onde se torturava durante a ditadura. Ali é onde se manifestam as vítimas. Aconteceu inclusive de algum político ou política da Comunidade de Madri chegar a dizer que “perturbam a visão da praça” e que “dão má imagem da Espanha porque o que parece é que não há justiça”. Certo é que alguém que ouve isso tem vontade de chorar. Quer dizer, o cinismo espanhol chega a limites profundos. Não? Mas é assim.

É isso o que dói, não são somente as ações dos juízes, mesmo que sejam importantes, mas também a expressão da sociedade civil em forma permanente frente a quem exerce o poder, para o poder absolutamente insuportável. E assim demonstram sistematicamente quando exercem a força contra as vítimas que se manifestam, quando manipulam as intenções que têm, deixam em dúvida qual é a sua finalidade. E quando procuram a Justiça são criticados, porque não sabem, porque não estão à altura das circunstâncias. Resulta evidente, portanto, que é a mobilização social o que nos resta para que esse movimento de memória se consolide e continue consolidando.

Existem países, como na América Central, El Salvador, onde um representante do “Frente Farabundo Martí” para a Libertação Nacional começa agora um novo mandato e em seu plano eleitoral afirmou que ia impulsionar a luta contra a impunidade. Veremos, veremos se isso será assim. Também Carlos Mauricio Funes disse e não aconteceu. Tam-

bém projetaram ações na Procuradoria e não executaram. A Corte Constitucional, menos mal, agora admitiu a trâmite a possibilidade da nulidade da Lei de Anistia. Observem, em El Salvador no ano de 1993, o informe da Comissão da Verdade foi contundente: “É necessário iniciar ações judiciais”. O formato da Comissão da Verdade foi totalmente claro e definitivo dizendo que as ações da Comissão da Verdade são compatíveis com as ações da Justiça. A opinião da Comissão Interamericana, no caso dos jesuítas de El Salvador, foi clara e contundente, assim como os pronunciamentos da Corte. Entretanto no dia seguinte a Lei de Anistia foi ditada e aprovada. Ou seja, a desatenção ao cumprimento da Comissão da Verdade resultou total. E se pensava que comisso o problema estaria solucionado. Vinte anos depois estamos vivendo a nulidade dessa Lei e estamos incentivando as vítimas para que apresentem queixas e denúncias a fim de que respondam os generais, e não somente fazem as vítimas de El Salvador, mas também em nível internacional.

Como na Guatemala. Quem pensava que Ríos Montt iria sequer se sentar no banco dos réus? Sentou e foi condenado, masdesgraçadamente se anulou a sentença por uma decisão da Corte de Constitucionalidade absolutamente vergonhoso. Agora estamos provocando a iniciativa de voltar a vê-lo sentado.

Quer dizer que vamos avançando, conseguindo espaços maiores mesmo que retrocessos também como, por exemplo, o Uruguai depois da sentença da Corte Interamericana, no caso Juan Gelman. Ali, a Corte Suprema do Uruguai em vez de avançar disse algo similar ao Tribunal Supremo daqui: “Não vamos cumprir”, e acrescentaram: “Quem é a Corte Interamericana para nos dizer o que temos que fazer? Claro que sim, é alguém o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em particular a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Eu não sei se os cidadãos latino-americanos se dão conta da transcendência desse tribunal, desse organismo judicial. Em nível mundial a Corte de Direitos Humanos mais avançada do mundo é a Corte Interamericana de Direitos Humanos. É aquela que ditou sentenças mais inovadoras, mais avançadas, mais revolucionárias em proteção dos Direitos Humanos das vítimas. É a Corte Interamericana de Direitos Humanos que está na Costa Rica. É um bem absolutamente próprio da América Latina.

Nem sequer vou compará-la com a Comissão Interamericana, que está mais questionada incluso em sua própria sede em Washington. A Corte Interamericana é a que vem dando coesão a situações realmente graves de desconhecimento. Pensem na sentença de Barrios Altos no Peru e da Universidade da Cantuta que avaliou a nulidade das auto-anistias de Fujimori no Peru. Graças a essa sentença, Fujimori foi julgado depois por esses fatos e condenado a 30 anos de prisão. E as vítimas foram reparadas.

O Direito, quando os países que saem de uma situação caótica no âmbito de Direitos Humanos decidem pôrem comum um instrumento, vemos que é o que acaba sendo

o verdadeiro protetor dos Direitos Humanos dentro desses mesmos países.

Bom, eu vou terminar aqui, não sei se acertei com a exposição que queria fazer. O título que me deram era “Os sistemas de repressão contra as violações de Direitos Humanos”. Não gostei muito ou não sei se eu traduzi bem do português. Mas ouço a palavra repressão e já tenho coceira. Procurei dar um panorama geral.

Quando dizem “Oh, o juiz Garzón, a prisão de Pinochet!”, eu creio que é porque como já se passaram tantos anos, se não dizem, não sabem quem eu sou, o que é uma vantagem também, não? Mas, na realidade sim e não, porque me lembro de uma vez em Minnesota, entrando no hotel coincidentemente com dois casais de chilenos, ouvi eles comentarem: “Vamos ver o que acontece”. Então um se aproxima e me diz: “Você é Garzón, não é?” Eu disse “Sim, eu sou Garzón”. Ele se vira e comenta: “Estão vendo: É Garzón!” E dirigindo-se a mim: “Saiba você que tem todo o meu apoio, não deste estúpido aqui que é contrário e é um pinochetista”.

O que na verdade queria dizer é que a ação das vítimas, sempre a ação da sociedade é a que consegue as mudanças. Hoje em dia, vivemos uma crise, de valores democráticos, de sistemas, de representação democrática... aqui estão acontecendo, como na Espanha, movimentos sociais, movimentos cidadãos que estão fora do sistema tradicional de partidos, exigindo mudanças, exigindo mais democracia, mais ações diretas e outras mais.

Sempre digo que isso não é ruim, primeiro porque é uma realidade e em segundo lugar porque acredito que era necessário que esta revolta se metesse nas veias, já que estamos um pouco adormecidos e indiferentes, íamos como zumbis. O que queria votar, votava a quatro, cinco, seis anos e aí se acabava a história. Eu acredito que o serviço que está sendo feito pelos jovens e pelos movimentos sociais, é fundamental para que esse despertar se produza.

As vítimas ao longo dos anos, em momentos muito difíceis ou menos difíceis, mas sempre complicados, são aqueles que conseguiram que as instituições, que os Estados não caíssem na armadilha fácil ou na posição cômoda de esquecer, de esquecer oficialmente. As iniciativas do Estado são praticamente inexistentes com exceções muito concretas daquelas que mencionava antes. Foi somente o impulso da sociedade organizada, somente o impulso das vítimas o que chamou insistentemente à porta das consciências para removê-las. Muito obrigado!

LOS MARCOS INTERNACIONALES DE LA REPARACIÓN DE VIOLACIONES DE DERECHOS HUMANOS

BALTAZAR GARZÓN

Muchísimas gracias y buenas noches a todas y a todos, por permitirme estar de nuevo en Río Grande do Sul y en Porto Alegre.

Y acá, si voy a nombrar, no sé si es mi tercero o cuarto domicilio aquí en Porto Alegre. Pero son varias ya las visitas que he hecho a esa bella ciudad.

Celebramos el 50 aniversario de “El golpe militar”, en Brasil. Yo preguntaba hoy que si había sido el 31 de marzo o el uno de abril, y me decían que los militares decían que el 31 de marzo, pero que realmente fue el día uno de abril, pero no querían que fuera el día uno de abril, porque es el día de los “tontos” o algo de esto. ¿No? Entonces, me ha hecho pensar que realmente cuando una subversión de ese tipo, del sistema democrático, de un sistema de libertades y en definitiva del sometimiento a un país, a unas condiciones de ejercicios de los derechos limitados o inexistentes, se plantean esas minucias o esas absurdas cuestiones sobre las fechas: la importancia que el estamento militar le da a lo absurdo y a lo inútil. Y eso es una constante a lo largo de la historia. Es decir, la propia parafernalia, la propia exhibición de signos,...

Recientemente ahora, en España, se celebraba también el casi veinte aniversarios de, o más de veinte ya, del intento del golpe de estado: el 23 de febrero de 1981. Y con ocasión de esas fechas, el hijo de uno, del principal, sublevado, celebró un almuerzo y lo hizo en el estamento militar que dirige ahora que es la escuela de guardias civiles, es decir, donde se forman los guardias civiles de la democracia. Y no tuvo otra ocasión, otra ocurrencia, que llevar al padre y a varios de los sublevados y condenados para celebrar el aniversario. Es decir, yo creo que tenemos un problema con el estamento militar que difícilmente asumen algunos de esos miembros, asumen que lo que hicieron estuvo mal.

También preguntaba hoy si aquí la clase militar, los militares tienen conciencia de que el golpe fue algo malo, fue algo ilegal y que la dictadura también lo fue. Y la respuesta que me han dado es que no, que hay una conciencia de que tampoco fue tanto, que los muertos tampoco fueron tantos, que los desaparecidos tampoco fueron tantos y que hubo otras dictaduras peores y que incluso no se le puede llamar dictadura.

Y claro eso se inserta en esa línea de revisionismo y de negacionismo que desde hace años se viene manifestando no solamente aquí, sino en otros países de Latinoamérica y también en Europa, desde la negación del holocausto hasta considerar una anécdota ocurrida en España hace poco. Tenemos una polémica sobre ¿qué fue el franquismo en España? Es curioso,

¿no? Setenta ocho años después del comienzo de la guerra civil, en 75, de que terminara en el día uno de abril también, el día uno de abril del año 39, todavía siguen sesudos historiadores sobretodo algunos de ellos definiendo que fue el franquismo. Y la última fue que el franquismo fue un sistema autoritario pero no totalitario. Y claro, yo viví las últimas fases del franquismo, pero desde que tenía uso de razón vi las consecuencias del franquismo y vi como nos uniformaban a todos como se fuéramos una especie de autómatas de las juventudes hitlerianas bajo la excusa de que íbamos, de que iban, porque yo en la verdad no me vestí nunca, no sé porque, pero no me vestí, a los campamentos de verano, a recibir los aleccionamientos y sobre todo a mí me llamaba la atención de que nunca se hablaba de que había ocurrido. Crecimos en la ignorancia más absoluta de que había habido una guerra civil, de que había treinta mil niños robados. Realmente no lo hemos sabido hasta hace unos años y la gran masa de los ciudadanos españoles y de las ciudadanas españolas lo han sabido cuando en el dos mil ocho se puso de manifiesto. ¡En dos mil ocho!

Y todavía tenemos algún juez del tribunal supremo que dice que eso es una teoría histórica sin comprobar. Claro cuando dicen esto, salen las familias y dicen “Yo soy uno de aquellos” o “yo soy una de aquellas”. No conocemos cual es la respuesta del juez. Pero crecimos en una absurda e ilimitada confusión sobre lo que realmente teníamos. Yo tuve la suerte de que el hermano mayor de mi madre fue un superviviente de la guerra civil. Después de estar condenado tres veces a muerte, le conmutaron la pena de muerte y consiguió acabar sus días con 96 años en el pueblito de donde somos naturales. Entonces desde muy pequeño el tío Gabriel me iba contando las cosas y me iba diciendo en que batallas había estado, como era la vida en las trincheras, como si iba viendo,.. Entonces yo fui conociendo la guerra civil española por lo que mi tío Gabriel, eso sí, en habitaciones cerradas y muy bajito, me contaba. Y con la aparición de vez en cuando de mi madre diciéndole “Gabriel, no hables de esas cosas, que sabes que es peligroso”. Porque debéis saber que en España, no sé aquí en Brasil, pero en España hasta hace muy poco... todavía cuando se habla del franquismo siempre hay una persona mayor que se levanta y cierra puertas y ventanas porque se “por si acaso...”. ¡Es tremendo! Es una losa de silencio la que deja la dictadura y el franquismo.

¡Tremenda! ¡Terrible! Ahora los periodistas me preguntaban por las dictaduras blandas y las dictaduras duras. Y digo la dictadura es dictadura. Puede haber represores más sanguinarios o menos sanguinarios, si tenemos que calibrar la mente de los seres humanos. Pero en un sistema que impida siquiera moverte, opinar, y que incluso cuando termina te perdona.

En España fue genial, en España la ley de amnistía fue para perdonar a las víctimas. Como aquí. Bueno aquí también se libraba los demás. Pero no se nombró los represores. Era para que los que estaban en la cárcel, los políticos, los movimientos, los que eran sindicalistas, en fin los estudiantes, los trabajadores, normales y corrientes, los que habían for-

mado parte de la violencia terrorista salieran, pero nada respecto de los victimarios. Fijaos, tenemos una ley de amnistía en España que nunca se editó para los victimarios. Hemos superado lo superable. Es decir, ni si quiera existe ley, ni siquiera existe conciencia de que hubo una dictadura. Y eso permite, por ejemplo, que al contrario de lo que sucede en Argentina, y tenemos una de las representantes importantes de Abuelas de Plaza de Mayo aquí entre nosotros. Eso permite, fijaos, que todavía al día de hoy pues un ilustre representante del Partido Popular en España, señor Hernando, creo que es portavoz del Partido Popular en el Congreso, pues se permite a decir a las víctimas que “bueno, que las víctimas en España se acordaban de que son víctimas sólo cuando hubo subvenciones de dinero”.

A mí me parece bastante grave que un representante público diga esto. Bueno al menos se ha admitido una demanda, una querrela contra él en el Tribunal Supremo. A ver si realmente si consigue que se pronuncie. Lo que a lo largo de la historia de los últimos 40 años estamos viendo en el mundo es que ha habido una reacción progresiva, pero una reacción frente a este tipo de sistemas. Y siempre ha habido una constante. La constante ha sido la de las víctimas, la de los movimientos y organizaciones de víctimas que han estado empurando. Nunca ha habido voluntad, con algunas excepciones que ahora mencionaré, nunca ha habido voluntad por parte del estado de solucionar las cuentas con el espacio de tiempo y con los que ejercieron la represión durante ese tiempo. Ha habido siempre una oposición.

Cuando en España se inició la causa contra represores argentinos, contra Scilingo y otros responsables de las juntas militares, la reacción del estado argentino a través de su presidente fue la de, aparte de descalificar la intervención de la jurisdicción universal, fue negar todo tipo de cooperación. Lo mismo ocurrió con el siguiente, con el presidente Fernando de la Rúa, ratificó la no cooperación. Y Duhalde también creo, allí en el ínterin en que estuvo.

Sólo a partir de 2003 el presidente Néstor Kirchner cambió. Cambió el curso de la historia de la respuesta frente la impunidad del estado. Por tanto tenemos un elemento común, permanente, que es la acción de las víctimas, de organizaciones de víctimas, de algunas organizaciones, como la Vicaría de la Solidaridad, por ejemplo, en Chile, que durante la dictadura, durante la represión, y después, apretaron, lucharon, exigieron y consiguieron que viniera algunas respuestas. Tenemos un según elemento que es que los estados prácticamente no hacen nada para responder. Tengo que decir también, y es justo decirlo, que no caso argentino hubo un primer escenario en el que ese impulso sí se dio, fue el juicio a las juntas militares, después vinieron la ley de obediencia de vida y punto final y comen-zaron años de impunidad, de práctica e impunidad. Pero no son especialmente ágiles las instituciones de los estados para hacer frente a la exigencia de responsabilidades por crímenes

internacionales, por los más graves crímenes cometidos contra sus propios ciudadanos.

Sin embargo hay una especie de apropiación de los represores, de protección de los represores, cuando la acción judicial internacional se puso en marcha, o se pone en marcha, normalmente lo que sucede es que en vez de cooperar y colaborar,... Como, me acuerdo una vez hablando con Néstor Kirchner me dijo “Señor juez, si no somos capaces de juzgarlos aquí los monto en un avión y se los mando a España”, digo “Bueno, no tanto, hágalo aquí ¿no?, hágalo aquí”, y lo están haciendo. Pero la actitud es la de decir ¿Por qué un juez de fuera se tiene que meter en lo que es de los chilenos? Ese fue el planteamiento inicial cuando en la intención de Pinochet. ¿Qué hace un juez español, ya no sé cómo se llame, interfiriendo en los asuntos internos de Chile? Como si desaparecer personas, torturar masivamente, ejecutar extrajudicialmente fuese un asunto interno de un estado. Lo afecta y es la propia naturaleza de ese tipo de crímenes, son crímenes internacionales que afectan a la comunidad internacional y que así han sido definidos por los propios estados que protestan luego respecto de ese intento de enjuiciamiento o persecución. Sí, porque no es una creación de los jueces, los crímenes de lesa humanidad se mencionan por primera vez en 1919, en el Tratado de Versalles, como consecuencia del final de la Primera Guerra Mundial y en donde se establece la necesidad de perseguir y de juzgar por crímenes contra la humanidad y la paz al Káiser, yerno segundo de Guillermo II de Alemania, que finalmente no se juzgó porque huyó a Holanda y Holanda le dio protección y no entregó la extradición, no dio lugar a la extradición. Fue con el estatuto de Núremberg, estatuto de las potencias vencedoras, las que establecieron cuales eran los principios, los siete principios de Núremberg, que curiosamente siendo un tribunal militar establecieron los principios que han sido la base para todo el desarrollo del derecho penal e internacional.

Y así sucesivamente, es decir, estamos hablando de tratados internacionales, de convenciones internacionales, por tanto de acuerdos entre los estados. No han sido los jueces los que han impulsado. Sin embargo cuando la justicia, que debería de ser quien ejerciera un papel protagónico en este tipo de casos, cuando aplica esas normativas de momento surge esa figura que yo decía de apropiación de los represores. Fijaos, yo recuerdo que se produjo un hecho curioso. En el año dos mil había elecciones presidenciales en Chile. Se presentaban Ricardo Lagos y Lavín por la derecha, este último, y fueron la segunda vuelta y era en enero, creo que 14 de enero del año dos mil, más o menos, era la elección. Claro Pinochet estaba preso en Londres, entonces había un tema muy, muy candente y fue maravilloso ver al candidato de la derecha chilena diciendo que había que juzgar a Pinochet. Lo que fuera pero que se lo llevaran a Chile. Decían “no, no, queremos que venga a Chile, para que se los juzguemos”. Por primera vez, el representante de la presidencia de la derecha chilena pinochetista decía que había que juzgar a Pinochet.

Bueno, eso fue un efecto reparador y después no consumado porque se murió. No llegó a ver una sentencia. Además esas paradojas de la historia, que unen grandes fechas con

malas gentes ¿no?. Y se murió el día de los derechos humanos. El día 10 de diciembre del año 2006. Parece una contradicción, yo creo que, lo llevará, si existe otra vida, lleva el peso encima de los hombros permanentemente de esa fecha ¿no?

Y luego se da otro elemento, es decir, la apropiación de los represores y la justificación de las acciones de los mismos. Que lo hicieron por altruismo, que lo hicieron para salvar a la patria de las hordas marxistas, de todos aquellos que piensen de forma diferente. Sean con el nombre que fuera. En España los rojos, siguen todavía hablándose de los rojos en España. Y entonces, en esa exaltación de los dictadores y de los represores se suele decir, y vuelvo a referirme al dictador chileno, decían “fue un dictador bueno, lo hizo todo por Chile y, además no se llevó un peso”. Eso se dijo. Decían “es distinto a los demás, este nos es como Videla y compañía, no es, no sé, como otros, como cualesquiera de los represores y dictadores que hay a lo largo del mundo”, pero se decía.

Claro el problema es cuándo le encontramos veinte siete millones de dólares, en el banco Ribis. Y como, al ser detenido, en Londres, lo primero que hizo el banco, ante la orden de bloqueo económico que yo emití fue sacar los fondos de Inglaterra y mandarlos a Estados Unidos y luego repartirlos. Hasta que una comisión del Senado de los Estados Unidos comenzó una investigación en la que colaboramos y se descubrió que esto era así y la acción de la justicia internacional, en este caso a través de mis juzgado y mi tribunal, conseguimos que el banco Ribis cuando vio que la cosa iba mal y que imputamos a el Presidente, Vicepresidente y consejero delegado dijo no “mejor es pagar” y lleguemos a un acuerdo para que las víctimas ser indemnizadas. Y se consiguieron de esa forma nueve millones de dólares que se pusieron en el fondo de la Fundación Salvador Allende para que fuera distribuido a las víctimas de la represión en Chile.

Pero se construyó esa idea. Yo viví un hecho, os cuento, en la intimididad. En el año 2006, yo fui pela primera vez a Chile. La verdad es que la acogida fue muy grata, pero también hubo algunas incidencias. Algún personaje, alguna persona que en el aeropuerto se te acercaba y te decía “canalla”. Y la verdaderamente potente fue, volviendo de Puerto, ahí sí, hacia Santiago en el avión, un grupo de gente joven y estaban capitaneados por una mujer, por una chica. Yo vi que había como murmurios en el avión y nosotros habíamos ido con un diputado de la Concertación, un periodista de La nación, que era absolutamente no de izquierda, digamos, pero había sido torturado y estaba especialmente motivado y quería hacer ese reportaje, y después mi mujer y alguien más. El caso es que, cuando ya estamos llegando a Santiago, este periodista me dice “Doctor Garzón, esta gente está metiendo bulí ahí”. Y yo digo que “ya me he dado cuenta”. Pero que “me voy a callar, no voy decir nada”. Entonces empezaron a decir “qué hacía yo allí”, y decían: “¡Ladrón!”, “¡Vete a tu país!” ¿Ladrón? Bueno, no sé. “¡Asesino!” ¿Asesino? Entonces ya ese periodista se levantó y se armó una trifulca, porque empezó a decirles “los asesinos sois vosotros...” Y entonces yo, al final, cuando salíamos, “pero oiga pues si quien llevó el dinero fue Pinochet, yo descubrí

que se había llevado el dinero, y el dinero está en Chile, el que quedó”. Pero aun así acudían ante la impotencia de que se les había demostrado que ese ídolo, esa visión del dictador bueno, honesto, que no se llevaba nada para sí, si todo era en pro de su pueblo, se caía. Y eso es así porque las dictaduras esencialmente son corruptas. Es en sí mismo, en sí mismo es un régimen corrupto, un régimen que golpea a los ciudadanos, que elimina los derechos y que además establece una regla de impunidad generalizada. Salvo para los que están en su línea, es un régimen esencialmente corrupto que da lugar a todos los desmandes posteriores.

Pero, además de eso, y genera por supuesto la impunidad, es lo que justifica ante la ausencia de acciones en los casos en que no se produce acontecimientos...

...son situaciones que se manifiestan muchos años después. Yo soy de los que piensan, hablando de mi propio país, de que en gran medida la situación que vivimos en España, en los últimos años, de una profunda crisis, no sólo económica sino de valores fundamentalmente, que está suponiendo la regresión más drástica en derechos de los ciudadanos de la democracia viene y ancla sus raíces en que cuando termina la dictadura y comienza la democracia no se ajustó absolutamente nada con el régimen anterior. Se consumó la impunidad, silencio, olvido y mirada hacia lo moderno. No hacia el futuro, como se nos vendió, “ese es el empujo hacia el futuro”. ¡No!, simplemente era más moderno incorporarse a Europa. Teníamos que estar en Europa y está bien que estemos, pero no a cualquier precio. Fijaos que en España tal fue la losa del franquismo que sólo, sólo en 2000, ya 15 años, no, desde el 75, no, 25 años después, veinte cinco años después se pudo hablar de las víctimas de Franco.

En el año 2000 tuvo por primera vez lugar a la primera exhumación. Las víctimas, la única vez que han prestado declaración ante un juez sobre que les ocurrió a sus familiares y como la impunidad ha sido la norma, ¿sabéis cuándo fue? Pues fue en el año 2012. Y porque tanto mi defensa como yo las convocamos como testigos en el juicio mío por haber investigado los crímenes del franquismo, no para que me defendieran, sino para que tuvieran la oportunidad por una vez siquiera que los jueces del tribunal supremo tuvieran que aguantar el testimonio de ocho víctimas por doscientas cincuenta mil.

Ciento cincuenta mil, doscientas mil están ya prácticamente catalogadas. Esa fue la única vez la que la justicia española prestó oídos a un testimonio de una víctima del franquismo, hasta el día de hoy.

En Latinoamérica, que fue ejemplo y crisol de toda una serie de dictaduras y de acciones represivas, también está siendo ejemplo de acciones memorables en favor de las víctimas y lo está haciendo por encima de cualquier otro continente. En Europa la persecución de los criminales inhábiles por supuesto sigue adelante, el desarrollo de juicios después de Núremberg algunos se continuaron. Hube alguno, pero después la regla de la impunidad fue la general, hasta los tribunales penales internacionales de la ex Yugoslavia y de Ruanda que se han cumplido veinte años también de la creación de los mismo y no ha

habido posteriormente iniciativas internacionales más allá de los tribunales de Sierra Leona, la iniciativa en Camboya, también treinta y tantos años después del “auto genocidio”, donde o en el que perdieron la vida casi dos millones de personas en el año 75.

Latinoamérica como digo ha sido el continente que más ha impulsado la verdad, la memoria, la justicia y la reparación. Ejemplos como Chile, y en mucha mayor escala Argentina, no existen. El ejemplo de Argentina, ahora mismo, es la exigencia de justicia no existe en el mundo. Yo creo que desgraciadamente hay se repetido. Me gustaría firmemente decir lo contrario pero es muy difícil que se vuelva a reproducir una situación como esa, en la que no sólo se esté profundizando en los crímenes de lesa humanidad o de genocidio, o de tortura, o desaparición, sino también ya en lo que es en ámbito civil de la represión, no sólo militar, y en el ámbito económico que es el fundamental. Y el que siempre se olvida.

Si vosotros, claro es que hablamos de las dictaduras, hablamos de la represión, hablamos de los crímenes de lesa humanidad como se cayeran del cielo. ¡No sé! Ahí están y nadie se enriquece, nadie tiene cuentas en el extranjero, en aquella época en Suiza y ahora en Islas Vírgenes, ni nada. Es decir, los dictadores del mundo, todos, como decíamos antes se van con las manos en los bolsillos haciéndose así (muestra los bolsillos vacíos del pantalón). Es evidente que eso ocurre así. Sin embargo, ahora sí estamos comprobando que eso no es así. Efectivamente que se lleva normalmente los bolsillos más llenos pero sobre todo en el germen de la represión siempre hay un interés económico, siempre transversaliza la acción represora y de eliminación sistemática de los derechos, también un interés económico desde del tráfico de armas hasta las inversiones multimillonarias o la extracción de recursos naturales.

En la región de los Grandes Lagos, en Congo, en el año 2004 hubo dos informes importantes. Un informe que hacía referencia a como Uganda había eliminado su deuda externa y la ponían como ejemplo y otro informe de Naciones Unidas que hacía referencia a como treinta y dos empresas, la mayoría de ellas del primer mundo, habían estado explotando recursos naturales, principalmente el mineral llamado Coltan. El Coltan a lo mejor, la mayoría de lo que estamos aquí no sabemos lo que es. Yo en ese momento no lo sabía. El Coltan es lo que se hacen los microchips de los teléfonos. Fijaos si tiene importancia ese mineral, como mineral estratégico, creo que hay dos lugares en el mundo Congo y Colombia donde solamente existe Coltan. Pues ¿sabéis cuál es la particularidad que en principio no tendría que representar ningún problema? Es que todas esas empresas aparecían como que habían obtenido el Coltan en Uganda, y en Uganda no hay minas de Coltan. Lo habían estado extrayendo de una zona de conflicto donde estaba produciéndose en ese momento un genocidio. Nunca se ha investigado eso. Nunca se ha investigado.

La Corte Penal Internacional, que avanza y que es, desde mi punto de vista, el mayor avance a la conquista mayor en tiempos de paz frente a la barbarie, triunfo del derecho

o de la fuerza de la razón, sobre la razón de la fuerza, al día de hoy todavía no ha iniciado en profundidad la investigación de las consecuencias y de la base económica o el interés económico de ese tipo de crímenes. Y es evidente que en el avance y la naturaleza de las propias acciones está ese interés. Por tanto ese es un avance que también está por hacer. Brasil durante muchos tiempos, por muchos años, no conto con una posibilidad de avanzar en este ámbito de la lucha contra la impunidad. Me acuerdo de las primeras veces que venía a Brasil siempre me preguntaban ¿y qué podemos hacer aquí en Brasil que tenemos una ley de amnistía?, y la vez me preguntaban ¿y qué va hacer usted en España cuando tenga que investigar el franquismo? La historia después ya la conocemos. Pero tampoco era previsible en ese entonces, año 2000, 2001, 2002, que la Corte Interamericana de Derechos Humanos dictara una sentencia como la que dictó en 2010, en noviembre de 2010, en el caso Araguaia, de la Guerrilla Araguaia, en la que establece claramente cuál debe ser la acción de la justicia brasileña y cual debe de ser la decisiones a tomar. Y esas decisiones no son ni más ni menos que una ley de amnistía no puede impedir la investigación de los crímenes como los que se sometían, como la masacre de la Guerrilla Araguaya, y una ley de amnistía no puede amparar lo que se puede catalogar como un crimen de lesa humanidad.

Por eso creo honestamente que cincuenta años después pues de un golpe militar, cincuenta años después en que acciones de represión dieron como resultados hechos de esa naturaleza debe llevar a la conciencia de las instituciones judiciales que ningún país se quiebra por la acción de la justicia, que ningún país cae porque la justicia se aplique. Eso es falso. Ese planteamiento de que ¿por qué tanto tiempo después reaperturar heridas? Yo pienso que las heridas no están cerradas, si no, no estaríamos aquí, si no, no estaríamos aquí. Por tanto no se trata de reabrir las heridas, se trata de curarlas, se trata de limpiarlas, sí se trata de cerrarlas.

Richard Gloston, el juez, que fue el primer presidente de la comisión de la verdad en Sudáfrica dijo algo que muchos y muchas de lo que estamos aquí hemos pensado alguna vez y es que “si los hechos que determinaron una agresión masiva de derechos humanos, una violación masiva de derechos humanos, no se analiza, no se juzga, no se resuelve, el pueblo que haga esto está condenado a repetirlos”. Y eso así, es así, porque parece como imposible que, por ejemplo, en países como aquí ahora exista ese movimiento por la verdad y por la memoria. O que, en España, como digo 78 años después, gente joven, que a veces se critica que es tan poco comprometida, estén bandereando ese movimiento. Como decía antes nietos, bisnietos están preguntando ¿por qué?, ¿por qué?, ¿por qué en la Puerta del Sol, emulando en el buen sentido a madres y abuelas de Plaza de Mayo que durante años siguen los jueves manifestando su exigencia, su dolor, reclamo, en Plaza de Mayo, y a hora en la Puerta del Sol, por qué son objetos de insultos, las victimas que se manifiestan pidiendo la plataforma contra la impunidad, pidiendo justicia, pidiendo verdad son insultadas?

A todo los más, los turistas sabéis que la Puerta del Sol es el kilómetro cero de

España, está todo muy bonito ahí, grandes almacenes y también la antigua Dirección de Seguridad, que era donde se torturaba durante la dictadura y hacen fotografías, a las fotografías que llevan en los pechi, e incluso algún político y alguna política de la comunidad de Madrid diciendo que es que entorpecen la visión de la plaza y que da mala imagen de España porque parece que es que no hay justicia. Claro uno oye eso y es como para echarse a llorar. Es decir, el cinismo español llega hasta unos límites bastante grandes ¿no? es así. Sin embargo como decía antes, es eso lo que duele, ni siquiera son las acciones de los jueces, que son importantes, la expresión de la sociedad civil en forma permanente frente a quien ejerce el poder es absolutamente insoportable para quien quiera resguardarse de esa acción y es así sistemáticamente demostrarle cuando se ejerce la fuerza contra las víctimas que se manifiestan, se manipulan las intenciones que tienen, se ponen en entre dicho cuál es la finalidad, cuando acuden a la justicia se les critica porque ellas no saben, porque no están a la altura de la circunstancia. Es decir, es la movilización social lo que nos queda para que ese movimiento de memoria se consolide y se continúe consolidando.

Países como en Centroamérica, El Salvador, ahora empieza un nuevo mandato que por la mínima representante del FLN y en su planteamiento electoral dijo que iba impulsar la lucha contra la impunidad. Veremos, veremos si eso es así. También Funes lo dijo y no se manifestó. También se plantearon acciones en Fiscalía y no se tramitaron. También la Corte Constitucional, menos mal ahora, ha admitido a trámite la posibilidad de la nulidad de la ley de amnistía. Fijaos El Salvador, año 1993, el informe de la comisión de la verdad fue contundente, “hay que iniciar acciones judiciales”, fue una, el formato de comisión de la verdad fue totalmente claro y definitivo diciendo las acciones de la comisión de la verdad son compatibles con las acciones de la justicia. El dictamen de, en el caso también de la Comisión Interamericana, como digo en el caso de los jesuitas de El Salvador fue clara, contundente, así como los pronunciamientos de la Corte. Sin embargo al día siguiente se dictó y se aprobó la ley de amnistía. Es decir, la desatención al cumplimiento de la Comisión de la Verdad fue total. Y se pensaba que con eso iba solucionarse el problema. Y, sin embargo, veinte años después estamos viviendo la nulidad de esa ley y estamos impulsando iniciativas de las víctimas planteando querellas y denuncias para que respondan los generales y no sólo lo hacen las víctimas de El Salvador sino también a nivel internacional.

¡Guatemala! Como Guatemala, quien pensaba que Ríos Montt iba a ser siquiera sentado en un banquillo. Lo fue y fue condenado, pero desgraciadamente se anuló la sentencia por una decisión de la Corte de Constitucionalidad absolutamente bochornosa. Y ahora estamos en la iniciativa de volverlo a sentarlo en el banquillo.

Es decir, se va avanzando, se consiguen espacios mayores aunque retrocesos también, como por ejemplo Uruguay y después de la sentencia de la Corte Interamericana, en el caso Juan Gelman, en la Corte Suprema de Uruguay en vez de avanzar dijo algo similar al Tribunal Supremo de aquí, diciendo “no vamos a cumplir”, dijeron “¿quién es la Corte

Interamericana para decirnos lo que tenemos que hacer?” claro que sí, el sistema interamericano de derechos humanos, en particular la Corte Interamericana de Derechos Humanos, yo no sé si los ciudadanos y ciudadanas latinoamericanas os dais cuenta de la trascendencia de ese tribunal, de ese organismo judicial. A nivel mundial la corte de derechos humanos más avanzada del mundo es la Corte Interamericana de Derechos Humanos, la que ha dictado sentencias más novedosas, más avanzadas, más revolucionarias en protección de los derechos humanos de las víctimas es la Corte Interamericana de Derechos Humanos. Es un activo absolutamente propio de Latinoamérica.

Ni siquiera la voy a comparar con la Comisión Interamericana que está más cuestionada incluso en su propia sede en Washington. Esta está en Costa Rica. Y es la que está dando cohesión, viene dando cohesión a situaciones realmente graves de desconocimiento. Pensar en la sentencia de Barrios Altos en Perú y de la Universidad de la Cantuta que valoró la nulidad de las auto amnistías de Fujimori en Perú. Y que gracias a esa sentencia después fue juzgado por esos hechos, Fujimori y condenado a treinta años de cárcel. Y las víctimas fueron reparadas.

Es decir, la fuerza del derecho cuando los países saliendo de una situación caótica de derechos humanos deciden poner en común un instrumento vemos que es después el verdadero protector de los derechos humanos dentro de esos mismos países.

Bueno, yo lo voy a dejar aquí, no sé si he acertado con la exposición que quería hacer, pero ponían un título que era “los sistemas de represión contra las violaciones de derechos humanos”. No me gustaba mucho o no sé si yo he traducido bien del portugués. Acá sé ya, represión frente violación, pues me da como un sarpullido. Oigo represión y ya me entran picores. Pero he procurado dar una panorámica y sobretodo poner de manifiesto, lo insisto otra vez, lo insisto una y mil veces, porque cuando a mí me dicen “Oh, juez Garzón, la detención de Pinochet”, que incluso lo ponían en el formato del programa, yo creo que lo ponen porque como ya ha pasado tantos años, si no lo dicen, no saben quién soy, lo cual es una ventaja también, ¿no? Pero, sí y no porque yo me acuerdo una vez que estaba en Minnesota, iba entrando al hotel e iban dos parejas de chilenos. Yo los oí hablar e iban cada uno con su pareja. Y dijo “vamos a ver cómo sale la cosa”. Yo iba con mi maletín, entonces se me acerca uno y me dijo: “Sabe usted, ¿usted es Garzón, verdad?” Dije “Sí, yo soy Garzón”. Se vuelve y dijo: “os dais cuenta, ¡es Garzón!” Y me dijo: “Pues que sepa usted que tiene todo mi apoyo y no el del pendejo ese que es contrario y es un pinochetista”.

Bueno son ejemplos que suceden realmente. No, pero lo que quería decir es que siempre la acción de las víctimas, siempre la acción de la sociedad es la que consigue los cambios. Hoy día vivimos una crisis, como decía, desde valores, democráticos, de sistemas, de representación democrática, aquí estáis viviendo como en España movimientos sociales, movimientos ciudadanos que están por fuera del sistema tradicional de partidos exigiendo

cambios, exigiendo más democracia, más acciones directas y demás. Yo siempre digo que eso no es malo, primero es una realidad y segundo creo que era necesario que este revulsivo se nos metiera en las venas, porque estábamos medio adormecidos e indiferentes, íbamos como zombis, que quería votar, votaba a cuatro, cinco, seis años y ahí se acababa la historia. Yo creo que el servicio que se está haciendo por los jóvenes y por esos movimientos es fundamental para que ese despertar se produzca y ese el que las víctimas a lo largo de años y momentos muy difíciles, menos difíciles, pero siempre complicados han sido los que han conseguido que las instituciones, que los estados no caigan en la trampa fácil o en la posición cómoda de olvidar, de olvidar oficialmente, porque insisto se analizáis y se algún día tenéis tiempo y leéis y veréis que la iniciativas desde del estado han sido prácticamente inexistentes con excepciones muy concretas como las que mencionaba antes. Ha sido sólo el impulso de la sociedad organizada, sólo el impulso de las víctimas las que han llamado insistentemente la puerta de las conciencias y las han removido.

Muchísimas gracias.



TERRORISMO DE ESTADO

FRANKLIN MARTINS

TERRORISMO DE ESTADO

FRANKLIN MARTINS

Inicialmente eu queria dizer da minha satisfação de estar aqui em Porto Alegre com vocês, de estar aqui com o Antônio (Escostegy) e com a Dona Rosa.

A senhora, Dona Rosa, começou falando da dívida e do apreço que tem pela solidariedade que recebeu aqui no Brasil. Nós, brasileiros que vivemos aquele período, também temos muito a agradecer pela solidariedade que tivemos no Chile, na Argentina e em vários outros países. Eu, na Argentina, sobrevivi porque tive amigos que me ajudaram: um alfaiate chamado José Maria Paz, um médico chamado Alfredo Moles, um operário chamado Ruben Gallegos. Graças a essas pessoas, que me ajudaram em momentos muito difíceis, sobrevivi.

Todos nós temos histórias sobre a solidariedade e o carinho com que fomos tratados, porque todos que vivemos aqueles períodos negros sabemos que eram processos mais ou menos comuns a vários países, não era algo acontecendo apenas em um país. Era um manto de terror que se estendia por toda a América Latina – em alguns países começou mais cedo, em outros mais tarde; em alguns, por períodos mais curtos, em outros mais demorados; em alguns, pagando um preço maior, em outros, pagando um preço menor. Mas o processo era o mesmo. Na raiz da longa noite de ditaduras, que tivemos na América Latina, – e já começo a falar sobre o Brasil – está o mesmo fenômeno: a enorme dificuldade das elites dos nossos países de aceitar a inclusão, na agenda, das demandas sociais dos trabalhadores e das camadas mais pobres da população. Esse era o grande problema que estava no fundo de tudo.

No Brasil, a Ditadura Militar de 1964 começa a ser tramada bem antes, porque, a partir da Constituição de 1945, passamos a construir uma democracia de massas no Brasil. Ela é incipiente no primeiro momento, mas vai se construindo pouco a pouco, paulatinamente. Os trabalhadores, que antes não faziam parte da vida política do país, e as mulheres, que sequer votavam na República Velha, começam a participar da vida do país. E suas demandas sociais, e suas demandas políticas passam a entrar na ordem do dia.

Para que se tenha ideia, num período curto de apenas 16 anos, o PTB, que era o partido que encarnava, de um ponto de vista mais amplo, as demandas dos trabalhadores, praticamente quintuplicou sua bancada na Câmara. Elegeu, posso estar enganado no número, mas acho que o número é esse, 22 deputados em 1946. Em 1962, elegeu 104 deputados, já era o segundo partido do país, caminhando para ser o primeiro. É um processo no qual os trabalhadores vão descobrindo a importância da vida política, a importância da participação política, do voto, da organização sindical, da organização na esfera política.

Vão aproveitando aquela nascente democracia de massas para passarem a existir enquanto força política, para começarem a colocar suas demandas na agenda nacional. Esse é um fenômeno permanente, que vai de 1945 a 1964.

Do outro lado, há um fenômeno permanente também, que é a enorme incapacidade de nossas elites e das forças conservadoras de aceitarem o jogo democrático real, de aceitarem o resultado das urnas.

Nós tivemos de 1954 até 1964 quatro tentativas de golpe militar no Brasil. Quatro tentativas de golpe militar! Não estou me referindo às quarteladas, a Aragarças ou a Jacareacanga, não. Estou me referindo a quatro tentativas de golpe organizadas pelos Altos Comandos das Forças Armadas. Em 1954, o golpe foi abortado pelo suicídio do Presidente Vargas. As tropas tiveram que fazer “meia volta, volver” e retornar aos quartéis. Em 1955, os Altos Comandos da Marinha e da Aeronáutica tentaram impor um golpe para impedir a posse do Presidente eleito Juscelino Kubitschek. A manobra não deu certo porque o então General Lott, comandante do Exército – Ministro da Guerra, como se dizia na época – prendeu os sediciosos e garantiu a posse de Juscelino. Em 1961, tivemos uma terceira tentativa de golpe. O objetivo era impedir a posse do Presidente constitucional João Goulart. Essa tentativa sediciosa foi abortada devido à reação do povo brasileiro e, em especial, do povo gaúcho, comandado pelo governador Leonel Brizola, à qual se somou o III Exército, comandado pelo General Machado Lopes. Mil novecentos e sessenta e quatro é, portanto, a quarta tentativa de golpe.

Então temos algo permanente, que atravessa todo esse período histórico da vida nacional: de um lado, os trabalhadores ganhando consciência, ganhando influência, colocando suas demandas, aumentando sua participação na vida política, crescendo e passando a ter um peso cada vez maior; de outro lado, uma enorme e feroz resistência de grande parte da elite brasileira contra essa participação, tentando evitar que as demandas populares entrassem definitivamente na agenda nacional.

Em 1964, o discurso da direita no Brasil, o discurso dos conservadores, o discurso da elite, o discurso de boa parte da nossa mídia, discurso que mantiveram por muito tempo – agora estão começando a admitir que erraram em 1964, e isso é bom, seja falso ou não, seja sincero ou não, seja profundo ou superficial –, mas o discurso era de que o golpe de 1964 foi um contragolpe para impedir um golpe de João Goulart, foi um contragolpe para impedir o comunismo no Brasil. Nada mais longe da verdade do que essas duas argumentações. João Goulart não estava planejando golpe coisa nenhuma. A facilidade com que o golpe de 1964 foi vitorioso mostra que não havia nenhum esquema organizado para tentar dar um golpe pelo lado do Jango. O famoso dispositivo militar constitucionalista do General Assis Brasil ruiu como um castelo de cartas. Não houve resistência séria ao golpe do ponto de vista militar, embora vários oficiais, vários suboficiais, vários praças quisessem

resistir, e embora as organizações sindicais e estudantis também quisessem resistir. Mas não houve um comando que organizasse essa resistência, não houve isso. A tese do contragolpe preventivo é absolutamente insustentável. O que houve foi um golpe organizado e orquestrado para impedir o avanço das demandas populares dentro da agenda nacional.

Quanto à ideia de que estava para se instalar no Brasil um regime comunista, ela é simplesmente ridícula. Basta ver quais eram as grandes reivindicações da época, as reformas de base. A reforma agrária proposta por Jango era mais tímida que a reforma agrária que veio a se fazer depois no Brasil. O voto dos analfabetos foi consagrado no Brasil na Constituição de 1988 e não tem nada a ver com comunismo. Limitação das remessas de lucro para o exterior, outra bandeira da época – o que isso tem a ver com comunismo? Vários países limitaram e limitam as remessas de lucro, mas não têm nada a ver com comunismo. A direita dizia que a política de aumento do salário mínimo era demagogia e iria quebrar a economia brasileira. O que tivemos como exemplo nos últimos anos no Brasil? Uma política consistente de aumento do salário mínimo, que, longe de quebrar a economia brasileira, gerou dinamismo para a economia brasileira no governo Lula e no governo Dilma e promoveu a criação de um enorme mercado de massas, decisivo para que o Brasil possa ter uma economia forte. Então, quando analisamos as bandeiras em jogo em 1964, constatamos que elas se referem a questões que foram depois absorvidas pela Constituição ou foram colocadas em prática por governos posteriores sem que isso tivesse qualquer coisa a ver com o comunismo. Tinham a ver com o quê? Com a redução das brutais desigualdades, das brutais injustiças, da enorme exploração existente no Brasil. Tinham a ver com o modelo político que excluía da vida nacional grandes segmentos da população e evitava que eles tivessem peso e influenciassem a vida nacional.

Então a raiz do golpe de 1964, do ponto de vista interno, esteve na enorme dificuldade das nossas elites de conviver com o processo de alargamento da democracia que inevitavelmente colocava na agenda nacional as grandes demandas dos trabalhadores e exigia solução para elas. Mas o golpe de 1964 tem também raízes externas, dadas pela inflexão que os Estados Unidos fazem a partir de 1960/1961, com medo do surgimento de uma nova Cuba. O raciocínio que passa a prevalecer nos Estados Unidos é de que era necessário impedir que se estabelecesse na América Latina qualquer governo de esquerda, qualquer governo progressista, qualquer governo que não rezasse pela cartilha norte-americana. Na época já se denunciava isso. Hoje está comprovado. As gravações de conversas no Salão Oval da Casa Branca foram liberadas.

Aconselho vocês a assistirem ao documentário “O dia que durou 21 anos”, do Camilo Tavares. É impressionante ouvir o presidente John Kennedy conversando com o Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, organizando o golpe no Brasil. Não é alguém falando por eles, não; são as vozes deles falando isso. Depois, a conversa do Lyndon Johnson, o presidente americano seguinte, com alguém do Departamento de

Estado que pergunta como deveria ser a reação dos Estados Unidos ao golpe vitorioso no Brasil: “O Fulano acha que deve ser entusiasta, eu acho que deve ser mais moderada”. “Não tem nada de moderação, não, a reação tem de ser de euforia, nós conseguimos derrubar aquele governo”, responde Johnson. Isso mostra que a famosa Operação Brother Sam, com deslocamento de porta-aviões, destróieres, cruzadores, para, no caso de uma resistência mais prolongada, dar suporte às tropas golpista, foi uma operação cujo centro estava na Casa Branca. Então tivemos as raízes nacionais, internas, do golpe, e tivemos também as raízes internacionais, que estão ligadas à Guerra Fria e ao avanço na América Latina do sentimento de libertação, altamente positivo, que pensava da seguinte forma: podemos ser independentes, não temos que ser o quintal dos Estados Unidos, podemos ter conquistas sociais. A América Latina vivia um momento de ebulição.

Aqui, agora, muitos são jovens – fico feliz de ver na plateia tantos jovens reunidos para discutir um assunto como esse. Mas há também outros que, como eu, já possuem cabelos brancos, ou às vezes nem cabelo. Os mais antigos podem recordar que o Brasil viveu um período de enorme efervescência política e cultural e de crescimento da autoestima antes do golpe de 1964. Isso tudo morreu com o golpe. Antes do golpe, não era só a área política que estava em ebulição, com a entrada de novos temas na agenda. Também foi um período de espetacular efervescência cultural – espetacular no cinema, na literatura, no teatro, na música –, com nossa intelectualidade mergulhando nas raízes de nossa cultura e produzindo coisas novas, modernas, ligadas às raízes populares culturais nacionais, mas ao mesmo tempo, formalmente, trazendo grandes novidades. É um período de enorme industrialização no Brasil, de grande urbanização, é o período da construção de Brasília, em que o Brasil deixava de ser um país de “caranguejos” (que vivia apenas na costa, no litoral). Ou seja, foi um período exuberante, porque tivemos 19 anos de democracia ininterrupta e conquistamos muitas coisas, aprendemos muitas coisas. Isso assustou o outro lado.

O golpe de 1964 vem terminar com esse desabrochar e abre a maior tragédia política da História no Brasil. Não tem nada de democracia, é uma tragédia política. É uma tragédia que, desde o primeiro momento, tem uma marca registrada: reprimir. Reprimir sindicatos, reprimir organizações estudantis, reprimir o funcionalismo público, tudo desencadeia uma fortíssima repressão dentro das Forças Armadas, porque, dentro das Forças Armadas, não havia só golpistas. Ao contrário, um grande número de oficiais, um grande número de suboficiais, um grande número de praças era legalista, principalmente no Exército. Era preciso cortar isso, tanto que quase sete mil militares foram afastados das Forças Armadas depois do golpe. Ou seja, não foi uma operação cirúrgica que se limitou a tirar um ou outro oficial. Não, foi uma limpa, uma intervenção de proporções nas Forças Armadas, reformando ou punindo milhares de oficiais, suboficiais e praças. Também foi feita uma limpa no judiciário. Todas as instituições nacionais, sem exceção, foram afetadas com

cassações, expurgos, prisões.

Essa história de que nós tivemos no início uma “ditabranda”, que depois virou ditadura não se sustenta. Foi ditadura desde o começo. Evidentemente ela assumiu diferentes formas, de acordo com os momentos políticos e as correlações de forças. Na verdade, tivemos três formas de ditadura no Brasil e as três formas foram ditadas pelo fato de que o povo brasileiro não se submeteu a nenhuma delas, a nenhuma delas deu consentimento, não apoiou nenhuma delas.

Vamos à primeira forma. Havia muito gente que achava que os militares iam fazer apenas um pronunciamento militar, como era comum na América Latina – entravam, davam um golpe, permaneciam no poder um período curto, um ou dois anos, rearrumavam o jogo político interno das classes dominantes e depois devolviam o poder aos civis, vida que segue.

Em 1964, depois que entraram, os militares deixaram claro que ia ser diferente. Enquanto vissem no horizonte a ameaça comunista – e eles viam comunistas em todo canto, embaixo da cama, na prateleira –, eles seguiriam no poder, reprimindo. Assim suspenderam os partidos que existiam, não me refiro aos partidos comunistas, porque estes já estavam na ilegalidade há muito tempo, mas os partidos que funcionavam legalmente, como o PTB, o PSD, a UDN etc. Todos eles foram banidos da vida política nacional. Houve intervenção em milhares de sindicatos, 1500 sindicatos tiveram dirigentes pelegos colocados à frente deles. A UNE e as entidades estaduais foram extintas.

Eu me lembro que, como líder estudantil, fui recebido pelo Costa e Silva durante as manifestações de 1968. Quando me apresentei a ele, disse: “Franklin Martins, da extinta UME (União Metropolitana dos Estudantes, a UEE do Rio de Janeiro). Disse isso e sorri, deixando claro que a UME não estava extinta coisa nenhuma, tanto que ele estava tendo de nos receber no Palácio do Planalto.

Então, desde o primeiro momento, foi uma ditadura que tentou impedir que o povo participasse da vida nacional. Isso para não falar que nas eleições, eles diziam “esse não pode ser candidato! Esse pode!”. Mesmo assim, o povo foi encontrando os mecanismos para resistir e para lutar, foi criando espaços para isso. Em 1968, desabrocha através do movimento estudantil, que vinha se reorganizando há vários anos, uma forte contestação de massa ao regime militar. Não foi só o movimento estudantil, tivemos as primeiras grandes greves operárias de Osasco e Contagem, que já traziam sinais de um movimento operário mais moderno. Tivemos a formação da Frente Ampla, a oposição política ao regime. Tudo somado, foi ficando evidente que o país não aceitava mais a ditadura. Durante esse processo, foi ficando evidente também que a “linha dura” queria impor uma ditadura mais forte, uma ditadura terrorista aberta de Estado, que foi o que tivemos a partir do AI-5 – o golpe

dentro do golpe, mais ditadura onde já havia ditadura. A ideia era passar a seguinte mensagem: “Quem botar a cabeça de fora, nós cortamos”.

A partir daí é o terror aberto de Estado, que já vinha se insinuando antes. O movimento estudantil de 1968, no início do ano, era dissolvido a cassetetes, depois passou a ser com carga de cavalaria; no segundo semestre, era à bala. É um processo crescente de radicalização em que eles vão passando o seguinte recado: “Nós não voltaremos para os quartéis”. O recado dado pelas elites brasileiras aos militares era o seguinte: “Façam tudo que tiverem de fazer, mas não entreguem o país para algo que saia da democracia, para algo que saia das urnas.”

Depois do AI-5, tivemos o terrorismo aberto de Estado, no qual centenas de pessoas desapareceram ou foram mortas na cadeia e milhares foram torturadas. O terror de Estado no Brasil não teve as proporções da Argentina. Na Argentina, houve 30 mil desaparecidos. Em termos proporcionais, seria como se tivéssemos tido 150 mil desaparecidos no Brasil. Na Argentina, houve um genocídio, mas isso não quer dizer que tivemos no Brasil uma “ditabranda”. Tivemos centenas de mortos e desaparecidos, milhares de exilados, dezenas de milhares de torturados – uma política sistemática para aterrorizar e não deixar o país levantar a cabeça.

Tem gente que diz que o AI-5 veio por causa da luta armada. Também é mentira. A linha dura já pregava o endurecimento do regime muito antes, foi ganhando o controle pouco a pouco. Em 1968, a luta armada não tinha expressão alguma no Brasil. Algumas organizações falavam disso, outras ensaiavam as primeiras ações armadas, mas era algo restrito. Eu, por exemplo, não defendia a luta armada em 1968, eu fazia movimento estudantil. Tinha muita admiração pelas pessoas que se dispunham a ir para a luta armada, mas não defendia esse caminho, como a maioria dos militantes naquele momento não defendia. Isso mudou depois do AI-5. O recado da ditadura era claro: “Não pode mais ter luta política legal no Brasil. Quem fizer vai preso, vai ser torturado, vai ser morto, vai desaparecer. Não botem a cabeça de fora, agora vamos com tudo!”

Então, para muita gente, inclusive eu, qual era o caminho que restava? O único caminho que restava era o único que eles entendiam. Eles se impuseram pelas armas, teriam que sair pelas armas. Isso se revelou um erro político, porque afastou do povo, que não conseguia acompanhar essa forma de luta, talvez os melhores combatentes daquela época, os brasileiros mais dispostos a se sacrificar pela democracia.

Embora a luta armada no campo e na cidade tenha sido derrotada em toda a linha, a geração que assumiu a luta armada passou uma coisa a meu ver decisiva para que o Brasil tenha conquistado a democracia e seja o que é hoje: a convicção de que, debaixo de uma ditadura, você não se submete. O que minha geração teve de extraordinário é que ela passou de

modo muito forte o seguinte recado para a ditadura, para nós mesmos, para os nossos amigos e para o povo em geral: “A ditadura pode nos perseguir, prender, torturar, exilar, matar, mas ela não pode nos obrigar a viver passivamente debaixo de uma ditadura”. Quando existe uma geração que é capaz de fazer uma opção dessas, mesmo com todos os erros, ela está fazendo uma opção que deixa sementes, que frutifica e que desabrocha em outra situação.

A ditadura terrorista aberta de Estado, no Brasil, começa a ser derrotada de uma forma que ninguém esperava, nas eleições de 1974. Eram eleições sem grandes pretensões - na época se dizia que a Arena e o MDB eram quase iguais -, um era o partido do “sim” e outro do “sim, senhor”. Ninguém levava muito a sério as eleições. De repente, o povo vai, também porque muita gente começou a fazer autocrítica do voto nulo e passou a perceber que era necessário ocupar aquele espaço político, mas de repente o povo vai e dá uma surra no partido do governo. Os eleitores votam maciçamente na oposição, apesar das limitações da oposição. Dos 23 senadores eleitos na época, 16 são de oposição. Apesar de todo o morticínio, do terror, do controle do Estado, da propaganda, do oba-oba e do milagre brasileiro, o povo deixou claro que não apoiava a ditadura, queria mudanças. Era como se dissesse: “Eu estou calado, mas não estou satisfeito. Vocês estão colocando muita coisa pela minha garganta adentro, mas, sempre que eu puder, eu vou falar.” Foi uma derrota de grandes proporções para o regime militar.

E ele teve de buscar arrumar uma terceira forma de ditadura. É o chamado período da distensão lenta, gradual e segura. O governo se perguntava: “Como eu saio de campo sem sair de campo? Como sair de uma ditadura terrorista, que não tenho mais condições de sustentar, sem perder o controle da situação?”

Começa o interminável período de transição. Até 1975/1976 a Ditadura ainda permanecia na ofensiva, mas a partir de 1976 o povo foi perdendo o medo, a indignação passou a ser maior que o medo. A Ditadura começou a cair na defensiva e cada vez mais se ampliam as manifestações populares – a primeira ocorreu em 1976, com os estudantes no Largo de Pinheiros, em São Paulo.

Começam as manifestações. Começa a haver fortes reações aos assassinatos de presos políticos. Começa a luta pela anistia. Começa a transição que vai levar ao fim da ditadura, uma coisa louca que não acabava nunca. Começa em 1975/1976 e vai até 1985. O que acaba com aquela interminável distensão lenta, gradual e segura? Novamente, é o povo, com lutas, mobilizações, greves, e, ao final, a campanha das Diretas em 1984.

O processo é complexo. Eu costumo falar de brincadeira – que a nossa amiga argentina aqui não me entenda mal –, quando as pessoas falam que nós precisávamos ser como a Argentina, pois a Argentina faz as coisas de uma vez e nós levamos muito tempo para resolver nossos problemas: é verdade, a Argentina faz as coisas com rapidez, ela possui

um pique, um volume, um jeito de ser, que nós não temos. A Argentina forma maiorias políticas com muito mais rapidez que o Brasil, mas também as perde com mais rapidez. Eu brinco que a Argentina é como um potro feroso. Ele galopa, ele empina, você olha e fica maravilhado.

Como é bonito! Eu queria ser assim, a gente sempre pensa. Já o Brasil é um elefante, nós nunca tiramos mais do que uma pata do chão ao mesmo tempo. Somos grandes, somos pesados, então nossos processos são lentíssimos. Mas também são mais duradouros. Também não são fáceis os retrocessos.

O fato é que o elefante levou de 1976/1977 a 1984, na campanha das Diretas, para criar uma situação que inviabilizasse a Ditadura. Mas inviabilizou.

Tivemos 21 anos de Ditadura, diferentes formas de ditadura, mas cada uma delas foi frustrada pela ação do povo. Com diferentes formas, com diferentes lideranças, com limitações diferentes, primeiro o movimento estudantil e a erupção da oposição democrática em 1968; depois, a surpreendente vitória do MDB nas eleições de 1974, nas eleições que não significavam grande coisa; e, por fim, a espetacular campanha das Diretas Já, com o povo nas ruas exigindo o fim da ditadura. A campanha das Diretas Já mobilizou 10 milhões de pessoas nas ruas em todo o Brasil. O motor foi o povo nas ruas.

Mas a condução do processo foi dos setores mais moderados, que produziram algo mais ou menos assim: “vamos para a democracia, mas que não seja tanto assim. Vamos para a democracia, mas não vamos assustar o outro lado”. Eles estabeleceram compromissos, que nunca foram ditos explicitamente, mas que existiram, entre os moderados e a ditadura. Não houve um pacto entre o País e a Ditadura, houve um pacto entre a Ditadura e determinados setores que dirigiam a oposição, tanto que, se pegarmos a votação da Lei de Anistia, veremos que ela foi aprovada por quatro votos de diferença, acho que foi 205 a 201, mesmo o país estando debaixo da ditadura, mesmo em 1979 com os biônicos no Senado. Foi um processo em que dois setores da nossa elite – um ditatorial, outro democrático – constroem uma saída sem rupturas, na base do “vamos com o pé no freio, não muito rápido, porque a coisa pode desandar”.

Enquanto o clima foi dominado pelo “pode desandar”, nós avançamos pouco, mas, como o processo é complexo, acabamos tendo importantes conquistas, como a Constituição de 1988 – extremamente positiva no ponto de vista dos direitos democráticos, direitos sociais e dos direitos humanos, porém com limitações na área política. Mas, de qualquer forma, uma Constituição democrática que reafirmou, com muito mais profundidade, aquilo que a Constituição de 1946 tinha proclamado mais de quarenta anos atrás: a ideia de que todo o poder emana do povo, que todo o cidadão deve ter direito ao voto e que

o voto na urna é a base de tudo.

O mais interessante é que nossas constituições proclamaram isso em 1946 e 1988 e a sociedade acreditou e levou a sério essa crença. Foi por isso que aos trancos e barrancos, entre idas e vindas, com acertos e erros, conseguimos construir nas últimas décadas um período democrático duradouro, que já é o mais longo da nossa história; um período democrático que recupera aquele processo, que mencionei antes, de inclusão das demandas populares na agenda do país, que vinha lá de trás e foi interrompido. Período democrático que recoloca na agenda nacional a necessidade de resolver os grandes problemas sociais, de promover a inclusão social. Isso faz com que o país se torne mais forte, aumente sua autoestima, tenha mais capacidade, mais potencial do que antes.

Isso quer dizer que está tudo resolvido? Não, existem enormes problemas a serem resolvidos, mas hoje temos as condições para enfrentar e resolver esses problemas. O mais interessante é que isso continua provocando nas nossas elites um enorme desconforto. Ainda tem muita mulher que fica incomodada porque a empregada doméstica tem mais direito do que tinha antes, às vezes porque usa um perfume que ela já usou: “Onde já se viu?”. Há incômodo de quem chega ao aeroporto e acha que ele está com cara de rodoviária; que chega em uma escola e fala que tem muito negro: “Esse negócio de cota, não dá”. “Bolsa família é bolsa esmola”. E por aí vai ...

A diferença é que hoje eles perderam o bonde. Eles falam isso, mas não falam com a maioria do país, eles falam para eles mesmos, porque eles não têm discurso para a maioria. Por que não encontram discurso para a maioria? Porque até hoje não se convenceram de que a democracia veio para ficar e, na democracia, quem não falar para a maioria não consegue dirigir o país.

Olho para trás. Eu tinha 15 anos quando veio o golpe de 1964. Aos 15 anos, eu já era um militante, não era comunista ou revolucionário, mas eu um militante pelas reformas de base. Era um garoto, mas fui para rua querendo lutar. Não houve luta nos dias do golpe. Depois lutei contra a ditadura do primeiro dia ao último dia. Fiz isso como a minha geração fez. Olho para trás e digo: “vamos homenagear os que morreram, os que tombaram, os que caíram, é justíssimo que a gente os homenageie, mas não vamos ficar só nisso. Parece que eles foram derrotados. Não, a luta deles frutificou, a luta deles deu certo. Se nós temos democracia hoje, é porque teve gente que foi para o pau de arara e resistiu, que foi para o exílio e retornou, que se borrou de medo mas resistiu ao medo; que fez alguma coisa, que foi para a rua, que fez trabalho de formiguinha – porque o mais heroico não foi quem pegou em armas contra a ditadura, mas quem fez o trabalho de formiguinha em 1972, 1973, 1974, quando a ditadura parecia que tinha ganho em toda a linha e parecia ser eterna, quando as pessoas lutavam apenas para que o dia de amanhã não fosse pior do que o de hoje. A essas pessoas que pedalarão para a bicicleta não cair, o país deve muito mais do que se imagina.

Pessoas que não fizeram coisas grandiosas, mas que mantiveram a luta pela democracia pulsando no país.

Se nós temos uma democracia no Brasil, foi por tudo isso que fizemos lá trás. Er-ramos, lutamos, não desanimamos. Vamos reverenciar os nossos mortos, os nossos heróis, mas vamos, acima de tudo, comemorar com alegria a luta de todos eles e de nosso povo. Hoje não há mais clima no Brasil para um golpe como o de 1964, porque o país não aceita mais.

Cinquenta anos depois, temos que comemorar a prolongada e permanente re-sistência que o povo brasileiro ofereceu à ditadura militar. Foi ela quem lançou as bases para a democracia em que nós vivemos hoje.

Muito obrigado!

DEUS E SUA OBRA: PROJETOS CURATORIAIS PARA A MEMÓRIA E OS DIREITOS HUMANOS

GAUDÊNCIO FIDELIS

As questões de que vou tratar aqui são peculiares a todas aquelas instituições museológicas que possuem coleções, sejam elas de obras de arte, documentos, objetos etnográficos e também arquivos, tanto aquelas dedicadas à arte ou à história. Trata-se da percepção de que vemos uma frequente alienação dessas coleções de seus públicos e de como romper este círculo vicioso e veiculá-las através de estratégias curatoriais inovadoras, que produzam conhecimento e, em última instância, levem seu público a ter uma experiência qualificada no espaço de exposições.

No caso de museus de história, instituições de memória e arquivos históricos, é preciso fazer uma verdadeira revolução para que essas instituições deixem de ser lugar de uma narrativa congelada sempre em um período passado e que passem a produzir exposições vivas, surpreendentes e em sintonia com o público contemporâneo. Não podemos esperar que esse espectador contemporâneo experiencie o passado da mesma maneira que aqueles que foram torturados, exilados, que tiveram seus direitos violados, que foram vítimas de atrocidades de todo o tipo.

A experiência da violência e do terror nunca teria a mesma intensidade de sua narrativa. Assim, a excessiva carga de informação sobre esses eventos veiculada por suas exposições tampouco ajuda nesse processo e reflete apenas uma ansiedade de seus diretores e curadores em veicular essa história da maneira como aconteceu. Comunicar o evento não é, portanto, o mesmo que envolver e conscientizar.

Infelizmente, poucos museus dedicados aos direitos humanos e instituições de memória compreenderam que a experiência das violações dos direitos precisa ser entendida por meio de outras estratégias de exposições e programas, que se transformem em experiências significativas para indivíduos que vivem hoje em um estado democrático de direito e que não chegam a compreender um passado de violações ou vislumbrar o futuro dos direitos humanos, preparando-nos para possíveis novos modos de violações que mesmo as sociedades democráticas em que vivemos podem vir a experimentar. Nesse sentido, os direitos são uma conquista quase sempre frágil, razão pela qual a vigilância constante é necessária. Isso sem contar que falamos de uma perspectiva democrática, embora muitos países ainda vivam em uma situação política de violações contínuas de direitos de seus cidadãos através

de incidentes mais graves.

A situação acerca de como construir esses programas encontra paralelos nos museus de arte, considerados os bastiões da civilização. Neles, em virtude do estabelecimento das grandes narrativas e das premissas que regulam o cânone da arte ocidental, a exclusão artística ainda reina. Trabalhar para tornar os museus mais inclusivos, a fim de que venham a contemplar outros pensamentos artísticos, outras vozes e a produção de grupos de artistas marginalizados, tem sido um dos maiores desafios dos museus na atualidade, ainda que poucos tenham se engajado, de fato, nessa tarefa. Por exemplo, exposições feministas, exposições de caráter queer, exposições de arte não ocidental têm sido ainda raras no contexto museológico e, mesmo que alguns desses segmentos (como a produção feminista) tenham ganhado mais espaço em projetos curatoriais, eles ainda estão chegando atrasados à grande maioria das instituições da América Latina.

Se pensarmos em termos de memória, poderemos identificar também uma tendência consolidada de constituição dessas exposições que podem ser descritas como muitos textos, muitos documentos, muitas reproduções, muitos vídeos, muitos filmes, muita fotografia documental, muitos mecanismos de multimídia.

Vale citar como exemplo contrário a esta perspectiva, portanto, a estratégia adotada pela curadoria da exposição de abertura do Museu de Direitos Humanos do Mercosul, curada por Marcio Tavares, que resolveu que deveríamos ter essa experiência dos direitos humanos por meio da arte e introduzi-la utilizando a iconografia e a imagem artística como um dispositivo de ativação de um campo do conhecimento raramente explorado em exposições sobre o assunto – ao menos que eu tenha conhecimento. Assim, por meio de um mecanismo de justaposição e de uma abordagem não cronológica, construiu-se uma exposição de grande complexidade sobre o conceito de direitos humanos que pode ser vivenciada em diversos níveis de leitura.

Trata-se também de uma nova plataforma conceitual construída sobre a ideia de que os direitos humanos não sejam somente uma história de incidentes individuais, mas que essas tragédias possam ser entendidas como responsabilidade de uma coletividade, sendo partilhadas com a mesma intensidade e sendo capazes de mobilizar aqueles diretamente envolvidos.

Quando falamos em tortura, exílio, escravidão, violência, censura e nas mais diversas violações, estamos falando de incidentes que dizem respeito à coletividade (por mais óbvia que pareça tal afirmação), assim como, quando estamos falando de arte, falamos também de exclusão, da normatividade, do estabelecido, do cânone, da regra, da norma. Os

desvios precisam ser incorporados tanto pelos museus de arte quanto pelos de memória.

A história, assim como a história da arte, não pode ser apenas aquela das obras canônicas; deve ser aquela história ainda não contada, tanto nos direitos humanos (das macro e microviolações) quanto na arte (das obras canônicas e dos desvios da norma canônica), e assim sucessivamente. Isso sem lembrar que as instituições museológicas, como sabemos, são instituições de conflito. Conflito de ideias, de narrativas, de percepções, de desejos. Precisamos, então, construir museus que sejam capazes de consolidar uma rotina museológica em grande movimento, sem conceber os direitos humanos e/ou a memória e a história como isolados da vida cotidiana – e, para isso, a arte torna-se instrumental. Vislumbrar o objeto de arte como documento e incluí-lo em meio a outros documentos históricos e objetos de outra natureza é tornar possível contar histórias e instituir significados com uma extensão nunca antes imaginada. Através de um mecanismo de justaposição, empregado por essa exposição, é possível empreender diversas perspectivas inovadoras para uma visão dos direitos humanos através de uma exposição de arte.

* * *

Faço uma pequena digressão acerca do título escolhido para esta exposição: enigmático e não descritivo à primeira vista, Deus e Sua Obra no Sul da América impressiona e assusta em um primeiro momento. Podemos encontrar os primeiros indícios (fissionais evidentemente) do papel de Deus como artista e seu potencial criativo (notemos que o título refere-se a Deus e à sua obra), na Sexta Novela do livro *Decameron*, de Giovanni Boccaccio, em que o escritor apresenta-nos evidência da atividade artística de Deus antes ainda da criação de Adão. Podemos assim considerar a história de Boccaccio (que foi escrita entre 1348-1353) como o primeiro antecedente da história da arte, antecipando inclusive a vida dos artistas (*Le Vite de' più eccellenti pittori, scultori e architettori*), de Giorgio Vasari, publicado pela primeira vez em 1550. Como sabemos, Vasari é considerado como o primeiro a ter consolidado a história da arte. Ele lançou as bases para a consolidação do cânone da arte ocidental (hoje, em parte, uma maldição historiográfica), baseando-se fundamentalmente em um sujeito masculino, branco e de classe alta, tipificado pelo artista italiano da Renascença. Na introdução de seu livro *A vida dos artistas*, Vasari também assinala a criação do mundo por Deus como o início da criatividade artística.

Ainda mais importante na história de Boccaccio em sua Sexta Novela é que podemos considerá-la como a biografia de um artista (Deus nesse caso), do aprendizado da criação, do amadurecimento quando da produção de obras-primas, visto que Deus viria posteriormente a criar Adão, retratado brilhantemente por Michelangelo em sua alegoria *A Criação de Adão*, pintada no teto da capela Sistina. O texto ficcional de Boccaccio conta como Deus, no início de sua vida criativa, criou a família Barongi quando seu “talento artístico” era ainda incipiente. Em seu texto ficcional, Boccaccio escreveu: “Fiquem sabendo

que os Baronci foram feitos por Nosso Senhor quando estava começando a aprender pintura; os outros homens foram feitos depois que Nosso Senhor aprendeu a pintar”. Nessa passagem, Boccaccio introduz uma clara distinção entre a arte de um principiante e aquela de um “mestre”, status que Deus não havia atingido ainda quando fez suas primeiras obras, ou seja, os membros da família Baronci. A criação de Deus torna-se, assim, o exemplo de uma “obra de arte” que teria sido malfeita nesse caso. Cito aqui uma passagem de Decameron:

Para saberem que estou com a razão, pensem nos Baronci e nos outros homens: como podem ver, enquanto todos os outros têm caras bem compostas e devidamente proporcionadas, entre os Baronci um tem cara comprida e estreita, outro tem cara muito mais larga que o conveniente; este tem nariz compridíssimo, aquele tem curto; alguns têm queixo saliente e virado para cima, com mandíbulas que parecem de asno; e há até quem tenha um olho maior que o outro, ou então um mais baixo que o outro, como as caras que as crianças fazem antes de aprender a desenhar. Por isso, como já disse, está bem claro que Nosso Senhor os fez quando estava aprendendo a pintar; portanto, eles são mais antigos que os outros; logo, mais nobres.¹

Podemos constatar que a concepção supostamente artística da representação do Outro era essencialmente excludente. Os Baronci, como as primeiras tentativas artísticas de Deus, foram concebidos fora dos padrões de beleza, demarcados por seu próprio “fracasso artístico”. Então, pode-se tomar Deus e Sua Obra no Sul da América como uma biografia do “artista Deus”, que teria atingido o brilhantismo quando fez Adão. Deus agora é um escultor. Nesse momento, a história de Deus entrecruza-se com a de Michelangelo, pois é pelas mãos deste que A Criação de Adão toma forma tal como a conhecemos por meio da pintura do artista renascentista. Não por coincidência, o dedo de Adão que toca o dedo de Deus representa o espírito da criação, o momento no qual ela recebe o “sopro da vida”. Para Paul Barolsky, “Michelangelo’s monumental painting is the story of God making the first sculpture”².

Sendo assim, a plataforma de Deus e Sua Obra no Sul da América, do ponto de vista metafórico, pode ser vista também como uma história do fracasso de Deus como artista ou, melhor dizendo, da trajetória de Deus como um artista principiante, visto que há na exposição, uma grande oscilação entre as formas canônicas e não canônicas, e ela privilegia estas últimas em virtude de seu forte caráter de inclusividade, refletindo, assim, uma história da criação, dos incidentes, dos percursos, das tragédias, dos desejos, das vontades e, por fim, da ascensão da arte pela via do conhecimento em direção à inclusividade, um dos maiores valores para a conquista dos direitos humanos. O deslocamento das diversas possibilidades de organizar as obras no espaço expositivo determinou a escolha de uma

1 Idem. Giovanni Boccaccio, Decameron, 367.

2 A pintura monumental de Michelangelo é a história de Deus fazendo a primeira escultura. Tradução do autor. Paul Barolsky, A Brief History of the Artist from God To Picasso (The Pennsylvania State University Press, 2010),

inclinação conceitual amplamente experimental, cuja narrativa poderia ser construída à revelia de um espelhamento da história.

Outro aspecto é que, ao utilizar a dimensão criativa da experiência divina de Deus como criador e artista, a exposição resgata para si a possibilidade de realizar profundas reflexões a respeito de um sistema que organiza objetos não só de acordo com uma taxonomia específica, mas também de acordo com novas possibilidades de avançar em diversas vias de construção curatorial. Em última análise, ela introduz um inusitado fator de inovação: aquele de Deus como modelo curatorial. Essa estratégia tem várias implicações para o contexto de exposições, especialmente, para aquele de uma exposição sobre direitos humanos. A primeira é que tal plataforma invoca o gesto curatorial como tendo um caráter divino, por seu infinito potencial de escolha, mas ao mesmo tempo passível de considerável relativismo. Considerando-se também que a exposição relaciona-se à criação divina e que Deus poderia ser considerado um “mau artista”, deixando aberta a possibilidade para a inclusão de obras não canônicas (não inclusão de obras-primas), a exposição torna-se imediatamente inclusiva e relacionada a diversas possibilidades de intervenção criativa.

A exposição permite ainda que seus visitantes, ao menos aqueles mais atentos, experienciem as incidências dos direitos humanos a partir dessas obras ou desse conjunto de obras em justaposição, demonstrando como, por exemplo, a tortura sempre esteve presente na iconografia cristã, inclusive, em recentes incursões da arte contemporânea. É difícil imaginar tortura em seu mais bárbaro método do que a crucificação, bem como sua lenta e elaborada exibição pública do horror do sofrimento do corpo que só consegue alívio na morte, sua consequência inevitável. Por meio da arte, a exposição é capaz de desfazer algumas tramas da história – ou, ao menos, aquelas cujos itinerários metodológicos da historiografia muitas vezes não conseguem contar.

A conquista dos direitos humanos não foi uma revolução de um dia e, de todo modo, ainda não está completa. Por isso, talvez faça sentido que uma exposição como essa se mostre enciclopédica em caráter, e sua grandiosidade mostre-se consideravelmente “exagerada” em sua tentativa de incluir uma variedade de estilos, escolas, tendências e períodos expressos em obras de arte que perfazem um largo arco histórico que percorre o final da segunda metade do século 19 até a contemporaneidade. Em uma tentativa de ordenação do vasto campo que os direitos humanos compreendem nos dias de hoje, abrangendo algumas áreas de atuação que até pouco tempo sequer estavam incluídos nessa categoria, a exposição trouxe em seu bojo alguns daqueles mais fundamentais direitos, até os mais marginais, que, por dizerem respeito a grupos menores ou detentores de menos poder político, recebem menos atenção das autoridades e dos órgãos responsáveis pela sua defesa. Esse debate é longo e faz parte de uma considerável jornada pelos meandros das conquistas de direitos ao redor do mundo. Na mesma medida em que tais direitos desenvolvem-se e ganham terreno nas sociedades democráticas em algumas partes do globo, outras regiões regridem e violam

essas mesmas premissas conquistadas. Trata-se, portanto, de uma eterna luta que nunca cessa.

Uma exposição que pretenda dar conta dessa diversidade, mesmo que se concentre na América do Sul, demonstra uma tarefa que só “Deus” seria capaz de alcançar. Deus como modelo torna-se, então, – além de uma demonstração de fracasso e, por tortuosas razões e consequências, de inclusão – uma possibilidade enciclopédica, equivalente a uma monstruosidade em termos de questões que aborda e dos problemas que pretende assinalar em uma só investida epistemológica. Para tanto, seria preciso um modelo que demonstrasse considerável capacidade enciclopédica e, ao mesmo tempo, versatilidade conceitual, determinando, por assim dizer, a eficácia desejada para uma exposição de tal envergadura. Exatidão não é o objetivo almejado, mas a abertura para um universo dos sentidos, assinado no subtítulo da exposição, que pretende dar conta da imensa capacidade necessária para falar a uma imensa, vasta e variada audiência à qual se reporta a exposição.

Há ainda um fenômeno reverso que a exposição põe em curso ao desconstruir uma série de códigos expositivos a que estão sujeitas as exposições de direitos humanos e que transformaram seus modelos em plataformas obsoletas, que hoje conhecemos como demonstrando excessiva teatralidade, definindo uma dinâmica que não atende mais às necessidades de dar conta da experiência dos direitos humanos para o visitante contemporâneo, mesmo porque o assunto (direitos humanos), embora seja relativamente recente no contexto de exposições, já se tornou, em poucos anos, obsoleto. Modelos que ultrapassam demais a lógica da visibilidade e entram excessivamente no campo literário (algumas exposições, de tantos textos que apresentam, poderiam ser simplesmente distribuídas em livros impressos), tornam-se plataformas difíceis de conquistar a sensibilidade do visitante. Por isso, elas perdem, em parte, sua dimensão política, já que tais exposições não podem negligenciar totalmente seu caráter didático, principalmente em seu papel de conquistar o público para as causas dos direitos humanos.

Voltando ao início deste texto, Deus torna-se, assim, um mecanismo para articular cada elemento da exposição, de sua vocação autoral, pelo gesto curatorial e por sua equivalência com o gesto divino, ou seja, referindo dessa forma o aspecto conceitual da disciplina de curadoria; ela remete ao fracasso de Deus como um agente da criatividade e de sua incapacidade de produzir obras-primas durante grande parte de sua “trajetória artística”, a menos que consideremos uma obra-prima apenas a criação do homem à sua imagem e semelhança, considerando a articulação litúrgica que parte da exposição aborda; a dimensão inclusiva das obras, em equivalência na trajetória artística de Deus, que pela “trajetória artística” mediana equivale a obras não canônicas e àquelas que não atingem o status de canonização; a difusão do conhecimento sobre as violações dos direitos humanos como obra de Deus e sua força divina, materializada e expressa em punição, injustiça e manifestações religiosas que tantas vezes provocaram circunstâncias variadas de violação e

assinalam a ambiguidade das evidências que demonstram ainda hoje a interferência da religiosidade no campo dos direitos; e, por fim, a hipótese, deixada aqui a cargo do visitante, de que a criação de uma exposição é por excelência a organização conceitual que estabelece um padrão de reflexão sobre o que podemos considerar direitos em um universo deveras confuso, no qual a disputa pelas possibilidades de sobrevivência demonstra as limitações da cultura, das leis e do cumprimento dos ideais da democracia.

A obliteração de modelos expositivos obsoletos através da introdução da atualização da experiência dos direitos por meio das imagens, auxiliadas por documentos, transforma Deus e Sua Obra em domínio do conhecimento que demonstra o quão devastadoras podem ser as violações, assim como a simples ausência de direitos no mundo contemporâneo seria inconcebível, causando um efeito sem complacência, transformando a experiência em nada mais que um espírito de vingança contra a falta de memória que somente a arte em determinados momentos parece ser capaz de empreender.

--



RESISTÊNCIA À DITADURA COM
ENFOQUE DE GÊNERO

LÍCIA PERES

RESISTÊNCIA À DITADURA COM ENFOQUE DE GÊNERO

LÍCIA PERES¹

Ao lembrar o papel que as mulheres desempenharam durante a ditadura civil –militar instalada pelo golpe de 1964, é necessário percorrer, ainda que brevemente, os caminhos tomados pela resistência desde os períodos mais duros, seguindo pelo processo da abertura política, até a conquista da Anistia.

O ano de 1975 foi aquele em que, por iniciativa da advogada Therezinha Zerbine, teve início o Movimento Feminino pela Anistia que se estendeu nas principais capitais brasileiras. Era o Ano Internacional da Mulher e muitas mulheres com suas representações de todo o mundo foram ao México, sede do Congresso.

Na tribuna paralela, Therezinha lê um documento que expressa a importância da anistia para o Brasil. Ex-presena política e mulher de um general cassado, sua denúncia não se limitou a esse momento. Voltou ao Brasil decidida a empenhar-se em organizar a resistência feminina.

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e instituiu os anos de 1975 a 1985 como a Década da Mulher, o que irá impulsionar as mulheres em todo o mundo a lutar pelas suas questões específicas. Era segunda onda feminista e dois movimentos tomaram impulso nesse mesmo período: a luta pela redemocratização do Brasil e o debate sobre os temas de gênero. Diversos grupos gaúchos, a exemplo do MML - Movimento de Mulheres pela Libertação -, Liberta, Costela de Adão formavam grupos de estudo e realizavam debates sobre temas como saúde e sexualidade, prazer, violência, aborto. Surgia também uma imprensa voltada a denunciar a opressão contra as mulheres com a publicação de artigos e estatísticas sobre a posição da mulher no mercado de trabalho, discriminação salarial e violência doméstica. Passeatas de protesto contra a absolvição de homens que assassinavam mulheres alegando “defesa da honra” e faixas com o lema “Quem Ama Não Mata”, conscientizavam a população a respeito da dupla moral sexual e da complacência da Justiça nesses casos.

Voltando ao tema da anistia, o Rio Grande do Sul foi o segundo núcleo do Movimento Feminino Pela Anistia – MFPA aqui desenvolvemos um trabalho sobre o qual sinto profundo orgulho e que se confunde com a minha trajetória pessoal e a de tantas companheiras que corajosamente assumiram essa bandeira. É preciso destacar que o MFPA foi o

1 Socióloga, ex-presidente do Movimento Feminino Pela Anistia/RS

primeiro movimento legalmente organizado contra a ditadura militar.

Cabe lembrar que o ambiente em que vivíamos era extremamente opressivo. A edição de sucessivos atos institucionais, entre eles o AI-5 que autorizou o fechamento do Congresso, a suspensão dos direitos de cidadania, a cassação dos mandatos, a demissão e aposentadoria de funcionários, a instituição da censura prévia atingindo a imprensa, o cinema, o teatro, a música, caracterizava esse tempo como um dos mais atroz da nossa história. Torturas, mortes, desaparecimentos e simulação de suicídios de prisioneiros políticos eram práticas utilizadas e acobertadas pelo aparelho repressivo.

Os slogans usados pelo governo autoritário “Estudante é para estudar” “Trabalhador é para trabalhar” revelam a pressão exercida sobre as organizações estudantis, sindicais e os movimentos sociais para que ficassem fora da participação política e, principalmente, se abstivessem de qualquer crítica contrária ao regime. Na verdade, queriam a apatia e o distanciamento e para isso usavam a intimidação e o medo.

Naquela época, casada com o vereador Glênio Peres do MDB, que dois anos depois seria cassado pelo AI-5 por denunciar as torturas em nosso país, eu cursava Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da UFRGS e militava no movimento estudantil.

As aulas eram acompanhadas pelos agentes do Dops encarregados de vigiar tudo o que era ensinado e delatar professores e alunos. Os livros indispensáveis à nossa formação não eram encontrados e, muitas vezes, precisavam ser conseguidos clandestinamente.

Nessa ocasião fui procurada por Dilma Rousseff que, após mais de três anos de cadeia, mudara-se para Porto Alegre, onde morava seu companheiro Carlos Araujo. Dilma havia recebido de Therezinha Zerbine, com quem convivera na prisão em São Paulo, um pedido para que buscasse aqui uma mulher disposta a organizar o Movimento Feminino pela Anistia/RS. Encontramo-nos em minha casa, conversamos a respeito, e decidi aceitar a desafiadora proposta. Foram-me entregues diversas cópias do Manifesto pela Anistia.

Incumbência aceita, fiz contato com várias mulheres que eu conhecera no MDB, dentre as quais, Mila Cauduro, Quita Brizola (irmã do ex-governador Leonel Brizola) Laís Sica da Rocha, Ruth Vargas, Catarina Oliveira, Angelina Guaragna, Lygia de Azeredo Costa e outras, assim como minha colega Enid Backes que, mais tarde, por ter assinado o nosso Manifesto pela Anistia, foi demitida de seu único emprego, o de professora estadual.

Na primeira reunião, realizada na sede da Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI) elegemos uma Comissão Executiva onde fui eleita Presidente, Mila Cauduro ocupando a 1ª vice com Quita Brizola, na Tesouraria e Angelina Guaragna como vogal. Nesse primeiro momento não tínhamos uma advogada, papel que mais tarde seria desempenhado

por Cláudia Rodrigues Behrendorf.

A companheira Maria Flor Vieira assumiria papel de destaque em nossa Comissão nas campanhas pela libertação dos Flávios (Flavia Schilling, Flavio Tavares e Flavio Koutzii) que amargavam prisão no Uruguai e na Argentina. Iniciamos o trabalho com visitas a autoridades em busca de apoio. Éramos recebidas, muitas vezes com indiferença e frieza. Passamos a recolher assinaturas buscadas nas ruas, portas de fábricas, igrejas. O objetivo era entregar formalmente a Golbery do Couto e Silva, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O Rio Grande do Sul foi o 2º núcleo nacional e, mais da metade das 12 mil assinaturas entregues, foram coletadas aqui. Contrariando o slogan oficial de “Brasil, Ame-o ou Deixe-o, afirmávamos que “lugar de brasileiro é no Brasil”. Falávamos sobre injustiça e no direito a retornar à sua pátria.

Pela primeira vez, foi constituído legalmente um movimento direto de enfrentamento à ditadura. As mulheres desempenharam, assim, um papel de vanguarda na história brasileira. Se em um primeiro momento, foram as mães, filhas, amigas, irmãs de presos e desaparecidos que começaram a militar no MFPA, observou-se que a militância significou um crescente grau de politização das mulheres.

Observa-se que as mulheres cujo papel prioritário na sociedade era a atuação no âmbito privado, passarão a apropriar-se cada vez mais do espaço público. Nos próprios partidos suas tarefas eram atuar no Setor Feminino, geralmente com a incumbência de organizar chás, entregar flores e ajudar nas campanhas. Era muito pequeno o número de mulheres disputando cargos eletivos. Em 1974, Mila Cauduro candidatou-se a deputada estadual e, muito ligada a Brizola e nas ocasiões em que discursava, referia a necessidade da anistia. Era uma atitude corajosa, mas isolada.

Nossa pregação pela ANISTIA tornou-se cada vez mais conhecida e, apesar de não possuímos sede própria, fazíamos frequentes reuniões em nossas casas para organizar a agenda. Contávamos com a solidariedade de alguns parlamentares dentre os quais os deputados Carlos Augusto de Souza, cuja assessora Raquel Cunha seria, em 1978, a primeira presidente do Comitê Brasileiro Pela Anistia/RS, Porfirio Peixoto, Antenor Ferrari. Eram apoiadores valiosos, assim como o Setor Jovem do MDB e o IEPES, coordenado pelo sociólogo André Foster.

Em 1976, pelo fato do Glênio ser candidato à reeleição para a Câmara Municipal de Porto Alegre e pleitearmos o uso da palavra em todos os comícios eleitorais, à época muito concorridos, decidimos que eu passaria a exercer a 1ª Vice e a Mila assumiria a Presidência, o que ocorreu sem que nosso trabalho sofresse qualquer descontinuidade.

Trabalhávamos em total harmonia. Possuíamos nacionalmente um jornal tipo tablóide, o MARIA QUITÉRIA, que divulgava todas as atividades do MFPA no Brasil, unificando as informações.

Não irei descrever tudo o que foi feito. Doamos toda a documentação para o Arquivo Histórico que tem sido fonte de consulta para historiadores e já resultou em diversos livros e publicações. Gostaria ainda de mencionar que após a fase inicial, passamos para a Popularização da Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita, com propostas que visavam ampliar nossa base de apoio.

Os momentos mais marcantes da Luta pela Anistia (os Congressos) já uniam o MFPA e o CBA em programa de combate à Lei de Segurança Nacional, demandava a erradicação das torturas e o esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram as mortes e desaparecimentos políticos. Não se tratava apenas de apoiar o projeto de distensão lenta e gradual do general-presidente Geisel, mas colocava-se a exigência do fim da lei de Segurança Nacional e à urgência do desmonte do aparelho repressivo. O apoio às lutas pelas liberdades democráticas, a defesa pelo direito de greve e pela livre organização sindical passaram a constar de nossos manifestos.

O Movimento pela Anistia uniu as oposições. Organiza-se para lutar contra algo que a ditadura, principalmente a linha dura, não queria que ocorresse. Esse processo tem início no governo Ernesto Geisel, onde ocorriam contradições dentro do próprio governo. Passamos a atuar nas brechas, nos espaços possíveis. Nossa intenção era apressar o processo, pressionando pela Anistia, medida indispensável para a redemocratização do país.

Mesmo com a posse do presidente João Figueiredo, que prometia a abertura mesmo “prendendo e arrebetando”, os obstáculos eram grandes. Basta lembrar que, em 30 de abril de 1981, mesmo após a Lei da Anistia, ocorreria o frustrado ataque à bomba onde, no pavilhão do Riocentro, realizava-se um show comemorativo ao Dia do Trabalhador. A bomba acabara por explodir no colo de um militar que aguardava no carro. Os autores tinham a intenção de pôr a culpa nas esquerdas, para forçar o retrocesso.

O Movimento pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita ganhou a consciência nacional, com apoio dos intelectuais, dos artistas, de grandes camadas da população. A música de João Bosco “o Bêbado e o Equilibrista” tornou-se nosso hino. Tentamos, de todas as formas, ampliar o alcance da Anistia.

Viajamos em comitiva à Brasília para uma audiência com o Senador Teotônio Vilela e fomos informadas das fortes restrições que punham limite ao nosso pleito, o da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Só quem viveu aquele período pode avaliar as dificuldades enfrentadas. Na correlação de forças, mesmo com o máximo de pressão, atingimos o

limite do que poderia, naquele momento, ser obtido. Votada no Congresso Nacional, com o Plenário e galerias lotadas, em votação apertada, a Lei da Anistia foi sancionada em 28 de agosto de 1979 pelo presidente João Batista Figueiredo. A lei 6683/79 é histórica. Inscreve-se como um dos momentos marcantes da vida brasileira.

De imediato foram beneficiadas cerca de 4 mil pessoas. Retornaram ao Brasil nossas lideranças políticas que estavam no exílio e foram recebidas com emoção e entusiasmo. Ainda organizamos um ato na frente da Prefeitura Municipal, para homenagear os mortos e desaparecidos, os que não podiam ser beneficiados pela anistia. A cada nome mencionado as pessoas diziam “presente” e era depositada uma flor no chão. Passamos a pleitear, na Assembleia Legislativa, a criação da Comissão de Direitos Humanos, o que efetivamente ocorreu.

O respeito aos direitos humanos é um valor que precisa ser parte constitutiva de nossa cultura. A Anistia não foi uma concessão, ou um ato de boa vontade. Representou a conquista de uma luta que se transformou em causa nacional, quando as mulheres brasileiras estiveram na vanguarda.

Continuo acreditando a força da verdade que é, de fato, um direito. Através dela e da pressão da sociedade as sombras que caíram sobre os desaparecidos haverão de se dissipar. Não podemos conviver, indefinidamente, com esse drama. É insuportável, não só para os familiares das vítimas, mas constitui-se em algo que diz respeito a toda a nação brasileira, assim como a abertura de todos os arquivos. Incontestavelmente, as mulheres foram pioneiras, aquelas que ajudaram a restaurar o fio da História rompido pelo golpe de 64.



A VIOLÊNCIA DE GÊNERO
NAS DITADURAS DO CONESUL

**LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN LAS
DICTADURAS DEL CONO SUR**

LILIAN CELIBERTI

Tradução: Jordana Machado Simmer

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS DITADURAS DO CONESUL

LILIAN CELIBERTI¹

A memória é mais do que se produziu até agora; as políticas da amnésia fazem necessário reintegrar fragmentos do passa do em uma nova estrutura interpretativa, fazendo com que o passado diga o que não era conhecido anteriormente/revele o desconhecido/ou o que foi silenciado, produzindo novas conceituações sobre o que ocorreu, de tal forma que permitam resgatar e registrar as omissões que até agora toleramos (Graciela Sapriza²).

A procura porôn vaschaves interpretativas animou o painel de debates sobre Mulheres, ditadura e democracia, realizado no Museu de Direitos Humanos do MERCOSUL, no mês de março, aos 50 anos do golpe de estado no Brasil.

A dimensão de gênero na repressão compreende uma ampla gama de enfoques possíveis, desde as mulheres militantes até as mães que desafiaram o poder militar na busca de seus filhos e netos, o exílio e a tortura.

Se hoje podemos analisar as ditaduras no ConeSul de uma perspectiva feminista, é porque, a partir do feminismo, criou-se o espaço de enunciação coletiva que supõe a existência de protagonistas capazes de politizar sua experiência. A partir desse espaço de enunciação se abrem novos campos de disputa sobre o sentido e as interpretações dessas experiências e da própria memória.

A ação política do feminismo é uma das inovações teóricas e políticas mais importantes da segunda metade do século XX, e suas contribuições são significativas em, pelo menos, duas dimensões: a da análise dos sujeitos e a das relações de poder. Os movimentos feministas colocaram, então, tanto no debate teórico como no político, a opressão de gênero em toda sua complexidade, o que obriga a repensar o social, o jurídico e o político.

A análise da experiência “não acontece em indivíduos isolados, mas naqueles inseridos em redes de relações sociais, em grupos, instituições e culturas. De imediato e sem solução de continuidade, a passagem do individual ao social e interativo se impõe”. (Jelín, 2002: 19).

Uma característica central das ditaduras do ConeSul foi o uso sistemático e generalizado da tortura como ferramenta de destruição de opositores políticos³. No Uruguai,

1 Militante feminista, coordenadora do Colectivo Feminista Cotidiano Mujer. Ex-prisioneira política, sequestrada em Porto Alegre em 1978 no marco da Operação Condor, junto com os filhos de 3 e 7 anos e Universindo Rodríguez Díaz.

2 Graciela Sapriza. Memoria de mujeres en el relato de la dictadura (1972-1985) Disponível em: http://www.unive.it/media/allegato/dep/n_1speciale/05_Sapriza.pdf

3 A tortura como método de dominação não desapareceu das práticas institucionais de nossas forças repressivas; utiliza-se hoje contra os setores

todas as pessoas detidas entre 1972 e 1984, de uma forma ou outra, com maior ou menor intensidade, foram torturadas. A partir do ano 1972, as “medidas prontas de segurança” ou “o estado de guerra interno” dava às Forças Conjuntas a competência de dispor das pessoas sem nenhuma garantia jurídica por um tempo que, gradualmente, foi-se tornando cada vez mais longo, até chegar à prática da desapareição forçada. Esse poder se converteu no primeiro passo da tortura psíquica e física, acompanhado do capuz, do plantão e do interrogatório, em um quadro de impunidade. Essa quantidade massiva de torturas cria uma ferida social profunda, que faculta múltiplos olhares e depoimentos.

A tortura é praticada (e justificada) pelo poder militar e policial como um método eficaz de interrogatório, polindo, assim, sua sarestas mais cruéis, perversas e abjetas. Os militares e policiais uruguaios, durante a ditadura, praticaram a tortura sistemática da mesma forma como fizeram outros exércitos e forças repressivas, como expressão do autoritarismo esta tal que buscava a destruição dos opositores enquadrada na “Doutrina de Segurança Nacional”. A prática generalizada da tortura tendeu a banalizar e a despersonalizar a responsabilidade criminal dos indivíduos que a praticaram.

As políticas de silêncio, aplicadas sistematicamente para apagar o passado ditatorial, e a impunidade, aplicada como política de impunidade para os torturadores, tornam impossível curar as feridas da ditadura. Após 30 anos, que cumplicidades sustentam esse silêncio?

Quantos atores políticos e quantas pessoas continuam pensando que a tortura era uma medida intrínseca do momento político?

Todorov afirma que existe um direito à memória quando os acontecimentos vividos pelo indivíduo ou pelo grupo são de natureza excepcional ou trágica; tal direito se converte em um dever: o de lembrar-se, o de testemunhar (2000: 15). Um dos desafios complexos é como abordar esse espaço da memória do terrorismo de estado, evitando a repetição e a fixação no passado. “Aprender a relembrar”, tomar distância do passado e empreender um caminho que trabalha com a própria subjetividade “implica repensar a relação entre memória e política e entre memória e justiça” (Jelin 2002:16). Construir esse espaço é uma tarefa coletiva.

O CORPO COMO TERRITÓRIO DE PODER

O corpo é a porta que conecta a construção psíquica do indivíduo e a sua experiência vital, marcada por diversos regimes de poder institucional e discursivo. O corpo está imerso em um campo político que expressa as relações de poder que o modelam, marcam-no e o domesticam.

O olhar sobre o corpo como território de poder ganhou novo significado pelo feminismo, abrindo novas dimensões a partir das quais as mulheres construíram estratégias

mais desprotegidos, os jovens pobres, os negros, os infratores.

políticas e discursivas. A experiência de homens e mulheres contra a repressão, o terrorismo de estado, a tortura e a prisão se insere na construção social e cultural dos gêneros na cultura política dos anos 1970 e deve ser pensada nesse contexto, para podermos explicar os dolorosos silêncios que rodearam, por exemplo, as denúncias sobre as violações cometidas por policiais e militares. A cultura de esquerda daquele momento desconhecia e desprezava a diferença entre homens e mulheres e as relações de poder envolvidas nessas relações. A concepção binária de homem-mulher como complementaridade naturalizada e idealizada instituiu as relações culturais e as percepções dos gêneros. As múltiplas expressões da sexualidade e, ainda mais, a atração sexual ou afetiva entre pessoas do mesmo sexo dentro das prisões da ditadura foram controladas, vigiadas e reprimidas pelo próprio grupo para “não enfraquecer as estratégias de resistência”.

A sexualidade entre presos políticos foi considerada um problema grave e está quase banida dos relatos dos ex-prisioneiros nos anos 1980. E quando se faz referência ao tema, faz-se para marcar uma diferença, apontar a sua inexistência e explicar os “poucos casos” como resultado de uma patologia ou de uma ausência de uma moral estabelecida. Desta forma, novamente a sexualidade entre presos – quando aparece – é colocada no “outro”, esse outro que, dentre os presos, de alguma forma constituía o “louco”, o colaboracionista, ou o que não portava os valores próprios da esquerda política (Diego Sempob).

A cultura política de esquerda dos anos 1970 contribuiu, de alguma forma, para o ocultamento das formas específicas de violência sexual, da repressão.

Na realidade, toda tortura envolve uma violação ao corpo sexuado da pessoa. A nudez despudorada, as práticas de tortura sobre aquelas partes do corpo onde a sensibilidade é maior – especialmente os órgãos sexuais e as zonas erógenas – já são em si mesmos atos de violação sexual (Jelin 2011:70 Umbrables).

Analisar a violência a partir de uma perspectiva de gênero supõe uma tarefa complexa, uma vez que implica desatar os mecanismos de poder patriarcal que atuam sobre os corpos. Sob esta perspectiva, a violência de gênero não ocorreu apenas quando um corpo de mulher ou de homem foi violado em um ato de penetração sexual. Em todo ato de tortura, a violência sobre o corpo submetido, nu, degradado e vexado é uma expressão de um poder marcado pelo patriarcado. O corpo é o lugar das identificações primárias, o que nos permite distinguir-nos dos outros. Maren e Marcelo Viñar se perguntam através de que meio e de que forma a destruição e degradação do corpo funciona como preparatório e desencadeante da quebra e claudicação psíquica. [...] ideologia e ética são substitutas de uma matriz originária na qual a dialética das relações corporais, dos vínculos erógenos primitivos tem um papel estruturante. A barbárie totalitária compreende esse saber psicanalítico (não sei se em nível de sua conceituação, mas sei que em nível de sua eficácia) utiliza métodos de técnica refinada, que levam em consideração esta verdade de origem: a primazia da relação

do homem com seu corpo ^(1993:39).

O torturador é um homem, e com o tal, possui o conhecimento e a internalização do poder que socialmente mantém sobre a mulher. As técnicas da destruição psicológica e da perda de identidade política, que são o objetivo principal da tortura, articulam-se ao poder ancestral da condição patriarcal e, portanto, a tortura tem uma conotação sexual, que se expressa de forma diferente para os corpos masculinos e femininos.

As forças armadas se estruturam com base em uma concepção patriarcal do poder e da violência e, por isso, suas expressões de iniciação, inclusive com os recrutas, se estruturam na submissão do corpo com exaltação do machismo e na penalização institucional às opções sexuais.

Muitos depoimentos de vítimas da ditadura dão conta do uso desse poder patriarcal sobre o corpo de homens e mulheres na tortura. A violação foi usada como estratégia de submissão, seja no próprio corpo, seja obrigando a presenciar a de um/uma companheiro/a. Estes depoimentos circulam há anos, talvez mais de 20, mas somente agora parecem encontrar a escuta social e o conceito político que permite nome a tal poder. Somente quando se cria um espaço para a denúncia, é possível dar voz àquela experiência marcada pelo e pela vergonha. Uma vergonha e dor que é parte da cultura patriarcal do poder que temos interiorizado. A necessidade de esquecer, a ausência de códigos para interpretar a violação e o medo da censura social faz com que perdure o silêncio. O uso da violação como submissão e vexação da identidade é uma prática ancestral do poder que expressa a internalização dos padrões culturais da dominação masculina nas estruturas militares. A violação, tanto nas sessões de tortura como nas ocupações e nas guerras, continua sendo uma prática patriarcal calintrínseca da instituição militar.

A luta das mulheres possibilitou incorporar a violação como delito específico na Corte Penal Internacional, constituindo um dos avanços conceituais mais significativos para a luta das mulheres contra a violência de gênero. A advogada costarriquense Alda Facio, ativista do Caucus de Mujeres por la Justicia de género, aponta para a importância do Estatuto de Roma ao incluir a violação sexual não como uma ofensa contra a honra, como está nas Convenções de Genebra, senão como um delito tão grave como a tortura, a escravidão etc. Além disso, o Estatuto tipifica outra série de delitos que não estão contemplados nas

Convenções de Genebra, embora tenham sido cometidos desde o início do Patriarcado, tanto em tempos de guerra como em tempos de aparente paz. São eles a escravidão sexual, a prostituição forçada, a gravidez forçada (que foi, obviamente, o tem a mais polêmico), a esterilização forçada e qualquer outra violência sexual de gravidade comparável aos outros crimes. Ainda mais, podem ser julgadas todas essas formas de violência sexual como tortura, genocídio, escravidão etc. ou como violência sexual. Para nós, isso é muito

importante, porque, em geral, a violação sexual e esses outros delitos não são considerados como verdadeiros delitos pelos promotores e juizes, de forma que, se esses atos são julgados, por exemplo, como tortura, é mais fácil que se entenda a gravidade do dano infligido tanto para a vítima como para a sociedade inteira.⁴

A revista *Umbrales. Crónicas de las Utopías*, da Argentina, entrevistou Carlos Gonella, promotor geral do Tribunal Oral Federal N. 2 e um dos representantes do ministério público fiscal desse país no julgamento Videla/Menéndez. Para o promotor Gonella, “a violência de gênero é um conceito amplo que não abrange apenas as violações, mas também os maus-tratos, em função de gênero”. E citou exemplos, como “fazer uma mulher dar à luz, acorrentada e diante de pessoas que a estão custodiando com armas; forçá-la a ficar nua e submetê-la a maus-tratos psicológicos e físicos, de forma que é um conceito que excede o delito sexual que é por excelência a violação”. Também destacou que “essas práticas durante o Terrorismo de Estado formaram parte de uma metodologia” que também atingiu os homens (Umbrales, 2010).

A PALAVRA, A DENÚNCIA.

A primeira condenação por violência sexual da ditadura argentina foi aplicada em Mar del Plata, em junho de 2010. O ex-militar Gregorio Rafael Molina, conhecido como “Charles” ou “Sapo”, foi condenado à prisão perpétua por delitos contra a humanidade, entre eles por violações reiteradas a Marta García e a Leda Barreiro no centro clandestino de detenção e extermínio La Cueva, localizado nessa cidade. Outras denúncias foram apresentadas por ex-detentas nos julgamentos contra os militares na Argentina. A possibilidade da penalização e a reconstrução da memória por meio dos julgamentos são um estímulo para a abertura de novos depoimentos e, talvez, para adquirir a capacidade de colocar o horror em palavras.

Também no Chile, 30 anos depois do golpe de Estado, a elaboração do relatório da repressão, conhecido como Informe Valech, a pedido do Presidente Lagos, reconhece que a maioria das 3.400 pessoas que testemunharam aponta ter sido alvo de alguma violência sexual⁵.

Apesar disso, como apontam as advogadas da Corporación Humanas⁶, essa denúncia não estabeleceu qualquer tipo de reparação específica para o crime. Em 2010, o esforço contínuo das mulheres consegue o julgamento da primeira ação por esse delito. No Uruguai, um grupo de ex-prisioneiras também apresentou ação judicial por Violência de Gênero. Romper a lógica do medo de denunciar é um passo significativo, não apenas para dar uma nova cara ao prisma da memória mas também para corroer a cultura patriarcal.

4 Alda Facio. Las mujeres y la Corte Penal Internacional. Disponivelem:

<http://www.uasb.edu.ec/padh/revista1/analisis/aldafacio.htm>

5 <http://www.comisionvalech.gov.cl/informeValech/Capitulo5.pdf>

6 Organização feminista chilena que investigou os casos de violência de gênero no Chile.

Segundo Inés Hercovich⁷, o medo é uma das formas mais sutis de dominação sexual, uma tecnologia de poder, ainda mais se o medo é difuso, disforme. Ela afirma isso especialmente sobre as violações de mulheres, sobre as quais não há imagem em bloco – narrações já realizadas, já julgadas ou, segundo as palavras de Suzanne Jacob, ficções dominantes que, quando da ocorrência dessas violações, impedem abrir os relatos das mulheres estupradas. Também o silêncio – a dificuldade de nomear e narrar – realimenta aquele temor coletivo desprovido de chão e de forma (2008:151)⁸.

RE-ATAR

Os corpos atravessados por lógicas culturais e sociais, tabus e proibições, discursos e disciplinas, binarismos sexuais a partir dos quais homens e mulheres construíram seus era ainda disputam os sentidos da memória não apenas com os outros (o estado, as leis, os representantes par avirar a página), mas também consigo mesmos, com as interpretações de suas próprias lógicas e dores. Ana María Fernández aponta para a necessidade de

Revisa raqueles que, a priori, são lógicos a partir de onde os corpos foram categorizados, classificados, ordenados, teorizados, instituindo as condições de possibilidade do saber E sobre o corpo, delimitando sua áreas de visibilidade e invisibilidade, seus princípios de simbolização, suas formas de enunciação e seus regimes de verdade. E aqui pareceria que a antiga ordem platônica alma-corpo ainda desdobra os seus efeitos, renova suas eficácias, renascendo de pequenas mortes que nosso ingênuo positivismo acreditou lhe infligir (2007:266).

O ato de re-atar constrói-se nas ações coletivas de diferentes atores para imaginar novos horizontes emancipatórios, que instituem os direitos de cada um como construtor de parâmetros de vida em comum.

Re-atar significa revisar a experiência e a memória, e atuar criticamente nelas e com elas. A ação de re-atar é quase uma condição imprescindível para recolher os retalhos de experiências, as perdas, as dores e as mortes. Marcam-nos o passar dos rostos queridos, de tantos jovens desaparecidos e mortos. Diz Ivonne Trias: “deve-se anotar o rastro, as migalhas de pão, os fios no labirinto. São os caminhos para recuperar a alma, o rosto e a sombra.”⁹ Nessas buscas, aparecem as palavras que constroem a memória.

7 Inés Hercovich, *El enigma sexual de la violación*. Biblos 1997

8 Guadalupe Santa Cruz en *Debates Críticos en América Latina*. (1990-2008) Nelly Richard Editora. 2008, Santiago de Chile.

9 Ivonne Trias. *La tiente Trilce*. 2007

REFERÊNCIAS

- BUSTAMANTE, Francisco (Coord.). Uruguay Nunca Más. Informe sobre la violación a los Derechos Humanos (1972 -1985). Montevideo. Ed. Serpaj Uruguay, 1989.p. 159
- CALVEIRO, . a da Organizadora
Pilar, Política y/o violencia. Una aproximación a laguerrilla de los años 70. 2005. Grupo Editorial Norma, Buenos Aires, 2005.
- CELIBERTI, Lilian, Garrido, Lucy. “Mi habitación mi celda” ARCA, Montevideo. Uruguay, 1989.
- FERNÁNDEZ, Ana María. Las lógicas colectivas. Imaginarios, cuerpos y multiplicidades. Editorial Biblos. Buenos Aires, 2007-2008.
- GIL, Daniel. El capitán por su boca muere o lapiedad de eros. Ediciones Trilce, Montevideo, Uruguay, 1999.
- GONZALEZ, Soledad Baica. La violencia de género en el terrorismo de Estado. 2011. Documento de trabajo.
- JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Buenos Aires, Madrid: Siglo XXI. 2002.
. Dilemas del presente. Los abusos sexuales como crímenes de lesa humanidad humanidaden Montevideo, Uruguay. Umbrales. Crónicas de la utopía, 2010. p. 70.
- LAGARDE, Baicaocratização: Marcela Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas, locas. UNAM. Colección Posgrado. México. 4ª Edición, 2005.
- LONGONI, Ana. Traiciones. La figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión. Editorial Norma, Buenos Aires, 2007
- RICHARD, Nelly (Editora) Debates críticos en América Latina 1. Editorial Cuarto Propio, Editorial Arcis. Chile, 2008.
- SANTACRUZ, Guadalupe. El discurso público sobre la moral sexual en: Debates críticos en América Latina 1 2008. Editorial Cuarto Propio, Editorial Arcis. Chile, 2003.
- SAPRIZA, Graciela. Palabras y silencios sobre el terrorismo de estado. Revista Encuentros Latinoamericanos Año II N°2. CEIL, inoamericanos Año II N°2. CEIL. 2008.
. Memoria de mujeres en el relato de la dictadura (1972-1985) 2009. Disponible en: http://www.unive.it/media/allegato/dep/n_1speciale/05_Sapriza.pdf
- Sempol, Diego. Homosexualidad y cárceles políticas uruguayas. La homofobia como política de resistencia. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana, N°4, 2010.

LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN LAS DICTADURAS DEL CONO SUR

LILIAN CELIBERTI¹

“La memoria es más de lo que se ha producido hasta ahora; las políticas de la amnesia hacen necesario reintegrar fragmentos del pasado en una nueva estructura interpretativa, haciendo que el pasado diga lo que no era conocido anteriormente /revele lo desconocido/ o lo que fue silenciado, produciendo reconceptualizaciones de lo sucedido de tal forma que permitan rescatar y registrar las omisiones que hasta ahora toleramos”. Graciela Sapriza.²

La búsqueda de nuevas claves interpretativas, animó el panel de debate sobre Mujeres, dictadura y democracia realizado en el Museo de Derechos Humanos del Mercosur en el mes de marzo, a los 50 años del golpe de estado en Brasil.

La dimensión de género en la represión comprende una amplia gama de enfoques posibles, desde las mujeres militantes a las madres que desafiaron el poder militar en la búsqueda de sus hijos y nietos, el exilio y la tortura.

Si hoy podemos analizar las dictaduras en el Cono Sur desde una perspectiva feminista, es porque desde el feminismo se creó el espacio de enunciación colectiva que supone la existencia de protagonistas capaces de politizar su experiencia. Desde ese espacio de enunciación se abren nuevos campos de disputa, acerca del sentido y las interpretaciones de esas experiencias, y de la memoria misma.

La acción política del feminismo es una de las innovaciones teóricas y políticas más importantes de la segunda mitad del Siglo XX y sus aportes son significativos en al menos dos dimensiones; el análisis de los sujetos y el de las relaciones de poder. Los movimientos feministas han colocado entonces, tanto en el debate teórico, como en el político, la opresión de género en toda su complejidad, que obliga a repensar lo social, lo jurídico y lo político.

Analizar la experiencia “no ocurre en individuos aislados sino insertos en redes de relaciones sociales, en grupos, instituciones y culturas. De inmediato y sin solución de continuidad, el pasaje de lo individual a lo social e interactivo se impone”. (Jelín, 2002: 19) Una característica central de las dictaduras del Cono Sur fue el uso sistemático y general-

1 Militante feminista, Coordinadora del Colectivo Feminista Cotidiano Mujer. Ex detenida política, secuestrada en Porto Alegre en 1978 en el marco del Plan Cóndor, junto a sus hijos de 3 y 7 años y Universindo Rodríguez Díaz.

2 Graciela Sapriza. Memoria de mujeres en el relato de la dictadura (1972-1985) Disponible en http://www.unive.it/media/allegato/dep/n_1speciale/05_Sapriza.pdf

zado de la tortura como herramienta de destrucción de opositores políticos³. En Uruguay, todas las personas detenidas entre 1972 y 1984 de una forma u otra, con mayor o menor intensidad fueron torturadas. A partir del año 1972, las “medidas prontas de seguridad” o “el estado de guerra interno” le daba a las Fuerzas Conjuntas la facultad de disponer de las personas sin ninguna garantía jurídica por un tiempo que, paulatinamente se fue haciendo cada vez más largo, hasta llegar a la práctica de la desaparición forzada. Esta potestad se convirtió en el primer peldaño de la tortura síquica y física acompañado de la capucha, el plantón, y el interrogatorio, en un marco de impunidad. Esta masividad de la tortura, establece una herida social profunda que habilita múltiples miradas y testimonios.

La tortura es practicada (y justificada) desde el poder militar y policial como un método eficaz de interrogatorio, limándole así sus aristas más despiadadas, perversas y abyectas. Los militares y policías uruguayos practicaron durante la dictadura la tortura sistemática como lo han hecho otros ejércitos y cuerpos represivos, como expresión del autoritarismo estatal que perseguía la destrucción de los opositores enmarcada en la “Doctrina de Seguridad Nacional”.

La generalización de la práctica de tortura ha tendido a banalizar y despersonalizar la responsabilidad criminal de los individuos que la practicaron. Las políticas de silencio aplicadas sistemáticamente para borrar el pasado dictatorial y la impunidad aplicada como política de impunidad para los torturadores, hace imposible cerrar las heridas de la dictadura. Transcurridos 30 años ¿qué complicidades sostienen ese silencio? ¿Cuántos actores políticos y cuántas personas continúan pensando que la tortura era un acto intrínseco del momentopolítico?

Todorov afirma que existe un derecho a la memoria cuando los acontecimientos vividos por el individuo o por el grupo son de naturaleza excepcional o trágica, tal derecho se convierte en un deber: el de acordarse, el de testimoniar. (2000: 15) Uno de los desafíos complejos es como abordar ese espacio de la memoria del terrorismo de estado, evitando la repetición y la fijación al pasado. “Aprender a recordar”, tomar distancia con el pasado y emprender un camino que trabaja con la propia subjetividad “implica repensar la relación entre memoria y política y entre memoria y justicia” (Jelin 2002:16). Construir este espacio, es una tarea colectiva.

EL CUERPO COMO TERRITORIO DE PODER

El cuerpo, es el umbral que conecta la construcción síquica del individuo y su experiencia vital, marcada por diversos regímenes de poder institucional y discursivo. El cuerpo está inmerso en un campo político que expresa las relaciones de poder que lo modelan,

³ La tortura como método de dominación no ha desaparecido de las prácticas institucionales de nuestras fuerzas represivas, se utiliza hoy contra los sectores más desprotegidos, jóvenes pobres, negros, infractores.

lo marcan y domestican.

La mirada sobre el cuerpo como territorio de poder ha sido re significada por el feminismo, abriendo nuevas dimensiones desde las cuales las mujeres han construido estrategias políticas y discursivas. La experiencia de hombres y mujeres frente a la represión, el terrorismo de estado, la tortura y la cárcel, se inserta en la construcción social y cultural de los géneros en la cultura política de los años setenta, y debe ser pensada en ese contexto, para poder explicarnos los dolorosos silencios que ha rodeado por ejemplo a las denuncias sobre las violaciones perpetradas por policías y militares. La cultura de izquierda de entonces, desconocía y despreciaba, la diferencia entre hombres y mujeres y las relaciones de poder implicadas en esas relaciones. La concepción binaria de hombre-mujer como complementariedad naturalizada e idealizada instituía las relaciones culturales y las percepciones de los géneros. Las múltiples expresiones de la sexualidad y más aún, la atracción sexual o afectiva entre personas del mismo sexo dentro de las cárceles de la dictadura, fueron controladas, vigiladas y reprimidas por el propio grupo, para “no debilitar las estrategias de resistencia”.

“La sexualidad entre presos políticos fue considerada un problema grave, y está casi desterrada de los relatos de los ex presos en los años ochenta. Y cuando se alude al tópico se lo hace para marcar una diferencia, señalar su inexistencia y explicar los “pocos casos” como fruto de una patología o una ausencia de un amor establecido. Nuevamente así, la sexualidad entre presos –cuando aparece– es puesta en el “otro”, ese otro que dentro de los presos constituía de alguna forma el “loco”, el colaboracionista o el que no portaba los valores propios de la izquierda política” (Diego Sempol)

La cultura política de izquierda de los años 70, contribuye de alguna forma, en el ocultamiento de las formas específicas de violencia sexual, de la represión.

“En realidad, toda tortura involucra una violación al cuerpo sexuado de la persona. La desnudez desvergonzada, las prácticas de tortura sobre aquellas partes del cuerpo donde la sensibilidad es mayor –especialmente órganos sexuales y zonas erógenas– ya son en sí mismos actos de violación sexual”. (Jelin 2011:70 Umbrales).

Analizar la violencia desde una perspectiva de género supone una tarea compleja, ya que implica desatar los mecanismos de poder patriarcal que actúa sobre los cuerpos. Desde esta perspectiva la violencia de género no se dio sólo cuando un cuerpo de mujer o de hombre fue violado en un acto de penetración sexual. En todo acto de tortura, la violencia sobre el cuerpo sometido, desnudo, degradado y vejado, es una expresión de un poder, marcado por el patriarcado. El cuerpo es el lugar de las identificaciones primarias, lo que nos permite distinguirnos de los otros. Maren y Marcelo Viñar se preguntan “por qué medio y de qué manera la destrucción y degradación del cuerpo funciona como preparatorio y desencadenante de la quiebra y claudicación síquica. (...) ideología y ética son sucedáneas de una matriz originaria en la cual la dialéctica de las relaciones corporales de los vínculos serógenos primitivos, tienen un rol estructurante. La barbarie totalitaria comprende este saber psicoanalítico (no sé si a nivel de su conceptualización, sí sé que a nivel de su eficacia)

utiliza métodos de depurada técnica que toman en cuenta esta verdad de origen: la primacía de la relación del hombre con su cuerpo.” (1993:39)

El torturador es, un hombre, y en tantotal, posee el conocimiento y la internalización del poder que socialmente mantiene sobre la mujer. Las técnicas de la destrucción psicológica y de la pérdida de identidad política, que son el objetivo principal de la tortura se articulan al poder ancestral de la condición patriarcal y portanto la tortura tiene una connotación sexual, que se expresa de forma diferente hacia los cuerpos masculinos y femeninos.

Las fuerzas armadas, se estructuran en base a una concepción patriarcal del poder y la violencia, y por ello sus expresiones iniciáticas, incluso con los reclutas, se estructuran en el sometimiento del cuerpo con exaltación del machismo y la penalización institucional a las opciones sexuales.

Muchos testimonios de víctimas de la dictadura, dan cuenta del uso de este poder patriarcal sobre el cuerpo de hombres y mujeres en la tortura. La violación ha sido usada como estrategia de sometimiento, ya sea en el propio cuerpo, u obligando a presenciar la de un/una compañero/a. Estos testimonios llevan años circulando, talvez más de 20, pero recién ahora parecen encontrar la escucha social y el concepto político que permite nombrarlo. Sólo cuando se crea un espacio para la denuncia, es posible dar voz a aquella experiencia marcada por el dolor y la vergüenza. Una vergüenza y dolor, que es parte de la cultura patriarcal del poder que hemos interiorizado. La necesidad de olvidar, la ausencia de códigos para interpretar la violación y el miedo a la censura social, hace que perdure el silencio. El uso de la violación como sometimiento y vejación de la identidad, es una práctica ancestral del poder que expresa la internalización de los patrones culturales de la dominación masculina en las estructuras militares. La violación tanto en las sesiones de tortura como en las ocupaciones y las guerras, sigue siendo una práctica patriarcal intrínseca, de la institución militar.

La lucha de las mujeres ha posibilitado incorporar la violación como delito específico en la Corte Penal Internacional, constituyendo uno de los avances conceptuales más significativos para la lucha de las mujeres contra la violencia de género. La abogada costarricense Aldo Facio activista del Caucus de Mujeres por la Justicia de género, señala la importancia del Estatuto de Roma al incluir “la violación sexual ya no como una ofensa contra el honor, como está en las Convenciones de Ginebra, sino como un delito tan grave como la tortura, la esclavitud, etc. Además, el Estatuto tipifica otra serie de delitos que no están contemplados en las Convenciones de Ginebra aunque han sido cometidos desde el inicio del Patriarcado, tanto en tiempos de guerra como en tiempos de aparente paz. Estos son: la esclavitud sexual, la prostitución forzada, el embarazo forzado (que fue por supuesto, el tema más controversial), la esterilización forzada y cualquier otra violencia sexual de gravedad comparable a los otros crímenes. Es más, se pueden enjuiciar todas estas formas

de violencia sexual como tortura, genocidio, esclavitud, etc. o como violencia sexual. Para nosotras esto es muy importante porque, en general, la violación sexual y estos otros delitos no son considerados como verdaderos delitos por fiscales y jueces, de manera que si se enjuician estos actos como tortura, por ejemplo, es más fácil que se entienda la gravedad del daño infligido tanto a la víctima como a la sociedad entera.⁴

La revista “Umbrales. Crónicas de la Utopías” de Argentina entrevista a Carlos Gonella, fiscal general del Tribunal Oral Federal N° 2 y uno de los representantes del ministerio público fiscal de ese país en el juicio Videla/Menéndez. Para el fiscal Gonella “la violencia de género es un concepto amplio que no solo abarca las violaciones sino también el maltrato, por razón del género”. Y citó ejemplos como “hacer parir a una mujer, encadenada y ante personas que están custodiando la con armas; hacerla desnudar forzosamente y someterla a maltratos psicológicos y físicos también lo es, de manera tal que es un concepto que excede el delito sexual que por excelencia es la violación”. Asimismo remarcó que “estas prácticas durante el Terrorismo de Estado fueron parte de una metodología” y que también alcanzó a los varones. (Umbrales. 2010)

LA PALABRA, LA DENUNCIA

“La primera condena por violencia sexual de la dictadura argentina se aplicó en Mar del Plata, en junio de 2010. El ex militar Gregorio Rafael Molina, alias “Charles” o “Sapo” fue condenado a prisión perpetua por delitos de lesa humanidad, entre ellos, por violaciones reiteradas a Marta García y a Leda Barreiro en el centro clandestino de detención y exterminio “La Cueva”, ubicado en esa ciudad. Otras denuncias fueron presentadas por ex detenidas en los juicios contra los militares en Argentina. La posibilidad del enjuiciamiento y la reconstrucción de la memoria por el camino de los juicios son un estímulo para la apertura de nuevos testimonios y talvez para adquirir la capacidad de ponerle palabras al horror. También en Chile, 30 años después del golpe de Estado, la elaboración del informe de la represión conocido como Informe Valech a pedido del Presidente Lagos, consigna que la mayoría de las 3.400 que testimoniaron señalan haber sido objeto de alguna violencia sexual⁵. A pesar de lo cual, como señalan las abogadas de la Corporación Humanas⁶ esta denuncia no estableció ningún tipo de reparación específica para el delito. El esfuerzo sostenido de las mujeres, logra el juzgamiento en el 2010, de la primera querrela por este delito. En Uruguay, un grupo de ex presas también ha presentado querrela judicial por Violencia de Género. Romper la lógica del miedo a denunciar, es un paso significativo, no solo para

4 Alda Facio. Las mujeres y la Corte Penal Internacional.

Chhttp://www.uasb.edu.ec/padh/revista1/analisis/aldafacio.htm

5 (<http://www.comisionvalech.gov.cl/informeValech/Capitulo5.pdf>)

6 Organización feminista chilena que ha investigado los casos de violencia de género en Chile.

abrir una nueva cara al prisma de la memoria, sino para erosionar la cultura patriarcal.

Para Inés Hercovich⁷ que “el miedo es una de las formas más sutiles de dominación sexual, una tecnología de poder, más aún si el miedo es difuso, informe. Lo afirma sobretudo para las violaciones de mujeres, respecto de las cuales no solo hay imágenes en bloque –narraciones ya hechas, ya juzgadas o en palabras de Suzanne Jacob, ficciones dominantes que impiden, cuando estas violaciones tienen lugar, abrir los relatos de las mujeres violadas, sino que el silencio-dificultad de nombrar y narrar-realimenta aquel temor colectivo carente de suelo, carente de forma”. (2008:151)⁸

RE-ANUDAR

Los cuerpos atravesados por lógicas culturales y sociales, tabúes y prohibiciones, discursos y disciplinas, binarismos sexuales desde los cuales construyeron su ser hombres o mujeres, aún disputan los sentidos de la memoria no solo con los otros (el estado, las leyes, los representantes de dar vuelta la página) sino consigo mismos, con las interpretaciones de sus propias lógicas y dolores. Ana María Fernández señala la necesidad de “revisar los a priori lógicos desde donde los cuerpos han sido categorizados, clasificados, ordenados, teorizados, instituyendo las condiciones de posibilidad de los saberes sobre el cuerpo, delimitando sus áreas de visibilidad e invisibilidad, sus principios de ordenamiento, sus formas de enunciabilidad y sus regímenes de verdad. Y aquí pareciera que el antiguo ordenamiento platónico alma-cuerpo aún despliega sus efectos, renueva sus eficacias, renaciendo de pequeñas muertes que nuestro ingenio positivismo creyó infligirle”. (2007:266)

El acto de re-anudar se construye en las acciones colectivas de diferentes actores para imaginar nuevos horizontes emancipatorios, que instituyen los derechos de cada quien, como constructor de parámetros de vida en común.

Re-anudar significa revisar la experiencia y la memoria, y actuar críticamente en ellas y con ellas. La acción de re-anudar, es casi una condición imprescindible para recoger los retazos de experiencias, las perdidas, los dolores y las muertes. Nos marcan el paso los rostros queridos de tantos jóvenes desaparecidos y muertos. Dice Ivonne Trias que “hay que anotar el rastro, las migas de pan, los hilos en el laberinto. Son los caminos para recuperar el alma, el rostro y la sombra.”⁹

En esas búsquedas, aparecen las palabras que construyen la memoria.

BIBLIOGRAFÍA

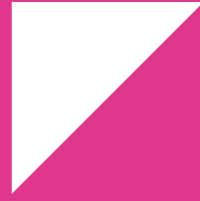
Bustamante, Francisco (Coord.) (1989). Uruguay Nunca Más. Informe sobre la violación a los Derechos Humanos (1972 -1985). Montevideo. Ed. Serpaj Uruguay Pág.

⁷ Inés Hercovich, El enigmasexual de la violación. Biblos 1997

⁸ Guadalupe SantaCruz en DebatesCríticos en América Latina. (1990-2008) Nelly Richard Editora. 2008, Santiago de Chile.

⁹ Ivonne Trias. La tiente Trilce. 2007

- Calveiro Pilar, Política y/o violencia. (2005) Una aproximación a la guerrilla de los años 70. 2005. Grupo Editorial Norma, Buenos Aires.
- Celiberti, Lilian, Garrido, Lucy (1989) "Mi habitación mi celda" ARCA, Montevideo. Uruguay
- Fernández, Ana María, (2007-2008) Las lógicas colectivas. Imaginarios, cuerpos y multiplicidades. Editorial Biblos. Buenos Aires.
- Gil, Daniel (1999) El capitán por su boca muere o la piedad de eros. Ediciones Trilce, Montevideo, Uruguay
- Gonzalez Baica, Soledad. La violencia de género en el terrorismo de Estado. 2011. Documento de trabajo.
- Jelin, Elizabeth. 2002. Los trabajos de la memoria. Buenos Aires, Madrid: Siglo XXI.
2010. Dilemas del presente. Los abusos sexuales como crímenes de lesa humanidad en Umbrales. Crónicas de la utopía. Pág. 70
- Lagarde Marcela (2005) Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas, locas. UNAM. Colección Posgrado. México. 4ª Edición
- Longoni, Ana (2007) Traiciones. La figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión. Editorial Norma, Buenos Aires.
- Richard Nelly (Editora) Debates críticos en América Latina 1 2008. Editorial Cuarto Propio, Editorial Arcis. Chile
- Santa Cruz, Guadalupe, (2003) El discurso público sobre la moral sexual en: Debates críticos en América Latina 1 2008. Editorial Cuarto Propio, Editorial Arcis. Chile
- Sapriza, Graciela (2008) Palabras y silencios sobre el terrorismo de estado. Revista Encuentros Latinoamericanos Año II N° 2. CEIL
- (2009) Memoria de mujeres en el relato de la dictadura (1972-1985) Disponible en: http://www.unive.it/media/allegato/dep/n_1speciale/05_Sapriza.pdf
- Sempol, Diego (2010) Homosexualidad y cárceles políticas uruguayas. La homofobia como política de resistencia. Sexualidad, Salud y Sociedad -Revista Latinoamericana, N° 4 disponible en: www.sexualidadsaludysociedad.org
- Todorov, Tzvetan; (2000) Los Abusos de la memoria Paidós / Barcelona, España
- Trías Ivonne, (2007) La tiente. Trilce, Uruguay
- Viñar, Maren y Marcelo; (1993) Fracturas de la memoria. Ediciones Trilce, Uruguay



ARTE E MEMÓRIA PARA A
CONSTRUÇÃO DO FUTURO

**ARTE Y MEMORIA PARA LA
CONSTRUCCIÓN DEL FUTURO**

MARIA JOSÉ BUNSTER

Tradução: Juçara Marques de Oliveira

ARTE E MEMÓRIA PARA A CONSTRUÇÃO DO FUTURO

MARIA JOSÉ BUNSTER

É possível narrar a verdade da barbárie ocorrida na ditadura chilena no período entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990? O que podem dizer a arte, a cultura expressiva a respeito da barbárie?

O Museo de la Memoria y los Derechos Humanos do Chile nasce das recomendações dos Informes de Verdad pós-ditadura como uma das medidas de reparação às vítimas. Trata-se de um projeto promovido pela Presidenta do Chile Michele Bachelet, inaugurado em janeiro de 2010.

Quero agradecer, nesta oportunidade, o convite para participar deste seminário na abertura do Museu dos Direitos Humanos do Mercosul e começarei mencionando algumas coisas a respeito do contenedor/MUSEU, para depois falar do conteúdo /administração de coleções e do cruzamento entre exposições temporais e a exposição permanente.

O MMDH é construído depois de um concurso internacional de arquitetura em um espaço neutro na cidade de Santiago, sem a carga de um “lugar de memória”, porém com toda a carga de um memorial. Premiou-se a solução apresentada por uma empresa brasileira chamada Estúdio América, integrada pelos arquitetos Carlos Dantas, Lucas Fehr e Mário Figueroa, aos quais se associou o chileno Roberto Ibeta. Ao apresentar o projeto, seus autores manifestaram que “as memórias são figuras que vivem em um mundo inconcluso, fragmentos de fatos não repetíveis, que não ocorrerão duas vezes. Entendemos como memória não um desejo de voltar atrás, de substituir o insubstituível. Para nós, a memória não é arrependimento, é olhar para o futuro sabendo do passado”.

De acordo com o que foi dito anteriormente, a arquitetura do museu traduz o desafio de construir um edifício que manifesta como a nossa sociedade assume o tema das violações dos direitos humanos na ditadura, fortalecendo a valorização da tolerância, a democracia e o respeito irrestrito à dignidade das pessoas.

Trata-se de um museu da memória em um país singular entre a cordilheira e o mar. Um museu que deseja ocupar esta faixa reverenciando, por meio de um olhar simbólico, esses dois elementos determinantes da geografia chilena, marcados na alma do povo. A memória evidenciada, emergente, nebulosa, suave mente elevada. Uma arca na qual podem

depositar-se todas as lembranças de uma parte não visível da história chilena. Um espaço dedicado à memória pode não apenas transmitir informações, como também provocar a reflexão sobre as lembranças e os desejos.

O MMDH, como espaço de tributo, especialmente para as vítimas - presos desaparecidos, executados políticos, presos políticos, relegados, exilados, torturados e familiares - no qual convergem relatos, imagens, temporalidades, significações e experiências diversas. Um lugar que detém uma função rememorativa onde a figura da vítima ocupa um lugar transcendental. Lugar político como consequência, entretanto, também, um espaço de arte.

Na verdade, o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos não esgota sua função na exposição dos vestígios materiais do passado ditatorial por intermédio de sua exposição permanente, mas abre possibilidades para a leitura da história em uma dimensão subjetiva, poética e complementar ao relato objetivo. É esse caráter duplo que permite defini-lo como uma construção discursiva complexa, na qual convergem políticas e estéticas da memória.

SOBRE GEOMETRIA DA CONSCIÊNCIA, ALFREDO JAAR:

Em um ensaio intitulado *Cuerpo, lenguaje y desaparición*, Sergio Rojas afirma: “A questão política do estatuto da memória é a questão das condições sob as quais, hoje, se poderia articular uma experiência: a experiência da ditadura, no entendimento de que tal trabalho crítico tem um lugar problemático na pós-ditadura. A experiência da ditadura torna-se pensável como “experiência” do desaparecimento, “experiência” da impossibilidade, “experiência” do interrompido, “experiência” da detenção: experiência daquilo sobre o qual não existe experiência alguma.

Geometría de la conciencia, obra de Alfredo Jaar, consegue dar uma resposta inteligente e sensível a essa inquietude. Localizada na Plaza de la Memoria, *Geometría de la conciencia* é uma obra subterrânea. Por sua materialidade, a obra impede uma proximidade distraída por parte do espectador, forçando-o literalmente a mergulhar nela. Localizada a seis metros abaixo da terra, tem-se acesso a El Apor um hall que não antecipa em nada a experiência que o memorial concederá. Trata-se de um espaço cúbico aparentemente vazio, no qual o visitante é confrontado a experimentar a escuridão total durante sessenta segundos. A ausência de luz e o silêncio que predominam no local, unidos ao confinamento que implica a obra, inevitavelmente, geram ansiedade e angústia no espectador. Aos poucos, uma luz tênue começa a emanar da parede frontal, revelando quinhentas silhuetas que se destacam sobre um fundo preto. Elas evocam as silhuetas que os familiares dos presos desaparecidos levam no seu peito. A luz proveniente do interior das silhuetas se intensifica progressivamente, e o efeito de sua aparição inesperada se incrementa pela multiplicação infinita produzida por dois espelhos instalados nas paredes laterais. Desse modo, a obrar odeia o espectador e, como aponta Adriana Valdez, a multiplicação infinita das silhuetas

cria uma sensação vinculada à vastidão incomensurável da perda. Depois de alcançar seu máximo resplendor, a luz desaparece de repente, mergulhando o espectador, uma vez, mais na escuridão total por outros sessenta segundos. Dessa vez, no entanto, permanece a imagem das silhuetas nas retinas do visitante, a qual o acompanhará, mesmo após a conclusão da experiência com a obra.

As silhuetas que formam *Geometría de la conciencia* vêm de duas fontes: algumas delas foram extraídas de fotografias das vítimas da ditadura fornecidas por grupos de familiares de presos desaparecidos; o restante foi realizado a partir de fotografias tiradas pelo artista de cidadãos chilenos contemporâneos. Conforme explicou o próprio Jaar (“Todos nós perdemos algo com a ditadura”), a composição mista da obra teve como objetivo romper com o modelo tradicional dos memoriais, os quais, ocupando-se apenas das vítimas oficiais da ditadura, criam, segundo sua opinião, uma marginalização das mesmas. Sua obra, no entanto, propõe um exercício inverso.

Ao mesmo tempo, e, como aponta Adriana Valdés, o fato de “evocar a presença dos mortos e dos vivos sugere o compromisso histórico atual que significa a memória: é a construção conjunta do futuro que está pendente; não é apenas lamentar o passado”. O seu trabalho com a luz e a escuridão evoca a metáfora da aparição e desaparecimento e, ante ela, o espectador é poética e sutilmente iluminado pela história. Trata-se de uma obra que oferece uma experiência diferente e complementar à proporcionada pelo Museu: uma experiência multi sensorial.

Efetivamente, *Geometría de la conciencia* é um espaço sensível que combina sensação, percepção e memória, estimulando, assim, a reflexão, a tomada de consciência histórica e a adoção de uma postura ética clara frente ao passado, ao presente e ao futuro. A obra responde, de forma inteligente e sensível, à questão da coisificação da memória e, ao mesmo tempo, ao questionamento, pela possibilidade de ela transformar-se em um objeto disponível para reflexão e discussão.

SOBRE ABU GHRAIB, FERNANDO BOTERO:

A série Abu Ghraib nasce da ira (raiva, fúria) e do espanto frente ao horror e a brutalidade humana. É uma denúncia artística às afrontas cometidas pelos soldados norte-americanos contra os prisioneiros iraquianos indefesos. As imagens das torturas psicológicas e físicas percorreram o mundo, quando o governo norte-americano havia mantido um absoluto controle da informação. Essas imagens de tratamento desumano e degradante aos prisioneiros amarrados indignavam o mundo. O país, que não encontrou armas de destruição maciça e que apelou, então, às violações dos direitos humanos por parte do regime

iraquiano, violava flagrantemente a integridade dos prisioneiros de Abu Ghraib.

Botero, comum vocabulário visual fantástico, de exageros nos volumes espaciais de proporção e de escala, introduziu o que poderia ser chamado de “botero forms”, isto é, uma estrutura corporal generosa e heróica, que costuma insinuar a capacidade de superar circunstâncias adversas. Isso é evidente em Abu Ghraib, em que as formas robustas sugerem um peso psicológico e moral que inunda os espaços reduzidos em que stão encontradas.

Trata-se o escândalo como um fato histórico, mas que também compreende uma lição de moralidade e de justiça. Suas figuras são esquemáticas, mas convincentes, e as referências a precedentes da história da arte (à arte medieval sobre Cristo, a Goya e aos fuzilamentos) contribuem comum evidenciar de convicção e autoridade. Embora a interpretação que se faça desses corpos musculosos é sempre elegante e sensual, as composições nunca deixam de abordar as terríveis circunstâncias da cena.

Os cães da prisão e o terror suscitado nos prisioneiros iraquianos são de especial interesse para Botero. As imagens de sanguinários cães militares lembrarão ao público norte-americano a série de serigrafias de Andy Warhol, a qual se apropria de uma fotografia jornalística em que aparecem policiais dispersando uma manifestação de negros, pelos direitos civis, com cães pastores-alemães. O grito indignado de Botero em Abu Ghraib é uma tentativa de chamar a atenção do público para as questões da paz e da humanidade, suas cenas têm a intenção de perturbar e de comover.

SOBRE SUSTENAZO (LAMENT II) MÓNICA WEISS:

A história se compõe de histórias paralelas, argumenta Weiss, múltiplas histórias convergem e, ocasionalmente, se sobrepõem. Ele concebe seu trabalho como poético e político, escutar e abordar no arquivo dos acontecimentos, prestando especial atenção às narrações e às vozes esquecidas. Sustenazo desenvolveu-se em torno à noção de lamento como uma forma de expressão alheia à linguagem: a expressão atemporal do lamento se justapõe ao arquivo de um acontecimento histórico específico: a repentina evacuação forçada do hospital Ujazdowsky no sexto dia do Levantamento de Varsóvia.

Quando criança, ele fora ensinada, na escola, que esse acontecimento não havia existido, estava proibido falar do Levantamento em público. A obra de Weiss considera aspectos da memória e da amnésia pública, localizadas tanto territorial quanto espacialmente. Em qual lugar da topografia e da consciência de uma cidade podemos localizar a memória? No corpo, diz Weiss. Em Sustenazo, apresenta, de forma simultânea e sobreposta, primeiros planos do peito de uma mulher, coberto de desenhos cirúrgicos, de um mapa alemão de 1942 e de sua própria mão enluvada. Nesses vídeos, o corpo da mulher representa um corpo anônimo, uma membrana entre o eu e o mundo exterior. Em Sustenazo, os gestos de lamentação e luto são, ao mesmo tempo, teatrais e mínimos; o lamento, performativo e

comunitário, converte-se em uma experiência emocional compartilhada. Não tem a verso-mente com a história da Polônia, trata mais amplamente da perda de vidas causada pela guerra e por outros atos políticos de violência e opressão; a guerra não é apenas devastadora, é inaceitável. A obra de Weiss é reforçada pela música e pelo silêncio, embora não haja espaço com ausência de som, ambos permitem que a obra respire.

SOBRE LONQUÉN, GONZALO DÍAZ:

A obra de Gonzalo Díaz lembra a descoberta dos primeiros corpos que evidenciaram que os presos desaparecidos eram uma realidade, uma prática das ditaduras do Cone Sul. Arte e Direitos Humanos se unem aqui de uma forma natural, pessoas sem militância conhecida haviam sido desaparecidas como uma vingança dos latifundiários e forças policiais dentro de um contexto violento de contra reforma agrária. Segundo o autor, é impossível articular qualquer tipo de obra sobre os fatos, a não ser após o passar dos anos, por serem terríveis e esmagadores.

Duas peças compõem a instalação: um andaime de madeira de construção pressionado contra uma parede com duas toneladas de pedras de rio, todas numeradas, e duas paredes adjacentes, com quatorze quadros com marcos de madeira em laca preta. Lâmpadas de bronze iluminam cada quadro, como na antiga pintura chilena. Nos vidros de cada quadro está impressa, em serigrafia, a frase: Nesta casa, em 12 de janeiro de 1989, foi revelado para Gonzalo Díaz o segredo dos sonhos (frase tomada de Freud). Cada quadro lista do com números romanos como ornamentos da via crucis; tudo colocado para propor uma não figuralidade e uma não imagem. A obra não representa os fatos de Lonquén em um plano ilustrativo da realidade. A obra propõe a construção de um imaginário paralelo, elementos que acentuam a distância entre o que foi o fato e o que é a obra. O assunto da imagem (ou a não imagem) em um Museu da Memória dedicado a dar visibilidade às violações dos direitos humanos é central. O artístico de Lonquén encontra-se na imagem que constrói e não na figura à qual se refere.

SOBRE ADN, MÁXIMO CORVALÁN:

ADN se compõe de três elementos: a água, a eletricidade refletida na luz e os ossos. É parte de uma obra maior, em constante movimento, que atravessa os conceitos de precariedade e espetáculo. A pesquisa sobre o DNA tem a ver com a identificação dos presos desaparecidos em um sentido amplo e renovado, há mais restos humanos para identificar. Os fragmentos de ossos representam a Ferida que não cicatriza, os vestígios brutais da repressão, unidos à beleza visual de uma série de objetos luminosos suspensos sobre a água, o que coloca o espectador em um ponto de ruptura emocional. A água e os ossos têm um valor simbólico, geram um diálogo entre o orgânico e o abstrato. O estudo do DNA é, finalmente, uma reflexão sobre as mudanças que está gerando na sociedade atual, com suas

vibrações e perturbações.

SOBRE HUELLAS, KAARINA KAIKKONEN:

Huellas apresenta uma imagem simbólica da vida cotidiana, valendo-se das peças de roupa masculina (e feminina, em MNBA). A roupa masculina, nesta exposição, representa a ausência, o sentimento de perda irreparável que a autora tem pela morte do pai. Coloca-nos, desse modo, ante uma entrada subjetiva que informa a construção da obra. Kaikkonen oferece um entendimento formal e conceitual de como as variáveis do tempo, do espaço, da matéria e do contexto se unem através das roupas, através de jaquetas de homem que podem não estar, que desapareceram, que são anônimas, roupas que narram vidas. Mais de 850 jaquetas masculinas unidas entre si e colocadas sobre os degraus de uma das duas escadas do Museu. As jaquetas estão nos degraus com a sua frente para baixo, em rigorosa repetição. Apenas duas exceções são observadas: uma jaqueta azul e uma camisa branca, que estão com sua frente para cima. Destacam-se, olham para o céu como uma prece, são as roupas doadas pelas mães dos presos desaparecidos. A composição, no seu conjunto, é dramática; as jaquetas estão caladas, mas não sem voz, cada uma tem sua própria história. Instaladas no Museu da Memória e dos Direitos Humanos, evocam, como à autora, a perda, o esquecimento, o anonimato, a persistência e a sobrevivência.

ARTE Y MEMORIA PARA LA CONSTRUCCIÓN DEL FUTURO

MARÍA JOSÉ BUNSTER

¿Es posible narrar la verdad de la barbarie ocurrida en la dictadura chilena, que tuvo lugar entre el 11 de septiembre de 1973 y el 11 de marzo de 1990? ¿Qué pueden decir el arte, la cultura expresiva, de la barbarie?

El Museo de la Memoria y los Derechos Humanos de Chile, nace de las recomendaciones de los Informes de Verdad, post dictadura, como una de las medidas de reparación a las víctimas. Se trata de un proyecto impulsado por la Presidenta de Chile Michele Bachelet, inaugurado en enero de 2010.

Esta oportunidad, agradezco la invitación para participar en este seminario en el marco de la inauguración del museo de los Derechos humanos de Mercosur, y comenzaré por mencionar ciertas cosas respecto al contenedor / MUSEO, para abordar luego el contenido / manejo de colecciones y el cruce entre las exposiciones temporales y la exposición permanente.

El MMDH se construye luego de un concurso internacional de arquitectura, en un espacio neutral de la ciudad de Santiago, sin la carga de un “sitio de memoria”, pero con toda la carga de un memorial. Se premió la solución presentada por una oficina brasileña llamada Estudio América que integran los arquitectos Carlos Dantas, Lucas Fehr y Mario Figueroa, a la cual se asoció el chileno Roberto Ibieta.

Al presentar el proyecto sus autores sostuvieron que “las memorias son figuras que viven en un mundo inconcluso, fragmentos de hechos irrepetibles que no se sucederán dos veces”. Entendemos como memoria no un deseo de volver atrás, de sustituir lo insustituible. Para nosotros la memoria no es arrepentimiento. Es mirar el futuro sabiendo del pasado”.

Conforme a lo anterior, la arquitectura del museo traduce el desafío de construir un edificio que refleja como nuestra sociedad se hace cargo del tema de las violaciones de los derechos humanos durante la dictadura, fortaleciendo la valoración de la tolerancia y la democracia y el respeto irrestricto a la dignidad de las personas.

Se trata de un museo de la memoria en un país singular entre la cordillera y el mar. Un museo que desea ocupar esta franja reverenciando a través de una mirada simbólica estos dos elementos determinantes de la geografía chilena marcados en el alma del pueblo.

La memoria evidenciada, emergente, flotante, suavemente elevada. Un arca donde se pue-

den depositar todas las reminiscencias de una parte invisibilizada de la historia chilena. Un espacio dedicado a la memoria puede no solamente transmitir informaciones, sino también provocar la reflexión sobre los recuerdos y deseos.

El MMDH como espacio de tributo especialmente a las víctimas: detenidos desaparecidos, ejecutados políticos, presos políticos, relegados, exiliados, torturados y familiares, en el que convergen relatos, imágenes, temporalidades, significaciones y experiencias diversas. Un lugar que detenta una función conmemorativa donde la figura de la víctima ocupa un lugar trascendental. Lugar político en consecuencia, pero espacio de arte a la vez. En efecto, el Museo de la Memoria y los Derechos Humanos no agota su función en la exposición de las huellas materiales del pasado dictatorial, a través de su muestra permanente, sino que abre las posibilidades de lectura de la historia a una dimensión subjetiva, poética y complementaria al relato objetual. Es este doble carácter el que permite definirlo como una construcción discursiva compleja en la que convergen políticas y estéticas de la memoria.

SOBRE GEOMETRÍA DE LA CONCIENCIA, ALFREDO JAAR:

Sergio Rojas, en un ensayo titulado “Cuerpo, lenguaje y desaparición”, afirma: La pregunta política por el estatuto de la memoria es la pregunta por las condiciones bajo las cuales pudiera ser posible hoy el trabajo de articular una experiencia: la experiencia de la dictadura, en el entendido de que tal trabajo crítico tiene lugar problemáticamente en la post-dictadura. La experiencia de la dictadura se hace pensable como “experiencia” del desaparecimiento, “experiencia” de la imposibilidad, “experiencia” de lo interrumpido, “experiencia” de la detención: experiencia de aquello de lo cual no existe experiencia alguna.

Geometría de la conciencia, obra de Alfredo Jaar, logra dar una respuesta inteligente y sensible a esta inquietud. Situada en la Plaza de la Memoria, Geometría de la conciencia es una obra subterránea. Por su materialidad, la obra impide una aproximación distraída de parte del espectador, obligándolo, literalmente, a sumergirse en ella. Ubicada seis metros bajo tierra, se accede a un hall que no deja anticipar nada de la experiencia que otorgará el memorial. Se trata de un espacio cúbico aparentemente vacío, en el que el visitante es confrontado a experimentar la oscuridad total durante sesenta segundos. La ausencia de luz y el silencio que reinan en el lugar, unidos al encierro que implica la obra, generan inevitablemente ansiedad y angustia en el espectador. Poco a poco, una luz tenue comienza a emanar de la pared frontal, dejando ver quinientas siluetas que se recortan sobre un fondo negro.

Evocan las siluetas que las familiares de los detenidos desaparecidos llevan en su pecho. La luz que proviene del interior de las siluetas se intensifica progresivamente, y el efecto de su aparición inesperada se incrementa por su multiplicación al infinito producida por dos espejos instalados en los muros laterales.

De este modo, la obra rodea al espectador, y, como señala Adriana Valdés, la multiplicación

al infinito de las siluetas crea una sensación ligada a la inmensidad inconmensurable de la pérdida. Tras alcanzar su máximo resplandor, la luz desaparece de improviso, sumergiendo una vez más al espectador en la oscuridad total por otros sesenta segundos. Esta vez, sin embargo, subsiste la imagen retiniana de las siluetas, la que acompañará al visitante incluso una vez concluida la experiencia de la obra. Las siluetas que conforman Geometría de la conciencia provienen de dos fuentes: algunas de ellas fueron extraídas de fotografías de víctimas de la dictadura proporcionadas por las agrupaciones de familiares de detenidos desaparecidos; el resto fueron realizadas a partir de retratos tomados por el artista a ciudadanos chilenos contemporáneos. Según ha explicado el mismo Jaar (“Todos hemos perdido algo con la dictadura”), la composición mixta de la obra tenía por objeto romper el modelo tradicional de los memoriales, los que ocupándose solo de las víctimas oficiales de la dictadura crean, según su parecer, una marginación de las mismas. Su obra, en tanto, propone un ejercicio inverso.

Al mismo tiempo, y como señala Adriana Valdés, el hecho de “evocar a la vez la presencia de los muertos y la de los vivos sugiere el compromiso histórico actual que significa la memoria: es la construcción conjunta del futuro la que está pendiente, y no solo el lamento del pasado”. Su trabajo con la luz y la oscuridad evoca la metáfora de la aparición y la desaparición, y ante ella, el espectador es poética y sutilmente iluminado por la historia. Se trata de una obra que ofrece una experiencia distinta y complementaria a la aportada por el museo: una experiencia multisensorial. Efectivamente, Geometría de la conciencia es un espacio sensible que conjuga sensación, percepción y memoria, estimulando así la reflexión, la toma de conciencia histórica y la adopción de una postura ética clara ante el pasado, el presente y el futuro. La obra responde de manera inteligente y sensible a la pregunta por la cosificación de la memoria, y a la vez al cuestionamiento por la posibilidad de esta de convertirse en un objeto disponible para la reflexión y la discusión.

SOBRE ABU GHRAIB, FERNANDO BOTERO:

La serie Abu Ghraib nace de la ira (rabia, bronca) y el espanto, frente al horror y la brutalidad humana. Es una denuncia artística a los vejámenes cometidos por soldados norteamericanos en contra de indefensos presos iraquíes. Las imágenes de las torturas psicológicas y físicas recorrieron el mundo cuando el gobierno norteamericano había mantenido un absoluto control de la información, estas imágenes de tratos inhumanos y degradantes a presos atados indignaban al mundo, el país que no encontró armas de destrucción masiva y que apeló entonces a las violaciones de los derechos humanos por el régimen iraquí, violaba flagrantemente la integridad de los presos de Abu Ghraib.

Botero, con un vocabulario visual fantástico, de exageraciones en los volúmenes espaciales, de proporción y de escala, ha instaurado lo que se podría denominar “botero-morfos”, esto es, una estructura corporal generosa y heroica que suele insinuar la capaci-

dad de superar circunstancias adversas. Esto es evidente en Abu Ghraib, donde las formas robustas sugieren un peso psicológico y moral que inundan los espacios reducidos en los que se encuentran. Trata el escándalo como un hecho histórico, pero también comprende una lección de moralidad y justicia. Sus figuras son esquemáticas pero convincentes, y las referencias a precedentes de la historia del arte (al arte medieval sobre Cristo, a Goya y los fusilamientos) aportan un marcado aire de convicción y autoridad. Aunque la interpretación que hace de estos cuerpos musculosos es siempre elegante y sensual, las composiciones nunca dejan de abordar las horribles circunstancias de la escena. Los perros de la cárcel y el terror que suscitan en los iraquíes cautivos son de especial interés para Botero. Al público estadounidense las imágenes de sanguinarios perros militares le recordará la serie de serigrafías de Andy Warhol que se apropia de una fotografía periodística en la aparecen policías dispersando una manifestación de negros por los derechos civiles con perros pastores alemanes. El grito indignado de Botero en Abu Ghraib es un intento de trasladar la atención del público hacia los temas de la paz y la humanidad, sus escenas tienen un talante perturbador y conmovedor.

SOBRE SUSTENAZO (LAMENT II) MÓNICA WEISS:

La historia se compone de historias paralelas sostiene Weiss, múltiples historias convergen y ocasionalmente se superponen: Concibe su trabajo como poético y político, escuchar y abordar en archivo de los acontecimientos, prestando especial atención a las narraciones y las voces olvidadas. Sustentazo se desarrolló en torno a la noción de lamento como una forma de expresión ajena al lenguaje: la expresión atemporal del lamento se yuxtapone al archivo de un acontecimiento histórico específico: la repentina evacuación forzada del Hospital Ujazdowsky en el sexto día del Levantamiento de Varsovia. De niña le enseñaron en la escuela que ese acontecimiento nunca había existido, estaba prohibido hablar del Levantamiento en público. La obra de Weiss, considera aspectos de la memoria y la amnesia pública ubicados territorial y espacialmente. ¿En qué lugar de la topografía y la conciencia de una ciudad podemos ubicar la memoria?, en el cuerpo dice Weiss. En Sustentazo presenta en forma simultánea y superpuestos, primeros planos del pecho de una mujer cubierto de dibujos quirúrgicos, de un mapa alemán de 1942 y de su propia mano enguantada. El cuerpo de la mujer representa en estos videos un cuerpo anónimo, una membrana entre el yo y el mundo externo. En Sustentazo los gestos de lamentación o duelo son a la vez teatrales y mínimos; el lamento, performativo y comunitario, se convierte en una experiencia emocional compartida. No tiene que ver solo con la historia de Polonia, trata más ampliamente de la pérdida de vidas causada por la guerra y por otros actos políticos de violencia y opresión: la guerra no es solo devastadora, es inaceptable. La obra de Weiss se ve reforzada por la música y el silencio, aunque no haya espacio con ausencia de sonido, ambos permiten que la obra respire.

SOBRE LONQUÉN, GONZALO DÍAZ:

La obra de Gonzalo Díaz recuerda el hallazgo de los primeros cuerpos que evidenciaron que los detenidos desaparecidos eran una realidad, una práctica de las dictaduras del Cono Sur. Arte y derechos humanos se unen aquí en forma natural, personas sin militancia conocida habían sido desaparecidos como una venganza de terratenientes y fuerzas policiales dentro de un violento contexto de contrarreforma agraria. Según el autor, es imposible articular cualquier tipo de obra sobre los hechos, sino hasta bien pasados los años, por lo terribles y abrumadores. Dos piezas componen la instalación: un andamio de madera de cuarterones de construcción presionado contra un muro con dos toneladas de bolones de piedra de río, todas numeradas; y dos muros contiguos con catorce cuadros de con marco de madera lacada negra. Lámparas de bronce iluminan cada cuadro como en la antigua pintura chilena. En los vidrios de cada cuadro impresa en serigrafía la frase: En esta casa, el 12 de enero de 1989, le fue revelado a Gonzalo Díaz, el secreto de los sueños (frase tomada de Freud).

Cada cuadro enumerado con números romanos como postas del vía crucis; todo instalado para proponer en una no-figuralidad y en una no-imagen. La obra no representa los hechos de Lonquén en un plano ilustrativo de lo real. La obra propone la construcción de un imaginario paralelo, elementos que acentúan la distancia entre lo que fue el hecho y lo que es la obra. El asunto de la imagen (o la no-imagen) en un Museo de la Memoria dedicado a dar visibilidad a las violaciones de los derechos humanos, es central. Lo artístico de Lonquén se encuentra en la imagen que construye y no en la figura a la cual se refiere.

SOBRE ADN, MÁXIMO CORVALÁN:

ADN se compone de 3 elementos: el agua, la electricidad reflejada en la luz y los huesos. Es parte de una obra mayor, en constante movimiento, que cruza los conceptos de precariedad y espectáculo. La investigación sobre el ADN tiene que ver con la identificación de los detenidos desaparecidos en un sentido amplio y renovado, hay más restos humanos que identificar. Los fragmentos de huesos representan la herida que no cicatriza, los vestigios brutales de la represión, unidos a la belleza visual de una serie de objetos lumínicos suspendidas sobre el agua, lo que pone al espectador en un punto de quiebre emocional. El agua y los huesos tienen un valor simbólico, generan un diálogo entre orgánico y lo abstracto. Es finalmente, una reflexión sobre los cambios que está generando en la sociedad actual, con sus vibraciones y perturbaciones, el estudio del ADN.

SOBRE HUELLAS, KAARINA KAIKKONEN:

Huellas presenta una imagen simbólica de la vida cotidiana valiéndose de las prendas de ropa masculina (y femenina en MNBA). La prenda masculina en esta exposición representa

la ausencia, la sensación de irremediable pérdida que tiene la autora con la muerte su padre. Nos pone de este modo ante una entrada subjetiva que informa la construcción de la obra. Kaikkonen brinda una comprensión formal y conceptual de cómo las variables del tiempo, el espacio, la materia y el contexto se unen mediante prendas de vestir, mediante chaquetas de hombre que pueden no estar, que desaparecieron, que son anónimos, prendas que relatan vidas. Más de 850 chaquetas de hombre unidas entre si y ubicadas sobre las gradas de una de las dos escalinatas del Museo. Las chaquetas están con sus frentes hacia abajo en los peldaños en rigurosa repetición. Solo se observan dos excepciones: una chaqueta azul y una camisa blanca que están con sus frentes hacia arriba. Destacan, miran al cielo como una plegaria, son las prendas donadas por las madres de dos detenidos desaparecidos. La composición en su conjunto es dramática, las chaquetas están calladas pero no mudas, cada una tiene su historia. Instaladas en el Museo de la Memoria y los Derechos Humanos evocan, como a la autora, la pérdida, el olvido, el anonimato, la persistencia, la supervivencia.

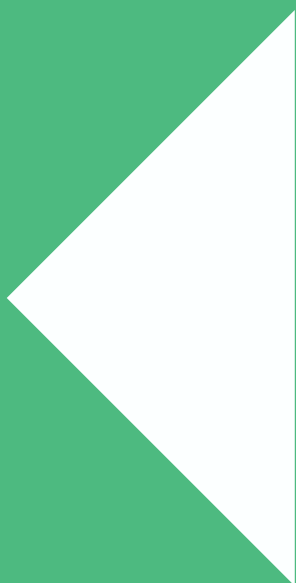
--

RECUPERAÇÃO DE LIVROS E LEITORES
EM UMA EXPOSIÇÃO NO CHILE

**RECUPERACIÓN DE LIBROS Y LECTORES
EN UNA EXPOSICIÓN DE CHILE**

RAMÓN CASTILLO INOSTROZA

Tradução: Diego Coelho de Souza



RECUPERAÇÃO DE LIVROS E LEITORES EM UMA EXPOSIÇÃO DO CHILE

RAMÓN CASTILLO INOSTROZA

“Os militares queimavam bibliotecas e também o faziam aqueles que receavam sofrer uma invasão. Alguns, junto ao fato de sentirem a morte de Neruda como uma novidade, também tiveram de queimar os livros desse autor”. Jorge Montealegre

As palavras e os livros são projetos que permanecem em estado latente até que um leitor os anime. Dessa forma, elas são sinais editados sobre algum suporte, destinados a se encontrarem com leitores em um futuro que, para eles, é presente impresso. Quando nos faltam os livros, quando há a ausência deles, não temos como transmitir imagem ou nomear o mundo, pois precisamos da palavra esperança, amor, liberdade, morte, memória, esquecimento, passado e presente. Um livro representa uma das conquistas da história da humanidade: no momento em que se pode fixar sobre o papel uma mensagem cuja natureza portátil lhe permite chegar a todos os lugares, cotidianamente transportado pela mão de uma pessoa a qualquer canto e qualquer cultura do mundo. Um livro é uma zona de contato que possibilita uma estranha convivência entre o objeto estático e seu objeto dinâmico (real/virtual). Quando um livro é destruído, não apenas se perde a sua materialidade, mas também a sua disponibilidade, a sua potência reveladora de mundo.

Quando os livros foram destruídos após o Golpe de 1973, revelou-se o estado de degradação a que chegariam os militares e os aparatos de repressão. Representou-se, também, a magnitude da barbárie civil-militar que foi planejada no Chile em conjunto com o controle de agências, como a CIA americana. Isso significa que o ensino recebido em La Escuela de las Américas e, em seguida, a coordenação das ditaduras latino-americanas por meio da Operação Condor geraram uma série de protocolos e instruções de repressão e tortura para produzir um choque em uma população que se tornaria vulnerável. Esse conhecimento especializado já havia sido globalizado pela França e, anteriormente, pela Gestapo Alemã: um conhecimento reservado e especializado, cujo roteiro foi literalmente aplicado a partir de 11 de setembro. Reconhecemos esse modo de operar dentro das ações que consideram palavras secretas como ocupar, despejar e invadir e, logicamente, eliminação seletiva de pessoas e da cultura, ou das ideias que elas possuem. Podemos ler em um Proclama Militar surgido no dia 11 de setembro, na qual esses verbos se aplicam com toda clareza e poder militar:

1. Para informar os cidadãos, apresenta-se um breve resumo das principais atividades desenvolvidas pelas Forças Armadas e Carabineiros até as 16 horas de hoje, 12 de setembro

de 1973, na Guarnição de Santiago.

Ocupação do Palácio do Governo, com a apreensão de grande quantidade de armas e explosivos.

Ocupação e evacuação da Residência Presidencial de Tomás Moro, com a apreensão de grande quantidade de armas e explosivos.

Ocupação do Jornal LA NACIÓN, diminuindo extremistas franco-atiradores e apreensão de armas.

Diminuição de extremistas e ocupação do DIARIO CLARÍN.

Diminuição de extremistas e ocupação da Revista PUNTO FINAL.

Invasão do Depósito Clandestino no Teatro SEPTIEMBRE.

Ocupação e invasão da Universidad Técnica del Estado, após a resistência armada, com rendição de aproximadamente 600 pessoas e indicativo de grande quantidade de armamento e estrangeiros.

Ocupação e invasão do Editorial QUIMANTÚ.

As Forças Armadas - os Carabineiros e as patrulhas de investigações - têm o dever de agradecer, de forma especial, a atitude patriótica da população chilena, a qual, de acordo com a centenária tradição democrática e patriótica em defesa dos mais altos interesses da Pátria, permitiu, com sua oportuna informação, controlar e destruir esses importantes núcleos de extremistas e atualizar o quadro dos extremistas e estrangeiros subversivos que residem no país, para impedir a sua entrada na pátria dos elementos indesejáveis que nela têm a ver com nossa terra e origem comum.

2. As patrulhas de investigações terão circulação livre e facilidade, sem prejuízo da identificação profissional de seus ocupantes, se as circunstâncias o exigirem, já que esse corpo está cooperando com todos os seus membros estreitamente colaborando com as Forças Armadas e Carabineiros.

3. As ambulâncias e o Corpo de Bombeiros terão trânsito livre sem prejuízo dos registros que os controles militares considerem apropriados.

(ASSINADO) CONSELHO DE GOVERNO DAS FORÇAS ARMADAS E CARABINEIROS DE CHILE.

DISTRIBUIÇÃO Conforme Plano "B" Santiago, 12 de setembro de 1973.

Por intermédio deste Proclama Militar, vemos que o objetivo principal não era apenas o Palácio do Governo, mas também todo o sistema produtivo e intelectual do Chile. O ataque aos livros e às publicações fez parte da estratégia de negação, anulação e apagamento do "outro". Os organismos repressores não só entraram nas residências para capturar cidadãos, como também vasculharam na intimidade - mezaninos, tetos, paredes e estantes - buscando qualquer desculpa para incriminar alguém e torná-lo um "extremista".

A imagem de uma biblioteca é a imagem da diversidade em convivência, e a estante

é o contêiner que a torna visível, por mais paradoxal que possa ser: Marx pode estar junto à Bíblia, ao lado de Nietzsche, Pablo Neruda, Emil Ciorán e um livro de cozinha tradicional.

Então, é por isso que a melhor maneira de representar esse reencontro com o tempo dos livros e seus leitores é um contêiner criado para esse efeito. A Exposição, que se realizou na Universidad Diego Portales, tornou visível, pela primeira vez no Chile, uma tragédia de que ainda não se escreveu muito: a queima e destruição massiva de livros durante a Ditadura. E, junto com o formato expositivo, tentando superar a contingência de uma amostra e permitir que ela se desenvolva no tempo como investigação e, inclusive, seja ultrapassada por sua dinâmica interior, projetamos, com Leonor Castañeda, um programa de redes, contatos, a fim de conseguir adquirir livros para a Biblioteca Nicanor Parra. Para isso foi realizado um curso de Destruição do Patrimônio, sob a responsabilidade da professora Solene Bergot, que teve, como estudo de caso, a queima de livros no período da Ditadura. Para permitir que a Exposição fosse povoada-se de relatos, desenvolveu-se uma página na web, na qual se podia, e ainda se pode enviar informações, inclusive de forma anônima.

A campanha de terror e a repressão seletiva a livros e pessoas não é apenas uma perda material, mas também consiste, simbolicamente, em violar os direitos e psicologias individuais, a tal ponto que a pessoa, portador, se auto anula, autor reprime ou autocensura. O temor e a culpa povoam silenciosamente esta história trazida à tona por meio dos testemunhos de queima e destruição de tudo aquilo que constituiu uma prova. A margem é tão grande, que é quase impossível saber que tipo de literatura se eliminava, por isso há episódios tragicômicos, como a eliminação de livros tais como: Cuba Electrolítica, La Revolución del Acero e, inclusive, títulos relacionados com La Era del Cubismo. Esse terror cotidiano e instalado nas residências de todos os chilenos deixa uma estatística de milhões de livros destruídos. Então, a dificuldade para recuperar essas publicações foi muito grande. Entre as ações, estava a busca e o contato com antiquários e venda de livros usados. Pessoalmente, ocorreu-me algo que significou uma mudança no conceito da Exposição e, por isso, decidi publicar meu próprio relato:

Na procura de livros para a exposição Biblioteca Recuperada, num sábado à tarde, percorria antiquários na zona do Bairro Itália. Encontrei-me com um que tinha tantos livros, que eles eram vendidos por quilo e, atrás do peso, havia uma “montanha” de livros, sobre os quais me disse: “certo que aí tem mais da editora Quimantú!”. Vi que a tarefa se tornava árdua e, por isso, optei por começar pelos lotes mais próximos, até que vi um livro de capalaranja e o peguei: Marx e Engels, editado por Quimantú. Comecei a folheá-lo e, após abrir a capa, reconheci um lembrete, em que se lia Fernando Ortiz L., um grande docente e intelectual, que foi Secretário do Partido Comunista na clandestinidade, e que, na época de sua detenção e desaparecimento nos anos 1975, tinha 40 anos. Recentemente, no ano de 2012, realizou-se um enterro simbólico após os exames de DNA que comprovaram que alguns restos de ossada correspondiam ao seu corpo. A emoção foi grande... pois senti

que, com quarenta anos de distância, chegara às minhas mãos um objeto pessoal, cujo destino era retornar à estante e a sua casa, desde sua casa, é por isso que, ao término da Exposição, este livro será devolvido a sua família.

Esse relato acompanhou o livro durante a Exposição, na estante dedicada a Fernando Ortiz Letelier. Uma fotografia do arquivo o apresenta em seu escritório diante dos seus livros. Este livro, encontrado “por acaso”, foi o que determinou a troca de título da Exposição, de *Libros quemados, escondidos y recuperados para Biblioteca Recuperada: libros que mados y escondidos a cuarenta años del golpe*, pois compreendi que não se tratava somente de buscar uma estatística ou censo de livros proibidos durante a Ditadura, mas que era, também, necessário lembrar o lugar simbólico e físico que ocupavam os livros e, por conseguinte, os leitores antes do Golpe. A Exposição foi uma reparação simbólica da tragédia e, para isso, as estantes foram distribuídas de modo a se interporem na rota dos visitantes, para oferecerem suas prateleiras e receberem os livros que foram resgatados de uma infinidade de lugares. Então, a imagem foi a de tirar os livros das chamas, tirá-los do chão, resgatá-los dos sótãos e tetos, despojando-os das mãos dos militares, para retorná-los à estante, à mesa, à luminária ou ao escritório de qualquer lugar do Chile antes do dia 11 de setembro de 1973.

Meu relato fez parte de uma coletânea de cerca de trinta outros que, sob o mesmo formato, narravam, em primeira pessoa, a história daquele livro que pertencera a um filho, irmão, amor ou amigo. Os relatos foram as vozes necessárias para recuperar as condições e o ambiente do Golpe e, em seguida, a forma como o terror e o pesadelo do regime militar irremediavelmente se irrigavam ao longo da vida cívica do País. Se um livro é sinônimo de uma pessoa, isso significa que os livros, nesta Exposição, foram metonimicamente pessoas vivas, mortas ou desaparecidas que se resgatavam frente ao País.

LIVROS PROIBIDOS, QUEIMADOS E DESTRUÍDOS.

Este primeiro ambiente estabelece um panorama em torno da proibição, censura, destruição, queima e, conseqüentemente, “negação e/ou anulação” da cultura chilena por meio de uma política de destruição massiva de livros por parte das Forças Armadas e dos distintos órgãos de repressão implementados pela Ditadura. As estantes foram organizadas de tal forma que estivessem lado a lado títulos, como: Biblioteca Recuperada, Biblioteca de mis padres, Libros de Educación Popular. Os mesmos livros que se salvaram em diversas circunstâncias estavam junto ao relato de sua sobrevivência. Lembramos projetos editoriais que nunca mais tiveram uma contribuição tão significativa como aquela que foi dada ao livro durante o Gobierno de la Unidad Popular, no contexto da inédita campanha de Fomento ao Livro, que manifestou a vontade política de converter a antiga editora Zig Zag no Editorial Quimantú para todos os chilenos. O Editorial Quimantú, que foi “ocupado e invadido” no Proclama Militar N. 26, durante trinta e oito meses de existência editou cerca

de onze milhões de livros, isso é, houve mais livros que pessoas, já que o País contava com nove milhões de habitantes.

Isso significa que o livro não era um objeto de luxo; muito pelo contrário, era uma “moeda” ou alimento cotidiano, cuja escala e percurso se davam pelas mãos de seus destinatários. Deve-se pensar, por exemplo, que nas publicações que se destacaram sob esse espírito de difusão da leitura, estavam os Livros de Bolso, que, efetivamente, cabiam no bolso do casaco de qualquer operário ou trabalhador. Eram cerca de 45 títulos de literatura universal, latino-americana e nacional, toda uma façanha, se considerarmos que as tiragens eram de aproximadamente cinquenta mil. Assim podemos ver como todos os nossos lares se povoaram de livros, e que as estantes se converteram na imagem de um lar que começava a “emancipar” suas ideias, sua imaginação e sua sensibilidade. Estantes que permitiram reconstruir histórias familiares, como no caso da bibliotecária Karin Ballestero, que começou a busca pela mãe, que estava no exílio, seguindo a rota dos livros Quimantú desde a casa de sua infância, em Temuco.

Dezestantes e suas prateleiras foram destinadas, de improviso e urgentemente, para guardar os livros que se “salvaram”, porque as pessoas os esconderam ou guardaram temporariamente em forros, sótãos, entre os muros ou no pátio da casa. Pareceu-nos importante dar valor a esse ato de lucidez e coragem de pais, filhos, avós, amigos ou irmãos que integram uma vasta, mas silenciosa lista que recém, depois de quarenta anos do Golpe, parece sair da ocultação. A estante guardou tais livros junto aos respectivos relatos em primeira pessoa (institucional ou natural), nos quais se narram as circunstâncias daquele dia, os envolvidos, a hora e o lugar dos acontecimentos. Neste caso, lemos o testemunho do poeta Guido Eytel, que, naquela época, era livreiro na cidade de Temuco:

Tive uma livraria em Temuco. Chamava-se Círculo, mas as pessoas de direita a chamavam de Círculo Rojo, talvez porque havia muitos livros de Ciências Sociais, ou porque a clientela era, em sua maioria, de esquerda. Existiam, também, dois ou três oficiais do exército que iam de vez em quando parar uma espiadinha. Uma vez, duas ou três semanas antes do Golpe, chegou o Comandante do Regimento, Iturriaga Marchesse, vestido de civil, certamente para passar despercebido. Observou os livros por alguns minutos e me disse: “O senhor só tem livros de política”. “Não, senhor, respondi, olhe estes outros”. E aponte para a estante onde estavam os de literatura. O homem foi embora, depois de seu “trabalho de inteligência”. No dia do Golpe, fui incluído na lista daqueles que deviam se apresentar no Regimento. Depois de ser interrogado, perguntei a eles o que devia fazer com os livros. – Queime-os – disse um, o mais duro. – Se eu os queimo na livraria, que está em pleno centro, vocês vão me acusar de querer queimar a cidade. O outro, um oficial de reserva da FACH, disse a ele: Porque não manda uma patrulha para buscá-los? E nisso ficaram. Em um par de dias, chegou uma patrulha que arrasou com todos os livros que consideraram subversivos e,

com eles, fizeram uma grande fogueira na rua.

GUIDO EYTEL

O público universitário e em geral pode-se reencontrar com algumas bibliotecas pessoais na estante intitulada La Biblioteca de MiPadre, onde foram colocados os livros de bibliotecas pessoais e, junto a eles, os testemunhos dos filhos: Fernando Ortiz Letelier, Juan Guillermo Tejada e a líder histórica do Partido Comunista no Chile, Gladys Marín. Por intermédio de todas essas narrativas, persiste a indignação recorrente e o absurdo que conduzia ao temor daqueles tempos. Sob essa perspectiva, é interessante reconhecer, nas palavras da pintora e gravurista Adriana Asenjo, as diferentes estratégias improvisadas das quais se devia lançar mão, sempre contra o tempo.

No dia 29 de junho de 1973, ocorreu a primeira tentativa de golpe ao governo do Presidente Salvador Allende. No dia seguinte, um amigo, que dirigia a livraria PLA, pediu-me que guardasse umas caixas com revistas mexicanas que mencionavam a ditadura militar na Argentina.

Passou o tempo e... chegou o 11 de setembro... O que fazer com essas caixas? A primeira coisa foi tratar de rasgarem pedaços as revistas... inocente ideia... impossível!.. Eram centenas. Aí resolvi fazer “pacotinhos” e ir passando aos amigos de confiança, para que se desfizessem delas, jogando-as nos incineradores dos edifícios, era o melhor a ser feito. Quando anoitecia, também levávamos os “pacotinhos” até as pontes do Mapocho... e assim foi como me desfiz dessa tarefa que levou umas duas semanas, pelo menos, de árduo trabalho.

ADRIANA ASENJO

Embora houvesse muitos livros destruídos e desaparecidos, também muitos leitores permaneceram suspensos no tempo. A partir dessa dimensão insondável de memória traumática, provocou-se a sensação de vozes diretamente ao ouvido. Em torno das estantes e prateleiras, organizou-se a intervenção da artista visual Lorena Zilleruelo, com poltronas brancas (tipochaise longe) dispostas para que os visitantes pudessem sentar-se nelas. No conforto de quem contempla o mundo descansado, chegam aos ouvidos os testemunhos de diferentes pessoas. Esses relatos chegam em alta definição ao ouvido do visitante. Lorena gravou, em estúdio, a voz de homens e mulheres que descrevem os momentos e circunstâncias em que queimaram ou esconderam livros.

Um sentido trágico assinalou o dia 23 de setembro no calendário de 1973. Doze dias após o Golpe, a Junta Militar planejou uma encenação acompanhada de uma coreografia dantesca para revelar, a partir da barbárie, como era “exemplar” a limpeza e a extração do “câncer marxista” em prédios dos apartamentos Torres de San Borja, de Santiago, onde apresentamos vídeos e fotografias, inéditos e desconhecidos para muitos chilenos. Trata-se

do registro realizado por diversos cinegrafistas nacionais e estrangeiros durante o dia 23 de setembro de 1973, quando a Junta Militar estava convencida de que o que fazia era correto e que seria aplaudida internacionalmente. É notável a impunidade e comodidade com que os militares realizam o seu trabalho, e corrijam, enquanto “posam” para as câmeras.

Neste mesmo dia, em um ônibus especial, ofereceu-se uma “visita guiada” à imprensa nacional e estrangeira, para que registrassem, com suas câmeras, as ações de destruição e queima de livros; a limpeza de muros e ruas; e as “boas condições” em que se mantinham os presos no Estádio Nacional. Nesse mesmo dia, realizou-se o funeral do poeta e Prêmio Nobel Pablo Neruda no Cementerio General. Isso parece um roteiro de terror, pois, enquanto se queimam e destroem livros no centro de Santiago, a umas quadras de distância enterrou-se um dos representantes da palavra universal. Tanto em La Tercera como no jornal El Mercurio, no dia 24 de setembro se destaca a notícia da queima de livros marxistas, enquanto a notícia do funeral se reduz a um breve quadro.

As imagens das queimas de livros são provenientes de jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas da faixa de contato dos negativos do holandês Koen Wessing às imagens em preto e branco de Naul Ojeda (Uruguai), Marcelo Montecino (Chile), David Burnett (Chile) e Juan Domingo Politi (Argentina). O muro de fotografias culmina com a projeção de três registros de filmes diferentes (França e Alemanha) das invasões e queima de livros nas Torres de San Borja, junto a outro registro fílmico de Hernán Correa e seus filhos, Leopoldo e Ricardo, que, na época, tinham 18 e 21 anos, respectivamente. Isso significa que se trata de jovens que tiveram a coragem de nunca deixar cair sua câmera, mesmo diante de risco de vida. Percorreram as ruas do centro para desespero de seu pai, que não os encontrava em lugar algum. A eles pertencem as únicas imagens que há, em plano contra-picado, de La Moneda após o bombardeio, realizadas a um quarteirão de distância.

Posteriormente, desdobra-se, nas paredes, de forma interminável, uma possível e hipotética listagem de livros proibidos. Nas vitrinas do centro, exibem-se coleções institucionais, documentos, decretos de proibição de livros, boletins, telex da CNI, junto a proclamas presidenciais, e isso leva à reflexão sobre o contexto da época. Uma homenagem a dois artistas é apresentada após a fotografia de Naúl Ojeda, quando se capta o momento em que forças militares posam diante das lentes de vários órgãos da imprensa nacional e internacional, para demonstrar a “limpeza” a qual submetiam o País queimando livros, e o cartaz produzido pelos artistas Patricia Israel e Alberto Pérez. A imagem foi capa do jornal La Tercera no dia seguinte. Somente quando a referida ação militar foi publicada pela imprensa e televisão, a proprietária da tal biblioteca e do cartaz destruído percebeu que haviam invadido sua casa e que, portanto, era melhor ir para o exílio.

O vídeo registro Carmen 36, do artista visual Camilo Yáñez, nos permite ver como as pessoas reagiam dentro das casas ou dos apartamentos diante do medo e do desejo de

sobrevivência, motivo pelo qual procediam também ao descarte dos livros. Carmen 36 apresenta um casal (os pais de Camilo) que relembra o temor e o absurdo vividos após o Golpe, a destruição de livros em um edifício que pertencera ao poder judicial e que, hoje, permanece abandonado como testemunho mudo dos acontecimentos.

Um ponto de inflexão é constituído pela obra Biblioteca de la No-Historia, Prueba de Artista, de Voluspa Jarpa, e pela gravura Septiembre 1973, 1974 - 2009, de Alfredo Jaar, localizadas na Sala Patrimonial. Em ambos os casos, a magnitude da tragédia abordada parece resistir a qualquer representação, é por isso que, com a restrição visual, evitando qualquer ícone, ambos os artistas atribuem valor aos documentos, aos arquivos e ao tempo. Ao final da Exposição, a obra de Voluspa Jarpa foi incorporada ao acervo da Biblioteca Nicanor Parra como obra-documento permanente.

A data 11 de setembro, por intermédio da obra de Alfredo Jaar, foi convertida em um dia de dor e agonia, restringida ao branco, vermelho e preto de uma folha de calendário, onde a data assinalada se converteu, para milhares de chilenos, em um lugar do qual nunca mais se pôde sair. Onze após Onze tem sido a não-imagem da condenação em um só dia, que o poeta Raúl Zurita reconhece em si mesmo: “...Como se, desde então, tivesse escrito um só livro, ancorado nesse dia... E já quase não posso parar de chorar”. É uma imagem de dor e persistência que supera o individual, algo que o próprio Zurita comentou posteriormente:

É algo tão absolutamente real. Quando perdemos alguém aos dois anos, temos pouca consciência, não temos nenhuma lembrança, eu não tenho nenhuma lembrança, nada, a não ser o que minha mãe e minha avó diziam dele. Durante muito tempo, é impossível lamentar a falta de alguém que nunca tiveste, me entendes? Então, vivi absolutamente na ausência do pai com toda a normalidade. Muitos anos depois, já adulto, essa figura voltou com uma força demente. No livro Zurita, sua ausência impregna tudo como um eco da perda de um país, de uma sociedade que também foi arrancada pela raiz, é uma orfanadecoletivaque faz emergir tua orfanade privada.

Esse dia onze contrapõe-se à inumerável quantidade de documentos desclassificados que Voluspa Jarpa tenta tirar da ocultação, para desafiar o calendário e demonstrar a “farsa” ou o “teatro do poder” que há por trás da construção histórica das nações. Estudou por mais de uma década os documentos disponíveis na rede sobre os Desclassificados da CIA, mas isso é tão amplo que esse arquivo se torna ainda mais ilegível. Neste caso, a artista converteu esses documentos online em cinco edições diferentes, que compilam os documentos com formato de livro, com capa colorida, em oposição ao branco e preto interior. Desta forma, assinalaque as datas e sua interpretação resultam equivocadas pelo quanto têm sido manipuladas e apagadas para aqueles que foram afetados. São documentos que negam

ao leitor a possibilidade certa de leitura, e, por conseguinte, compreender o que ocorreu.

Assim, inumeráveis dias e datas que vêm desde os anos 1960, nos que se demonstra quetanto o Chile quanto seu programa político, cultural e econômico foi manipulado a distância pela CIA, a partir da formação recebida em La Escuela de Las Américas e na Operação Condor, como instâncias preparatórias em meio à Guerra Fria. Os livros que, em geral, contêm a promessa de ser material de prova por trazerem as evidências, nesse caso, são a negação absoluta e, portanto, página a página, negam toda a história.

Uma biblioteca de livros não realizados nem escritos tem sido a tarefa inacabada de um país, que, agora, fica alegoricamente inserida em uma biblioteca pública, como uma ausência obrigatória que deverá ser povoada com investigações futuras. Trata-se da obra de la No-Historia/PRUEBA DE ARTISTA, que consiste em tornar visível a persistência traumática que significa a incompletude da história recente do Chile, e que este trabalho pretende não só sinalizar, mas também promover sua aceitação e cura. Trata-se de uma peça de arte que se “dissolve” no espaço de uma biblioteca, oferecendo-se como testemunho e fonte obrigatória, superando sua condição contemplativa e/ou meramente estética, e sobretudo como objeto de estudo e ressignificação permanente. A esse respeito, Voluspa nos diz no protocolo de aquisição da obra:

A hipótese que me levou a realizar a primeira obra desta série, em 2011, foi o desespero de constatar que, há 10 anos de sua desclassificação, a informação dos arquivos não fazia parte dos documentos consultados e verificados, para escrever as “versões” históricas do Chile em seus relatos das décadas dos anos 1960, 1970, 1980 e 1990.

Desse modo – e é por isso que digo desespero – em um gesto histórico-histórico, decidi transformar formalmente em “livros” um material de arquivo que não estava sendo considerado nos livros, entendendo que um livro é basicamente o resultado de uma elaboração autoral ou disciplinar sobre os assuntos humanos que nos interessam e comovem, isto é, um livro é um exercício civilizatório de resistência frente à barbárie. Um arquivo, pelo contrário, é apenas a possibilidade de uma informação que pode ou não pode servir para a formulação de um conhecimento. Neste sentido, o arquivo é um material que provém da barbárie e, assim, é um material bruto, cru e infame.

Mediante esta ação, Biblioteca de la No-Historia/ PRUEBA DE ARTISTA, interpelaremos o passado e criaremos consciência frente ao futuro sobre a escrita/apagamento da História no Chile, de sua história cultural e de sua futura produção intelectual. Ao término da Exposição, a obra de Voluspa Jarpa foi incorporada ao acervo da Biblioteca Nicanor Parra em sua dupla condição de obra-documento. Fica a tarefa de gerar um programa de investigação e aquisições bibliográficas que irá completando as prateleiras contíguas, e com futuras edições que elaborem o conteúdo dos arquivos desclassificados em um tempo futuro.

ro de produção intelectual.

Duas ideias de tempo com as quais se encerra esta Exposição: Alfredo Jaar, com a certeza do passado repetido para sempre no presente de um país que não tem podido reparar seu trauma histórico; e em Voluspa Jarpa, vemos uma obra que se realiza em um futuro incerto e que depende de alguns leitores que façam do documento uma evidência para a reconstrução da “cena do crime”. Assim, Biblioteca Recuperada representou simbolicamente um desafio nacional frente à história, à memória e ao esquecimento, voltando a colocar nas estantes da Biblioteca Nicanor Parra aqueles livros, autores, editoras e histórias que foram caladas pela violência e pelo medo. Os livros, como frágeis caixas de papel ficaram dispostos frente aos novos leitores em democracia. As caixas se abrem para revelar a partir da porta de capa macia ou dura, que os mundos que se desdobram na mente são a melhor imagem da expansão da sensibilidade, da imaginação e do conhecimento. Qualquer situação que impeça este leve gesto da mão sobre uma capa assinala o início de algo que não queremos viver.

RECUPERACIÓN DE LIBROS Y LECTORES EN UNA EXPOSICIÓN DE CHILE

RAMÓN CASTILLO INOSTROZA

“Los militares quemaban bibliotecas y también lo hacían quienes temían sufrir un allanamiento. Algunos, junto con sentir la muerte de Neruda como un nuevo duelo debieron quemar al mismo tiempo sus libros”. Jorge Montealegre¹

Las palabras y los libros son proyectos que permanecen en estado de potencia hasta que un lector los anima, entonces se trata de señales editadas sobre algún soporte destinadas a encontrarse con lectores en un futuro que para ellos es presente impreso. Cuando nos faltan los libros, cuando hay ausencia de ellos no tenemos como dar imagen o como nombrar el mundo, pues nos falta la palabra esperanza, amor, libertad, muerte, memoria, olvido, pasado y presente. Un libro representa una de las conquistas de la historia de la humanidad: en el momento en que se pudo fijar sobre papel un mensaje cuya naturaleza portátil le permitió llegar a todas partes, cotidianamente trasladado por la mano de una persona a través de cualquier rincón y cultura del mundo. Un libro es una zona de contacto que permite una extraña convivencia entre el objeto estático y su contenido dinámico (real/virtual). Cuando se destruye un libro, no sólo se pierde su materialidad, sino que su disponibilidad, su potencial revelador de mundo.

Cuando se destruyeron los libros tras el Golpe de 1973, se reveló el estado de degradación al que llegarían los militares y los aparatos de represión, y al mismo tiempo, se representó la magnitud de la barbarie cívico-militar que se planificó en Chile, en conjunto con organismos interventores como la CIA Norteamericana². Esto quiere decir que la enseñanza recibida en La Escuelas de las Américas y luego, la coordinación de las dictaduras latinoamericanas a través de la Operación Cóndor generan una serie de protocolos e instructivos de represión, tortura para provocar el shock en una población que quedaría vulnerable. Este conocimiento especializado ya había sido globalizado por Francia y antes por la Gestapo Alemana: un conocimiento reservado y especializado cuyo guión fue aplicado literalmente a partir del 11 de septiembre. Reconocemos este *modus operandi* dentro de las acciones que consideran palabras encubiertas como ocupar, desalojar y allanar, y por supuesto, la eliminación selectiva de personas y de la cultura o ideas que profesen. Podemos leer en un Bando Militar aparecido el día 11 de septiembre en el que estos verbos se aplican

1 Hernán Montealegre, en “Cenizas de la memoria: testimonios sobre censuras, autocensuras y desobediencia” en Ojo con las cenizas, Anales de la Universidad de Chile. Séptima serie. N°6/2014, p.203.

2 Es muy elocuente ver el Discurso del Dr. Salvador Allende en 1972 ante la ONU, y su claridad respecto del control e intervención de los países ejercida “por organizaciones globales que no dependen de ningún estado”[...] “Es toda la política del mundo la que está siendo socavada por las grandes empresas transnacionales que atentan contra los países en desarrollo.” Ver completo en <http://www.youtube.com/watch?v=knewNlIpKmw>

con toda claridad y manu militari:

1. Para conocimiento de la ciudadanía se expone una breve síntesis de las principales actividades desarrolladas por las Fuerzas Armadas y Carabineros hasta las 16.00 horas de hoy 12 de septiembre de 1973, en la Guarnición de Santiago.

Ocupación del Palacio de Gobierno, con incautación de gran cantidad de armas y explosivos.

Ocupación y desalojo de la Residencia Presidencial de Tomás Moro, con incautación de gran cantidad de armas y explosivos.

Ocupación del Diario LA NACION, reduciendo a extremistas francotiradores, e incautación de armas.

Reducción de extremistas y ocupación del DIARIO CLARIN.

Reducción de extremistas y ocupación de Revista PUNTO FINAL.

Allanamiento del Depósito Clandestino en Teatro SEPTIEMBRE.

Ocupación y allanamiento de la Universidad Técnica del Estado después de resistencia armada con rendición de aproximadamente 600 personas e indicación de gran cantidad de armamento y extranjeros.

Ocupación y allanamiento de Editorial QUIMANTÚ

Las FFAA., Carabineros e Investigaciones se hacen un deber agradecer en forma especial la patriótica actitud de la ciudadanía chilena, la cual en cumplimiento a centenaria tradición democrática y patriótica en defensa de los altos intereses de la Patria, ha permitido con su oportuna información controlar y destruir estos importantes núcleos extremistas y tener actualizado el cuadro de los extremistas y extranjeros subversivos residentes, para limpiar nuestra patria de elementos indeseables que nada tienen que ver con nuestra tierra y origen común.

2. Las patrulleras de investigaciones tendrán libre paso por la ciudad sin perjuicio de la identificación profesional de sus ocupantes si las circunstancias lo hacen necesario, ya que este cuerpo está cooperando con todos sus miembros en estrecha colaboración con las FFAA. y Carabineros.

3. Las ambulancias y Cuerpo de Bomberos tendrán libre tránsito sin perjuicio de los registros que estimen conveniente los controles militares.

(FDO.) JUNTA DE GOBIERNO DE LAS FUERZAS ARMADAS, Y CARABINEROS - Reducción de extremistas y ocupación del DIARIO CLARIN.

Reducción de extremistas y ocupación de Revista PUNTO FINAL.

Allanamiento del Depósito Clandestino en Teatro SEPTIEMBRE.

Ocupación y allanamiento de la Universidad Técnica del Estado después de resistencia armada con rendición de aproximadamente 600 personas e indicación de gran cantidad de

armamento y extranjeros.

Ocupación y allanamiento de Editorial QUIMANTÚ

Las FFAA., Carabineros e Investigaciones se hacen un deber agradecer en forma especial la patriótica actitud de la ciudadanía chilena, la cual en cumplimiento a centenaria tradición democrática y patriótica en defensa de los altos intereses de la Patria, ha permitido con su oportuna información controlar y destruir estos importantes núcleos extremistas y tener actualizado el cuadro de los extremistas y extranjeros subversivos residentes, para limpiar nuestra patria de elementos indeseables que nada tienen que ver con nuestra tierra y origen común.

2. Las patrulleras de investigaciones tendrán libre paso por la ciudad sin perjuicio de la identificación profesional de sus ocupantes si las circunstancias lo hacen necesario, ya que este cuerpo está cooperando con todos sus miembros en estrecha colaboración con las FFAA. y Carabineros.

3. Las ambulancias y Cuerpo de Bomberos tendrán libre tránsito sin perjuicio de los registros que estimen conveniente los controles militares.

(FDO.) JUNTA DE GOBIERNO DE LAS FUERZAS ARMADAS, Y CARABINEROS DE CHILE.

DISTRIBUCIÓN Según Plan “B” Santiago, 12 de septiembre de 1973.³

A través de este Bando Militar, no sólo vemos que el objetivo principal es el Palacio de Gobierno, sino que todo el sistema productivo e intelectual de Chile. El ataque a los libros y las publicaciones formó parte de la estrategia de negación, anulación o borrado del “otro”. Pues, los organismos represores no sólo llegaron a las casas para capturar ciudadanos, sino que también hurgaron en su intimidad, entre suelos, techos, paredes y estanterías, buscando cualquier excusa para incriminar a alguien y convertirlo en un “extremista”.

La imagen de una biblioteca, es la imagen de la diversidad en convivencia, y la estantería es el contenedor que lo hace visible por más paradójico que pueda resultar: Marx puede estar junto a la Biblia, pegado a Nietzsche, Pablo Neruda, Emil Ciorán y un libro de cocina tradicional. De ahí entonces, que la mejor forma de representarte reencuentro con el tiempo de los libros y sus lectores, fuese el contenedor creado para dichos efectos. La exposición que se realizó en la Universidad Diego Portales hizo visible por primera vez en Chile una tragedia de la que no se ha escrito aún demasiado⁴: la quema y destrucción masiva de libros durante la dictadura. Y junto con el formato expositivo, intentando superar la contingencia de una muestra y permitir que esta se desarrolle en el tiempo como

3 Bando N° 26 Comunicación sobre las actividades de las FFAA. el 11 y 12 de septiembre de 1973. Hay que advertir que fueron omitidas las demás instituciones o empresas que fueron “ocupadas”, pues seleccioné para este artículo aquellas entidades relacionadas con la producción y distribución de ideas, tales como diarios, revistas o editoriales. Para mayor información ver http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0015.pdf

4 Se destacan algunas tesis de Bibliotecólogos, Historiadores y una reciente publicación señala el tema a través de varios ensayos que conmemoran el golpe desde el punto de vista de los libros: Ojo con las lecturas, Anales de la Universidad de Chile, Séptima serie. N° 6/2014.

investigación⁵, e incluso, sea superada por su dinámica interior, diseñamos junto a Leonor Castañeda⁶, un programa de redes, contactos a fin de lograr la adquisición de libros para la Biblioteca Nicanor Parra, y se realizó un curso de Destrucción del Patrimonio, a cargo de la profesora Solene Bergot que tuvo comocaso de estudio la quema de libros en la Dictadura⁷. Parapermitirque la exposición se fuera poblando de relatos, se realizó unapágina web en la que se podía, y puede aún enviar información de forma anónima inclusive⁸.

La campaña del terror y la represión selectiva a libros y personas, no es sólo una pérdida material sino también simbólicamente consiste en vulnerar los derechos y psicología individual, a tal punto que por temor la persona se auto-anule, auto-reprima o auto-censure. El temor y la culpa puebla silenciosamente esta historia desocultada a través de los testimonios de quema o destrucción de todo aquello que constituyera una prueba. El margen es tan amplio que resulta casi imposible saber que tipo de literatura se eliminaba, de ahí que existan episodios tragicómicos como la eliminación de libros como “Cuba Electrolítica”, “La Revolución del Acero” o incluso títulos relacionados con el “La Era del Cubismo”. Este terror cotidiano e instalado en las viviendas de todos los chilenos nos deja una estadística de millones de libros destruidos. La dificultad entonces para recuperar estas publicaciones resultó muy ardua, entre las acciones estuvo la búsqueda y contacto con anticuarios y venta de libros usados.

Personalmente me ocurrió algo que significó cambiar el concepto de la exposición, y por ello decidí publicar mi propio relato: En búsqueda de libros para la exposición Biblioteca Recuperada, un sábado en la tarde recorría anticuarios en la zona del Barrio Italia. Me encontré con uno que tenía tantos libros que los vendía al kilo, y detrás de la pesa, había un “cerro” de libros en los que me dijo: “seguro ahí hay más de la editorial Quimantu”. Vi que la tarea se tornaba ardua y por ello, preferí comenzar por los lotes más cercanos hasta que vi un libro de tapa naranja y lo alcancé: Marx y Engels editado por Quimantu. Lo comencé a hojear y tras abrir la portadilla

5 En la investigación, recuperación de libros y autores, trabajó activamente el artista visual y académico, Francisco González-Vera

6 Leonor Castañeda, es Secretaria Académica de la Escuela de Arte UDP. Y ella fue museógrafo y productora de la exposición. Ella integró al interior del curso Taller de Museografía de la Escuela, una unidad específica para sus alumnos a fin de trabajar con la poética y memoria de la Biblioteca Recuperada.

7 Solene Bergot, quien realizó su tesis doctoral en torno a la Editorial Quimantú, y fue quien aportó con información actualizada, y al mismo tiempo realizó un curso regular en la Carrera de Historia y Geografía (UDP), encargando a sus alumnos entrevistar a personas que hubieran destruido libros. Un ejemplo: Alumno: ¿Y usted no consideró nunca esconderlos (documentos)? Entrevistada: “No, estupidez, tontera mía. Por quemar a mi suegra de Cauquenes y allá las hermanas le dijeron que allá en la casa de ellos, habían allanado a mi suegro aunque no tenía nada que ver con izquierda, mi suegro era más bien de derecha, mis cuñadas eran más bien de izquierda. Pero los allanaron como tres veces, entonces eso... ¿asusta no?, y ellos transmitieron el susto a... mí en el fondo por quemar a mi suegro no tenía susto... si uno estaba muy asustada en la época... era muy complicado.” (entrevista sin editar, 26 de agosto, Santiago, 2013).

8 Destaco este punto de lo anónimo, pues aun en Chile hay mucho gente que quedó y permanece con el trauma de ser “descubierto”. Para más información de la exposición está el link: <http://www.bibliotecanicanorparra.cl/exposicion-libros-quemados-escondidos-y-recuperados-a-40-a-nos-del-golpe/>

reconocí un timbre en el que se leía Fernando Ortiz L., un gran docente e intelectual, que fue Secretario del Partido Comunista en la Clandestinidad y que al momento de su detención y desaparición en el año 1975 contaba con la edad de 40 años. Recién el año 2012 se realizó un entierro simbólico tras los análisis de ADN que comprobaron que algunos restos óseos correspondían a su cuerpo. La emoción fue grande... pues sentí que a cuarenta años de distancia llegó a mis manos un objeto personal cuyo destino era retornar a la estantería y a su casa de su casa, es por ello que al término de la exposición este libro será devuelto a su familia.⁹

Este relato acompañó el libro durante la exposición en la estantería dedicada a Fernando Ortiz Letelier, una fotografía de archivo lo muestra en su escritorio, delante de sus libros. Este libro encontrado por “azar” fue el que determinó el cambio de título de la exposición de Libros quemados, escondidos y recuperados, a Biblioteca Recuperada: libros quemados y escondidos a cuarenta años del golpe, pues comprendí que no se trataba sólo de intentar una estadística o censo de libros prohibidos en dictadura, sino que era necesario recordar el lugar simbólico y físico que ocupaban los libros y por lo tanto los lectores antes del golpe. La exposición fue una reparación simbólica de la tragedia, y para ello, se dispusieron estantes de tal modo que se interpusieran en la ruta del visitante, para ofrecer sus anaqueles y recibir los libros que eran rescatados de infinidad de lugares. La imagen fue entonces sacar los libros de las llamas, sacarlos del suelo, rescatarlos de los entrepisos o techos, despojándolos de las manos de los militares para retornarlos al estante, a la mesa, al velador o al escritorio de cualquier hogar en Chile antes del 11 de septiembre de 1973.

Mi relato formó parte de una treintena de otros que bajo la misma forma, narraban en primera persona la historia de aquel libro perteneciente a un hijo, hermano, amor o amigo. Los relatos fueron las voces necesarias para recuperar las condiciones y el ambiente previo al golpe, y luego, la forma en que el terror y la pesadilla del régimen militar se irrigeaba irremediabilmente a través de toda la vida cívica del país. Si un libro es sinónimo de una persona, quiere decir que los libros en esta exposición fueron metonímicamente personas vivas, muertas o desaparecidas que se rescataban ante el país.

LIBROS PROHIBIDOS, QUEMADOS Y DESTRUIDOS

Este primer ámbito establece un panorama en torno a la prohibición, censura, destrucción y quema, y por lo tanto “negación y/o anulación” de la cultura chilena a través de una política de destrucción masiva de libros por parte de las fuerzas armadas y los distintos organismos de represión implementados por la dictadura. Las estanterías fueron organizadas de tal modo que contengan títulos en su costado como: Biblioteca Recuperada, Biblioteca de mis padres, Libros de Educación Popular. Los mismos libros que se salvaron en diversas circunstancias,

⁹ Texto que se presentó junto al libro *Marx y Engels* en la exposición *Biblioteca Recuperada*, 2013.

estaban junto al relato de su sobrevivencia. Recordamos proyectos editoriales que no han tenido nunca más un aporte tan significativo como el que se le imprimió al libro durante el Gobierno de la Unidad Popular en el contexto de la inédita Campaña de Fomento al Libro, que manifestó la voluntad política por convertir la antigua editorial Zig Zag en Editorial Quimantu para todos los chilenos. La Editorial Quimantu, que fue “ocupada y allanada” en el Bando Militar N° 26, durante los treinta y ocho meses de existencia editó cerca de once millones de libros, es decir, que hubo más libros que personas, ya que el país contaba con nueve millones de habitantes.

Esto quiere decir que el libro no era un objeto de lujo, sino todo lo contrario... una moneda” o alimento cotidiano cuya escala y recorrido estaba dado por las manos y sus destinatarios. Hay que pensar por ejemplo que dentro de las publicaciones que se destacaron bajo este espíritu de difusión de la lectura, estaban los Libros de Bolsillo, que efectivamente cabían dentro del bolsillo de la chaqueta de cualquier obrero o trabajador. Se trató de cerca de 45 títulos de literatura universal, latinoamericana y nacional, toda una proeza si consideramos que los tirajes era de cincuenta mil aproximadamente. Podemos ver entonces como todos nuestros hogares se poblaron de libros, y que las estanterías se convirtieron en la imagen de un hogar que comenzaba a “emancipar” sus ideas, su imaginación y su sensibilidad. Estas que permitieron reconstruir historias familiares, como en el caso de la bibliotecóloga Karin Ballesteros¹⁰ que inició una búsqueda de su madre en el exilio a partir de seguir la ruta de los libros Quimantu de su casa de infancia en Temuco.

Diez estantes con sus anaqueles fueron destinados improvisada y urgentemente a contener los libros que se “salvaron”, porque la gente escondió o guardó temporalmente libros en entretechos, desvanes, entremuros o en el patio de la casa. Nos pareció importante dar valor a este acto de lucidez y valentía a padres, hijos, abuelos, amigos o hermanos que integran una abultada pero silenciosa lista que recién a cuarenta años del golpe parece desculturarse. La estantería contuvo dichos libros junto al respectivo relato en primera persona (institucional o natural) en el que se narran las circunstancias de aquel día, los implicados, hora y lugar de los acontecimientos. En este caso leemos el testimonio del poeta Guido Eytel, que en aquel entonces era librero en la ciudad de Temuco:

Tuve una librería en Temuco. Se llamaba Círculo, pero la gente de derecha le decía Círculo Rojo, quizás porque había muchos libros de ciencias sociales o porque la clientela era en su mayoría de izquierda. Había también dos o tres oficiales de ejército que iban de vez en cuando a echar una miradita. Unavez, dos o tres semanas antes del Golpe, llegó el Comandante del Regimiento, Iturriaga Marchesse, vestido de civil, seguramente para pasar inadvertido. Observó algunos minutos los libros y me dijo: ”Usted tiene puros libros de política”.

10 Karin Ballesteros colaboró como investigadora en esta exposición y fue clave su conocimiento para identificar archivos y contactos dentro de los bibliotecólogos en Chile, pues a través de ella pudimos identificar una nueva generación de estudiantes y recién egresados que han asumido activamente la investigación en torno a los libros en el país. Su tesis se tituló *Destrucción del libro en Chile durante la dictadura militar 1973-1990*, Universidad de Playa Ancha, Valparaíso, 2007.

”No, señor, le respondí, mire estos otros”. Y le señalé la estantería donde estaban los de literatura. El hombre se fue, después de su ”labor de inteligencia”. El día del Golpe fui incluido en la lista de quienes debían presentarse en el regimiento. Después de ser interrogando, les pregunté que tenía que hacer con los libros. - Quémelos – dijo uno, el más duro. - Si los quemo en la librería, que está en plenocentro, ustedes mevan a acusar de querer quemar la ciudad. El otro, un oficial de reserva de la FACH, le dijo: ¿Por qué no mandauna patrulla a buscarlos? En eso quedaron. Al par de días llegó una patrulla, arrasó con todos los libros que consideraron subversivos y armaron una gran fogata en la calle.

GUIDO EYTEL

El público universitario y general, pudo reencontrarse con algunas bibliotecas personales a través del estante titulado La Biblioteca de MiPadre, donde se ubicaron libros de sus bibliotecas personales y junto a ellos, testimonios de los hijos Fernando Ortiz Letelier, Juan Guillermo Tejada y la lider histórica del Partido Comunista en Chile, Gladys Marín. A través de todas estas narraciones persiste la indignación retrospectiva y el absurdo al que conducía el temor de aquellos tiempos. Desde esta perspectiva, es interesante reconocer en las palabras de la pintora y grabadora, Adriana Asenjo, las distintas estrategias improvisadas que debían desarrollarse contra el tiempo.

El 29 de junio de 1973 fue el primer intento de golpe al gobierno del Presidente Salvador Allende. Al día siguiente, un amigo que dirigía la librería PLA, me pidió le guardara unas cajas con revistas mejicanas que aludían a la dictadura militar en Argentina.

Paso el tiempo y... llego el 11 de septiembre...qué hacer con esas cajas?? Lo primero fue tratar de hacer pedazos las revistas ...inocente idea...imposible!!...eran cientos. Ahí recurrí a hacer “paquetitos” e ir pasando a las amistades de confianza para que se deshicieran de ellas, tirando a los incineradores de los edificios, fue lo mas acertado, también cuando anochecía, llevábamos los “paquetitos” a los puentes del Mapocho.. y así fue como me deshice de esta difícil tarea que me llevo unas dos semanas, por lo menos, de arduo trabajo.

ADRIANA ASENJO

Si bien hubo muchos libros destruidos y desaparecidos, también muchos lectores quedaron suspendidos en el tiempo. Desde esta dimensión insondable de la memoria traumática, hicimos comparecer voces directamente al oído. Alrededor de los estantes y anaqueles, se organizó la intervención de la artista visual Lorena Zilleruelo, sillones blancos (tipochaise longe) dispuestos para que los visitantes se ubicaran en ellos, y desde la comodidad del que contempla el mundo recostado, a sus oídos llegaban los testimonios de distintas personas. Estos relatos llegaban en alta definición al oído del visitante. Lorena registró en estudio la voz de hombres y mujeres que describen los momentos y circunstancias en que quemaron

o escondieron libros.

Una sentido trágico destacó al día 23 de septiembre en el calendario del '73. A doce días del Golpe, la Junta Militar planificó una puesta en escena y acompañada de una coreografía dantesca para dar a conocer desde la barbarie lo “ejemplar” de la limpieza y extirpación del “cáncer marxista”¹¹. de edificios de departamento Torres de San Borja de Santiago, donde presentamos material filmico y fotográfico inédito y desconocido por muchos chilenos. Pues se trata del registro realizado por diversos camarógrafos nacionales y extranjeros durante el día 23 de septiembre de 1973, cuando la Junta Militar estaba convencida de que lo que hacían era correcto. Y que sería aplaudido internacionalmente. Es notable la impunidad y comodidad con la que realizan su labor los militares, y corrijó, mientras “posan” para las cámaras.

Ese mismo día, en un bus especial, se ofreció una “visita guiada” a la prensa nacional y extranjera, para que registrara con sus cámaras las acciones de destrucción y quema de libros, la limpieza de los muros y calles, y vieran las “buenas condiciones” en que se mantenía a los presos en el Estado Nacional. Ese mismo día se ofició en el Cementerio General el funeral del poeta y Premio Nobel, Pablo Neruda. Esto parece un guión del terror, pues mientras se queman y destruyen libros¹² en el centro de Santiago, a unas cuadras de distancia se enterró a uno de los representantes de la palabra universal. Tanto en la tercera como en el diario El Mercurio, el día 24 de septiembre se destaca la noticia de la quema de libros marxistas, al tiempo que la noticia del funeral se reduce a un breve recuadro.

Las imágenes de quema de libros provenientes de periodistas, fotógrafos y camarógrafos¹³. Desde la tira de contacto de los negativos del holandés Koen Wessing, a las imágenes en blanco y negro de Naul Ojeda (Uruguay), Marcelo Montecino (Chile), David Burnett (Chile) y Juan Domingo Politi (Argentina). El muro de fotografías culmina con la proyección de tres registros filmicos distintos (Francia y Alemania) de los allanamientos y quema de libros en las Torres de San Borja junto a otro registro filmico de Hernán Correa y sus hijos Leopoldo y Ricardo, que a la fecha tenían 18 y 21 años respectivamente. Esto

11 Es sintomática la expresión del general golpista Gustavo Leight: planificó una puesta en escena y coreografía dantesca para dar a conocer “lo ejemplar de la limpieza y extirpación del cáncer marxista”, Diario “El Tiempo”, (UPI), Colombia, 12 de septiembre de 1973. Y el Almirante José Toribio Merino dijo: “la operación básica es desvenenar al país. El país ha sido envenenado desde el estado. El país políticamente tiene que liberarse. La juventud es la que ha estado más expuesta”. Spécial chili, France Television, periodista: Jacques Segui, septiembre, 1973: <http://www.youtube.com/watch?v=ZvXeyHpzeuM>

12 Algunos testimonios revelan una cantidad cercana a las treinta hogueras de libros que fueron aumentando conforme aumentaba el temor y los allanamientos, hubo hogueras que duraron varios días, siendo visibles desde distintos puntos del centro de Santiago. En tal sentido, estelugar también fue elegido precisamente por sus condiciones de visibilidad, y por lo tanto aptas para el amedrentamiento.

13 El nivel de peligrosidad al que se enfrentaban durante esos días los periodistas, fotógrafos e intelectuales recorre el continente. Es así como el periodista Ted Córdoba publicó: “Chile era el paraíso de la libertad de expresión. De pronto, como bien definió un diplomático de esa nacionalidad, cayó la edad media, la ón que no había vivido ni aun en la colonia. Y de pronto Chile se convirtió en territorio peligroso para periodistas chilenos y extranjeros.”, 1 de octubre, Diario “El Tiempo” (AP), Colombia, 1 de octubre de 1973.

quiere decir, que se trata de jóvenes que tuvieron la valentía de no soltarnunca su cámara, incluso a riesgo de perder la vida. Recorrieron las calles del centroante la desesperación de su padrequenos los encontraba en ningún lado. A ellos pertenecen las únicas imágenes en contrapicado que hay de La Moneda tras el bombardeo, realizadas a una cuadra de distancia.

Posteriormente, se despliegan en los muros, de forma interminable un posible e hipotéticolistado de libros prohibidos. En las vitrinas del centro, se exhiben colecciones institucionales, documentos, decretos de prohibición de libros, boletines, telex de la CNI, junto a bandos presidenciales y esto dará pie parareflexionarsobre el contexto de la época. Un homenaje a dos artistas surge tras la fotografía de Naúl Ojeda cuando captó el momento en que fuerzas militares posan ante los lentes de varios organismos de prensa, nacional e internacional, parademostrar la “limpieza” a la que sometían al país quemando libros y el afiche realizado por los artistas Patricia Israel y Alberto Pérez. Dicha imagen fue portada del diario

La Tercera el día siguiente. Sólo cuando se publicó porprensa y tv dicho acción militar, la dueña de dicha biblioteca y afiche destruído se dio cuenta de que habían allanado su casa y quepor lo tanto, era mejor irse al exilio.

El video registroCarmen 36 del artistavisual Camilo Yáñez, nos permite vercomo-
pordentro
de las casas o los departamentos las personas reaccionaban ante el miedo y el deseo de sobrevivencia ante lo cual también procedían a deshacerse de los libros. Carmen 36 muestra a un matrimonio (los padres de Camilo) que recuerdan el temor y absurdivividos tras el golpe, la destrucción de libros en un edificio que perteneció al poderjudicial y que hoy permanece abandonado comomudo testigo de los acontecimientos.

SIN IMAGEN, SIN PALABRAS

Un punto de inflexión lo constituyen la obraBiblioteca de la No-Historia, Prueba de Artistade Voluspa Jarpa y el grabado Septiembre 1973, 1974-2009 de Alfredo Jaar, ubicados en la SalaPatrimonial. En amboscasos, la magnitud de la tragedia abordada parece resistirse a representación alguna, es por ello quedese de la restricción visual, evitando cualquier icono, ambosartistas asignan valor a los documentos, a los archivos y al tiempo. Al término de la exposición, la,obra de Voluspa Jarpa fue incorporada como obra-documento permanente al interior de la Biblioteca Nicanor Parra.

La fecha 11 de septiembre a través de la obra de Alfredo Jaar quedó convertida en un día de dolor e ignominia, restringido al blanco, rojo y negro de una hoja de calendario, donde la fecha señalada se convirtió paramiles de chilenos en un lugardesde el cual nunca

más se pudo salir¹⁴. Once tras Once, ha sido la no-imagen de condena en un solo día que el poeta Raúl Zurita reconoce en sí mismo: "...Comosi, desde entonces, hubiese estado escribiendo un sólo libro, anclado en ese día... "Y ya casi no puedo parar de llorar".¹⁵ Imagen de dolor y persistencia que supera lo individual, algo que el mismo Zurita comentó posteriormente:

Es algo tan absolutamentereal. Cuando a uno se le muere alguien a los dos años, tiene muy poca conciencia, no tiene ningún recuerdo, yo no tengo ningún recuerdo, nada, salvo lo que me decían de él mimadre, mi abuela. Durante mucho tiempo, es imposible lamentar la falta de algo que nunca has tenido, ¿me entiendes? Entonces, viví absolutamente en la ausencia del padre con toda normalidad. Muchos años después, ya adulto, esa figurame ha vuelto con una fuerza demente. En el libro *Zurita* su ausencia lo impregna todo como un eco de la pérdida de un país, de una sociedad que también ha sido arrancada de raíz, es una orfandad colectiva que hace emerger tu orfandad privada.¹⁶

Ese día once, se contrapone a la innumerable cantidad de documentos desclasificados que Voluspa Jarpa intenta desocultar para desafiar el calendario y demostrar la "farsa" o el "teatro del poder" que hay detrás de la construcción histórica de las naciones. Ha estudiado desde hace más de unadécada los documentos disponibles en la red en torno a los Desclasificados de la CIA, pero tan vasto resulta que aun tal archivo que se torna aun más ilegible. En este caso, la artista convirtió estos documentos *son line* en cinco ediciones diferentes que compilan los documentos con el formato de libro con portada de color, en oposición al blanco y negro interior. Señalando así que las fechas y su interpretación resulta equívoca por cuanto han sido manipuladas y borradas para los afectados. Son documentos que niegan al lector la posibilidad cierta de leer y por lo tanto comprender lo que ha ocurrido. Así, innumerables días y fechas que vienen desde los años '60, en los que se demuestra como Chile, su programa político, cultural y económico fue manipulado desde la distancia de la CIA, desde la formación recibida en *La Escuela de Las Américas* y la *Operación Condor* como instancias preparatorias al interior de la Guerra Fría. Los libros que en general contienen la promesa de ser material de prueba porque contienen las evidencias, en este caso, son la negación absoluta, y por lo tanto, página a página, niegan toda historia.

Una biblioteca de libros no realizados ni escritos nunca, ha sido la tarea pendiente de un país, y que ahora queda alegóricamente contenida en una biblioteca pública, como una ausencia obligatoria que deberá ser poblada con investigaciones futuras. Se trata de la obra-

¹⁴ Durante la recuperación de libros varias personas no querían poner su nombre por miedo. Y durante la conmemoración general de los 40 años del Golpe, lo que más impresionó y a la vez, dejó como tarea urgente al país, el hecho de que hay muchos chilenos realmente dañados psicológicamente. Hombres y mujeres que cargan con un trauma que es tal vez la mayor vigilancia y rememoración a un país que no puede ni debe olvidar.

¹⁵ Domingo 12 de mayo de 2013, Autor: EF, <http://www.cooperativa.cl/noticias/cultura/literatura/poesia/raul-zurita-si-la-poesia-desaparece-la-humanidad-moriria-a-los-cinco-minutos/2013-05-12/120654.html>

¹⁶ Benoît Santini, Entrevista a Raúl Zurita, Université du Littoral-Côte d'Opale. Benoit.Santini@univ-littoral.fr, Revista Chilena de Literatura, Noviembre 2011, Número 80, 253 – 262. <http://www.lettras.s5.com/rzu120112.html>

Biblioteca de la No-Historia/PRUEBA DE ARTISTA consiste en visibilizar la persistencia traumática que significa la incompletud de la Historia reciente de Chile, y que este trabajo pretende señalar pero también impulsar a aceptar y sanar. Se trata de una pieza de arte, que se “disuelve” en el espacio de una biblioteca, ofreciéndose como testimonio y fuente obligada, superando su condición contemplativa y/o meramente estética, sino como objeto de estudio y resignificación permanente. Al respecto, Voluspa nos dice en el protocolo de adquisición de la obra:

La hipótesis que me llevó a realizar la primera obra de esta serie en 2011 fue la desesperación de constatar que, a 10 años de su desclasificación, la información de los archivos no formaba parte de los documentos consultados y contrastados, para escribir las “versiones” históricas de Chile en sus relatos de las décadas de los 60’, 70’, 80’ y 90’.

De este modo- y por eso digo desesperación- en un gesto histórico-histórico, decidí transformar formalmente en “libros”, un material de archivo que no estaba siendo considerado en los libros. Entendiendo que básicamente un libro es el resultado de una elaboración autoral o disciplinar, sobre los asuntos humanos que nos importan y conmueven, es decir, un libro es un ejercicio civilizatorio de resistencia ante la barbarie. Mientras que un archivo, por el contrario, es solamente la posibilidad de una información que puede o no puede, servir para la formulación de un conocimiento, en este sentido, el archivo es un material que proviene de la barbarie, y así es un material en bruto, crudo e infame.¹⁷

A través de esta acción, *Biblioteca de la No-Historia/ PRUEBA DE ARTISTA*, interpelaremos al pasado y crearemos conciencia hacia el futuro, acerca de la escritura/borrada de la Historia en Chile, de su historia cultural y de su futura producción intelectual. Al término de la exposición, la obra de Voluspa Jarpa fue incorporada como en su doble condición de obra-documento al interior de la Biblioteca Nicanor Parra. Queda la tarea de generar un programa de investigación y adquisiciones bibliográficas que se irán completando los anaqueles contiguos, y con futuras ediciones que elaboren el contenido de los archivos desclasificados en el tiempo futuro de producción intelectual.

¹⁷ La Biblioteca de la No-Historia/ PRUEBA DE ARTISTA, consiste en la intervención permanente de los anaqueles vacíos de la Biblioteca, con 330 “libros” que compilan los archivos que EUA desclasificó sobre Chile, correspondientes a los años 1968-1992, en lo que se denominó “PROYECTO DE DESCLASIFICACIÓN CHILE”, realizado por Voluspa Jarpa entre los años 1998 y 2000.

Dos ideas de tiempo con las que se cierra esta exposición: Alfredo Jaar con la certeza del pasado repetido para siempre en el presente de un país que no ha podido reparar su traumahistórico, y en Voluspa Jarpa vemos una obra que se realiza en un futuro incierto y que depende de unos lectores que hagan del documento una evidencia para la reconstitución de la “escena del crimen”. Así, *Biblioteca Recuperada* representó simbólicamente un desafío nacional frente a la historia, la memoria y el olvido, volviendo a poner en las estanterías de la Biblioteca Nicanor Parra, aquellos libros, autores, editoriales e historias que fueron acallados por la violencia y el miedo. Los libros, como frágiles cajas de papel quedaron dispuestos ante los nuevos lectores en democracia. Las cajas se abren para revelar desde su umbral de portada blanda o dura, que los mundos por desplegar en la mente son la mejor imagen de la expansión de la sensibilidad, la imaginación y el conocimiento. Cualquier situación que impida este leve gesto de la mano sobre una solapa, señala el comienzo de algo que no queremos vivir.



INSTITUIÇÕES, MEMÓRIA E ACERVOS ORAIS

REJANE PENNA

INSTITUIÇÕES, MEMÓRIA E ACERVOS ORAIS

REJANE PENNA¹

INTRODUÇÃO

Museus e Arquivos são lugares privilegiados de preservação da memória. Mas penso que uma das formas de manifestação da memória não está suficientemente aceita e contemplada no acervo dessas instituições – a narrativa de experiências por intermédio de entrevistas orais – ainda que memória e fontes orais estejam profundamente imbricadas.

Neste texto pretendo discutir a validade, a formação e possibilidades de utilização de um acervo de fontes orais, exemplificando com a experiência da constituição e funcionamento de alguns projetos alicerçados em depoimentos.

FONTES ORAIS – DO TÍMIDO RESSURGIMENTO À CONSTITUIÇÃO DE ACERVOS

O conceito de memória adquire um caráter eminentemente social, tal como um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. A predominância de uma interpretação coincide com o esquecimento de outras passíveis de intervir no mesmo contexto enunciativo. Contudo, o completo apagamento não é bem sucedido, pois há um passado que persiste como pluralidade acumulada de tempos:

Se entiende que la memoria individual, familiar o colectiva está en la base de la esencia de aquello que llamamos patrimonio. Expreso en signos verbales están los sentidos y las percepciones elaboradas sobre las experiencias vivenciadas y compartidas, cuya mantención garantiza el reconocimiento mutuo de los miembros del grupo entre sí y de sus identidades culturales.²

Para expressar seu sistema de representações, os indivíduos utilizam, entre outros meios, a escrita e a oralidade. Apenas nos séculos XII e XIII, os documentos escritos começaram a substituir a memória e o testemunho oral, sendo que a compreensão das escrituras, dos sacramentos e da natureza sofreram uma transformação correspondente sob

1 Doutora em História Ibero-Americana (PUCRS). Historiógrafa da Secretaria de Estado da Cultura, lotada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

2 Entende-se que a memória individual, familiar ou coletiva está na base da essência daquilo que chamamos patrimônio. Expreso em signos verbais estão os sentidos e as percepções elaboradas sobre as experiências vivenciadas e compartilhadas cuja manutenção garante o reconhecimento mútuo dos membros do grupo entre si e de suas identidades culturais. [Tradução livre do organizador].

o impacto da cultura escrita³.

Na contemporaneidade, com o surgimento de críticas e revisões às análises sócio-históricas tradicionais, referendadas em documentos escritos e oficiais, alguns pesquisadores ampliaram a noção de fonte histórica, incluindo imagens e registros sonoros. Ainda os avanços tecnológicos auxiliaram nessa expansão, pois não bastava que a testemunha fosse digna de fé. Era preciso que sua mensagem fosse acessível a todos e que a comunidade científica pudesse utilizá-la como prova. A invenção do gravador permitiu atender a estas exigências, tornando-se o documento sonoro uma das fontes da História, ainda mais que em 1960, o gravador portátil permitiu o deslocamento dos pesquisadores de forma mais ágil, tornando a entrevista menos intimidadora, tendo em vista a redução do aparato à frente do depoente⁴.

No Brasil, em fins de 1971, as primeiras experiências com entrevistas foram registradas no Museu da Imagem e do Som (MIS), espaço dedicado à preservação da memória cultural brasileira, em São Paulo. Mais adiante, através do Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina, Paraná, ocorreram outras experiências⁵. Os anos oitenta representaram, no campo acadêmico, a consolidação de vários programas de pós-graduação em História e Ciências Sociais, com orientações mais amplas, enfocando aspectos sociais e culturais. Pesquisadores encontraram espaço para produzir trabalhos com fontes orais explorando temáticas como a classe trabalhadora brasileira, a história de bairros e dos grupos discriminados⁶.

Também criado na década de oitenta, encontra-se o LABHOI-UFF - Laboratório de História Oral e Iconografia do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, que compõe o programa de atividades acadêmicas do Departamento de História, unindo ensino, pesquisa e extensão universitária. Incentivam a construção de novos objetos de pesquisa e o recurso a metodologias e fontes inovadoras, destacando-se a documentação oral e iconográfica.

O Laboratório se organiza em torno de quatro linhas de pesquisa: Memória e Escravidão; Memória e Cidade; Memória e Política; Memória e Mídia, que conjugam História Oral e imagem. Em História Oral a pesquisa está voltada para as temáticas relacionadas ao estudo da elaboração e atualização das memórias sociais (sujeitos individuais e coletivos), desenvolvendo uma atividade regular na organização de acervos de fontes orais, com base

3 OLSON, D. "Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna". In: OLSON, D. e TORRANCE (Org.), *Escrita e oralidade*, 2a. ed., São Paulo, Ática, 1997.

4 TREBITSCH apud FERREIRA, M. de M. (org). *História Oral e Multidisciplinaridade*, Diadorim, Rio de Janeiro, 1994.

5 FREITAS, S.M. Prefácio à edição brasileira. Em: THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

6 PENNA, Rejane. *Fontes Oraais e Historiografia: avanços e perspectivas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

em entrevistas em fita-cassete, a partir de pesquisas realizadas por seus professores e alunos.

Outras experiências podem ser cotejadas, inclusive no exterior, como o programa de constituição de um arquivo de fontes orais no “Concelho da Marinha Grande”, no distrito de Leiria, em Portugal, promovido pela respectiva Câmara Municipal, com apoio científico do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. Denomina-se “Identidade(s) & Diversidade(s) da região de Leiria: as linhas com que se cosem as pertenças”. Na página do projeto, disponível na internet, EMILIA MARQUES, uma de suas organizadoras, destaca no texto “Memória e Identidade em fontes orais: reflexões sobre uma experiência marinhense”, o que revelam os depoimentos quanto à relação aos objetos e à cultura material, quanto às formas de relacionamento interpessoal (especificando as condições infantil e feminina), quanto à vida pública e cívica. Suas análises indicam as potencialidades dos materiais obtidos no estudo das mudanças e permanências que, ao longo do século XX, marcaram as vivências locais e os modos de ser, reforçando a ideia da importância insubstituível deste tipo de fonte, que permite aceder ao imenso mundo ausente das fontes escritas e que, sobretudo, se encontram particularmente aptas a ilustrar e complexificar as regularidades colectivamente partilhadas com a diversidade e a subjectividade dos percursos individuais⁷.

Retornando ao Brasil, o texto “Os combates da memória: escravidão e liberdade nos acervos orais de descendentes de escravos brasileiros”, de HEBE MARIA MATTOS (1998) ancora-se na utilização de entrevistas, provenientes de acervos orais ou de pesquisadores individuais e que: “Tomados em conjunto, produzem determinadas representações comuns sobre a escravidão e liberdade, história e memória, que assumem estar referidas à trajetória e à tradição familiar”.

Estes depoimentos, conforme mencionado, são fruto de experiências de pesquisa bastante diferenciadas em objetivos, embasamento teórico e metodologia. Dois deles são resumos de entrevistas guardadas no acervo “Memória do Cativo”, do Laboratório de História Oral e Iconografia do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – LABHOI-UFF.

De acordo com HEBE MARIA MATTOS, esta não é uma experiência pioneira. MARIA DE LOURDES JANOTI e SUELI ROBLES R. DE QUEIROZ coordenaram projeto semelhante em São Paulo, em 1988, intitulado “Memória da Escravidão em famílias negras de São Paulo”. Transcrições das entrevistas realizadas, analisadas em mais de uma dissertação de mestrado, encontram-se arquivadas no Centro de Apoio à Pesquisa em História Sergio Buarque de Hollanda (FFLCH-USP).

A autora enfatiza que, a partir de iniciativas como estas, talvez tardiamente constituem-se, no Brasil, acervos potencialmente capazes de basear uma abordagem histórica da questão

7 MARQUES, Emilia. Memória e identidade em fontes orais. Reflexões sobre uma experiência marinhense”, Pensar a região de Leiria – Actas do Congresso, Afrontamento / ESEL: 2005, p.85-98.

social do liberto após a abolição da escravidão:

A primeira questão que emergiu ao abordá-los em conjunto forçou-me, entretanto, a enveredar por outro tipo de investigação. Por que este tipo de trabalho só começou a ser desenvolvido nos últimos vinte anos? Como foi possível que perdêssemos a oportunidade de registrar para a posteridade a fala e a memória de milhares de ex-escravos brasileiros ainda vivos e lúcidos durante toda a primeira metade deste século?⁸

As resistências à utilização de fontes orais permitiram que tal ocorresse e o dano à memória e à história foi irreversível, lacuna que é apenas, pela dimensão e repercussão da escravidão no Brasil, a mais explícita sobre as vivências de outros grupos representativos em nossa sociedade, mas com dificuldades, devido a sua desvantajosa inserção econômica e política para influenciar na integração de seus legados nos lugares da memória nacional. A produção de fontes orais, por exemplo, auxiliou na reconstrução de memórias e registros sobre vidas de mulheres⁹.

ALGUNS OBSTÁCULOS À INCORPORAÇÃO DAS FONTES ORAIS EM INSTITUIÇÕES DA MEMÓRIA

Apesar das várias experiências exitosas, um dos obstáculos que se coloca à constituição dos acervos orais é o questionamento sobre a possibilidade de serem utilizados por pesquisadores que não aqueles que realizaram as próprias entrevistas, boa parte baseados em um projeto, com componentes teóricos e objetivos delineados, direcionando o rumo das entrevistas.

Não vejo nisso nenhum problema. Os arquivos orais, que trabalham as fontes dentro de princípios metodologicamente refletidos, a fim de viabilizar sua utilização pelos demais pesquisadores, se por um lado limitam o surgimento de novos temas, têm como vantagem a transparência do seu processo de criação, auxiliando em um trabalho mais consequente, passível de uma crítica fundamentada no processo comparativo entre trecho selecionado e texto integral, possibilitando uma discussão entre escolhas e interpretações do pesquisador.

Este ponto de vista é complementado por outro aspecto, em que a preocupação estende-se para além do testemunho do depoente, englobando também as questões e problematizações

8 1998, p.125, apud MATTOS, Hebe Maria. Os combates da memória: escravidão e liberdade nos acervos orais de descendentes de escravos brasileiros. In: Tempo: Rio de Janeiro, nº6, dez 1998, pp119-137

9 PENNA, Rejane. GRAEBIN, Cleusa. Mulheres em festas: a vida em movimento na memória de viajantes estrangeiros na Porto Alegre do século XIX. In: Conexão Letras. História, linguística & literatura / Programa de Pós- Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. - Vol. 6, n. 6. - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. p.91

do pesquisador responsável pelo projeto da entrevista:

[...] encontra-se na natureza dos arquivos orais uma vantagem: eles permitem recuperar o que o pesquisador procura encontrar na medida do seu interesse por uma história que está se fazendo e que é vivida de forma diferente por vários atores sociais. Isto permite deduzir que os arquivos orais não se resumem somente a saber o como das coisas ou alguns fatos verdadeiros. Eles buscam também compreender de que maneira foram vividos, por atores e observadores, o surgimento e a vida de uma instituição, de uma reforma, no momento em que elas aconteceram¹⁰

Na verdade, a problemática de utilizar fontes orais ou não, preservá-las ou descartá-las envolve concepções que se reservam ou aceitam e estimulam o estudo da diversidade cultural e seus diferentes suportes. Partindo dessa diversidade, as instituições de preservação patrimonial já incluem nas diversas Cartas e Legislações, os cuidados e destaques necessários à valorização e divulgação da cultura expressa por usos e costumes distantes dos atos marcantes e emblemáticos de lideranças políticas, direcionando o olhar às discretas e fundamentais construções diárias de vivências, sobrevivências e saberes.

Essa democratização da compreensão do que é relevante culturalmente enfrenta dificuldades para ser estendida aos seus suportes históricos de pesquisa, pois mesmo que uma parte significativa da memória do século XX e XXI esteja nos recursos audiovisuais, apenas em 1993 a UNESCO aceitou que os documentos audiovisuais também faziam parte da herança cultural do mundo. Em 1998, no projeto da mesma UNESCO denominado Memória do Mundo reafirmou-se ter sido recomendado, desde a primeira reunião (1993), que a noção de patrimônio documental fosse ampliada para incluir, além dos manuscritos e arquivos históricos, os documentos em todos os suportes, particularmente os documentos audiovisuais, os registros informatizados e os registros de tradições orais.

Mesmo assim, no caso brasileiro, destacadas instituições inserem em seu acervo diferentes suportes (fotografias, microfimes, objetos, papéis e tecidos), excluindo os depoimentos orais.

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, apesar da inclusão de documentos sonoros em alguns arquivos particulares, também não insere ainda de forma sistemática documentos orais no seu acervo de fundos, coleções, mapoteca, iconografia e arquivos particulares, os quais, remontando ao século XVIII atingem boa parte do século XX e início do XXI. No ano de 2005, publicou um levantamento de sua trajetória histórica como instituição, integrando depoimentos de vários ex-diretores – mas não os transformou em documentos, à medida em que as fitas com as gravações não foram disponibilizadas ao pú-

10 JANKOWSKI, N.W., Wester, Fred. La tradición cualitativa en la investigación sobre las ciencias sociales: contribuciones a la investigación sobre la comunicación de masas. In: Jensen, K; Jankowski, N.W. (eds.). Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas. Barcelona: Bosch, 1993.

Evidencia-se então que a noção de patrimônio histórico, que evoca múltiplas dimensões da cultura como imagens de um passado vivo, com elementos que necessitam de preservação porque são coletivamente significativos em sua diversidade ainda necessita de estudos e discussões, para que os obstáculos a sua inserção nos acervos de arquivos e museus seja uma realidade e não exceção ou parcela pouco valorizada.

Os novos estudos sobre Arquivos e Museus procuram oferecê-los às comunidades como meios de comunicação e educação, para que cada grupo, apropriando-se deles, produza sua própria expressão e lhe dê utilidade como um espaço onde possa expor sistematicamente sua própria cultura, patrimônio cultural e suas problemáticas. É bastante conhecido, mas nem por isso menos verdadeira a reflexão de que a velocidade das transformações do mundo contemporâneo e a ameaça da perda de nossas referências dinamizaram um movimento, em nível mundial, de organizar os lugares da memória, temo consagrado por Pierre Nora¹¹ para designar os espaços especializados em preservar e expor nossa herança histórica:

Dessa forma, as Bibliotecas, Arquivos Históricos e Museus, antes apenas depositários de curiosidades e antiguidades descontextualizadas, assumiram a potencialidade de ser guardiões de memórias em permanente diálogo com a sociedade¹². Então, o argumento favorável à constituição de acervos orais passa pela aceitação de que é fundamental compreender que existem modos de proceder baseados em duas maneiras diferentes de tratar o documento: um que confere maior importância à precisão factual e à informação e outro mais preocupado com o que revelam as interpretações sobre os fatos. No segundo caso, trata-se, basicamente, da narrativa do indivíduo, de suas experiências e é limitada pelo tempo possível de vida que se testemunhou. São os denominados testemunhos voluntários, não restritos às fontes orais, integrados também por autobiografias, diários, etc., produzidos com a intencionalidade de narrar uma experiência para o conhecimento dos demais.

O uso de tal reminiscência tem sido, até agora, a maior contribuição de historiadores como Paul Thompson¹³, utilizando os dados orais, para dar voz àqueles que não se expressam no registro documental. Entre as fontes orais e as fontes escritas, mesmo que as segundas tenham também uma carga de subjetividade, esta é incomparavelmente menor do que nas fontes orais. Principalmente as fontes escritas provenientes de documentos que

11 NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares", In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

12 PENNA, Rejane S. SCHWARTSMANN, Leonor. In: BRESCLIANO, J. A. LA MEMORIA HISTÓRICA Y SUS CONFIGURACIONES TEMÁTICAS. 1. ed. Montevideo: Ediciones Cruz Del Sur, 2013. v. 1.p.35

13 THOMPSON, Paul. A Voz do Passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

não têm a função original de servirem de fontes históricas, como inventários, registros de atos públicos, orçamentos etc. Mas ressaltamos as fontes orais não podem ser simples substitutas, e de segunda categoria, das fontes escritas. São fontes de outra natureza; prestam-se a outro tipo de análise.

E, se levarmos em consideração de que o ser humano coleta e conserva objetos e documentos por diferentes causas e com finalidades diversas, desde a satisfação da vaidade até a acumulação ou construção de conhecimentos, aceitaremos que a formação de um acervo implica em um processo de reconhecimento e de formulação de sentidos, presumindo-se que, a partir de uma realidade existente, haja a formulação de padrões, metas e eleição de critérios¹⁴.

Dessa forma, as resistências à integração das fontes orais na constituição dos acervos de nossos mais prestigiosos Museus e Arquivos cederão frente às concepções que os lugares da memória necessitam abranger um conjunto de manifestações mais amplo, onde a presença de categorias menos favorecidas, sob o ponto de vista do poder, possam ser percebidas não apenas pelas lacunas dos documentos oficiais, mas pela sua própria voz e versão. Tal raciocínio não implica a defesa da formação de um acervo de oprimidos, mas de uma memória perenizada sob a forma de acervo, que, efetivamente, esteja contemplando a imensa diversificação da sociedade.

Arquivos e Museus nada têm a perder se levarem em consideração a possibilidade da integração de acervos orais em suas coleções e acervos. Pelo contrário, por intermédio de projetos bem estruturados e tecnicamente refletidos proporcionarão importante instrumento de reflexão e interpelação da memória, contribuindo para o fortalecimento do diálogo entre diferentes representações.

--

14 PENNA, Rejane. S.; SCHWARTSMANN, Leonor. . Algumas reflexões sobre a utilização de cartas e diários na pesquisa sobre imigração italiana. Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, v. 446, p. 127-150, 2010.

GESTÃO DE ARQUIVOS E MEMÓRIA DA REPRESSÃO: A EXPERIÊNCIA DO MUSEU DA MEMÓRIA E DOS DIREITOS HUMANOS DO CHILE

RICARDO BRODSKY¹

ARQUIVO E MEMÓRIA

Eduardo Murguía (2011), professor das universidades Estatal de São Paulo e Federal Fluminense, expõe, em um texto recente, duas perguntas centrais para o tema deste seminário e para os museus da memória em geral: De que forma o arquivo configura a memória e a história? Quais são as relações simbólicas e de poder que o arquivo estabelece?

Para responder a essas perguntas, irei referir-me tanto a nossa experiência como à discussão acadêmica que o tema suscita. Pode-se começar dizendo que a relação entre memória e arquivo se articula de diversas formas. Em nosso caso, retemos a memória nos testemunhos e no arquivo e, devido ao seu uso recorrente como armazém de provas documentais para a escrita do passado traumático recente, converte-se em um cenário de confrontação para a apropriação desse dizer do passado.

Em segundo lugar, somos marca institucional e reparação simbólica, expressão do “dever da memória” que serve à sociedade, e fazemos isso mediante a investigação e a musealização de nossas compilações e arquivos.

Para fraseando Todorov (2013), diremos que a memória é a consciência do tempo transcorrido, o que nos permite entender o tempo como um devir, como uma rota que supõe um passado, um presente e um futuro que só é possível porque existe a memória. Ao contrário do sentido comum que identifica a memória como uma lembrança e que a opõe ao esquecimento, entendemos a memória como uma necessidade de ter identidade no presente e de projetar-se para o futuro. Trata-se, por outro lado, de uma unidade dupla, uma relação paradoxal, contraditória e tensa entre o esquecimento e a memória. Podemos afirmar que a memória não se opõe ao esquecimento. Os termos aos quais se contrapõe são a supressão e a conservação. A memória é, necessariamente, uma interação entre ambos.

Entendemos que há esquecimento também no Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, um deixar de lado que provém tanto da seleção e classificação como da impossibilidade de captar todas as experiências do horror. Porque também há algo indizível

¹ Agradeço a colaboração de Marco Ensignia na redação deste texto.

insinuado no Arquivo, algo que ainda não se pode nomear.

A memória está formada por múltiplos conjuntos de vivências que foram encobertas pelo tempo, entretanto estão ali, a memória obstinada, como diria o documentarista chileno Patricio Guzmán. Portanto é necessário atualizar essas memórias, esses vestígios, esses pedaços de micro-histórias que compõem a constelação da memória coletiva. Por isso o Museu percorre o País com a dupla aspiração de mostrar seu acervo - investigar e recompilar tudo o que ainda não se sabe a respeito desses anos de terrorismo de Estado com a elaboração de um *Archivo Oral* com o estudo de casos específico sem zonas não tocadas pela memória nacional.

Nesse sentido, entendemos as memórias individuais ancoradas ao que o historiador norte-americano Steve Stern (2000) denomina como “memória emblemática”, um relato maior compartilhado, o qual serve para articular acontecimentos, lugares e pessoas em sua própria individualidade e comum efeito identitário. Evidentemente, o Museu, por preceito funcional, vincula-se a uma dessas memórias emblemáticas que se originaram através das gerações na sociedade chilena, aquela que sustenta e vê o 11 de setembro de 1973 como uma ruptura profunda que gerou uma situação de violências em precedente histórico em justificativa moral e que, portanto, reafirma o *Nunca Más*. Essa afirmação, inevitavelmente, leva-nos a reconhecer que, no Chile, há outras memórias emblemáticas que enxergam o golpe de Estado e suas consequências como a salvação do País do comunismo internacional, ou que, dada a sua magnitude, é impossível de resolver-se e que, portanto, seja melhor esquecê-lo.

Existem memórias e memórias, e o Chile deu grandes passos na instalação de uma memória social que repudia as violações aos direitos humanos, que estabelece a verdade do ocorrido, que faz justiça e repara material e simbolicamente as vítimas da repressão e seus familiares. Para isso foi essencial a *Comisión de Verdad y Reconciliación* de 1990. É por sua recomendação que nasce o *Museo*, a *Mesa de Diálogo* de 1990 e a *Comisión sobre Prisión Política y Tortura*, de 2003. Da mesma forma, foi a detenção de Pinochet em Londres que abriu as portas para a ação da justiça. As memórias subalternas, com sua manifestação mediante ritos e liturgias populares, desempenharam um papel fundamental na consolidação de uma memória de morte, repressão, tortura e exílio. Ambas estão contidas nesse continente chamado arquivo, que serve de andaime para a museologia.

O Museu, como os arquivos, as bibliotecas e os centros de documentação são também lugares da memória, inserem-se dentro de uma identidade moderna simbólica e material, evocativa e arquitetônica, porque o material e o simbólico se constroem ao mesmo tempo. Os museus são reais e estão fixados no espaço, por meio de sua materialidade, e na

retina de seus visitantes, que conseguem viver a experiência do relato.

Conhecemos o passado por meio da memória e da história, pelos objetos e produtos culturais que as pessoas constroem. O passado é sempre uma construção fragmentada e incompleta e, em grande parte, construída em um sentido amplo a partir da materialidade dos documentos do arquivo. A memória, quando é registrada, converte-se em documento suscetível de ser utilizado pela história; a memória não é o objeto, mas se abriga nos objetos, nos lugares e nas pessoas.

Entre o arquivo e a memória existe uma relação física e representativa, uma relação atual e virtual, uma relação afetiva e racional. Uma relação que se estabelece em determinados momentos, sob determinadas circunstâncias, e que se infiltra pelos interstícios do poder que o fato de ser possuidor de um arquivo implica. Produto desse vínculo com o poder, o arquivo desempenha determinadas funções: unificação, identificação, classificação e consignação. O arquivo é uma expressão do poder do Estado moderno.

Carolyn Steedman, em um artigo de 2001, conduz a discussão para o lugar específico do arquivo em sua relação com a memória. O arquivo se constitui da documentação do passado, selecionada e conscientemente escolhida, mas também formada de fragmentos que frequentemente escapam da intencionalidade; está indexado, catalogado e organizado. Para a autora, o arquivo é uma espécie de lugar que tem a ver com o desejo e a apropriação. Relaciona-se com coisas desejadas que são dispostas, agrupadas, coletadas e associadas. Um lugar onde o mundo pode ser imaginado pela regularidade de um nome, de um lugar ou de um registro. O arquivo, pela ação da história, converteu-se em um lugar de memória.

O arquivo é, então, um lugar em que primam a ordem e o poder, ele é o mediador entre os vestígios do passado e os relatos desse passado, um indicador de uma existência já não-existente e que permite construções possíveis de um passado imaginado (Murguía, 2011).

Nesse sentido, é mais do que um lugar, é um espaço praticado, onde se conecta o submerso com o puramente público. É definido como um lugar a partir do qual o poder é exercido pelo cuidado e pela apropriação de um passado incompleto, que espera para ser contado e que, uma vez materializado em documentos e produtos culturais, pode também ser um lugar da memória. Essa memória está contida nos arquivos e se assemelha na construção de identidades. O arquivo é um caminho, uma ação, uma produção de sentidos, de respostas, isso não significa que, mais tarde, se torne institucionalizado.

ARQUIVO E MUSEU

Resgatar a memória relacionada com as violações dos direitos humanos ocorridas no Chile,

no período compreendido entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, utilizando como ponto de referência os relatórios emitidos pela *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* e a *Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura* e parte da tarefa do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*. Para isso, contamos com a particularidade de que, no Chile, embora não tenha havido acesso aos arquivos dos órgãos de repressão, existe um arquivo completo das violações dos direitos humanos pelo trabalho de defesa desses direitos que realizaram organismos, como o *Comité Pro Paz*, a *Vicaría de la Solidariedad*, da Igreja Católica, e os advogados de direitos humanos. Eles apresentaram recursos de proteção e *habeas corpus* em praticamente todos os casos de prisões e desaparecimentos de pessoas.

Isto nos impôs o desafio de resgatar, buscar, reunir, inventariar, conservar, preservar, exibir e disseminar arquivos, objetos, fotografias, obras artísticas, testemunhos orais e escritos, documentos jurídicos, cartas, relatos, produções literárias, material audiovisual, da imprensa escrita e do rádio, entre outros, que permitiram reivindicar a dignidade e a memória das vítimas do terrorismo de Estado. Isto é, para conter um conjunto de produtos culturais que, como explica a acadêmica americana Maria Sturken (1997), são tecnologias da memória que funcionam não apenas como veículos, mas, principalmente, como produtores de memória e participam das lutas que são geradas entre elas, mais tênues ou mais intensas, dependendo das datas e das conjunturas específicas. Como ocorreu, por exemplo, por ocasião da prisão de Pinochet em Londres, em 1988, o que permitiu uma circulação tenaz de memória e uma abertura a novas descobertas do que foi a repressão e a colaboração repressiva entre as ditaduras militares de nossos países.

O Museu compilou acervos que representam a multiplicidade de relatos que compõem a memória histórica, na sua diversidade e particularidade, incluindo a vida cotidiana durante aquele período, em todo território nacional, bem como a solidariedade e o pronunciamento da comunidade internacional frente às violações dos direitos humanos no Chile, como fonte do conhecimento, da reconstrução do passado recente e para a sua investigação em diversos âmbitos.

A base de seus acervos foi o conjunto de fundos documentais declarados pela UNESCO como parte do *Programa Memoria del Mundo*, ou seja, aqueles originários de órgãos reunidos na *Casa de la Memoria: Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (FASIC)*, *Corporación de Promoción e Defensa de los Derechos del Pueblo (CODEPU)*, *Fundación de Protección a la Infancia Dañada por los Estados de Emergencia (PIDEE)* e *Teleanálisis*, este último uma produção audiovisual que registra o período ditatorial desde o início dos protestos dos cidadãos, em 1983, os quais significaram, mês a mês, mortos, feridos e presos e que foram certamente decisivos para o triunfo do NÃO no plebiscito de 1988.

Desde o início, o Museu tornou-se o depositário e guardião das pastas com os testemunhos entregues à *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación (CNVR)* e à *Comisión*

Nacional sobre Prisión Política y Tortura (CNPPT). Além disso, formam parte de seu patrimônio acervos provenientes de outras organizações de direitos humanos no Chile e no exterior, como a *Comisión Chilena de Derechos Humanos*, a *Fundación de Documentación y Archivos de la Vicaría de la Solidaridad*, os arquivos de *Amnistía Internacional* relativos ao Chile e de acervos ou instituições administradas pelo Estado.

O patrimônio do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* é composto por:

a) Acervos de Objetos representativos da amplitude e da diversidade de nossa memória histórica dos direitos humanos e representativos das vítimas da transgressão desses direitos. O seu patrimônio reúne acervos de forte valor simbólico. Alguns são produzidos pelas vítimas, nos quais expressam suas experiências e vivências por meio de artesanato carcerário; outros são objetos pessoais, biográficos, que representam o que foi vivido. O conjunto de objetos inclui também aqueles produzidos por grupos específicos, como as tapeceiras, que, por meio de suas produções, dão conta dos fatos, das dores, e das solidariedades do período.

b) Acervo de Arquivos Documentais, que é uma fonte primária, essencial para o conhecimento do que aconteceu, e é testemunho de fatos, de marcos históricos, da vida e dos acontecimentos de indivíduos e organizações que atuaram na defesa e proteção dos direitos humanos. Seus arquivos documentais contemplam acervo em diferentes formatos e suportes, que refletem a história das violações dos direitos humanos e as ações de proteção e defesa realizadas por indivíduos, organizações sociais e de direitos humanos. Testemunhos orais e escritos, documentos legais, cartas, relatos, produção literária e ensaística, cartazes, desenhos, letreiros e folhetos, panfletos, material da imprensa escrita, audiovisual e rádio, documentários, longas-metragens e material histórico formam parte deste acervo.

Também temos um alto nível de aquisições e um complemento dos acervos mediante o comodato, quando o doador entrega o patrimônio em vida, de forma imediata ou em prazo acordado; o legado hereditário, quando o doador entrega o patrimônio de forma definitiva por ocasião de sua morte; a permuta com outras instituições e os achados, produto da investigação de campo, com entrevistas audiovisuais a indivíduos e comunidades de memória, isto é, agrupações que fazem da memória de um fato traumático o nó aglutinador em um espaço e tempo determinado.

Um dos elementos que fortalece a identidade do acervo é a oportunidade que se apresenta de gerar uma linha de acervo que reúna material por intermédio de pessoas que, mantendo a memória viva ao longo dos anos, têm preservado pequenas coleções de objetos pessoais que representam as suas vivências como vítimas, ou como familiares de vítimas de crimes contra os direitos humanos.

Essa linha de coleção permite, em primeiro lugar, a coleta de informações diretamente das fontes mais próximas às vítimas. Muitos desses objetos não compartilham uma

abordagem comum com o restante dos acervos, que foram gerados diretamente relacionados a eventos ou a locais de repressão. No entanto alguns desses efeitos pessoais podem, com sua presença, marcar uma imagem material simbólica dessa memória coletiva, incorporando ao Museu, mais especificamente ao espaço expositivo, a presença dos ausentes, aqueles que atualmente não podem narrar por si próprios. A sua apresentação aos visitantes não está emoldurada dentro dos padrões tradicionais de montagem e museologia, mas sim comporta o desafio de manter, acima de tudo, o respeito ao que simbolizam.

Da mesma forma, esses acervos reúnem material que representa o sistema que sustentou as violações aos direitos humanos, as suas instalações, os procedimentos e artefatos. A singularidade e pertinência deste material, dentro do acervo do Museu, pertence ao âmbito da museologia e da curadoria, já que o efeito esperado com sua incorporação é, principalmente, o da sensibilização mediante as lembranças cotidianas da existência, como uma constante oposição à negação da identidade.

Outra parte do patrimônio material do Museu provém dos vestígios que representam a realidade e os fatos ocorridos nos lugares de detenção, tortura, enterros e outros lugares de memória. Refiro-me a vestígios materiais, como restos de edificações, mobílias ou artefatos, como a porta da prisão pública, ou a cabine de vigilância que a *Central Nacional de Inteligencia* instalou em uma rua central de Santiago.

Uma parte importante do patrimônio material e imaterial são os materiais que comemoram eventos e manifestações relacionadas com as violações aos direitos humanos. Referenciam aquele conjunto de práticas e tradições que formaram parte da defesa dos direitos humanos, como as faixas utilizadas pela *Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos*, assim como as silhuetas utilizadas pela *Agrupación de Mujeres por la Vida*, ou as tapeçarias que foram criadas em diversos contextos. Considerou-se particularmente relevante compilar e descrever as práticas que colaboraram com a sobrevivência das vítimas, como, por exemplo, as canções ou as obras de teatro dos prisioneiros dos Campos de Concentração em diferentes pontos do País.

Formado também por fundos documentais de organizações de direitos humanos, acervos de organizações sociais e pessoais, reúne testemunhos, correspondência, denúncias, papéis judiciais, pastas de assistência social, médica e/ou jurídica; programas de apoio, material educativo e investigativo, faixas, cartilhas, cartazes, desenhos etc. Os arquivos administrativos desse tipo de organizações formam parte deste corpo patrimonial, porque representam a história e o trabalho de defesa dos direitos humanos.

O arquivo contém publicações geradas no Chile ou no exterior: de caráter testemunhal, narrativo, jornalístico, investigativo, educativo ou qualquer outro; que aluda à situação de violação aos direitos humanos no Chile, entre setembro de 1973 e março de 1990,

qualquer que seja a data de sua publicação. Aqui, incluem-se também os documentos e arquivos recopilados em instituições pare sem outros países e que façam referência a vítimas chilenas ou a situações de violação aos direitos humanos no Chile (por exemplo, do *Archivo del terror* do Paraguai; *Archivos Desclasificados* da CIA etc.). Publicações e Relatos de Organismos internacionais: formados por Relatos de *Grupos de Trabajo de Naciones Unidas sobre Chile*, *Relatores Especiales para Chile*, Relatos da OEA, Resoluções da CIDH; bem como de outros organismos internacionais, tais como a *Cruz Vermelha Internacional*, o *Tribunal Russell*, entre outros. Processos e papéis judiciais: formados por Conselhos de Guerra, recursos de amparo, processos judiciais coletivos, processos de casos exemplares ou representativos, entre outros.

O Museu contém Acervos de Arquivos Sonoros, formados por arquivos de rádio, de tipo investigativo jornalístico, testemunhal, registros de palestras, seminários, ou outros que façam alusão aos direitos humanos; Acervos de Fotografias, tanto produzidas entre 1973 e 1990, como posteriormente, mas que se refiram a vítimas, fatos, locais de memória, espaços de detenção, comemorações etc. do período de interesse. Finalmente, há acervos de Arquivos Audiovisuais, formados por arquivos relativos às violações aos direitos humanos, de qualquer gênero e data de produção; e Acervos de Documentos Gráficos, tais como: cartazes, faixas e panfletos.

Os objetivos do *Archivo y Centro de Documentación*, administrado pela Área de *Colecciones e Investigación*, são conhecer o que aconteceu no Chile entre 1973 e 1990 e seus protagonistas, contribuindo com a promoção de uma cultura baseada no respeito aos direitos humanos, à tolerância e à paz, por meio do acesso à informação histórica contida em documentos, arquivos, testemunhos, processos judiciais; contribuir com a preservação da memória sobre as violações dos direitos humanos ocorridas no Chile entre 1973 e 1990; promover o acesso e a difusão dos arquivos institucionais e privados, em múltiplos suportes e formatos, os quais dão conta das violações aos direitos humanos, assim como a denúncia, a proteção e a promoção dos direitos das pessoas; facilitar à comunidade o conhecimento das pessoas que sofreram violação aos direitos humanos, grupos afetados, estratégias de sobrevivência, organizações de defesa e proteção, mediante documentos, processos e arquivos que dão conta desse período; organizar, classificar, catalogar e conservar arquivos e documentos, a fim de facilitar o acesso aos seus conteúdos por diversas comunidades de usuários, incluindo sua digitalização para dar acesso a consultas a distância (*online*), e que permita, também, resguardar os acervos físicos e garantir os direitos das pessoas e organizações envolvidas na recopilación desse material único; investigar novas fontes e acervos de interesse para sua incorporação aos fundos documentais do Museu.

ARQUIVO E ACESSO À INFORMAÇÃO

O acesso à informação disponível no Museu se viabiliza por meio de três instâncias:

o *Centro de Documentación, CEDOC*; o *Centro de Documentación Audiovisual, CEDAV*; e a *Biblioteca Digital*.

O Centro de documentação do *Museo de la Memoria* localiza-se no porão do edifício do Museu. A superfície total desta seção é de aproximadamente 487m², distribuídos em um Laboratório de Conservação, uma Sala de Análise de Informação e Digitalização e um Depósito de Acervos, que abriga os arquivos de textos, de audiovisuais e de objetos em ambiente pressurizado.

O *CEDOC* está orientado para a difusão e o acesso dos cidadãos à informação histórica contida nos acervos de documentos, de arquivos textuais, fotográficos, iconográficos, sonoros, audiovisuais e de objetos do período de 1973-1990. Os documentos do Arquivo são fonte direta para o estudo da história recente de nosso país. A Sala de Consulta possui uma superfície de 153m² construídos e conta com monitores para a consulta de catálogos, acervos digitais e visualização de audiovisuais, mesas de trabalho e conexão à Internet. Dispõe de uma Biblioteca especializada em direitos humanos, colocada como estante aberta e devidamente organizada, a fim de facilitar a busca de informação e o acesso ao público.

O *Centro de Documentación Audiovisual, CEDAV*, está orientando para a difusão e o acesso público aos acervos audiovisuais sobre Direitos Humanos e Memória, os quais foram doados ao Museu por pessoas ou instituições tanto do Chile quanto do exterior e que reúne um amplo material audiovisual de diferentes gêneros, desde 1970 até os dias de hoje.

Localizado no terceiro andar do edifício, foi desenhado observando padrões tecnológicos e arquitetônicos atuais, para que os usuários possam examinar o material audiovisual em um ambiente moderno e completamente equipado. O *CEDAV* conta com 12 estações (telões), com capacidade para 18 pessoas visualizarem o material. Esse serviço está voltado para pesquisadores na área dos direitos humanos e das diferentes disciplinas do meio audiovisual, os quais devem fazer a sua solicitação mediante um formulário, que, em seus primeiros seis meses, nos permitiu contar com mais de quatro mil visitas.

A biblioteca Digital permite, por sua vez, o acesso a distância a uma quantidade importante de arquivos e fichas, que podem ser consultados com maior profundidade, de maneira presencial, no *CEDOC* ou no *CEDAV*.

Para concluir, gostaria de destacar que os acessos aos arquivos contidos no *Museo de la Memoria* bem como aos da *Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidariedad* são regidos por políticas que priorizam o apoio às vítimas e seus familiares ou representantes que requerem informação ou documentação para iniciar ou manter processos judiciais, com vistas a obter justiça, ou o acesso aos benefícios das políticas de reparação. Também são priorizados os estudantes ou acadêmicos e pesquisadores que realizam estudos sobre os temas relacionados com as violações dos direitos humanos, assim como

os que desenvolvem projetos de educação ou sensibilização em torno do tema. Também é importante destacar que a transferência de documentação a terceiros só é permitida com a autorização dos doadores ou das vítimas diretas ou seus representantes.

Um tema delicado que tange aos arquivos refere-se à contradição existente entre o direito ao acesso à informação e o direito ao resguardo da privacidade. Segundo o Relatório da *Comisión de Prisión Política y Tortura*, o resguardo e a confidencialidade da informação recebida são considerados uma medida de reparação. Tanto assim que se estabeleceu por lei o segredo de tais arquivos por um período de 50 anos, medida que é muito discutida e considerada por outros como uma obstrução ao trabalho dos tribunais. Nessa linha, o relator especial para a *Impunidad de Naciones Unidas* reafirmou a necessidade do direito à verdade e o dever que os estados têm de preservar e disponibilizar aos cidadãos esses fatos. Situações similares podem ser encontradas na Argentina, onde se determina a necessidade de haver um interesse legítimo para acessar os arquivos; ou no Peru, onde se institui uma comissão de avaliação para facilitar ou impedir o acesso.

Todos os arquivos e museus da memória enfrentam esses dilemas. O desenvolvimento da nossa missão exige compatibilizar ambos os valores, no entendimento que é desejável que a maior quantidade e qualidade da informação seja acessível à cidadania. Em consequência, uma pergunta constante é como democratizarmos a memória contida em milhares de papéis do horror e da barbárie, mas também da solidariedade e da confiança no ser humano.

REFERÊNCIAS

- MURGUIA, Eduardo, “Archivo, Memoria e Historia. Cruzamientos y Abordajes”, 2011. <http://www.flasco.org.ec/docs/i41murguia.pdf>
- ORTIZ, María Luisa. “El rol de los archivos y el derecho a la verdad en procesos no judiciales de investigación: la experiencia de Chile”. MMDH, 2012.
- ORTIZ, María Luisa, “Acceso público a la Información y archivos sobre el terrorismo de Estado”, em *Acceso Público a la Memoria*. Corporación Parque por la Paz Villa Grimadi, 2009.
- STEEDMAN, Carolyn. “Dust”. *The Archive and Cultural History*, New Jersey, Rutgers University Press, 2001.
- STERN, Steve. “De la memoria suelta a la memoria emblemática. Hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile 1973-1998)”, em *Memorias para un nuevo siglo: Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX*, Mario Garcés et al (comp), LOM ediciones, Santiago, Chile, 2000.
- STURKEN, Marita, “Tangled Memories: The Vietnam War, the AIDS Epidemic, and the

Politics of Remembering”, University of California Press, 1997.

TODOROV, Tzvetan, “Los Usos de la Memoria”, Colección Signos de la Memoria, Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Santiago, Chile, 2013.

VERGARA, María Paz, “Acceso público a la Información y archivos sobre el terrorismo de Estado”, em Acceso Público a la Memoria. Corporación Parquepor la Paz Villa Grimadi, 2009.

GESTIÓN DE ARCHIVOS Y MEMORIA DE LA REPRESIÓN: LA EXPERIENCIA DEL MUSEO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS DE CHILE

RICARDO BRODSKY¹

ARCHIVO Y MEMORIA

Eduardo Murguía (2011), profesor de las universidades Estatal de São Paulo y Federal Fluminense, plantea en un texto reciente dos preguntas centrales para el tema de este seminario y para los museos de la memoria en general: ¿De qué maneras el archivo configura la memoria y la historia? ¿Cuáles son las relaciones de poder y simbólicas que establece el archivo?

Para responder a estas preguntas, me referiré tanto a nuestra experiencia como a la discusión académica que el tema suscita. Se puede partir diciendo que la relación entre memoria y archivo se articula de diversas formas. En nuestro caso, retenemos la memoria en los testimonios y en el archivo y, debido a su uso recurrente como almacén de pruebas documentales para la escritura del pasado traumático reciente, se convierte en un escenario de confrontación para la apropiación de ese decir del pasado.

En segundo lugar, somos marcación institucional y reparación simbólica, expresión del “deber de memoria” que asiste a la sociedad, y eso lo hacemos mediante la investigación y la musealización de nuestras colecciones y archivos.

Parfraseando a Todorov (2013) diremos que la memoria es la conciencia del tiempo transcurrido, lo que nos permite entender el tiempo como un devenir, como una ruta que supone un pasado, un presente y un futuro que sólo es posible porque existe la memoria. Al contrario del sentido común que identifica la memoria con el recuerdo y que la opone al olvido, entendemos la memoria como una necesidad para estar con identidad en el presente y proyectarse hacia el futuro. Se trata por otra parte de una unidad doble, una relación paradójica, contradictoria y tensa entre olvido y memoria. Podemos afirmar que la memoria no se opone al olvido. Los términos que se contraponen son la supresión y la conservación. La memoria es necesariamente una interacción entre ambos.

Comprendemos que hay olvido también en el Museo de la Memoria y los Derechos Hu-

¹ Agradezco la colaboración de Marco Ensignia en la redacción de este texto.

manos, un dejar de lado que proviene tanto de la selección y jerarquización como de la imposibilidad de captar todas las experiencias del horror. Porque también hay algo indecible insinuado en el archivo, algo que aún no se puede nombrar.

La memoria está formada por múltiples conjuntos de vivencias que han sido cubiertas por el tiempo, pero que están ahí, la memoria obstinada como dice el documentalista chileno Patricio Guzmán, y portanto es necesario actualizar esas memorias, esos vestigios, esos girones de micro historias que conforman la constelación de la memoria colectiva. Por eso el Museo recorre el país en un doble afán de mostrar su colección investigar y recopilar todo lo que aún no se sabe de esos años de terrorismo de Estado, con la elaboración de un Archivo Oral y con el estudio de casos específicos en zonas no tocadas por la memoria nacional.

En este sentido, entendemos a las memorias individuales ancladas a lo que el historiador norteamericano Steve Stern (2000) denomina “memoria emblemática”, un relato mayor compartido que sirve para articular acontecimientos, lugares y personas en su propia individualidad y con un efecto identitario. Por supuesto el Museo por mandato fundacional adscribe a una de esas memorias emblemáticas que se han generado transgeneracionalmente en la sociedad chilena, aquella que sostiene y ve el 11 de septiembre de 1973 como una ruptura profunda que generó una situación de violencia sin precedente histórico ni justificación moral, y que portanto reafirma el “Nunca Más”. Esta aseveración nos lleva inevitablemente a reconocer que en Chile hay otras memorias emblemáticas que ven el golpe de Estado y sus consecuencias como una salvación de la patria del comunismo internacional o quedada su magnitud es imposible de resolver y por lo tanto más vale olvidar.

Existen memorias y memorias. Y Chile ha dado grandes pasos en la instalación de una memoria social que repudia las violaciones a los derechos humanos, establece la verdad de lo ocurrido, hace justicia y repara material y simbólicamente a las víctimas de la represión y sus familiares. Para alcanzar aquello, fue clave la Comisión de Verdad y Reconciliación de 1990 de cuya recomendación nace el Museo, la Mesa de Diálogo de 1999 y la Comisión sobre Prisión Política y Tortura de 2003. También lo fue el arresto de Pinochet en Londres que abrió las puertas para el actuar de la justicia. Las memorias subalternas han jugado un papel fundamental con su emergencia en ritos y liturgias populares, en la consolidación de una memoria de muerte, represión, tortura y exilio. Ambas están contenidas, en ese continente llamado archivo que sirve de andamio a la museografía.

El Museo, como los archivos, las bibliotecas, y los centros de documentación son también lugares de la memoria, se insertan dentro de una identidad moderna simbólica y material, evocativo y arquitectónico, porque lo material y simbólico se construyen a la vez. Los museos son reales y se fijan en el espacio con su materialidad y en la retina de sus

visitantes que logran vivir la experiencia del relato.

Conocemos el pasado por la memoria y la historia, por los objetos y los productos culturales que las personas construyen. El pasado es una construcción siempre fragmentada e incompleta y en gran medida la construimos desde la materialidad de los documentos en un sentido amplio, del archivo. Cuando es registrada, la memoria se convierte en documento susceptible de ser utilizado por la historia; la memoria no es el objeto, pero se aloja en los objetos, en los lugares, en las personas.

Entre archivo y memoria existe una relación física y representativa, una relación actual y virtual, una relación afectiva y racional. Una relación que se establece en determinados momentos, bajo determinadas circunstancias, y que se cuele por intersticios del poder que el hecho de ser poseedor de un archivo conlleva. Producto de ese ensamblaje con el poder, el archivo cumple determinadas funciones: unificación, identificación, clasificación, consignación. El archivo es una expresión del poder del Estado moderno.

En un artículo del 2001, Carolyn Steedman lleva la discusión al lugar específico del archivo en su relación con la memoria. El archivo está hecho de la documentación del pasado, seleccionada y conscientemente escogida, pero también formada de fragmentos, que a menudo escapan a la intencionalidad; está indexado, catalogado y organizado. Para la autora, el archivo es una especie de lugar que tiene que ver con el deseo y la apropiación. Se relaciona con cosas deseadas, que son colocadas, juntadas, recolectadas, pegadas. Un lugar donde el mundo puede ser imaginado por la regularidad de un nombre, de un lugar o de un registro. El archivo, por la acción de la historia, se convirtió en un lugar de memoria.

El archivo es un lugar entonces en el que prima el orden y el poder, es el mediador entre las huellas del pasado y relato de ese pasado, indicador de una existencia ya no existente y habilitante de construcciones posibles de un pasado imaginado (Murguía, 2011). Y en este sentido es más que un lugar, es un espacio practicado, donde se conecta lo sumergido con lo netamente público. Se define como un lugar desde donde se ejerce el poder gracias al cuidado y apropiación de un pasado incompleto que espera de ser narrado y que materializado en los documentos y productos culturales, también puede ser un lugar de la memoria. Esa memoria está contenida en los archivos y se asemejan en la construcción de identidades. El archivo es una trayectoria, una acción, una producción de sentidos, de respuestas, lo que no significa que luego se vuelva institucionalizado.

ARCHIVO Y MUSEO

Rescatar la memoria relacionada con las violaciones de los derechos humanos ocurridas en Chile en el período comprendido entre el 11 de septiembre de 1973 y el 11 de

marzo de 1990, utilizando como punto de referencia los informes emitidos por la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación y la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura, es parte de la tarea del Museo de la Memoria y los Derechos Humanos. Contamos para ello con la particularidad que en Chile, si bien no ha habido acceso a los archivos de los organismos represivos, existe un completo archivo de las violaciones a los derechos humanos gracias a la labor de defensa de esos derechos que hicieron organismos como el Comité Pro Paz, la Vicaría de la Solidaridad de la iglesia católica y los abogados de derechos humanos que interpusieron recursos de protección y habeas corpus prácticamente en todos los casos de detenciones y desapariciones de personas.

Esto nos impuso el desafío de rescatar, buscar, reunir, inventariar, conservar, preservar, exponer y difundir archivos, objetos, fotografías, obras artísticas, testimonios orales y escritos, documentos jurídicos, cartas, relatos, producciones literarias, material audiovisual y de prensa escrita y radial, entre otras, que permitieran reivindicar la dignidad y la memoria de las víctimas del terrorismo de Estado. Es decir, a contener un conjunto de productos culturales, que, como plantea la académica estadounidense Marita Sturken (1997), son tecnologías de la memoria que funcionan no sólo como vehículos sino fundamentalmente como productores de memoria y participan de las luchas que se generan entre ellas, más tenues o más intensas dependiendo de las fechas y de coyunturas específicas, como ocurrió por ejemplo con ocasión del arresto de Pinochet en Londres en 1988, lo que permitió una circulación tenaz de la memoria y una apertura nuevos hallazgos de lo que fue la represión y la colaboración represiva entre las dictaduras militares de nuestros países.

El Museo compiló colecciones que representan la multiplicidad de relatos que componen la memoria histórica, en su diversidad y particularidad, lo que incluye la cotidianeidad de la vida durante aquel período, en todo el territorio nacional, así como la solidaridad y el pronunciamiento de la comunidad internacional ante los hechos violatorios a los derechos humanos en Chile, como fuente a su vez, del conocimiento, la reconstrucción del pasado reciente y para su investigación en diversos ámbitos.

La base de sus colecciones fue el conjunto de fondos documentales declarados por UNESCO como parte del Programa Memoria del Mundo, esto es, aquellos de organismos reunidos en la Casa de la Memoria: Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (FASIC), Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo (CODEPU), Fundación de Protección a la Infancia Dañada por los Estados de Emergencia (PIDEE) y Teleanálisis, esta última, una producción audiovisual que registra el período dictatorial desde el inicio de las protestas ciudadanas en 1983 y que significaban mes a mes muertos, heridos y encarcelados y que ciertamente fueron decisivas para el triunfo del NO en el plebiscito de 1988.

Desde un principio, el Museo se constituyó en el depositario y custodio de las carpetas con

los testimonios entregados a la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación (CNVR) y a la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (CNPPT). Además, forman parte de su patrimonio las colecciones provenientes de otros organismos de derechos humanos en Chile y el extranjero como la Comisión Chilena de Derechos Humanos, la Fundación de Documentación y Archivos de la Vicaría de la Solidaridad, los archivos de Amnistía Internacional relativos a Chile y de colecciones o de instituciones de la administración del Estado.

El patrimonio del Museo de la Memoria y los Derechos Humanos está conformado por:

a) Colecciones de Objetos, representativos de la amplitud y diversidad de nuestra memoria histórica de los derechos humanos y de las víctimas de la trasgresión a estos derechos. Su patrimonio reúne colecciones de fuerte valor simbólico. Algunas producidas por las víctimas donde expresan sus experiencias y vivencias a través de artesanía carcelaria, otros son objetos personales, biográficos, que dan cuenta de lo vivido. El cúmulo de objetos incluye también aquellos generados por grupos específicos, como las arpilleristas, quienes a través de sus producciones dan cuenta de los hechos, los dolores y las solidaridades del período.

b) Colecciones de Archivos Documentales, que constituye una fuente primaria, esencial, para el conocimiento sobre lo ocurrido, y es testimonio de hechos, hitos históricos, la vida y acontecer de personas y organismos que actuaron en la defensa y protección de los derechos humanos. Sus archivos documentales contemplan colecciones en distintos formatos y soportes, que reflejan la historia de las violaciones a los derechos humanos y las acciones de protección y defensa llevadas a cabo por personas, organizaciones sociales, y de derechos humanos. Testimonios orales y escritos, documentos de carácter jurídico, cartas, relatos, producción literaria y ensayística, afiches, dibujos, pancartas y folletos, volantes, material de prensa escrita, audiovisual y radial, documentales, largometrajes y material histórico forman parte de este acervo.

También tenemos un alto nivel de adquisiciones y adición de colecciones, mediante el comodato donde el donante entrega patrimonio en vida, en forma inmediata o en plazo convenido; el legado testamentario donde el donante entrega patrimonio en forma definitiva a su muerte; el canje con otras instituciones y el hallazgo producto de la investigación de campo, con entrevistas audiovisuales a individuos y comunidades de memoria, esto es, agrupaciones que hacen de la memoria de un hecho traumático el nudo aglutinador en un lugar y tiempo determinado.

Uno de los elementos que fortalece la identidad del acervo es la oportunidad que se presenta para generar una línea de colección que reúna material a través de personas, quienes, manteniendo viva la memoria a través de los años, han preservado pequeñas colecciones de objetos personales que dan cuenta de sus vivencias como víctimas o como

familiares de víctimas de crímenes contra los derechos humanos.

Esta línea de colección permite, en primera instancia, compilar información directamente desde las fuentes más cercanas a las víctimas. Muchos de estos objetos no comparten un criterio común con el resto de las colecciones, las cuales han sido generadas en relación directa a eventos o sitios de represión. Sin embargo, parte de estos efectos personales puede consignar con su presencia una imagen material simbólica de esta memoria colectiva, incorporando al Museo, más exactamente al espacio expositivo, la presencia de los ausentes, quienes actualmente no pueden narrar por sí mismos. Su presentación a los visitantes no se enmarca dentro de estándares tradicionales de montaje y museografía, más bien conlleva el desafío de mantener por sobre todo, el respeto a lo que simbolizan.

Del mismo modo, estas colecciones reúnen material que da cuenta del sistema que sustentó las violaciones a los derechos humanos, de sus instalaciones, procedimientos y artefactos. La singularidad y pertinencia de este material dentro de la colección del Museo pertenece al ámbito de la museología y la curatoría, ya que el efecto esperado con su incorporación es, principalmente, de sensibilización a través de los recuerdos cotidianos de la existencia, como una constante oposición a la negación de la identidad.

Otra parte del patrimonio material del Museo proviene de los vestigios que representan la realidad y los hechos ocurridos en los sitios de detención, tortura, inhumaciones y otros lugares de memoria. Me refiero a vestigios material es como restos de edificaciones, mobiliario o artefactos, como la puerta de la cárcel pública o la cabina de vigilancia que la Central Nacional de Inteligencia instaló en una calle céntrica de Santiago.

Una parte importante del patrimonio material e inmaterial, son los material es que conmemoran eventos y manifestaciones relacionadas con las violaciones a los derechos humanos, en referencia a aquel conjunto de prácticas y tradiciones que formaron parte de la defensa de los derechos humanos, como las pancartas utilizadas por la Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos, así como las siluetas usadas por la Agrupación de Mujeres por la Vida o las arpilleras que fueron creadas en diversos contextos. Se consideró particularmente relevante compilar o describir las prácticas que colaboraron con la supervivencia de las víctimas, como por ejemplo, las canciones u obras de teatro de los prisioneros de los Campos de Concentración en distintos puntos del país.

Conformado también por fondos documentales de organizaciones de derechos humanos, colecciones de organizaciones sociales y personales, reúne testimonios, correspondencia, denuncias, legajos judiciales, carpetas de atención social, médica y/ o jurídica; programas de apoyo, material educativo e investigativo, pancartas, cartillas, afiches, dibujos, etc. Los archivos administrativos de este tipo de organizaciones forman parte de este cuerpo patrimonial, porque dan cuenta de la historia y la labor de defensa de los derechos

humanos.

El archivo, contiene publicaciones generadas en Chile o en el extranjero: de carácter testimonial, narrativo, periodístico, investigativo, educativo o cualquier otro; que aluda a la situación de violación a los derechos humanos en Chile, entre septiembre de 1973 y marzo de 1990, cualquiera sea la fecha de su publicación. Aquí se incluyen también documentos y archivos recopilados en instituciones pares en otros países y que hagan alusión a víctimas chilenas o situaciones de violación a los derechos humanos en Chile (por ejemplo, del Archivo del terror de Paraguay; Archivos Desclasificados de la CIA, etc.). Publicaciones e Informes de Organismos internacionales: Conformados por Informes de Grupos de Trabajo de Naciones Unidas sobre Chile, Relatores Especiales para Chile, Informes de la OEA; Resoluciones de la CIDH; así como de otros organismos internacionales tal es como Cruz Roja Internacional, el Tribunal Russel, entre otros. Expedientes y legajos judiciales: Conformados por Consejos de Guerra, recursos de amparo, procesos judiciales colectivos, procesos de casos ejemplares o representativos, entre otros.

El Museo contiene Colecciones de Archivos Sonoros, conformados por archivos radiales, de tipo investigativo periodístico, testimonial, registros de ponencias, seminarios u otros que hagan alusión a los derechos humanos; Colecciones de Fotografías, tanto producidas entre 1973 y 1990, como posteriormente pero que se refieran a las víctimas, hechos, sitios de memoria, recintos de detención, conmemoraciones, etc., del período de interés.

Finalmente, hay colecciones de Archivos Audiovisuales, conformados por archivos relativos a las violaciones a los derechos humanos, cualquiera sea su género y fecha de producción; y Colecciones de Documentos Gráficos tales como: afiches, pancartas, panfletos.

Los objetivos del Archivo y Centro de Documentación, administrado por el **Área** de Colecciones e Investigación, es conocer lo ocurrido en Chile entre 1973 y 1990 y sus protagonistas, contribuyendo a la promoción de una cultura basada en el respeto a los derechos humanos, la tolerancia y la paz, a través del acceso a la información histórica contenida en documentos, archivos, testimonios, expedientes judiciales; Contribuir a la preservación de la memoria sobre las violaciones de derechos humanos ocurridas en Chile entre 1973 y 1990; Promover el acceso y la difusión de los archivos institucionales y privados, en múltiples soportes y formatos, que dan cuenta de las violaciones a los derechos humanos, así como la denuncia, protección y promoción de los derechos de las personas; Facilitar a la comunidad el conocimiento de las personas que sufrieron violación a los derechos humanos, grupos afectados, estrategias de sobrevivencia, organizaciones de defensa y protección, a través de documentos, expedientes y archivos que dan cuenta de este período; Organizar, clasificar, catalogar y conservar archivos y documentos, a fin de facilitar el acceso a sus contenidos por diversas comunidades de usuarios. Incluyendo su digitalización para acceder a

consultas a distancia (en línea) que permita además el resguardo de las colecciones físicas y garanticen los derechos de las personas y organizaciones involucradas en la recopilación de este material único; Investigar nuevas fuentes y colecciones de interés para su incorporación a los fondos documentales del Museo.

ARCHIVO Y ACCESO A LA INFORMACIÓN

El acceso de la información disponible en el museo se viabiliza a través de tres instancias: el Centro de Documentación, CEDOC; el Centro de Documentación Audiovisual, CEDAV; y la Biblioteca Digital.

El Centro de documentación del Museo de la Memoria está en la planta subterránea del edificio del Museo. La superficie total de esta sección es de 478 m² aproximadamente, distribuidos en un Laboratorio de Conservación, una Sala de Análisis de Información y Digitalización y un Depósito de Colecciones que alberga los archivos de texto, audiovisuales y de objetos, en ambiente presurizado.

El CEDOC, está orientado a la difusión y el acceso de los ciudadanos a la información histórica contenida en las colecciones de documentos, archivos textuales, fotográficos, iconográficos, sonoros, audiovisuales y de objetos del período de 1973-1990. Los documentos del archivo son fuente directa para el estudio de la historia reciente de nuestro país. La Sala de Consulta posee una superficie de 153 m² construidos y cuenta con monitores para consulta de catálogos, colecciones digitales y visualización de audiovisuales, mesas de trabajo y conexión a Internet. Dispone de una Biblioteca especializada en derechos humanos, establecida como estantería abierta y debidamente organizada, a fin de facilitar la búsqueda de información y el acceso al público.

El **Centro de Documentación Audiovisual, CEDAV**, está orientado a la difusión y acceso público de las colecciones audiovisuales sobre Derechos Humanos y Memoria, que han sido donadas al museo por personas o instituciones tanto de Chile como del extranjero y que reúne un amplio material audiovisual de distintos géneros desde 1970 a la fecha.

Ubicado en el tercer piso del edificio, fue diseñado observando los estándares tecnológicos y arquitectónicos actuales para que los usuarios puedan revisar el material audiovisual en un ambiente moderno y completamente equipado. El CEDAV cuenta con 12 estaciones (pantallas), con capacidad para 18 personas para visionar el material. Este servicio está orientado a investigadores en el área de los derechos humanos, y de las diferentes disciplinas del medio audiovisual, los cuales deben solicitar su requerimiento a través de un

formulario que en sus primeros 6 meses nos permite contar con más de 4 mil visitas.

La biblioteca Digital permite a su vez el acceso a distancia a una cantidad importante de archivos y fichas que se pueden consultar con mayor profundidad de manera presencial en el CEDOC o CEDAV.

Para terminar, quisiera señalar que el acceso a los archivos contenidos en el Museo de la Memoria, así como los de la Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad se rige por políticas que priorizan el apoyo a las víctimas y sus familiares o representantes que requieren información o documentación para iniciar o mantener procesos judiciales para obtener justicia o acceder a los beneficios de las políticas de reparación; también se prioriza a los estudiantes o académicos e investigadores que realizan estudios sobre los temas relacionados con las violaciones de los derechos humanos, así como los que desarrollan proyectos de educación o sensibilización en torno al tema. También es importante señalar que la transferencia de documentación a terceros sólo se hace con la autorización de los donantes o las víctimas directas o sus representantes.

Un tema delicado que toca a los archivos se refiere a la contradicción existente entre el derecho al acceso a la información y el derecho al resguardo de la privacidad. Según el Informe de la Comisión de Prisión Política y Tortura, el resguardo y confidencialidad de la información recibida, es considerada una medida de reparación. Tanto es así que por ley se estableció el secreto de dichos archivos por un período de 50 años, medida que es muy discutida y considerada por otros como una obstrucción a la labor de los tribunales. En esa línea, el relator especial para la Impunidad de Naciones Unidas ha reafirmado la necesidad del derecho a la verdad y el deber que tienen los estados de preservar y poner a disposición de los ciudadanos estos hechos. Situaciones similares podemos encontrar en Argentina, donde se establece la necesidad de tener un interés legítimo para acceder a los archivos o en Perú, donde se establece una comisión de evaluación para facilitar o impedir el acceso.

Todos los archivos y museos de la memoria se enfrentan a estos dilemas. El desarrollo de nuestra misión exige compatibilizar ambos valores en el entendido que es deseable que la mayor cantidad y calidad de la información sea accesible a la ciudadanía, en consecuencia, la pregunta constante es cómo democratizamos la memoria contenida en miles de legajos del horror y la barbarie, pero también de la solidaridad y la confianza en el ser humano.

BIBLIOGRAFÍA

- MURGUIA, Eduardo, “Archivo, Memoria e Historia. Cruzamientos y Abordajes”, 2011. <http://www.flacso.org.ec/docs/i41murguia.pdf>
- ORTIZ, María Luisa. “El rol de los archivos y el derecho a la verdad en procesos no judiciales de investigación: la experiencia de Chile”. MMDH, 2012.
- ORTIZ, María Luisa, “Acceso público a la Información y archivos sobre el terrorismo de Estado”, em Acceso Público a la Memoria. Corporación Parquepor la Paz Villa Grimadi, 2009.
- STEEDMAN, Carolyn. “Dust”. The Archive and Cultural History, New Jersey, RutgersUniversity Press, 2001.
- STERN, Steve. “De la memoria suelta a la memoria emblemática. Hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile 1973-1998), em Memorias para un nuevo siglo: Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX, Mario Garcés et al (comp), LOM ediciones, Santiago, Chile, 2000.
- STURKEN, Marita, “Tangled Memories: The Vietnam War, the AIDS Epidemic, and the Politics of Remembering”, University of California Press, 1997.
- TODOROV, Tzvetan, “Los Usos de la Memoria”, Colección Signos de la Memoria, Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Santiago, Chile, 2013.
- VERGARA, María Paz, “Acceso público a la Información y archivos sobre el terrorismo de Estado”, em Acceso Público a la Memoria. Corporación Parquepor la Paz Villa Grimadi, 2009.

The image features a dark gray background with several white geometric shapes. In the upper right, a large white triangle points towards the top right corner. To its left, a smaller white triangle points towards the left. In the lower left, a large white triangle points towards the bottom left corner. To its right, another large white triangle points towards the bottom right corner. In the lower right, a small white triangle points towards the bottom right corner. The text 'BIOGRAFIAS DOS AUTORES' is centered in the middle of the page in a white, sans-serif font.

BIOGRAFIAS DOS
AUTORES

ALEJANDRA OBERTI

Es Socióloga y Doctora en Ciencias Sociales (Universidad de Buenos Aires). Se desempeña como profesora regular en la Carrera de Sociología de la Universidad de Buenos Aires, como directora de Archivo Oral de Memoria Abierta y coordina el equipo que desarrolla el archivo de testimonios referidos al pasado reciente de la Universidad Nacional de General Sarmiento. Se especializa en Estudios de Género e investiga sobre el pasado reciente argentino. Actualmente es Directora de la Carrera de Sociología de la UBA.

ARIANE LEITÃO

É formada em direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Natural de Porto Alegre, dedica-se ao estudo sobre o tráfico internacional de mulheres e é ativista do movimento de Direitos Humanos, no segmento das mulheres e da causa LGBT. Inserida na militância estudantil desde muito jovem, Ariane conquistou a cadeira de vereadora suplente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em Porto Alegre, em 2012, sendo a terceira mulher mais votada do partido na cidade. Em sua trajetória,

Ariane foi ainda coordenadora Geral da Comissão de Educação e Cultura na Câmara dos Deputados, possibilitando que ela percorresse o país em caravanas de discussão do novo Plano Nacional de Educação - PNE (2009). No Ministério da Educação (MEC), foi coordenadora na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica durante o Governo Lula (2010). No Governo Tarso Genro, esteve à frente da assessoria especial para o tema dos movimentos sociais da Casa Civil. Em 2012 foi eleita diretora executiva da Fundação Perseu Abramo, principal fundação do Partido dos Trabalhadores que tem como fins a pesquisa, a elaboração doutrinária e a contribuição para a educação política dos filiados do povo trabalhador brasileiro, quando foi convidada a retornar ao Governo Tarso. Desde abril de 2013, é titular da Secretaria de Políticas para as Mulheres do RS. Neste novo desafio, Ariane Leitão tem como principal objetivo desenvolver ações para o enfrentamento a todo e qualquer tipo de violência e preconceito contra as mulheres e meninas gaúchas para a construção da autonomia feminina.

BALTASAR GARZÓN REAL

Nació en Torres, (Jaén) el 26 de octubre de 1955. Es magistrado. En la actualidad, ejerce como abogado. Dirige el bufete ILOCAD SL. (International Legal Organization for Cooperation and Development), con sede en Madrid. En estemarco, entre otros asuntos, coordina la defensa internacional, pro bono, de Julián Assange y Wikileaks. Garzón preside la Fundación FIBGAR, organización pro Derechos Humanos y Jurisdicción Universal, cuya sede también está constituida en Madrid. La Fundación tiene en la actualidad programas en desarrollo en España, Argentina, Colombia, República Dominicana y México. Fue asesor de la fiscalía de la Corte Penal Internacional entre los años 2010 a 2011 y coordinó en 2012 la Veeduría Internacional de la Reforma de la Función Judicial en Ecuador (pro bono). Asesora a la Comisión de Derechos Humanos de la Cámara de Representantes de Argentina, y es Director del Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Hu-

manos en representación del Ministerio de Justicia de Argentina. Durante los años 2011 y 2012, formó parte del Comité de Prevención de la Tortura del Consejo de Europa, y ejerció como asesor de la Misión de Apoyo al Proceso de Paz de la OEA en Colombia (2011-2012). Baltasar Garzón coopera con el departamento de Derechos Humanos de la Universidad de Washington de Seattle (EEUU). Ha escrito siete libros, entre ellos *Un mundo sin miedo* y *La línea del horizonte*; y múltiples artículos y ensayos. Es Doctor Honoris Causa por 30 universidades de todo el mundo, y miembro de diferentes organizaciones humanitarias y centros de Derechos Humanos y de mediación en conflictos, dentro y fuera de España. Ha actuado como observador en Derechos Humanos en las elecciones celebradas en Honduras el 24 de noviembre de 2013 acompañando al Partido Libre.

GAUDÊNCIO FIDELIS

(Gravataí, 1965) É curador e historiador de arte especializado em arte brasileira moderna e contemporânea e arte da América Latina. É Mestre em Arte pela New York University (NYU) e Doutor em História da Arte pela State University of New York (SUNY) com a tese *The Reception and Legibility of Brazilian Contemporary Art in the United States* (1995-2005). Foi fundador e primeiro diretor do Museu de Arte Contemporânea do RS em 1992. Foi Curador do Ciclo Arte Brasileira Contemporânea do Instituto Estadual de Artes Visuais do RS do qual foi Diretor entre 1992-93. Possui inúmeros artigos publicados em jornais e revistas brasileiras e estrangeiras, assim como dezenas de ensaios publicados em catálogos e outras publicações de arte. Participou de inúmeras conferências como palestrante e conferencista no Brasil e exterior em diversas instituições brasileiras e estrangeiras como a Fundação Bienal de São Paulo (Brasil), Clark Institute (EUA), Bard College Center for Curatorial Studies (EUA), Binghamton University (EUA), entre outras. Publicou entre outros os livros *Dilemas da Matéria: Procedimento, Permanência e Conservação em Arte Contemporânea* (MAC-RS, 2002) e *Uma História Concisa da Bienal do Mercosul* (FBAVM, 2005). Entre as instituições para qual realizou curadorias, cabe destacar a Fundação Iberê Camargo, Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul, Santander Cultural, Oi Futuro, Museu de Arte do Rio Grande do Sul e Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul quando foi curador-adjunto da V Bienal em 2005. É membro do Conselho Museológico Brasileiro do IBRAM-Instituto Brasileiro de Museus do Governo Federal. É membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA). É diretor do Museu de Arte do Rio Grande Sul (MARGS) desde 2011. Seu livro *O Cheiro como Critério: Em Direção a Uma Política Olfatória em Curadoria* está em fase de produção e será publicado pela editora Argos da Universidade Unochapecó em português e inglês.

LÍCIA MARGARIDA MACÊDO DE AGUIAR PERES,

É natural de Salvador, Bahia, mudou-se para o Rio Grande do Sul após o casamento com o jornalista Glênio Peres. É feminista e Socióloga - formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi a primeira presidente do Movimento Feminino pela Anistia/RS (1975-1979). Foi Diretora Cultural da FRACAB- Federação das Associações Comu-

nitárias e Amigos de Bairros. Fundadora e ex-presidente da Ação da Mulher Trabalhista do PDT. Foi presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do RS (1991/1993); representante do Rio Grande do Sul no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1995-1999); recebeu do governador Olívio Dutra a medalha Negrinho do Pastoreio por relevantes serviços prestados ao Rio Grande do Sul (Ago/99); representou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher na “Reunión Subregional de Oficinas Gubernamentales de la Mujer - Seguimiento Beijing+5”, organizada pelo Instituto Nacional de la Familia y de la Mujer e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Banco Central, Montevideu, Uruguai, out/99; integrou a Delegação Brasileira na condição de palestrante na Primeira Reunião Sub-Regional de Delegadas e Especialistas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai promovida pela Comissão Interamericana de Mulheres- CIM da OEA onde proferiu a palestra “Violência Contra a Mulher” - Palácio Legislativo, Montevideu, nov/99; participou da Sessão Especial da ONU “Beijing+5”, como observadora, representando o IDAC (Instituto de Desenvolvimento de Ação Cultural) realizada em Nova Iorque, no período de 5 a 9 de junho de 2000; participou, na condição de palestrante, no Seminário “Desenvolvimento, Igualdade e Democracia na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, no painel “A dimensão de gênero na CPLP e na Cooperação para o Desenvolvimento” - Lisboa, 15 de março de 2004; recebeu da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul o troféu “MULHER CIDADÃ”, pelos relevantes serviços prestados na área de defesa dos direitos da mulher e combate à violência (março de 2000); recebeu da RBS - Rede Brasil Sul de Comunicação - o Troféu “Gaúcho Honorário 2002”, prêmio oferecido a personalidades que vieram elevar o nível comunitário, cultural e social e econômico do Rio Grande do Sul (2 de setembro de 2002); foi assessora da Bancada do PDT na Assembleia Legislativa (1983-2001); recebeu o troféu “Mulheres que fazem a Diferença” concedido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (março 2012); é integrante do Diretório Nacional e Regional do PDT (Partido Democrático Trabalhista); foi membro do Conselho Político da Frente Democrática e Popular (1999-2003); recebeu da Câmara Municipal de Porto Alegre o título de Cidadã Porto-alegrense (Junho/92); foi integrante da Comissão do Acervo do Luta Contra a Ditadura Militar (Memorial do RS) 2000-2009; foi membro do Conselho Diretor da THEMIS - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (2005-2008); foi candidata à vice-prefeita de Porto Alegre com Viera da Cunha pelo PDT (2004); foi candidata à 1ª Suplência do Senado na Chapa de Germano Rigotto (2010, coligação PMDB-PDT); integra o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Governo do Estado; é viúva do jornalista e vice-prefeito, Glênio Peres, é mãe de Lorenzo, 29 anos, bacharel em Relações Internacionais.

LILIAN CELIBERTI

Activista feminista y de derechos humanos. Ex presa política de la dictadura uruguaya, secuestrada en PortoAlegre en 1978 en una operación conjunta del DOPS y las Fuerzas Armadas de Uruguay. Es Coordinadora del colectivo feminista Cotidiano Mujer de Uruguay

y Co-coordinadora de la Articulación Feminista Mercosur.

MARÍA JOSÉ BUNSTER BAEZA,

Es actualmente la Coordinadora General del Museo de la Memoria y los Derechos Humanos; está a cargo de la exposición permanente, de las exposiciones temporales y de las itinerancias del museo. Su que hacer se centra en poner en valor las fotografías, documentos y objetos de las distintas colecciones que tiene el museo, bajo diversas curatorías, enfoques y miradas, con el fin de que el visitante logre acercarse a lo ocurrido en Chile durante la dictadura militar, entre el 11 de septiembre de 1973 y el 11 de marzo de 1990. Asimismo, a través de exposiciones temporales de diferentes artistas nacionales y extranjeros, que trabajan con la temática y la problemática de los derechos humanos y la memoria, intenta abrir un diálogo, poner en tensión e interpelar la exposición permanente, para establecer nuevas reflexiones y lecturas desde el arte contemporáneo, entre las que destacan: (2011) Irredimible - Fotografías de Christian y Marcelo Montecino, Memoria Visual e Imaginarios fotografías de pueblos originarios siglos XIX al XXI, (2012) Abu Ghraib Botero, Lonquen 10 Años Gonzalo Díaz, ADN Máximo Corvalán, Ausencias + Distancias Gustavo Germano, La Consulta del Doctor Allende Marcelo Brodsky-Arturo Duclós, Monika Weiss Sustenazo (Lament II), Kaarina Kaikkonen Dos Proyectos: Huellas y Diálogos, Fragmentos/Memorias/ Imágenes a 40 años del Golpe, Contra el Olvido de Luis Camnitzer, La Sopa Derramada de Luis Poirot, Registros de Golpe, Un Exilio Sin Retorno de Rodrigo Rojas y Siluetazo de Ed Shaw, entre muchas otras. Estudió Licenciatura en Teoría e Historia del Arte en la Universidad de Chile, y fue Directora Ejecutiva del Museo de Artes Visuales - MAVI- entre el año 2002 y el 2010. Vive y trabaja en Santiago de Chile.

RAMÓN CASTILLO INOSTROZA

(1966, Chile). Egresada de Pedagogía en Artes Plásticas y posteriormente, Licenciada en Estética en la Pontificia Universidad Católica. Desde 1993 hasta 1999 trabajó simultáneamente como Profesor Instructor en el Instituto de Estética de la P.U.C. y de otras Universidades, y como Curador de Arte Contemporáneo en el Museo Nacional de Bellas Artes (1994-2010). Desde 1990 ha realizado numerosos textos críticos para artistas en catálogos y revistas especializadas de Chile y el extranjero (Brasil, Colombia, España y Bolivia). Fue Becado por el Gobierno de Chile para un Doctorado en Historia del Arte en Barcelona, España (2000-2003). Ha finalizado los cursos de doctorado y obtenido el DEA (Universidad de Barcelona, España) y prepara la Tesis Doctoral que será presentada durante el transcurso de este año. Algunos trabajos recientes: el año 2009 fue curador de la exposición *Progressives images* en la Kunstverein de Stuttgart, Alemania; 2011 curador de Matilde Pérez: *Open Cube*, en Pinta Londres y luego en Chile, le organiza una retrospectiva en Fundación Telefónica; 2013 fue curador de la exposición *Escritura Material* del poeta y Premio Nacional de Literatura, Raúl Zurita y de curador de *Biblioteca Recuperada: Libros quemados, escondidos y recuperados a 40 años del Golpe Militar* en la Biblioteca Nicanor Parra de la Universidad Diego Portales. Actualmente es Director de la Escuela de Arte de la

REJANE PENNA

Possui graduação em História, Mestrado em História do Brasil e Doutorado em História Ibero-Americana. Atualmente é Historiógrafa, exercendo suas funções no Arquivo Histórico, instituição que integra a Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul. Em sua experiência na área de História possui diversas publicações e projetos com temas ligados à memória, história oral, história republicana do Rio Grande do Sul, história local, organização de acervos históricos, teoria e metodologia ligada à história e memória. Em 2013 o trabalho que coordenou, denominado “O Tempo e o Rio Grande nas imagens do Arquivo Histórico”, recebeu o Prêmio Açorianos de Literatura, Categoria Especial.

RICARDO BRODSKY BAUDET

Es Director Ejecutivo del Museo de la Memoria y los Derechos Humanos desde mayo de 2011. Ha desarrollado un proyecto en el Museo de la Memoria buscando convertirlo en un espacio de reflexión y educación de amplias audiencias, potenciando la colección y exposición permanente y otorgando un lugar preferente a las artes visuales, a diversas manifestaciones culturales y al debate de ideas, relacionadas con la memoria y los derechos humanos. Fue Secretario General de la primera FECH en Dictadura. Secretario Ejecutivo de la Fundación “Chile 21” en 1992, de la Corporación “Proyectamérica” en 2006, y Director-fundador de la “Fundación de Artes Visuales de Santiago”, organizadora de la primera Trienal de Chile (2009). Ha sido asesor para la formulación de políticas culturales del Consejo Nacional de la Cultura y las Artes en Chile, durante la gestión de los Ministros José Weinstein y Paulina Urrutia. (2004-2007). Desempeñó cargos de gobierno entre 1993 y 2010: Jefe de la División de Coordinación Interministerial del Ministerio Secretaría General de la Presidencia de Chile (2007 -2010), Embajador de Chile ante Bélgica y Luxemburgo (2000-2004), entre otros. Es columnista esporádico de diferentes diarios y autor de diversos textos sobre temas de política, cultura y memoria.

RICARDO BRODSKY BAUDET

É Diretor Executivo do Museu de la Memoria y los Derechos Humanos desde maio de 2011. Desenvolveu um projeto no Museu de la Memoria, buscando convertê-lo em um espaço de reflexão e educação de ampla audiência, potencializando o acervo e a exposição permanente e outorgando um lugar preferencial para as artes visuais, para diversas manifestações culturais e para os debates de ideias, relacionadas com a memória e os direitos humanos. Foi Secretário Geral da primeira FECH na ditadura. Secretário Executivo da Fundação “Chile 21” em 1992, da Corporação “Proyectamérica” em 2006, e Diretor-fundador da “Fundación de Artes Visuales de Santiago”, organizadora da primeira Trienal do Chile (2009). Foi assessor para a formulação de políticas culturais do Consejo Nacional de la Cultura y las Artes, em Chile, durante a gestão dos Ministros José Weinstein e Paulina Urrutia (2004-2007). Desempenhou cargos de governo entre 1993 e 2010: Chefe da Di-

The background is a solid dark gray. It features several white geometric shapes: a small triangle pointing left in the upper left; a large right-angled triangle with its hypotenuse from the top-left to the bottom-right in the upper right; a smaller right-angled triangle with its hypotenuse from the top-right to the bottom-left in the middle right; a right-angled triangle with its hypotenuse from the top-left to the bottom-right in the bottom left; and another right-angled triangle with its hypotenuse from the top-left to the bottom-right in the bottom center.

PROGRAMAÇÃO SEMANA
DA DEMOCRÁCIA

DIA 01 DE ABRIL

- 18h30 – Apresentação/Show de abertura com Daniel Drexler e Ernesto Fagundes
Local: Palco em frente Memorial do Rio Grande do Sul/Museu dos Direitos Humanos do Mercosul , Praça da Alfândega.
- 20h – Abertura do Museu dos Direitos Humanos do Mercosul
Local: Memorial do Rio Grande do Sul

DIAS 02 E 03 DE ABRIL- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL MEMÓRIA, DIREITOS HUMANOS E REPARAÇÃO: POLÍTICAS DE MEMÓRIA, ARQUIVOS E MUSEUS.

Local: Arena montada no Memorial do Rio Grande do Sul/ Museu dos Direitos Humanos do Mercosul , Praça da Alfândega.

DIA 02 DE ABRIL

- 09h – Abertura do evento
Participantes:
Tarso Genro - Governador do Estado do RS,
Javier Miranda – Secretário de Direitos Humanos do Uruguai
Luis Alén – Vice - Ministro dos Direitos Humanos da Argentina
Victor Abramovich – Secretário-Executivo do Instituto de Política sem Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH-Mercosul)
Maria do Rosário– Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
- 0h15 – Apresentação do Projeto Guia de Arquivos (IPPDH) - Jorge Vivar
- 11h – 13h – Painel Gestão de Arquivos e Memória da Repressão.
Palestrantes:
Carlos Lafforgue (Diretor do Arquivo Nacional de La Memória, Argentina),
Graciela Jorge (Diretora da Secretaria de Direitos Humanos para o Passado Recente)
Jaime Antunes (Diretor do Arquivo Nacional, Brasil),
Ricardo Brodski (Diretor Museo de La Memória, Chile).
- 15h – 16h30 – Painel A Memória como Política de Estado.
Palestrantes:
Eduardo Jozami (Diretor Nacional do Centro Cultural de Memória Haroldo Conti, Argen-

tina),

Gilles Gomes (Coordenador da Comissão de Mortos e Desaparecidos da SDH, Brasil),
Elbio Ferrario (Diretor do Museo de La Memória, Uruguai),

DIA 03 DE ABRIL

- 10h – 12h – Painel: Linguagens Artísticas e Pedagogia da Memória: Experiências.

Palestrantes:

Nora Hochbaum (Diretora do Parque de La Memória, Argentina),

Gaudêncio Fidélis (Diretor do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Brasil),

Maria José Bunster (Diretora de Exposições do Museo de La Memória, Chile),

Ramón Castillo Inostroza (Curador e Diretor da Faculdade de Artes da Universidad Diego Portales, Chile)

Cristina Pozzobon (Artista Plástica do Rio Grande do Sul)

- 14h – 16h30 – Painel: Arquivos Oraís e Testemunho.

Palestrantes:

Alejandra Oberti – Diretora do Grupo Memória Abierta (Argentina)

Rejane Penna – Historiógrafa do Arquivo Histórico do RS. Doutora em História, coordenou pesquisas e publicou diversos trabalhos discutindo a utilização das fontes orais na construção histórica e na formação de acervos. É autora do livro “Fontes Oraís e Historiografia: novas perspectivas ou falsos avanços”, pela Edipucrs.

Carla Rodeghero – Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora dos temas ditadura, anistia, história oral e memória.

- 18h30 – 20h – Painel: Os Marcos Internacionais da Reparação de Violações de Direitos Humanos.

Palestrantes:

Baltasar Garzón – Jurista espanhol. Responsável pela prisão do ditador Augusto Pinochet na Inglaterra. Atualmente é assessor do Tribunal Penal de Haia.

João Clemente Baena Soares - Presidente do Comitê Interamericano de Direitos Humanos

DIÁLOGOS – “DO GOLPE À REDEMOCRATIZAÇÃO: CAMINHOS DO BRASIL”
LOCAL: ARENA MONTADA NO MEMORIAL DO RIOGRANDE DO SUL/ MUSEU
DOS DIREITOS HUMANOS DO MERCOSUL, PRAÇA DA ALFÂNDEGA.

DIA 04 DE ABRIL

- 10h – 12h – Painel: De Jango ao Golpe.

Palestrantes:

Christopher Goulart – Neto do Presidente João Goulart

Juremir Machado da Silva – Jornalista, cronista e professor da Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do RS.

Maria Celina D’Araújo – Professora de História da Pontifícia Universidade Católica do RJ.

Nadine Borges – Comissão da Verdade RJ. Advogada e Professora na Universidade Federal-Fluminense, atualmente faz parte da Comissão Nacional da Verdade. Foi coordenadora da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

Mediadora: Mercedes Cánepa – Professora Doutora de Ciência Política da UFRGS e Conselheira do CDES RS.

- 14h – 17h – Painel: Ditadura, Democracia e Gênero.

Palestrantes:

Céli Regina Pinto – Professora de História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integra a Comissão Estadual da Verdade no RS. Desenvolve pesquisa na área de Ciência-Política enfatizando temas como o feminismo.

Lilian Celiberti – Uruguaia, ativista dos Direitos Humanos, foi sequestrada junto com seus dois filhos em 1978 durante a Operação Condor.

Lícia Peres – Socióloga. Foi a primeira presidente do Movimento pela Anistia.

Soledad Muñoz – Abogada; Profesora de Derecho Internacional Público (Universidad Nacional de La Plata, UNLP); Miembra del Departamento de Derechos Humanos del Instituto de Relaciones Internacionales, (UNLP); Consultora externa del Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH).

Mediadora: Ariane Leitão – Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres do RS.

- 18h – Apresentação de “Guri d’América”: Raul Elwanger

- 18h30 – 20h – Painel: Terrorismo de Estado

Palestrantes:

Estela de Carlotto – Ativista Argentina pelos Direitos Humanos e Presidenta da Associação Abuelas de Plaza de Mayo

Franklin Martins – Jornalista. Atuou no movimento estudantil e fez parte do MR-8. Em 1969, fez parte da Ação Libertadora Nacional. Foi um dos mentores do sequestro do em-

baixador americano.

Mediador: Antônio Escostegy Castro – Advogado representante do Conselho Federal da OAB e Conselheiro do CDES RS.

DIA 05 DE ABRIL

- 10h – 12h – Painel: Ditadura, Resistência e Reparação.

Palestrantes:

Rodrigo Patto Sá Motta – Professor de História da Universidade Federal de Minas Gerais e atual Presidente da Associação Nacional de História (ANPUH)

Maria Rita Kehl – Psicanalista. Membro da Comissão Nacional da Verdade. Tem diversos artigos publicados com o tema ditadura militar.

Victoria Montenegro – Filha de desaparecidos apropriados pelos militares argentinos.

Caroline Silveira Bauer – Historiadora, Professora de História da Universidade Federal de Pelotas e colunista da Revista Carta Maior. Seus estudos tem ênfase nas ditaduras latino americanas e temas correlatos.

Mediador: Daniel Vieira Sebastiani – Professor de História, Diretor Nacional do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz e Conselheiro do CDES RS.

- 14h – 18h – Painel: Golpe, Ditadura e Movimentos Culturais.

Palestrantes:

Silvio Tendler – Documentarista e cineasta. Conhecido como o cineasta dos “vencidos”.

Luis Augusto Fischer – Escritor e Professor da UFRGS

Nei Lisboa – Músico. Irmão mais novo de Luiz Eurico Tejera Lisboa, primeiro desaparecido político brasileiro cujo corpo pôde ser localizado, no final dos anos 70.

Nelson Coelho de Castro – Cantor e compositor, vivenciou o cenário musical da época através dos festivais universitários, das Rodas de Som de Carlinhos Hartlieb e de apresentações na noite porto-alegrense.

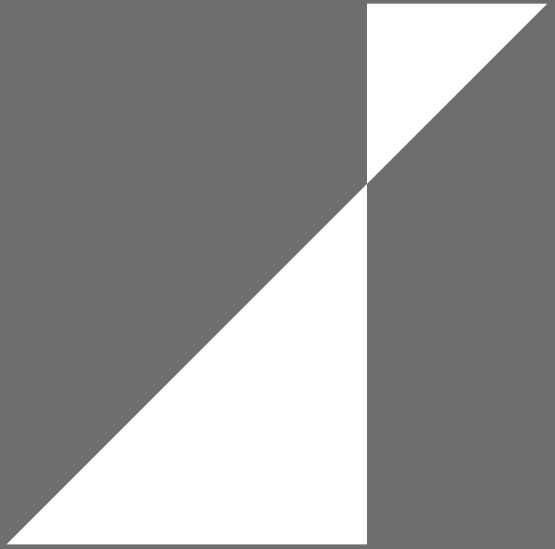
- 18h – Exibição do documentário de Sílvio Tendler

Serão lançados os documentários:

- “Os militares que disseram NÃO” - sobre os militares cassados, produzido pelo Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia e dirigido pelo Sílvio Tendler.

- “Por uma questão de justiça: os advogados contra a ditadura”, sobre os advogados dos presos políticos, produzido pelo Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia e também dirigido pelo Sílvio Tendler.

- 20h - Coquetel de encerramento da Semana da Democracia.



FICHA TÉCNICA



ORGANIZADORES:

Prof^a Dr^a Débora Teresinha Mutter da Silva Mota
Márcio Tavares dos Santos

EQUIPE DE TRADUÇÃO E REVISÃO DA UNISINOS

Bruna da Costa Hadres

Caroline Roos

Diego Coelho de Souza

Jordana Machado Simmer

Juçara Marques de Oliveira

COORDENADORA DA EQUIPE DE TRADUÇÃO:

Prof^a Dr^a Silvia Matturro Panzardi Foschiera

REVISÃO DOS TEXTOS TRADUZIDOS:

Prof^a Ms. Maria Helena Albé

EQUIPE DE TRADUÇÃO E REVISÃO DA ULBRA:

Prof^a Especialista Isabel Lima Mendes

Prof^a Dr^a Maria Alice da Silva Braga

PROJETO GRÁFICO (CAPA E DIAGRAMAÇÃO)

Bárbara Tejada